O CASTELO DE PORTO DE MÓS: DA ARQUEOLOGIA À ARQUITECTURA UMA VISÃO DE COMPLEMENTARIDADE

O CASTELO DO SÉCULO XII A XV

Luís Carlos Serrão Gil

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

14 FEVEREIRO, 2011

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Varela Gomes.

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese de Mestrado é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Luís Serrão Gil

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Rosa Varela Gomes

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2010

Ao avô José e ao Avô Henrique

AGRADECIMENTOS

A realização da presente tese de Mestrado resulta de um longo e sinuoso percurso que pelo âmbito do seu trabalho se quer individual. No entanto, a sua execução só foi possível graças ao contributo de diferentes intervenientes que não pode, nem deve deixar de ser exaltado de modo a que, desta forma simbólica, se possa expressar um profundo reconhecimento e agradecimento.

Em primeiro lugar devo um especial agradecimento à Professora Doutora Rosa Varela Gomes, pela sua orientação científica, pela disponibilidade e atenção reveladas ao longo destes dois anos de intenso trabalho e pelos anos de influência e inspiração que durante a licenciatura me levaram a dedicar-me a esta área de investigação.

A minha gratidão estende-se ainda à Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade, que iniciou também este percurso ainda durante o período de seminários e me ajudou a perceber a importância da documentação histórica e a sua respectiva interpretação.

Cabe-me ainda agradecer ao Dr. António Marques que me facultou o espólio arqueológico utilizado neste estudo e me cedeu um importante conjunto de informações pessoais e também pela disponibilidade e ajuda que sempre me concedeu. Como não poderia deixar de ser agradeço igualmente ao Mestre Rodrigo Banha da Silva que facultou este profícuo encontro.

Cumpre-me também agradecer á Câmara Municipal de Porto de Mós sobretudo ao Sr. Presidente da Câmara, João Salgueiro, ao Sr. Vereador da Cultura, Albino Januário, que mostraram desde logo um grande interesse por este projecto e me disponibilizaram todos os meios necessários para a sua realização, a todos os funcionários dos diferentes departamentos desta instituição com quem tive oportunidade de privar e que me ajudaram e facultaram importantes informações, nomeadamente ao Dr. Vítor Carvalho do gabinete de SIG, ao Dr. Luís Mendes do gabinete de Planeamento Urbanístico e à Dr^{a}. Fernanda Sousa do Arquivo Histórico Municipal. Igualmente agradeço aos funcionários do Museu Municipal de Porto de Mós e do Castelo de Porto de Mós que sempre se demonstram prontos a ajudar e por fim à própria população do Concelho que muitas vezes me auxiliou e “orientou” nos trabalhos de campo.

Demonstro também o meu apreço aos funcionários da Biblioteca Municipal de Porto de Mós, Biblioteca Nacional, Biblioteca do Instituto de Gestão do Património

Arquitectónico e Arqueológico I.P., Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e Biblioteca do Departamento de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

Um sentido agradecimento aos meus amigos e companheiros nesta aventura, em especial a André Teixeira pela sua disponibilidade, interesse e preocupação, mas também a Inês Pinto, ao João Coelho, a Joana Oliveira, a Joana Torres, ao José Bettencourt, ao Luís Pinto, a Madalena Raimundo, a Patrícia Carvalho, ao Pedro Leonardo e a Teresa Costa que ao longo desta caminhada me apoiaram e me ajudaram. O meu muito obrigado pela vossa imensa amizade, pelo vosso tempo, encorajamento, amparo e interesse com que sempre me presentearam nos bons e maus momentos, pois sem eles não seria possível efectuar este trabalho. Aos meus amigos e conhecidos cujo nome por esquecimento não consta deste texto, mas que ao longo deste percurso estiveram sempre presentes e me ajudaram com pequenos gestos e acções, muito importantes para a continuação desta jornada, o meu particular muito obrigado.

Por fim, resta expressar um especial agradecimento a toda a minha família, aos meus pais, mano, avós e tios, que sempre foram e serão “o meu porto seguro”. A eles agradeço o incentivo dado desde que tomei a decisão de embarcar nesta “aventura”, assim como o enorme apoio e a extrema compreensão. No entanto, não posso terminar sem deixar um enorme pedido de desculpas pela pouca atenção que lhes pude dedicar nos últimos tempos e pelos inúmeros dias de “mau humor” e o meu agraciar pela compreensão que sempre tiveram comigo, o cuidado de me ouvir, mas sobretudo o carinho que sempre me dedicaram e que me permitiu cumprir mais uma etapa da “longa caminhada”.

O CASTELO DE PORTO DE MÓS: DA ARQUEOLOGIA Á ARQUITECTURA UMA VISÃO DE COMPLEMENTARIDADE

O CASTELO DO SÉCULO XII A XV

Luís Carlos Serrão Gil

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Castelo de Porto de Mós, Arquitectura, Arqueologia

O presente trabalho tem como principal objectivo efectuar o estudo do castelo de Porto de Mós, não apenas na sua vertente histórica e arqueológica, mas procurar efectuar um estudo de simbiose entre a informação disponível pela Arquitectura e pela Arqueologia. Efectuámos o estudo do espólio arqueológico cerâmico exumado no interior da fortificação datável dos séculos XII-XIII até ao século XVII, assim como uma análise do remanescente arquitectónico de modo a tentar perceber a evolução da fortificação e dos seus quotidianos até ao período de governo de D. Afonso, IV Conde de Ourém.

ABSTRACT

KEYWORDS: Porto de Mós castle, Architecture, Archeology

The work presented in this thesis explores Porto de Mós Castle in both a historical and archaeological context ending with the commencement of the administration of D. Afonso, 4th Count of Ourém, it examines how fortifications evolved and developed and the daily life of its occupants.

Central to the work is a detailed dissection of the symbiotic relationship between architecture and archaeology, drawing on the extensive research and cataloging of ceramics excavated from the site dating from the twelve century until the seventeenth century, in conjunction with analysis of other architectural remnants also in evidence.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

CAPÍTULO I: Introdução 1

1.1. Objectivos 1

1.2. Metodologia 3

1.2.1. As fontes escritas e iconográficas 3

1.2.2. A análise arquitectónica 8

1.2.3. A intervenção arqueológica 10

1.2.4. O estudo do espólio arqueológico 11

Capítulo II: O castelo de Porto de Mós no Espaço e no Tempo 16

2.1. Paisagem Natural 16

2.1.1. O Relevo e os Recursos Hídricos. 16

2.1.2. A Floresta. 18

2.1.3. A Pesca. 20

2.1.4. As Actividades Extractivas. 21

2.2. Paisagem Humanizada 22

2.2.1. As Culturas. 22

2.2.2. A Pastagem e a Pecuária. 24

2.3. Vias e Pontes 27

2.4. O castelo e a sua envolvente territorial 39

2.5. Dos primeiros sinais de ocupação ao castelo medieval 42

Capítulo III: Arquitectura 48

3.1. Descrição do Castelo 48

3.1.1. Porta principal e *loggia* Sul. 49

3.1.2. Torre E e pano de muralha Oeste..... 50

3.1.3. Torre F. 51

3.1.4. Compartimento G, H, I e J. 52

3.1.5. Torre L, O e pano de muralha Este 53

3.1.6. Pátio da cisterna e aréa de entrda 54

3.1.7. Compartimento A, E, D, C e B. 55

3.2. A evolução arquitectónica: de castelo a paço 57

Capítulo IV: Arqueologia 70

4.1. A escavação arqueológica: estruturas e estratigrafia 70

4.1.1. Pátio da cisterna e zona da entrada. 71

4.1.2. Compartimento A. 73

4.1.3. Compartimento B. 73

4.1.4. Compartimento C. 75

4.1.5. Compartimento D. 76

4.1.6. Compartimento E. 77

4.1.7. Compartimento F. 78

4.1.8. Compartimento G. 79

4.1.9. Compartimento H. 79

4.1.10. Compartimento I. 80

4.1.11. Compartimento J. 80

4.1.12. Compartimento L 81

4.1.13. Compartimento M/N. 81

4.2. As cerâmicas 83

4.2.1. Cerâmicas com pasta de cor cinzenta. 83

4.2.2. Cerâmicas com pasta de cor bege, rosa ou castanha. 86

4.2.3. Cerâmicas com pasta de cor laranja. 88

4.2.4. Faianças. 90

4.2.5. Paralelos, cronologia e integração cultural 91

4.3. Os dados arqueológicos: processo construtivo, estruturas negativas e sistema hidráulico 94

CONCLUSÃO 97

Bibliografia 101

Lista de Figuras 118

Lista de Gráficos 119

Apêndice A: Catálogo I

Apêndice B: Mapas e tabelas II

CAPÍTULO I: Introdução

1.1. Objectivos

A realização deste trabalho teve como objectivo de estudo o castelo de Porto de Mós, não apenas na sua vertente histórica e arqueológica, apesar de ser propósito deste trabalho efectuar a análise e interpretação dos dados das escavações arqueológicas efectuadas no interior da fortificação, mas procurar realizar um estudo de simbiose entre a informação disponível pela Arquitectura e pela Arqueologia, de modo a tentar perceber a evolução da fortificação e dos seus quotidianos até ao período de governo de D. Afonso, 4º Conde de Ourém.

A cronologia do nosso estudo compreende a Época Medieval, desde a fundação do castelo até à importante obra efectuada sobre a égide de D. Afonso, 4º Conde de Ourém, que vai marcar de forma definitiva a fisionomia do castelo. Após esta intervenção a fortificação continuaria a ser habitada, mas sem receber alterações arquitectónicas significativas, numa época e contexto em que a funcionalidade do edifício se ia alterando e esvaziando da sua importância.

Gostaria de ressalvar que neste trabalho não abordaremos as obras da D.G.E.M.N. (Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais) que por si só poderiam merecer estudo e como já foi feito noutros locais[1], mas não é esse o objectivo neste caso.

O castelo de Porto de Mós surge no meu percurso de forma inusitada, aquando da procura de um tema para realizar a minha tese de mestrado. O gosto pelas fortificações medievais era a única certeza que dispunha no momento, uma vez que os candidatos a objecto de estudo eram vários e diversificados. Seria ao longo dessa demanda que em conversa informal com o Dr. Rodrigo Banha da Silva surgiria a referência a Porto de Mós.

Esta fortificação pelo seu aspecto peculiar transporta-nos imediatamente para um imaginário de príncipes e princesas, reunindo todas as condições necessárias ao seu estudo, pois não só se tratava de um edifício fisicamente interessante como se enquadrava no período cronológico de eleição assim como já havia sofrido intervenção arqueológica cujo espólio exumado nunca fora estudado.

[1] Cf. Alexandra Barradas, 2005; Augusto Costa e Luís Correia, 1999.

Para mais, localizava-se numa área geográfica que me era próxima a nível físico e emocional, a minha região, o que me permitiria descobrir um pouco melhor a realidade histórica e arqueológica da Estremadura, tornando-se também um objectivo deste trabalho poder contribuir para o aumento do conhecimento histórico, arqueológico e arquitectónico desta região que como tantas outras que ainda carece de estudos arqueológicos, em especial para o período medieval.

A existência de inúmeras interrogações históricas e arquitectónicas, levantadas pelos trabalhos já realizados sobre este edifício no âmbito da História e da História de Arte, aguçavam a minha curiosidade em especial quando olhava para esta fortificação e via um castelo de aparência apalaçada e estilo cosmopolita.

Assim que soube que este era o local ideal, contactei o arqueólogo responsável pela intervenção, o Dr. António Marques, que gentilmente me cedeu todo espólio e toda a documentação necessária, sem no entanto deixar de me alertar para alguns problemas inerentes ao seu estudo, uma vez que a informação gráfica, fotográfica e mesmo material, era apenas parcial. Este facto, embora se revela-se desafiante e arriscado, viria a reforçar a minha vontade de aliar a um simples estudo de espólio arqueológico, toda a vertente arquitectónica.

Deste modo, espero poder, no final da presente tese, efectuar uma proposta de evolução arquitectónica do castelo e aumentar o conhecimento actual sobre esta fortificação.

1.2. Metodologia

Para efectuar o presente trabalho sobre o castelo de Porto de Mós e tentar recriar o seu território, a paisagem e o seu quotidiano foi essencial recorrer a diferentes fontes (escritas, cartográficas, gráficas, fotográficas e arqueológicas), datáveis desde a Idade Média até à Contemporaneidade, a fim de permitir que fossem ultrapassadas algumas das dificuldades encontradas.

1.2.1. As fontes escritas e iconográficas

A maior parte das fontes escritas utilizadas provêm da obra de Saul António Gomes, intitulada *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental, séculos XII a XIX*, onde são compilados documentos provenientes de diferentes origens. Esta extensa recolha incidiu sobre fundos muito variados, como o antigo arquivo do mosteiro de Alcobaça, de Santa Clara de Coimbra, da Batalha, mas também das chancelarias régias, da documentação privada relativa á posse de propriedade, dos manuscritos concelhios e também dos dois forais concedidos à vila, respectivamente por D. Dinis e D. Manuel I. Este acervo forneceu importantes elementos, que permitiram recriar a paisagem e o modo de vida destas populações. Contudo, apesar da larga importância da documentação escrita, ela é por vezes escassa ou omissa para determinados assuntos, como a evolução urbana e arquitectónica, entre outros domínios da compreensão do espaço.

Como em muitos outros casos para estas épocas, a informação apresenta-se dispersa e indirecta, resultando da esfera monástica, régia ou jurídico-administrativa, que dá obviamente uma visão parcelar da realidade.

Foi também tida em consideração a informação produzida pela historiografia local, que regista importantes elementos da vida de Porto de Mós, fazendo referência a testemunhos construtivos e culturais hoje desaparecidos[2]. Estes autores fornecem importantes informações, mas na sua análise mantêm-se a distância e procura-se separar os factos objectivos das interpretações sentimentais e apelativas. Beneficiou-se ainda de estudos no âmbito da História e da História de Arte sobre a região na medievalidade,

[2] Cf. António Cacela, 1977; Serra Frazão, 1982, Jorge Furriel, 2003.

tanto em obras gerais, como em trabalhos monográficos de Saul Gomes e Alexandra Barradas[3].

No domínio da Arqueologia o vazio é quase completo, sobretudo no que diz respeito ao período medieval, para o qual não há nenhuma publicação referente a esta região, facto que trouxe grandes dificuldades para a análise dos dados arqueológicos, para a procura de paralelos e sua integração cultural. Mesmo em regiões circundantes, apesar de se registarem intervenções com dados para este período, muitas delas não chegaram a ser publicadas ou foram-no apenas de forma muito preliminar.

A toponímia medieval e actual foi outra fonte importante na realização deste estudo. No entanto, a toponímia actual, tendo presente a dificuldade em datar a sua origem, não pode ser directamente reportada para o período medieval. Ainda assim, permitiu obter informações importantes ao nível da descrição e caracterização da paisagem natural e humana portomosense naquela época.

A iconografia disponível para Porto de Mós é reduzida e tardia, embora permita retirar alguns dados relativos à estrutura urbana e, sobretudo, ao castelo e ao seu estado de conservação. As duas imagens mais antigas correspondem a gravuras datáveis dos séculos XVIII e XX. A primeira foi efectuada pelo engenheiro-mor José Moreira de Carvalhos, representando o castelo de Porto de Mós em 1755 e onde se pode visualizar as suas fachadas Sul e Oeste (Fig.1); a segunda foi efectuada por João Pereira Mousinho e ilustra a vila encimada pelo seu castelo (Fig.2). Torna-se também importante referir os levantamentos e estudo arquitectónico efectuado por Ernesto Korrodi, de 1895.

Com a divulgação da imagem fotográfica surgem, nos finais do século XIX e na centúria seguinte, imagens postais com vistas de Porto de Mós e dos edifícios emblemáticos desta vila (Fig.3 e 4). Estes elementos complementam-se com as fotografias efectuadas nos anos de 1930 e 1940 pela D.G.E. M.N., anteriores às obras de restauro empreendidas no castelo (Fig.5 e 6). Estas, apesar de serem relevantes contributos para a problemática, apresentam inúmeras fragilidades, como a baixa resolução e a insuficiência do registo fotográfico efectuado, uma vez que não são contemplados todos os ângulos ou áreas da fortaleza, o que nos permite ter apenas uma visão parcelar da realidade.

Infelizmente, e ao contrário do que sucedeu com outros castelos portugueses, o boletim informativo destes trabalhos nunca foi realizado e os levantamentos gráficos

[3] Cf. Saul Gomes, 1985, 2005, 2006; Alexandra Barradas, 2005.

mais rigorosos datam dos anos 90 (Fig.7 e 8), facto que não permite compreender com rigor o impacto desta empreitada na estrutura da fortificação, de modo a comparar de forma rigorosa o antes e o depois. No entanto, a conjugação de todos estes elementos referidos foi fundamental para adquirir um conhecimento mais alargado e fidedigno da temática em questão.

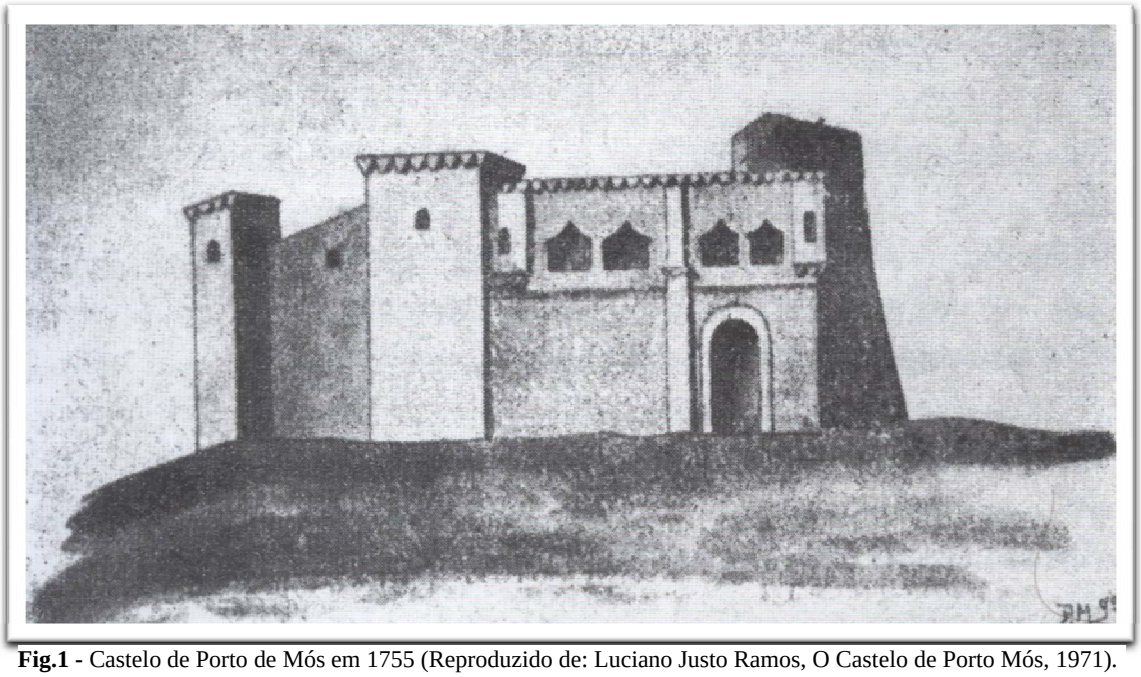


Fig.1 - Castelo de Porto de Mós em 1755 (Reproduzido de: Luciano Justo Ramos, O Castelo de Porto Mós, 1971).

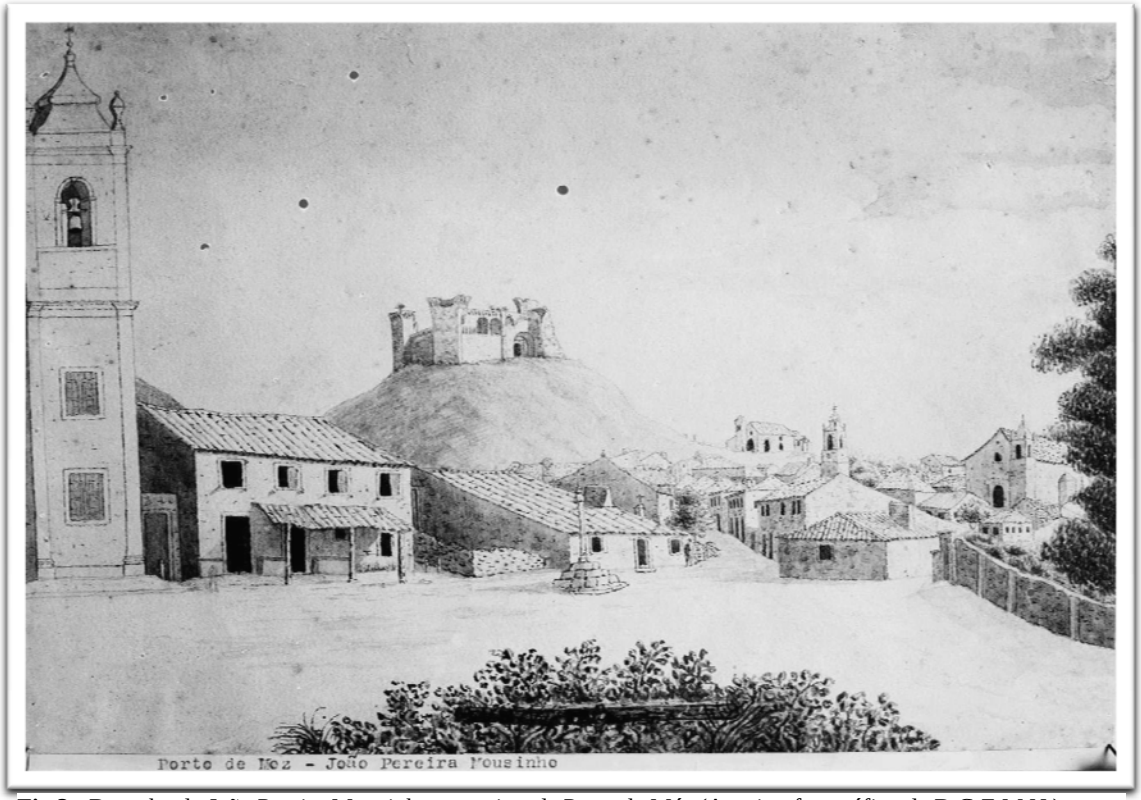


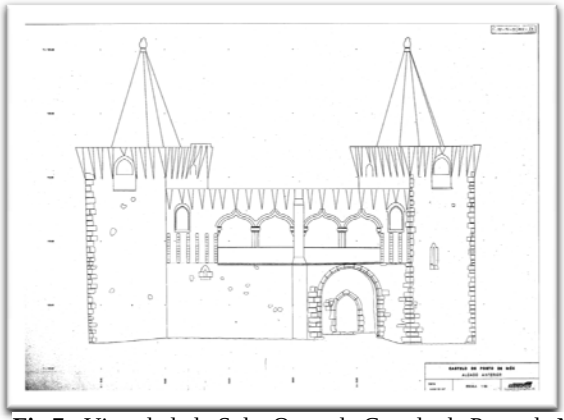
Fig.2 - Desenho de João Pereira Mouzinho com vista de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da D.G.E.M.N.).

Fig.3 - Postal com vista do Castelo de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da Biblioteca Municipal de Porto de Mós).

Fig.4 - Postais com vistas de Porto de Mós e dos seus edifícios emblemáticos (Arquivo fotográfico da Biblioteca Municipal de Porto de Mós).

Fig.5 - Fachada Sul do Castelo de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da D.G.E.M.N.).

Fig.6 - Vista Sudeste do Castelo de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da D.G.E.M.N.).



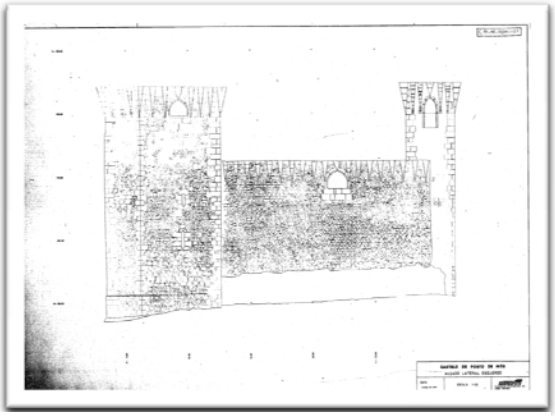
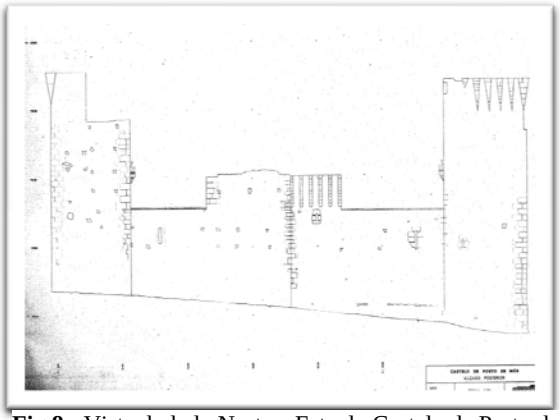


Fig.7 - Vista do lado Sul e Oeste do Castelo de Porto de Mós (Arquivo da D.G.E.M.N.)



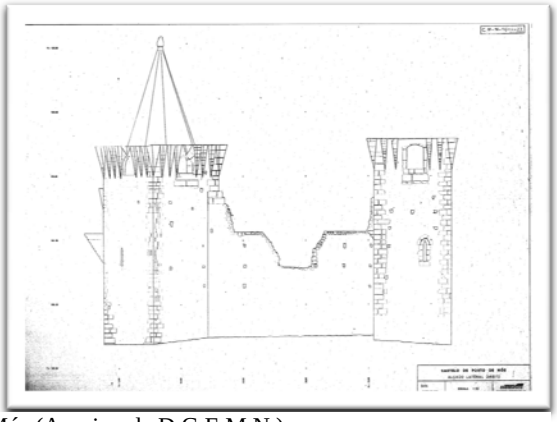


Fig.8 - Vista do lado Norte e Este do Castelo de Porto de Mós (Arquivo da D.G.E.M.N.)

1.2.2. A análise arquitectónica

Para reconstituir a evolução da traça do castelo de Porto de Mós na Idade Média, tão importante como a análise dos vestígios enterrados, é a investigação acerca do remanescente arquitectónico.

As grandes campanhas de obras de restauro empreendidas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nos anos de 1930, 40 e 50 foram muito profundas alterando de forma intensa toda a estrutura do edifício através da demolição e posterior reconstrução de grandes áreas deste castelo que afectaram os vestígios existentes a uma cota positiva e negativa (Fig.9).

Para a realização do estudo arquitectónico foram descritos e analisados os aparelhos construtivos originais que, através da observação fotográfica e da respectiva comparação com o estado actual da fortificação, se mostravam pouco afectados pelas posteriores obras de restauro foi também percepcionada a relação existentes entre os elementos que constituem as estruturas, de modo a compreender a sua evolução orgânica.

No que diz respeito aos levantamentos topográficos e arquitectónicos foi utilizado o registo gráfico de plantas e alçados de fachadas efectuado pela D.G.E.M.N. em 1995, aquando do último restauro. Como complemento informativo realizámos um exaustivo registo fotográfico de todo o edifício e dos pormenores arquitectónicos que se mostravam pertinentes. No entanto, para a análise arquitectónica não se realizou um estudo analítico que seguisse de forma rigorosa as metodologias aplicadas à Arqueologia da Arquitectura, mas adaptaram-se os seus princípios quando necessários ou pertinentes.

Como forma de afinar a cronologia da estrutura do castelo, para além de integrar os dados históricos e arqueológicos, como anteriormente referido, procurou-se identificar paralelos formais e decorativos com fortificações nacionais e estrangeiras.

A análise da métrica e de proporção do edifício foram tidas em conta durante o estudo global da estrutura, assim como as marcas de canteiro detectadas, que foram registadas graficamente todas elas com o intuito de aumentar a informação disponível e levar á compreensão da evolução arquitectónica do edifício.

Para efectuar o estudo do território de Porto de Mós e a integração do castelo no mesmo foi efectuado o levantamento arquitectónico esquemático de algumas pontes que

se mostravam pertinentes à investigação e que devido ao seu avançado estado de degradação necessitavam de um bom registo gráfico[4] e fotográfico.

Em suma, pretende-se efectuar um estudo de simbiose entre a informação facultada pela História, Arqueologia e Arquitectura de modo a potenciar a informação disponível e colmatar as suas fragilidades.

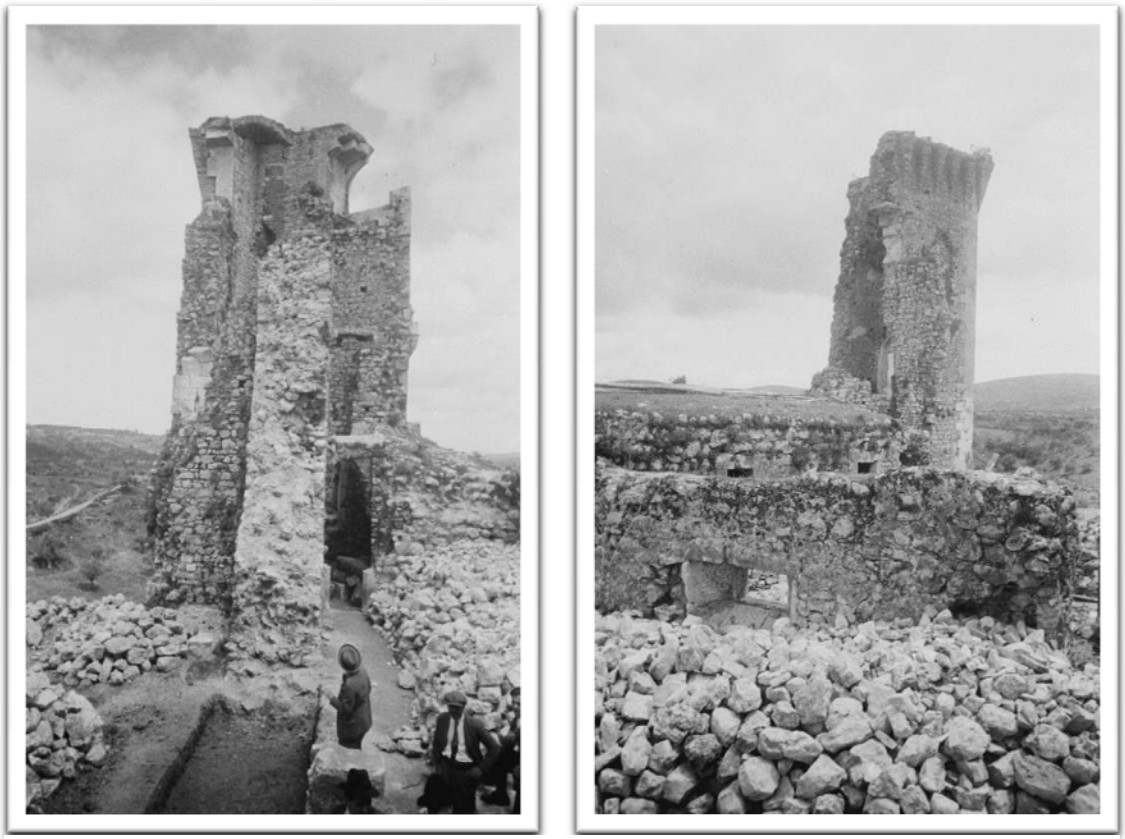


Fig.9 - Vista da destruição da torre F e L do Castelo de Porto de Mós (Arquivo da D.G.E.M.N.)

[4] Não foi possível efectuar um registo sistemático devido ao actual funcionamento destas estruturas, espera-se num futuro próximo e com outros meios poder efectuá-lo.

1.2.3. A intervenção arqueológica[5]

A intervenção arqueológica realizada no castelo de Porto de Mós teve início em Outubro de 1991, a pedido da Direcção de Serviços Regionais dos Monumentos do Centro (D.S.R.M.C), no âmbito das obras de restauro e revitalização a realizar neste edifício. Os trabalhos arqueológicos prolongaram-se durante o mês de Novembro de 1991 e tiveram o seu término em Fevereiro de 1992.

A necessidade desta intervenção surgia por estímulo da componente arquitectónica do projecto de revitalização do castelo que, desde logo, se deparou com problemas e interrogações para os quais solicitou o apoio da Arqueologia. Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos, a cargo da D.S.R.M.C, tiveram como responsável científico o Dr. António Marques, tendo sido assessorado pelo chefe da Divisão de Arqueologia da Delegação de Coimbra do Instituo Português do Património Cultural (I.P.P.C.) e apoiado a nível logístico pela Câmara Municipal de Porto de Mós.

Inicialmente, optaram pela utilização do método de escavação preconizado por Mortimer Wheeler e, para tal, dividiram a área a intervencionar em três sectores de 36x12m, designados com a numeração romana XIV, XV e XVI e orientados no sentido Norte-Sul. Cada sector foi subdividido por uma malha de quadrados de 2x2m, com a mesma orientação, perfazendo um total de 108 quadrados por sector. Esta foi a solução utilizada pelos responsáveis, por a considerarem mais apropriada face à pequena dimensão do edifício (Fig.29). No entanto, aquando da intervenção foi necessário adaptar estes métodos, uma vez que nem sempre se adequavam às situações detectadas ou aos objectivos a que se propunham. Por isso, os mesmos responsáveis optaram por um sistema de sondagens no interior dos compartimentos, designando-os pelas letras A, B, C (…), às quais foram atribuídos algarismos correspondentes ao número de sondagens realizadas no interior dessa mesma divisão (B1, B2, etc.).

Os arqueólogos efectuaram a escavação das quadrículas por camadas naturais e as estruturas encontradas foram registadas topograficamente, fotografadas e desenhadas. Neste trabalho efectua-se a descrição estratigráfica por quadrículas e compartimentos, de forma a facilitar a sua leitura e compreensão. Todas as informações relacionadas com a intervenção arqueológica, como desenhos, fotografias e caderno de campo com o descritivo das unidades estratigráficas e procedimentos da escavação, bem como um relatório preliminar, foram retiradas dos registos pessoais cedidos pelo Dr. António

[5] A informação exposta no presente texto foi retirada do relatório preliminar da intervenção arqueológica e do respectivo caderno de campo.

Marques. No entanto, gostaríamos de salientar que nunca foi realizado o relatório final desta intervenção e a documentação guardada nas instituições da tutela era parcelar ou insuficiente no caso da D.G.E.M.N e dada como inexistente ou desaparecida na Direcção Regional de Cultura do Centro. Por este motivo não houve acesso á grande maioria dos desenhos produzidos durante a intervenção (perfis, cortes estratigráficos, planos, plantas, etc.), assim com às respectivas fotografias o que trouxeram grandes problemas de interpretação, pois a descrição e sucessão de camadas sem respectivos desenhos e fotografias são infrutuosas.

No total foi escavada uma área de cerca de 20% do castelo, através da abertura de 37 sondagens, que se distribuíram por diferentes áreas do edifício.

1.2.4. O estudo do espólio arqueológico

Na análise da intervenção arqueológica supracitada procurou-se inventariar e estudar todas as cerâmicas provenientes das diferentes áreas intervencionadas e que se enquadrassem nos níveis datáveis da Idade Média. Estas cerâmicas constituíram a grande maioria do espólio exumado naquela escavação, embora o seu número seja limitado e por vezes insuficiente para classificar seguramente os níveis estratigráficos e estruturas detectadas. Foram seleccionados para o estudo deste local, de um universo constituído por 1000 fragmentos cerâmicos, 61 com características formais, decorativas e de fabrico que se consideraram representativas das camadas arqueológicas identificadas. Apesar de inicialmente haver vontade, não nos foi possível avançar sobre outros tipos de espólio exumados, nomeadamente os materiais metálicos, embora tenham sido levados em consideração na interpretação estratigráfica e funcional. O mesmo se poderá dizer em relação aos materiais cerâmicos com cronologia posterior aos alvores do século XVI, período que já não é objecto deste estudo.

Os artefactos seleccionados foram inicialmente lavados, colados e inventariados. Para tal, foi atribuído a cada um dos fragmentos um acrónimo (CPM – Castelo Porto Mós), seguido de ponto, do ano em que se realizou a intervenção arqueológica e do respectivo número de inventário atribuído (por ex. CPM91.01). Em seguida foram descritos e desenhados os artefactos mais relevantes numa escala de 1:1.

Foi, posteriormente, realizada uma descrição individual de cada fragmento, que em junção com a informação gráfica permitiu reconstituir os dados da amostra. Desta constou: a identificação funcional; a descrição da forma (aberta ou fechada), da boca (bordo e lábio), do corpo, da base (fundo ou pé) e das asas; a caracterização da matéria-

prima com que foram produzidas; a constituição da pasta e a coloração das suas superfícies externas e internas; o tipo de cozedura; o tratamento das superfícies; os diferentes tipos de decoração; as dimensões e outros atributos considerados importantes.

A pasta foi analisada tendo em conta: a sua textura, que podia ser homogénea, granular, arenosa ou vacular; a sua consistência compacta, média ou friável e os elementos não plásticos, classificados quanto à sua granulometria de grão fino (quando a sua dimensão não excede os 0,2 cm), médio (entre os 0,2 cm e os 0,5 cm) ou grande (quando ultrapassam os 0,5 cm).

A análise geológica dos elementos não plásticos foi efectuada macroscopicamente e permitiu detectar elementos calcários, quartzos, arenitos vermelhos, micas brancas (moscovite), micas negras (biotite) pequenos nódulos de cerâmica cozida e alguns vácuos pertencentes a elementos vegetais.

O tipo de cozedura foi diferenciado em ambiente oxidante (cores beges, rosas, castanhas ou laranjas); ambiente redutor (cores cinzentas), ambiente redutor com arrefecimento oxidante e ambiente oxidante com arrefecimento redutor.

O catálogo efectuado com os elementos recolhidos foi organizado tendo em conta a matéria-prima com que as peças foram produzidas e consta no final do estudo. Após a catalogação e descrição dos artefactos procuraram datar-se as peças em estudo, através de paralelos formais e decorativos, com o objectivo de as enquadrar cultural e cronologicamente.

A classificação e identificação das formas foi efectuada com base em paralelos etnográficos, ainda hoje registados em determinados quotidianos, ou em peças já descritas por outros arqueólogos[6]. Foram organizadas em quatro grupos distintos, consoante a sua funcionalidade:

Louça de mesa:

Púcaro – Recipiente de forma fechada, corpo globular ou troncocónico, gargalo alto, assente em fundo plano ou em pé alto e com uma ou duas asas opostas. Esta forma apresenta normalmente pequenas dimensões e destina-se a ir á mesa para consumo individual de líquidos.

Jarra – Recipiente de forma fechada, corpo globular e gargalo alto, assente em fundo plano ou em pé anelar.

[6] Cf. Rosa Varela Gomes, 2002; Miguel Rodrigues, 1994.

Jarro – Recipiente de forma fechada, corpo ovóide com colo, gargalo, bico normalmente trilobulado, uma asa oposta ao bico e assente em base plana. Esta forma apresenta dimensões variáveis, mas nunca de grandes dimensões uma vez que se destina a servir líquidos na mesa.

Prato – Recipiente aberto de forma cilíndrica de paredes baixas e fundo com pequeno pé destacado, geralmente provido de caldeira e aba. O seu diâmetro pode ser variável, mas apresenta sempre um primeiro revestimento em esmalte branco. Normalmente era utilizado para servir ou consumir os alimentos que transportava.

Louça de cozinha:

Alguidar – Recipiente de forma aberta, corpo geralmente troncocónico e de paredes obliquas assente sobre fundo plano e cujo diâmetro da boca é maior que o do fundo. Esta forma de larga pervivência e variantes formais destinava-se a diversas funções domésticas.

Panela – Recipiente de forma fechada, corpo geralmente globular ou ovóide, colo geralmente estrangulado e assente sobre fundo plano com uma ou, menos comum, duas asas opostas colocadas sob o bordo. As suas características formais e dimensões são variáveis. Trata-se de uma peça muito numerosa nos contextos medievais, sobretudo cristãos, e destina-se à confecção de alimentos ao lume.

Tacho – Recipiente de forma aberta, corpo geralmente troncocónico, baixo, largo com paredes ligeiramente inclinadas e fundo plano. Esta forma apresenta normalmente um grande diâmetro, mas as suas dimensões podem ser variadas. Trata-se de uma peça destinada à confecção de alimentos ao lume em tudo semelhante à frigideira. No entanto, não a nomeamos dessa forma por acharmos que o tacho se trata de uma forma mais funda e sem revestimento impermeabilizante no interior.

Testo – Tampa de forma troncocónica, base aplanada e com pequena pega central. Esta forma de dimensões e morfologia variada poderia tapar diferentes recipientes.

Cântaro – Recipiente de forma fechada, corpo geralmente troncocónico ou ovóide com gargalo alto, fundo plano e duas asas opostas. Trata-se, normalmente, de um recipiente de grandes e médias dimensões e destinado a conter líquidos para armazenamento ou transporte.

Louça de armazenamento:

Pote – Recipiente de forma fechada, corpo globular ou ovóide com fundo plano. Este recipiente mostra diferentes formas e dimensões e era utilizada para armazenar distintos produtos líquidos ou sólidos.

Talha – Recipiente de forma fechada, corpo ovóide, fundo plano, normalmente de robusto. Este recipiente mostra diferentes formas e dimensões e era utilizado para armazenar distintos produtos líquidos ou sólidos.

Cerâmica de construção:

Telha – Elemento de cobertura de forma rectangular, em escama ou em meia cana. Utilizado na cobertura de diferentes tipos de edifícios de alvenaria ou madeira.

Manilhas – Peça de forma cilíndrica com dois orifícios de dimensões distintas em cada extremidade do corpo, que permitem o encaixe de outras peças semelhantes e que serviam para canalizar águas de diferentes proveniências.

Elementos arquitectónicos – Conjunto de peças diversificadas que pode conter capitéis, frisos, fragmentos de elementos arquitectónicos, etc.

Após a análise funcional da generalidade das peças procedeu-se à descrição do tratamento dado a uma ou a ambas as superfícies, servisse ela uma função prática (impermeabilização, cobertura homogénea das superfícies ou simples aclaramento do tom base da pasta), ou meramente decorativa. Utilizaram-se os seguintes conceitos, quanto aos revestimentos cerâmicos:

Aguada – Cobertura aplicada com um corante pouco espesso geralmente com uma cor diferente do tom base da pasta e que cobre de forma total ou parcial a peça.

Engobe – Cobertura algo semelhante à anterior mas que se distingue por um maior espessamento da cobertura.

Vidrado – Cobertura aplicada de forma total ou parcial e constituída por uma camada de óxidos alcalinos de chumbo que vitrificam em contacto com o fogo. Este revestimento é utilizado no interior para impermeabilizar e no exterior para decorar as peças. Por vezes são adicionados óxidos que lhe conferem tonalidades.

Esmalte – Cobertura vítrea opaca ou branca, de óxido alcalino de estanho, aplicada sobre peças previamente engobadas. Com a utilização dos óxidos acima referidos obtiveram-se colorações.

Para além das questões funcionais, foram também efectuadas diferentes decorações nas peças, que as procuravam embelezar e valorizar esteticamente, nomeadamente através das seguintes técnicas:

Caneluras – Trata-se de um processo decorativo efectuado durante a construção da peça quando o oleiro imprime força com o auxílio dos dedos ou de uma espátula produzindo pequenos sulcos em redor da peça, isolados ou agrupados.

Incisão – Trata-se de um processo decorativo efectuado por um elemento aguçado que deixa marcas na peça antes de esta ser submetida a qualquer cozedura. Estas marcas podem apresentar diversas formas e mesmo compor desenhos.

Decoração plástica – Trata-se de um processo decorativo efectuado através da colocação de cordões, medalhões em barro fresco sobre a peça antes de esta ir ao lume.

Decoração digitada – Trata-se de um processo decorativo efectuado pelo oleiro quando este faz uso dos dedos e imprime marcas digitadas na peça, no corpo da peça ou sobre cordões plásticos.

Brunido – Revestimento que se obtêm através do alisamento das superfícies da peça, antes de ser cozida, utilizando um pequeno seixo ou espátula. Com esta técnica podem efectuar-se diferentes desenhos e regularizar-se as superfícies, que após a cozedura ficam polidas e luzentes.

Pintura – Trata-se de um processo decorativo que emprega óxidos, diluídos em água e que possibilita obter diferentes cores e criar diferentes motivos através do uso de um pincel ou objecto maleável.

Foram ainda definidos quatro tipos ou classes de cerâmica, três constituídos por cerâmica comum que incluem cerâmica de pasta cinzenta; cerâmicas de pasta bege, rosa a castanho; cerâmicas de pasta laranja e um de faianças.

CAPÍTULO II: O castelo de Porto de Mós no Espaço e no Tempo

2.1. Paisagem Natural

2.2.1. O Relevo e os Recursos Hídricos

Porto de Mós[7] localiza-se na Estremadura[8] na opinião de Orlando Ribeiro, mais concretamente na sua zona Sul cujo território íntegra, na sua grande maioria, uma unidade de paisagem constituída pelos maciços calcários da Estremadura e da Arrábida, mas apenas uma pequena parte desta última área se insere na chamada Estremadura Setentrional[9].

Do ponto de vista geográfico Porto de Mós está longe de constituir uma unidade de paisagem coesa pois integra-se numa paisagem dicotómica que oscila entre as grandes elevações que constituem o Maciço Calcário Estremenho (200 aos 550 m) e as terras de baixa altitude (<200 m) associadas aos vales dos cursos de água, como por exemplo os vales dos rios Lena e Alcaide. A nível geomorfológico esta região enquadra-se no denominado Portugal Litoral Médio, que segundo H. Lautensach terá tido origem no período Jurássico, denominando-se Maciço Calcário de Porto de Mós.

Esta dicotomia está visualmente patente nos contrastes das paisagens que se podem observar. Nas áreas correspondentes à plataforma sedimentar detrítica, localizada no seu extremo NO, observamos um espaço desenhado por uma curva de nível com cerca 200 metros, cujo relevo se apresenta ondulado e de inclinação suave. É nesta zona de baixa altitude que se encontra a maior concentração das importantes linhas de água que percorrem o território tais: como os rios Cós, Alpedriz, Alcoa, sendo que a este último se junta o rio Baça, formando o rio Alcobaça[10], mas também os ribeiros, as ribeiras[11] e as lagoas[12] cujo uso e apropriação foi sendo feito por parte das

---

[7] *Carta Militar Portuguesa*, folha n.º 308, Porto de Mós, escala 1:25 000, 1968.

[8] Conceito que apesar de hoje congregar uma paisagem de características algo específicas sofreu alterações ao longo dos tempos. Inicialmente Estremadura significou "raia", constituindo uma zona de fronteira durante a Reconquista cristã. Com o tempo e com os progressivos avanços cristãos esta linha delimitadora e o seu significado foram-se alterando e durante o reinado de D. Dinis torna-se o nome de uma província. No entanto, esta definição sofreria alterações de tal modo que no século XVII Coimbra fazia parte dela e os seus limites a Sul terminavam no Tejo; e ainda no século XVIII, muitas povoações hoje integradas na Beira Baixa faziam parte da sua paisagem. Orlando Ribeiro, 1995, pp. 187-188.

[9] PDM de Porto de Mós, 2006, p. 6.

[10] PDM de Porto de Mós, 2006, p.6.

[11] Esta realidade ficou bem presente na toponímia através do uso destes topónimos na organização e caracterização da paisagem, como por exemplo através do recurso à sua nomeação para referenciar os limites de propriedade.

populações ao longo dos tempos através do recurso a *açudes, caneiros, regueiras e fontes*.

Se a paisagem da plataforma detrítica se mostra una, em contraste, a do Maciço Calcário, que ocupa a restante região, apresenta-se mais diversificada. Esta é atravessada por um importante *festo* no sentido SO/NE, que separa a bacia do Tejo da do Lis, definindo a Serra de S. Bento e prolongando-se pela Costa de Alvados, Mira e Minde no desenvolvimento da Serra de Aire, definindo ainda o planalto de Santo António a Sul e o de S. Mamede a Norte[13].

A estas duas distintas áreas, montanha e planície, correspondem diferentes características, paisagens naturais e formas de ocupação e adaptação do espaço por parte do Homem. Se às áreas de relevo plano, correspondendo às zonas de depressão onde se acumulou "terra rossa[14]", encontramos zonas férteis[15] já nas restantes áreas que se estendem por toda a Serra dos Candeeiros, pelo Cerro dos Casais, e pelo Planalto de S. Mamede e de Santo António surgem zonas com severas limitações de utilização agrícola e ainda zonas onde a qualidade dos solos oscila entre a fertilidade e a infertilidade[16].

Este modo de ocupação do espaço está bem patente na toponímia medieval e actual através da frequência de utilização de topónimos descritores da paisagem, tais como os que indicam a ocupação das zonas planas; *várzea, vale, chão* e *covão* ou os que designam terrenos de meia encosta com pouca altitude; *cabeço, cômoro, costa, lombo* e *outeiro* e, por fim, e em número reduzido, surgem os que nos remetem para a ocupação das áreas de altitude mais elevada como *a serra*[17].

No que diz respeito à relação de Porto de Mós com a linha de costa esta terá sido certamente mais estreita que a que poderíamos antever nos dias de hoje. Apesar de se encontrar numa área de interior, durante as centúrias compreendidas entre os séculos XII a XVI e em períodos anteriores, encontrar-se-ia mais próximo da costa através do

---

[12] Lagoas do Arrimal.
[13] PDM de Porto de Mós, 2006, p.35.
[14] A "terra rossa" é um solo de características residuais resultante de um depósito detrítico, ou seja, é uma natural acumulação de argilas, areias finas e óxido de ferro, consequência da dissolução dos calcários. http://e-geo.ineti.pt/bds/lexico_geologico/termo.aspx?termo=Terra rossa.
[15] Extenso vale que se estende desde Mendiga a Serro Ventoso, *poldje* de Alvados e Mira-Minde, vale do rio Lena, junto a Porto de Mós, estendendo-se até ao limite Norte do território, vale do rio Cós, prolongando-se até Alcaria de Cima e vale do rio Alcoa. PDM de Porto de Mós, 2006, pp.31-33.
[16] S. Jorge até Cumeira de Cima, na envolvência de Mendiga e Bemposta, e envolvência de Alvados, Alcaria e Porto de Mós.
[17] J. M. Piel, 1947, pp. 153-198.

complexo portuário da Estremadura[18] com os portos localizados em Pederneira, Cós, Alfeizerão, São Martinho do Porto e Salir do Porto. Este facto deveu-se a uma transgressão marinha que manteve a lagoa da Pederneira ou "mar interior", navegável até aos povoados hoje localizados no interior, tais como Cós, Valado de Frades, Maiorga, Famalicão e Pederneira[19]. *"Este complexo funcionava em paralelo com os portos de Paredes, e a foz do Rio Lis (perto da Vieira de Leiria), ambos responsáveis pelo contacto da cidade de Leiria com o meio atlântico, e que poderá ter estado igualmente em ligação com Alcobaça"*[20].

Os rios que percorriam o território de Porto de Mós, apesar do seu reduzido caudal, permitiriam possivelmente a circulação de pequenas embarcações, criando deste modo um corredor de ligação entre as zonas interiores e a linha de costa e entre povoações. Assim, possibilitava-se uma maior mobilidade de pessoas e bens, encurtando "distâncias" e potenciando as economias locais.

2.1.2. A Floresta

Em simbiose com o espaço povoado, percorrido e dominado pelo Homem, estavam as terras não cultivadas que ocupariam certamente uma vasta área neste território e teriam um proeminente papel na vida do Homem Medieval, uma vez que se tratava de uma importante fonte de recursos indispensáveis e inestimáveis[21] à sua sobrevivência.

As áreas de floresta encontrar-se-iam provavelmente dispersas por todo o território e podiam ser áreas mais ou menos vastas e densas mas que conviveriam muitas vezes de forma natural com as zonas habitadas e cultivadas até o seu espaço ser reclamado pelo Homem em prol dos arroteamentos.

A sua referência na toponímia medieval surge muitas vezes utilizando o termo genérico de *mata* para nomear as áreas de floresta. Uma das maiores matas seria a que se localizava na Serra de Aire e que estaria sob a alçada do monarca[22] que lhe tinha

---

[18] O complexo portuário da Estremadura incluía, entre os séculos XII e XVI, um total de dez portos. Para além dos cinco citados incluíam-se ainda os portos de Óbidos, Peniche, Baleal, Atouguia e Lourinhã. Maria Luísa Blot, 2003, p.58.
[19] Maria Luísa Blot, 2003, p.213.
[20] Maria Luísa Blot, 2003, p.213.
[21] *"Desde a sua madeira aos seus frutos, dos seus animais bravios às suas pastagens"*. Iria Gonçalves, 1989, p.100.
[22] Guardavam para as suas caçadas a exclusividade de determinadas espécies, tais como, os ursos, os javalis, os cervos ou veados e porcos e bácoros monteses. Manuela Santos Silva, 1996, p.8; Nicole Devy-Vareta, 1985, pp.46-67.

vigilância apertada através de um *"monteyro e guardador"*[23] . No entanto, existiam outras áreas de mata que eram propriedade de privados[24] e de instituições monásticas[25].

As espécies de grande porte que cobriam de verde a paisagem eram em grande número o zambujeiro, o carvalho, o pinheiro e o carrasco e em menor número o ulmeiro, a azinheira, o salgueiro, o sobreiro, a nogueira e o abrunheiro. Esta abundância arbórea é comum em toda a região desde Leiria até Óbidos passando por Cós e Alcobaça. Este bem era fundamental à vida do Homem medieval uma vez que o seu uso tinha um sem-fim de utilidades (na alimentação: espécies silvestres, cogumelos, bolotas, mel, animais selvagens etc; na construção: madeira para a construção de casas, barcos, objectos do quotidiano familiar e agrícola, etc; na manufactura: vidro, sabão e courama; combustível: lenha e fertilizante: folhas e cinzas; etc.).

A riqueza obtida na floresta era de tal modo vital a estas populações que surgem no século XIV referências aos problemas existentes entre as populações de Porto de Mós, Óbidos, Cornaga, Rio Maior, Alcanede, Leiria e Santarém com o mosteiro de Alcobaça, devido ao furto de *"aroos e a madeira"* [26]. Estes roubos eram, possivelmente, motivados pela tentativa de obtenção de madeira, sem pagar os direitos devidos ao mosteiro de Alcobaça.

O sucessivo uso e abuso destas zonas levava certamente, à semelhança com as regiões circundantes[27], a uma rápida destruição das manchas de floresta que, agravada pela pastagem[28] e pelos arroteamentos, não conseguia recuperar as suas dimensões originais. Esta mesma destruição muitas vezes aumentava o número de espécies de vegetação rasteira ou de pequeno porte como a silva, o tojo, o espinho, a giesta, as charnecas e os pragais. Estas espécies de mato cresciam livremente por todos os terrenos, quer fossem privados ou públicos e coabitavam com as culturas, com o pousio e com as matas.

Ainda assim a floresta medieval era o *habitat* de diversos animais que eram alvo de caça por parte de toda uma pirâmide social. Contudo, estas caçadas nem sempre

---

[23] TT – Chancelaria de D. Manuel, Livro 22, fls. 4-4vº. Saul Gomes, 2005, pp.596-597.
[24] *"Mata de Diogo Ayres"*, TT – Mosteiro da Batalha, Livro 1, fls. 14, 19, 48. Saul Gomes, 2005, pp.612,623.
[25] Cf. TT – Mosteiro de Alcobaça, 2ª incorp., Mº 6, Doc. 158. Saul Gomes, 2005, pp.211-212; TT – Mosteiro da Batalha, Livro 1., fls. 21-23. Saul Gomes, 2005, pp.621-623; Iria Gonçalves, 1989, pp.100-101.
[26] TT – Mosteiro de Alcobaça, 2ª incorp., Mº 6, Doc. 1581. Saul Gomes, 2005, pp.211-212.
[27] Cf. Iria Gonçalves, 1989; Manuela Silva, 1996.
[28] *"O bosque era sobretudo um terreno de pastagem privilegiado, onde o agricultor e o senhor lançavam os seus gados que aí viviam, por vezes longos tempos, em regime de liberdade completa ou quase*". Iria Gonçalves, 1989, pp.261-262.

tinham os intuitos desportivos da nobreza mas *"visavam também, e muitas vezes sobretudo, a obtenção de um suplemento alimentar e de peles susceptíveis de variadas utilizações"*[29] por parte das populações. Nas matas de Porto de Mós caçavam-se perdizes, lebres, raposas, ursos, veados e lobos. Muitos destes animais para além dos tempos de lazer e deleite que proporcionavam à nobreza, eram também *"o terror das lavouras"*[30] para as populações rurais e por tal eram muitas vezes caçados e perseguidos, como era o caso do lobo e do cerdo montez, no âmbito de uma *"caça defensiva"*[31] .

2.1.3. A Pesca

As populações do "território" de Porto de Mós completavam a sua dieta com o produto resultante da pesca. Contudo, apesar da abundância aquífera este território não possuía nenhum curso de água de "grande importância". Eram os diferentes rios, ribeiros, ribeiras e lagoas que serviam de forma benéfica as populações, permitindo diversificar as suas necessidades alimentares.

É difícil conhecer as espécies pescadas nestes cursos fluviais durante o período medieval, porém a documentação datada do século XVIII permite conhecer algumas das espécies pescadas pelas populações nestas águas, tais como: a *boga, os ruivacos, os barbos e as enguias*[32]. Espécies que certamente já habitariam estas águas na Idade Média e que teriam grande importância no âmbito da pesca de subsistência, já que permitiriam diversificar a alimentação.

A escassez de referências documentais à actividade piscícola permite dizer que apesar de fonte importante na diversidade da dieta alimentar esta não seria uma actividade com relevância na economia local. A pouca informação relativa da ligação de Porto de Mós com a orla marítima não nos possibilita aferir as suas implicações na vida económica da vila. Contudo, tal como acontecia com Alcobaça, também Porto de Mós beneficiaria desta proximidade e da prosperidade que este mosteiro alcançou ao longo da Idade Média com a actividade marítima através do controlo de importantes portos do complexo portuário da Estremadura.

---

[29] Iria Gonçalves, 1989, p.261.
[30] Costa Lobo, 1984, p.109.
[31] Maria Coelho e Carlos Riley, 1988, p.231.
[32] TT- Dicionário Geográfico do Pe. Luís Cardoso, Vol. 30, Nª.232, pp.1765-1775. Saul Gomes, 2005, p.929.

A navegabilidade da lagoa da Pederneira e a existência de portos sobretudo em Pederneira e Cós, encurtavam a distância deste território interior ao mar, tornando-o certamente num bom veículo de escoamento de produtos e uma importante fonte de riqueza natural.

2.1.4. As Actividades Extractivas

Em Porto de Mós foram explorados do subsolo, durante a Idade Média, alguns recursos importantes para a economia local. A documentação permite-nos conhecer a exploração dos seguintes recursos não metálicos: a *pedra*, que era segundo Saul Gomes *"uma das riquezas económicas mais importantes desta terra"*[33] e cuja qualidade[34] era amplamente conhecida[35]; o *barro*, matéria-prima muito presente na toponímia actual e medieval através dos topónimos *Barro da Parada, Barro, Barreiro de Barro, Barreiro*, etc., e que poderá aludir a uma produção oleira florescente[36], e a *cal*, elemento de diversas utilizações que deixou bem marcado o seu aproveitamento através dos actuais topónimos de Cal e forno de Cal, fazendo desta forma alusão ao seu processo de transformação. No que diz respeito aos recursos metálicos, apenas conhecemos referências à sua utilização, e não extracção, através dos topónimos de Ferraria, A do Ferreiro e Escoiral.

---

[33] Relembre-se o interessante comentário de Diogo Afonso quando escreve ao rei D. Duarte que nesta vila *"há mais de pedra que de livros"*. Saul Gomes, 1985, p.11.

[34] *"A fácil manipulação a que se prestam os tipos de pedra ornamental, extraídos no M.C.E., deve-se à sua maciez derivante de uma diagénese pouco profunda que, se por um lado, favorece o corte e escultura, por outro, confere-lhe elevada porosidade"*. Carta Geológica de V. N. de Ourém, 2000, p.113.

[35] A pedra extraída nas pedreiras das serrarias de Porto de Mós foi utilizada na construção do castelo da vila e do mosteiro de Santa Maria da Vitória.

[36] Veja-se também os topónimos Oleiro, Fonte d'Oleiro, entre outros.

2.2. Paisagem Humanizada

2.2.1. As Culturas

O "território" de Porto de Mós, onde coexistem algumas das zonas mais férteis, mas também das mais pobres agricolamente da Estremadura, mostrou durante todo período medieval um engenhoso aproveitamento do espaço disponível e uma perspicaz adaptação às condições naturais disponíveis. Nestas áreas ao longo da Idade Média foram produzidos diferentes géneros agrícolas, desde a comum trilogia alimentar (o pão, o vinho e o azeite), que tanto caracteriza a cultura mediterrânica e a alimentação medieval, até às hortaliças e às frutas, como oportunamente se expõe adiante.

Os cereais[37], apesar das dificuldades[38], eram cultivados nos campos de Porto de Mós, pois continuavam a ser de uma forma generalizada a base da alimentação da população[39] e uma das formas mais comuns de pagamento dos contractos de exploração agrária[40]. As espécies de cereais mais produzidas eram: o *trigo,* que como "*cereal panificável por excelência*"[41] era o preferido para confecção do pão e "*considerado por todos como muito importante*"[42] e o *milho-miúdo* que seria utilizado na alimentação humana, mas faria sobretudo parte da alimentação dos animais[43]. Existem também abundantes alusões a *moinhos*[44] e *azenhas*[45], equipamentos de transformação que estavam muitas vezes associados à produção cerealífera e que nesse caso permitiam transformar facilmente o grão em farinha através do engenhoso aproveitamento da energia hidráulica[46] na locomoção dos seus mecanismos.

Para além do dourado do cereal a paisagem seria também pintada pelo verde da *vinha*. Esta cultura, mais sensível na sua adaptação às características agro-climáticas,

---

[37] Apesar de serem tidos como uma cultura generalizada a presença de referências que atestem o seu cultivo são relativamente escassas na documentação consultada.
[38] "*Relativamente escassos os solos portugueses de condições especialmente pouco favoráveis à cultura do trigo*". Oliveira Marques, 1978, pp.46, 209-213.
[39] Oliveira Marques, 1981, pp.15-16.
[40] "*Um terço da produção e senhos alqueires de trigo", "singulos alqueires de bono tritico in area profugaça"*. TT - Mosteiro de Alcobaça, 1ª incorp., Mº 16, Doc. 1. Saul Gomes, 2005, p.150; "*um moio de trigo em cada ano"*. TT - Mosteiro de Alcobaça, 1ª incorp., Mº 18. Saul Gomes, 2005, p.177.
[41] Oliveira Marques, 1996, p.404.
[42] Iria Gonçalves, 1989, p.72.
[43] *"Aves de capoeira e no fabrico de pão para os cães, esporadicamente dado aos cavalos, também os homens o consumiam"*. Iria Gonçalves, 1989, p.75.
[44] "*Casa de moinho de duas rodas de moer pam*". TT - Mosteiro da Batalha, Livro 1, fls. 14, 19, 48. Saul Gomes, 2005, pp.612-623.
[45] TT - Mosteiro da Batalha, Livro 4, Doc. 269. Saul Gomes, 2005, pp.455-456.
[46] A água é um elemento muito abundante neste "território" uma vez que grande parte do termo se encontrava situado em zonas de várzea fortemente irrigadas.

encontrou no clima português o ingrediente necessário ao seu florescimento. A Estremadura, não foi excepção a este fenómeno sendo a vinha aqui cultivada de forma insistente. As referências relacionadas com esta cultura, aqui como nos territórios circundantes[47], surgem um pouco por todo o lado, quer próximas ou distantes das povoações, quer isoladas ou alternadas com outros cultivos. A vasta produção da vinha deve-se à sua importância na alimentação medieval, conferindo-lhe uma larga importância socioeconómica. Além das favoráveis questões agro-climáticas e das razões socioeconómicas, o território de Porto de Mós reunia condições para armazenamento[48] e escoamento, que permitiria a esta delicada produção chegar rapidamente e em condições satisfatórias aos seus "mercados".

Por sua vez, as hortas e os pomares complementavam as explorações tal como era corrente na Idade Média constituindo um terceiro tipo de proveito agrícola[49]. As árvores de fruto desempenhavam um papel importante na dieta alimentar, podendo o seu produto ser consumido de diversas formas (fresco, seco, em doce, em conserva, etc.), mas eram também importantes na nomeação e apropriação do espaço tornando-se um marco de referência na paisagem agrária como acontecia com a *Regueira da Pereira*[50], a *Ribeira de Macieira*[51] ou o *Vale de São Miguel do Peral*[52].

A documentação permite-nos ainda conhecer algumas dessas espécies frutíferas cultivadas, destacando-se as cerejeiras, as pereiras, as macieiras, as figueiras, os marmeleiros e as oliveiras que irrompiam um pouco por toda a "região". Os pomares e hortas tal como refere Iria Gonçalves, *"não se separavam e estas nunca deixavam de receber a plantação de algumas árvores de fruto que, não prejudicando o crescimento das demais plantas, beneficiavam do tratamento a elas dispensado, quase sem acréscimo de trabalho para o cultivador"*[53]. Esta união benéfica verificou-se constante nos terrenos da Estremadura e em especial nos do território em estudo[54], uma vez que

---

[47] Manuela Santos Silva, 1996, p.19; Iria Gonçalves, 1989, pp.81-86.
[48] Surgem referências a alguns locais de armazenamento como a *"Adega de Santa Clara"*. TT - Santa Clara de Coimbra, Mº4, Doc.21. Saul Gomes, 2005, pp.289-290.
[49] Iria Gonçalves, 1989, pp.89; Manuela Silva, 1996, pp.19.
[50] TT - Mosteiro de Alcobaça, Livro 135, fls. 118-120, Doc.97. Saul Gomes, 2005, pp.407-410.
[51] TT- Mosteiro de Alcobaça, Livro 4, Doc.224. Saul Gomes, 2005, pp.434-438.
[52] TT - Mosteiro de Alcobaça, 1ª incorp., Mº28, Doc.21; TT - Mosteiro de Alcobaça, Livro 135, fls.114vº-115, Doc.93. Saul Gomes, 2005, pp.240-242.
[53] Iria Gonçalves, 1989, p.91
[54] *"Item na Ribeira de Maceira acima da Canoeira huum moinho que se chama d'Abadinho com dous feridoiros e com todos seus asentamentos de cima e de baixo e danballas ilargas scilicet vinha e ortas erdadees assy arrotas como por arronpeer e montes maninhos e arvorres de fruito e sem fruto e lameirras e bregieirras e junqueiras e auguas e matos e ervas"*. TT - Mosteiro da Batalha, Livro 4, Doc.224. Saul Gomes, 2005, pp.434-438.

toda a área fértil disponível teria de ser aproveitada no seu todo, de modo a poder obter-se a máxima produtividade possível. Para tal, recorria-se muitas vezes ao uso de *açudes*[55] e *caneiros*[56] que permitiam efectuar uma irrigação conveniente e eficaz às diferentes culturas[57].

Se no que diz respeito ao pomar conhecemos algumas das espécies cultivadas, quanto aos legumes e hortaliças tal não sucede, pois a documentação mostra-se omissa dando-nos apenas o seu conhecimento através da referência a *hortas* e *almoinhas*, que apesar do seu significado lato congregariam certamente uma grande diversidade de espécies hortícolas e arbóreas. Estes produtos vão conhecendo um enorme incremento do seu consumo ao longo dos tempos e apesar de serem pouco prezados pelas classes superiores, permitiam, sobretudo, à população de menores recursos variar um pouco a sua alimentação[58].

As searas localizavam-se no Carvalhal, em Freixo (*Freiseno*), no *Canado*, na Várzea e na *Lagoa*, a caminho de *Alvardos*. Outras terras surgiam a Ocidente no sentido de Alcanada (Batalha) junto do lugar do Cheira Vinho e da Freixa (*Freisena*) ou na zona da Mendiga nos lugares do Furadoiro, Pias, Arrife e na Serra de Cão e de Espinho. Junto da serra de Minde, na Asseiceira, Ladeira e *Rama* o mosteiro de Alcobaça detinha algumas herdades de carvalhos, assim como terras de vinho e talhos de herdade junto da estrada do Rio Seco. Outras courelas mais pequenas surgiam dispersas pelo termo na zona do Tojal, da Ribeira, da Furna, da Peneda e nas Antas. No Andam, local de grande fertilidade, surgiam em grande número as courelas que se distribuíam pelos sítios do Ribeiro da Carvalha Gorda, da Cabra, dos Pardieiros, da Azambujeira, da Várzea do Andam, da Charneca, do Juncal, do Andainho, da *Vessad*a, da Furna do Arrezaio, do Sobral, da Castanheira, dos Carvalhais, da Ribeira de Coz[59] (Gráfico I, II, III e IV).

2.2.2. A Pastagem e a Pecuária

Uma parte significativa do território seria ocupada de forma permanente[60] ou alternada[61] por pastos que alimentariam o gado[62]. Esta actividade benéfica aos solos e

---

[55] *"Açude do muinho de Stevam Machado"*. TT – Mosteiro de Alcobaça, 2º incorp., Mº 12, Doc. 296 (28); TT – Dourados de Alcobaça, Livro 3, Doc. 261, fls. 132-132v. Saul Gomes, 2005, pp.449-450.
[56] TT – Mosteiro da Batalha, Livro 4, Doc. 232. Saul Gomes, 2005, pp.520-521.
[57] TT – Mosteiro de Alcobaça, Livro 15, fls. 203v-202v. Saul Gomes, 2005, p.387; TT – Mosteiro de Alcobaça, 2ª incorp., Mº 12, Doc. 296 (28). Saul Gomes, 2005, p.449.
[58] Ferro, 1996, p.31; Oliveira Marques, 1998, p.623.
[59] Saul Gomes, 2005, p.37.
[60] No que diz respeito às zonas montanhosas onde muitas vezes a pastorícia era a única forma de sobrevivência por serem zonas pouco férteis: "*eu veendo como elles moram em aquelles lugares que som*

aos animais[63] surge documentada através dos topónimos; *lameira*, *panasqueira*, *chouso* e *relva*. A toponímia e a documentação permitem-nos também conhecer as diferentes espécies de gado que aí apascentavam sendo ele constituído sobretudo por equinos[64], bovinos[65], ovinos[66] e caprinos[67].

Em Porto de Mós, ao contrário do que nos é retratado por Iria Gonçalves para Alcobaça e Manuela Silva para Óbidos, a pastagem constituía uma percentagem elevada da área explorada pelo Homem medieval. Este facto poderá ser facilmente explicado se tivermos presente a geografia desta área onde grande parte do território é constituída por montanhas de altitudes pronunciadas (Minde, Mendiga, Aire, etc.), zonas onde a pastorícia seria a única actividade possível e a única forma de rentabilizar estas vastas áreas montanhosas.

Por sua vez, na vila cantariam nos quintais e quem sabe calcorreariam as ruas outros pequenos animais que não deveriam faltar nas casas medievas: as galinhas e os galos que para além de boa carne colocariam bons ovos, ambos muito importantes e largamente referidos nos pagamentos de foros[68], mas certamente far-lhe-iam companhia outros animais não referidos nos documentos como os patos, os coelhos e os porcos.

A produção agrícola na "região" foi tão efectiva que a organização rural do território define-se neste período e permanecerá assim com apenas algumas alterações até ao século XIX.

---

antre duas serras nom podem aver sa proll nem mantimentos salvo pollos gaados que criam e vendem a alguuns que lhos compram". TT - Chancelaria de D. Pedro I, Livro 1, fls. 126v-127; TT - Leitura Nova: Estremadura, Livro 2, fls. 63v-67v. Saul Gomes, 2005, pp.319-320.

[61] Nas zonas irrigadas o pasto alternava por vezes com as outras culturas e com o pousio.

[62] Pastos onde se recolhia no final do verão a palha que seria armazenada nos "*Palleyro(s)"*. TT – Corpo Cronológico, Parte I, Mº 27, Doc. 117. Saul Gomes, 2005, pp.652-653.

[63] Este fenómeno de alimentação do gado permite uma fertilização natural dos solos e um "afilhamento" ou ramificação basotónica das plantas que leva ao aumento e manutenção da "produção" de forragem. http://www.jb.utad.pt/pt/redejbnorte/Moimenta/PDFDocuments/PASTAGENS.pdf.

[64] "*Egoas que andam em a dicta Sera* (Minde)". TT - Chancelaria de D. Afonso V, Livro 14, fl. 21. Saul Gomes, 2005, pp.432-433.

[65] "*Vacas e bezerros (…) novylo"*. TT – Corpo Cronológico, Parte I, Mº 27, Doc. 117. Saul Gomes, 2005, pp.652-653.

[66] "*Cordeirõ*". TT - Mosteiro de Alcobaça, Livro 183, Doc. 138, fls. 66-66v. Saul Gomes, 2005, pp.343-344.

[67] *"Penedo da Cabroeyra"*. TT- Santa Clara de Coimbra, Mº4, Doc.14. Saul Gomes, 2005, pp.285-286.

[68] *"Uma boa galinha (…) e uma dúzia de ovos"*. TT – Dourados de Alcobaça, Livro 3, Doc. 260, fls. 131v-132. Saul Gomes, 2005, pp.295-297.

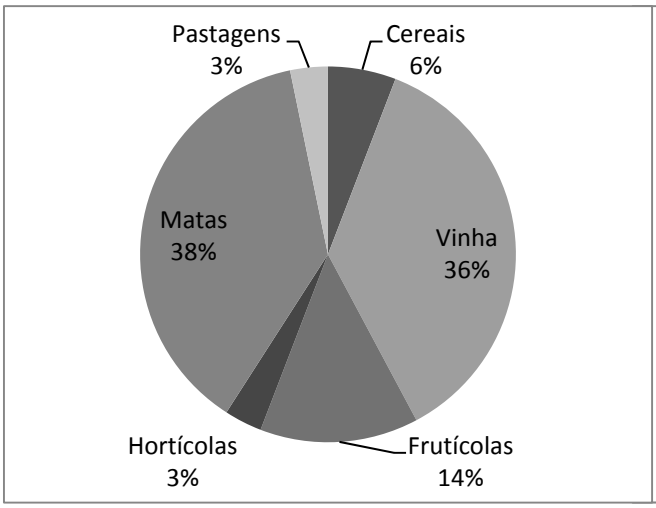


Gráfico I - Realizado a partir da informação disponível na documentação medieval.

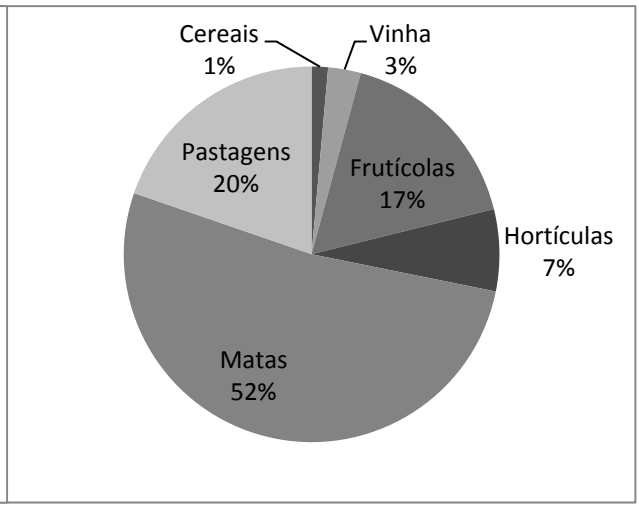


Gráfico II - Realizado a partir da informação toponímica na documentação medieval.

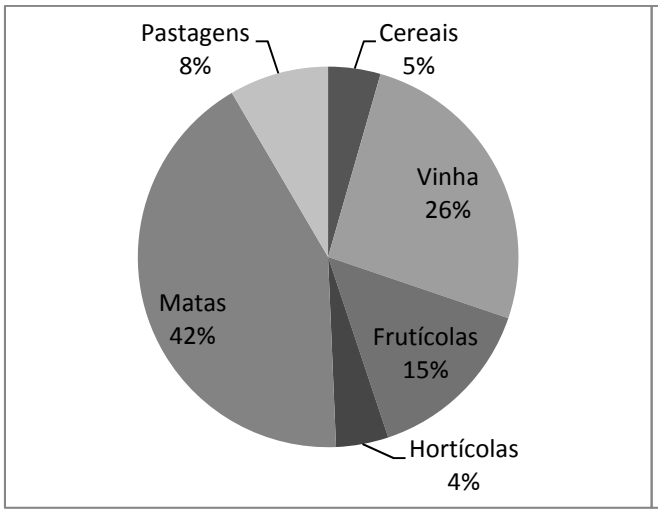


Gráfico III - Realizado a partir da união da informação do gráfico 1 e 2.

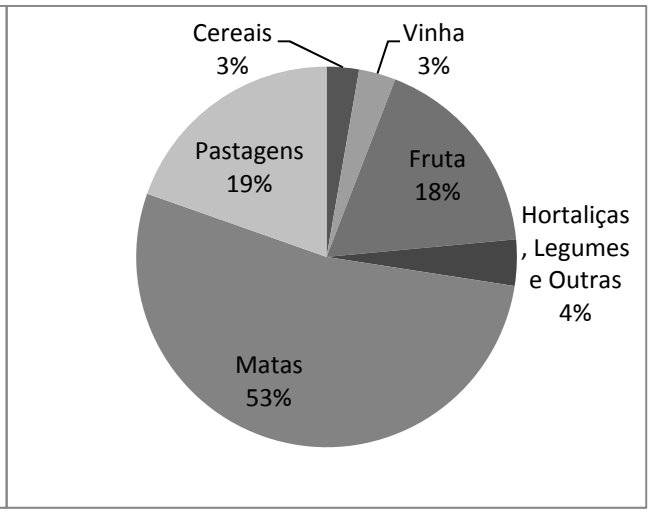


Gráfico IV - Realizado a partir da informação toponímica contemporânea.

2.3. Vias e Pontes

Desde a época romana que o "território" Porto de Mós desde cedo se tornou um lugar de passagem importante, facto patente no próprio topónimo da vila que liga, na nossa opinião, esta função de ponto de passagem (porto), funcionando como "rotunda de destinos", à importância da pedra na economia local.

O termo de Porto de Mós medieval[69] era sulcado por importantes vias que ligavam o seu território aos principais centros estremenhos (Leiria, Alcobaça, Ourém, Batalha) e ribatejanos (Tomar[70], Torres Novas e Santarém). Para além destas vias, Porto de Mós contava também com a proximidade da via que ligava Leiria a Lisboa, por Óbidos e Torres Vedras[71] e de outra, com o mesmo destino por Porto de Mós, Rio Maior, Alenquer e Loures[72] e quiçá com os caminhos de peregrinação[73]. Ao lado destas estradas que efectuavam as ligações da vila e do seu termo com toda a região circundante e a partir delas com todo o Reino *"encontramos muitas outras que se destinavam, primordialmente, a estabelecer as comunicações internas, mas acabando todas elas por se ligar às estradas principais"*[74].

Para Sul, temos então quatro grandes corredores que atravessam a Serra de Aire e Candeeiros: um que percorre todo o seu sopé pelo lado Oeste; um que avança pelo seu coração em direcção à serra da Mendiga e à povoação de Alcanede; outro que segue por Alvados, via inflexão para Torres Novas, em direcção a Alcanena; por fim, o que segue em direcção à povoação de Minde, desembocando todos eles no grande pólo de atracção que era Santarém neste período, caracterizada como uma vila movimentada, populosa e dinâmica[75].

As outras vias traçadas[76] mostram-nos que para Norte havia uma apertada rede viária que não só ligava as diferentes povoações do termo de Porto de Mós entre si, como seguiam na sua maioria a direcção de Leiria ou no caso das vias a Oeste, ligando o termo de Porto de Mós ao importante mosteiro de Alcobaça, a Cós e à orla marítima.

---

[69] Os limites medievais do termo de Porto de Mós encontram-se especificados no capítulo 2.4. deste trabalho.
[70] *"D. João I vai estar em Abrantes, pelo menos até 5 de Agosto. Segue depois o percurso de Tomar, Ourém e Porto de Mós. A batalha de Aljubarrota teve o seu desfecho em 14 de Agosto"*. Baquero Moreno, 1988, p.20.
[71] Iria Gonçalves, 1989, p.381.
[72] Oliveira Marques, 1987, p.125
[73] Cf. Baquero Moreno, 1986.
[74] Iria Gonçalves, 1989, p.381.
[75] Cf. Tabela - Vias de Porto de Mós do século XIII a XV – apêndice B.
[76] Cf. Mapas – apêndice B.

Esta forte ligação do termo com vilas vizinhas, nomeadamente com as mais importantes (Leiria, Tomar, Torres Novas e Santarém) demonstra a dinâmica da vila e a sua interligação, ora económica ora administrativa com aquelas localidades[77].

Outro elemento que reforça a relevância destas vias é a sua utilização régia verificada nos *Itinerários* dos reis D. Pedro I[78], D. Fernando I[79], D. João I[80] e D. Duarte[81] através da passagem ou estada destes monarcas em terras portomosenses.

Das vias detectadas foi possível estabelecer diferentes hierarquias. As vias principais surgem em menor número e têm uma função sobretudo, centrífuga, ligando Porto de Mós a Leiria, Santarém e Torres Novas. As restantes vias têm uma distribuição centrípeta[82] e correspondem, na sua grande maioria, a vias secundárias ou locais[83].

Pontilhando algumas destas estradas existiam alguns locais de assistência, paragem e descanso, que eram construídos com o objectivo de acolherem os viajantes que por eles passavam. Tratava-se de estabelecimentos de assistência – albergarias – que surgiam dispersos e em número crescente ao longo das centúrias de Trezentos e Quatrocentos. As albergarias conjugavam dois distintos e importantes interesses: o princípio cristão de hospitalidade e o de libertar a habitação particular do direito de aposentadoria[84].

Como não podia deixar de ser, também esta "região" se inclui neste movimento, surgindo vários estabelecimentos. Esta precoce criação de albergarias nos seus corredores serranos está documentada desde o século XII, através de um documento de Afonso Henriques[85]. No entanto, seria através de uma verba testamentária de D. Sancho

---

[77] Destacamos ainda a existência de um elevado número de topónimos que nos remetem para o panorama viário. Os dados recolhidos através da toponímia são levemente referidos ao longo do texto sendo o seu potencial informativo largamente utilizado na cartografia efectuada.

[78] D. Pedro I passa por Porto de Mós em 1363. Júlia Galego et. al., 1988, p.16.

[79] D. Fernando I está em Porto de Mós em 1397. Maria Rodrigues, 1978, pp.228-229.

[80] D. João I passa em Porto de Mós em 1385. Baquero Moreno, 1988, p.20.

[81] D. Duarte desloca-se a Porto de Mós em 1438. Baquero Moreno, 1976, p.30.

[82] Este facto é bem documentado na compilação de fontes medievais de Saul Gomes (2005), uma vez que as vias mais referidas ao longo do século XIII têm como ponto de destino Santarém, Torres Novas e Leira, sendo depois visível a sua dispersão ao longo dos séculos pelo resto do concelho e abrangendo praticamente toda a "região". Facto que nos remete também para as estratégias de ocupação do território após a Reconquista e a mobilidade e estância do própria monarca.

[83] Não se tornou possível, numa primeira abordagem à documentação medieval (Saul Gomes, 2005) compreender qual a dimensão, relevância e hierarquia existentes entre as localidades do termo (de Porto de Mós) ou imediações deste, que estavam ligadas por estas vias secundárias que se conseguiram apurar.

[84] Libertando os proprietários do incómodo de acolher estranhos que podiam ser malfeitores, risco frequente nesta época conturbada.

[85] Martins Cacela refere que *"por carta de 20 de Janeiro de 1165, D. Afonso Henriques cria uma albergaria na serra"*. Martins Cacela, 1977, p.17.

I[86], em 1210, que seria referida pela primeira vez a albergaria da Mendiga, a propósito de uma generosa oferta de 100 morabitinos.

Pouco depois, em 1215, D. Afonso II concede privilégios aos povoadores e à albergaria de Minde e em 1331, durante o reinado de D. Afonso IV, seriam outorgados privilégios à albergaria do Serro Ventoso. Esta benesse seria respeitada nos reinados subsequentes e os monarcas continuariam a outorgar privilégios às albergarias da Mendiga[87], de Minde e do Serro Ventoso.

A preferência pelos vales como forma de ultrapassar as dificuldades de transposição das serras foi desde sempre a solução mais seguida pelos viajantes e como tal, a localização destas três estruturas nos corredores do sopé das Serras de Aire e Candeeiros demonstrava bem a preferência por essa opção de percurso. Estas albergarias facultavam um espaço de descanso e abastecimento, sendo que a sua relativa proximidade era fundamental, pois as jornadas diárias de um viajante, fazendo-se a pé, em carroças, ou em montada, teriam necessariamente de ser curtas[88]. No entanto, apesar das vantagens que estes locais traziam às populações, nem sempre assim era entendido pelos viajantes, que passavam a pagar uma estadia até então gratuita nas casas particulares.

Da mesma centúria de trezentos data ainda, em Porto de Mós, a existência da albergaria do Tojal e do Espírito Santo[89], localizada no interior da vila. Acresce a criação de uma leprosaria[90], situada na Várzea junto do local da forca e numa das saídas a Sul da povoação[91]

---

[86] *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, Doc. 194. Saul Gomes, 2005, p.101.

[87] Segundo Saul Gomes, a povoação da Mendiga é um dos locais mais *"sensíveis nos itinerários de sentido Norte-Sul"*. O próprio topónimo Mendiga remete-nos para uma realidade de pobreza, mendicidade e passagem. Saul Gomes, 2005, p.28.

[88] Iria Gonçalves, 1980, p.120.

[89] Referida em documento do século XIII. TT – Chancelaria de D. Dinis, Livro 1, fls. 201-201v. Saul Gomes, 2005, p.525.

[90] TT - Mosteiro de Alcobaça, 2ª incorporação, Mº 32, Doc. 808 (4), fls. 6v-7v. Saul Gomes, 2005, p.134; Apesar de não se tratar de um local de estada, a presença de leprosarias confirma a vitalidade de uma via de circulação, visto que *"os leprosos costumavam escolher justamente os locais mais frequentados para se fixarem, porque aí afluíam também as esmolas"*, José Mattoso; Luís Krus; Amélia Andrade, 1989, p.103.

[91] *"Unidade assistencial que, como se sabe, ficava sempre nas proximidades dos caminhos de acesso às povoações, posto que a uma distância suficientemente segura para não perturbar, pelo medo que o homem medievo tinha da peste, os respectivos moradores"*. Saul Gomes, 2005, pp.34-50.

Tal como já foi referido, também no couto de *"Alcobaça praticava-se em larga escala a hospitalidade, como não podia deixar de ser. Sempre que isso lhes fosse necessário, podiam acolher-se no mosteiro quantos por ali peregrinavam"*[92].

Em Aljubarrota, com saída para a Ataíja, local de intensa passagem[93] e de onde partiam estradas para várias povoações (Porto de Mós, Coimbra, Santarém e Lisboa)[94], existiam duas albergarias para além de um hospital. Ainda nos limites dos domínios alcobacenses com o termo de Porto de Mós se refere a existência de uma albergaria em Cós[95].

Se as "muralhas da serra" protegiam o termo e incitavam à construção de infra-estruturas de assistência para ajudar os transeuntes nesta árdua tarefa de cruzar os caminhos serranos, também a sua abundante riqueza hidrográfica permitiu a interligação da rede terrestre com as vias fluviais, aproveitando possivelmente a navegabilidade dos rios em benefício da sua rapidez nas viagens e no encurtar das distâncias[96].

Segundo Martins Cacela, existem em Porto de Mós algumas referências toponímicas actuais que nos lembram a necessidade de utilizar embarcações para transpor os rios. Num local próximo da povoação do Juncal existe o sítio de Porto Carro, assim denominado devido à sua importância na passagem do rio Areia e ainda o lugar do Porto, em Alcaria[97].

Se, por um lado, os rios traziam benefícios aos viajantes, por outro, representavam também um dos seus principais obstáculos, pois a sua travessia apresentava-se por vezes difícil no Inverno e, embora o uso de barcas estivesse muito divulgado, a ponte era por vezes a única solução viável[98]. Pela sua importância e utilidade (forma de ultrapassar as dificuldades, complementar a rede viária terrestre e facilitar as deslocações) as pontes eram uma das poucas *"obras públicas"* empreendidas pelos dirigentes da época - rei, senhorios e concelhos[99].

---

[92] Iria Gonçalves, 1989, p.388. Ainda assim, também pelo seu vasto território, surgiam outras albergarias na ligação com as estradas que rasgavam os seus coutos e o ligavam ao exterior.
[93] Mais uma vez, a existência de uma gafaria se coaduna com os locais de intensa passagem.
[94] Iria Gonçalves, 1989, pp.384-389.
[95] Iria Gonçalves, 1989, pp.389-393.
[96] A partir de Lisboa *"num só dia podia-se chegar a Santarém pelo Tejo, trajecto que, por via terrestre, podia demorar três dias"*. Carlos Gil; João Rodrigues, 1990, p.14.
[97] Martins Cacela, 1977, p.15.
[98] Carlos Almeida e Mário Barroca salientam o facto de se ter empreendido a construção sistemática de pontes durante o período românico. Carlos F. Almeida e Mário Barroca, 2002, p.125.
[99] Oliveira Marques, 1996, p.126.

Atravessando as margens dos rios de Porto de Mós, existem ainda hoje quatro pontes (Rio Cavaleiro (Fig.10, 11 e 12), Alcaide (Fig.13 e 14), Freixa (Fig.15 e 16) e Laje (Fig.17 e 18). As ligações destas pontes com as vias de comunicação do termo eram distintas. A ponte do Alcaide permitia a passagem do rio Alcaide, facilitando a ligação da vila com a via que seguia em direcção à Alcaria, através das Voltas da Cal e do Livramento e seguindo na direcção de Santarém. A Ponte da Freixa, em Fonte de Oleiro, e a Ponte da Laje em Alcanadas fariam parte de um caminho, hoje desaparecido, que ligava de forma directa a vila de Porto de Mós a Leiria[100].

Apesar desta análise se poder mostrar muito preliminar e com algumas reticências, concluísse que estas datam de época romana, à excepção da ponte do rio Cavaleiro. Em seguida apresenta-se de forma, o mais detalhada possível, as características formais e técnicas, os dados arqueológicos e a documentação que corrobora esta hipótese[101].

A ponte do rio Cavaleiro[102] é constituída por dois arcos de volta perfeita de aduelas estreitas e alongadas em pedra calcária que apresentam nas suas faces externas marcas de canteiro cujas características a datam de época medieval[103]. Na sua edificação *"não se nota um grande cuidado na uniformização do seu aparelho construtivo nem este se apresenta tão estruturado, tão concatenado, como nas pontes romanas"*[104].

No que diz respeito à ponte das Lajes e á ponte da Freixa, devem tratar-se de pontes construídas em época romana. Estas estruturas apresentam algumas características ao nível da construção que nos indiciam essa datação. Ambas são constituídas por um arco de volta perfeita cujas aduelas bem ritmadas em pedra calcária se apresentam bem talhadas e com silhares de forma subrectangular de um tamanho constante e de um ajuste perfeito entre si. No intra-dorso do arco que segura o tabuleiro apresentam um revestimento de argamassa rosada com fragmentos de pedra que parece tratar-se de *Opus Caementicium*. No caso da ponte da Laje ainda se conservam algumas lajes do seu pavimento original.

---

[100]Segundo a tradição oral, pela Ponte da Laje teriam passado alguns dos materiais de construção, nomeadamente a areia, que foi utilizada para a edificação do castelo da vila.
[101] Cf. Carlos F. Almeida, 1968, pp.121-126; Bernardes, 2006, pp.14-19.
[102] Este topónimo surge pela primeira vez num documento datado dos finais do século XIV.
[103] Junto do local onde se ergue esta construção existe o topónimo Ponte de Pau que poderá aludir a uma construção anterior efectuada neste material perecível.
[104] Carlos F. Almeida, 1968, pp.121-126.

Por fim, a ponte do rio Alcaide, sobre a qual se tem menos dúvidas quanto à sua datação, uma vez que documentação do século XIII a nomeia de "*Ponte Pelagii Mauri*"[105], o que poderá indiciar uma construção anterior á época medieva[106] e a análise das suas características construtivas revela semelhanças com as duas pontes anteriormente descritas. No entanto, poderá tratar-se de uma construção romana que terá sofrido alguns restauros posteriores e, por tal, perdida alguma da sua traça original, nomeadamente, no que diz respeito à sua dimensão que, originalmente, poderia ter sido maior.

Fig.10 - Ponte do rio Cavaleiro em Porto de Mós (Foto de Luís Serrão Gil).

[105] TT – Mosteiro de Alcobaça, 2ª incorporação, Mº 32, Doc. 808 (4), fls. 6vº-7vº. Saul Gomes, 2005, pp.135-137.

[106] *"Referem-se na documentação como estradas velhas ou mouriscas, sinal de que identificavam caminhos muito antigos construídos durante o período de ocupação romana e revitalizados nos tempos da reconquista"*. José Mattoso; Luís Krus; Amélia Andrade, 1989, p.101.

Fig.11 - Ponte do rio Cavaleiro em Porto de Mós (Reproduzido de: Jorge Furriel, Vol. I, 2003).

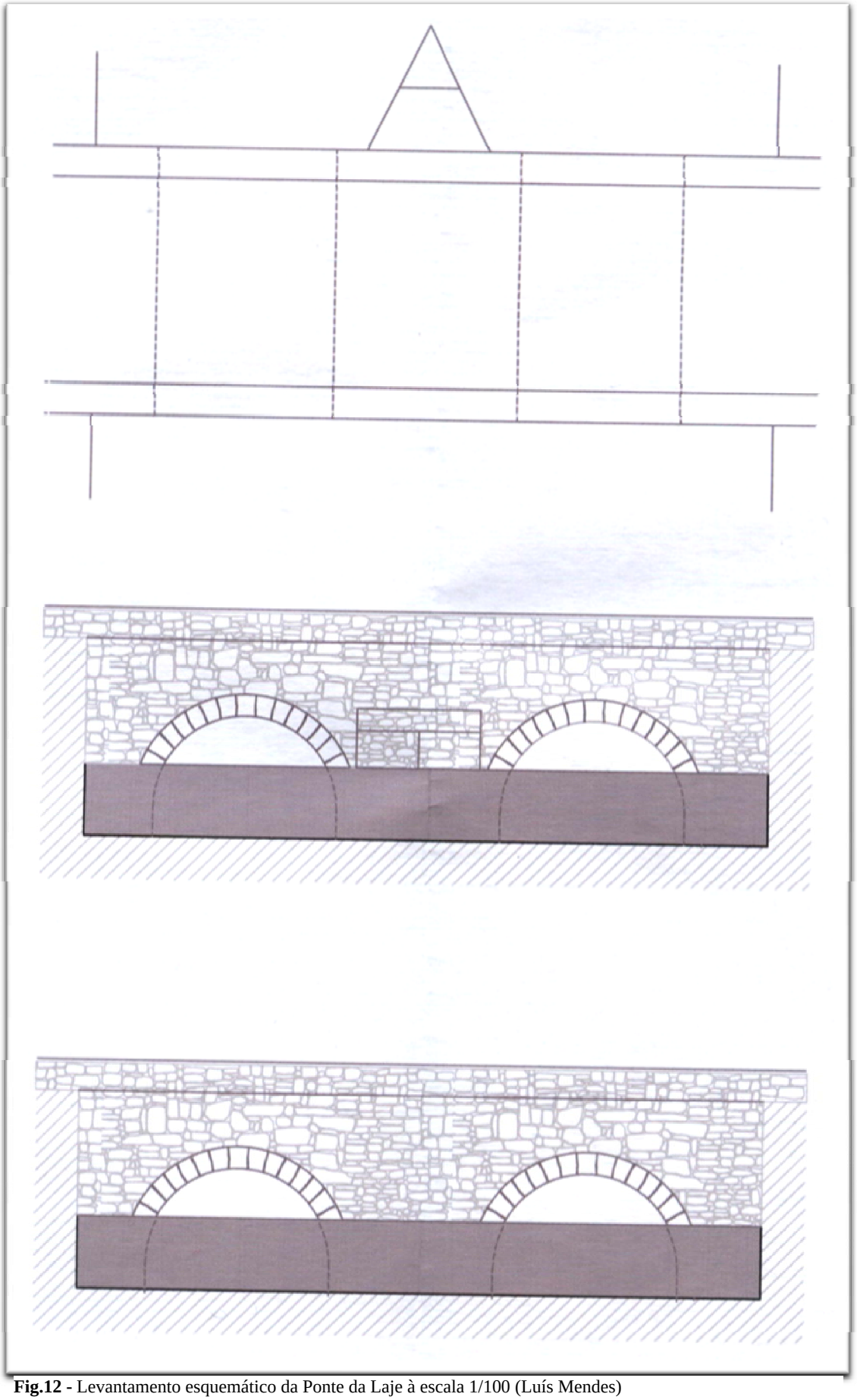


Fig.12 - Levantamento esquemático da Ponte da Laje à escala 1/100 (Luís Mendes)

Fig.13 - Ponte do Rio Alcaide em Porto de Mós (Foto de Luís Serrão Gil).

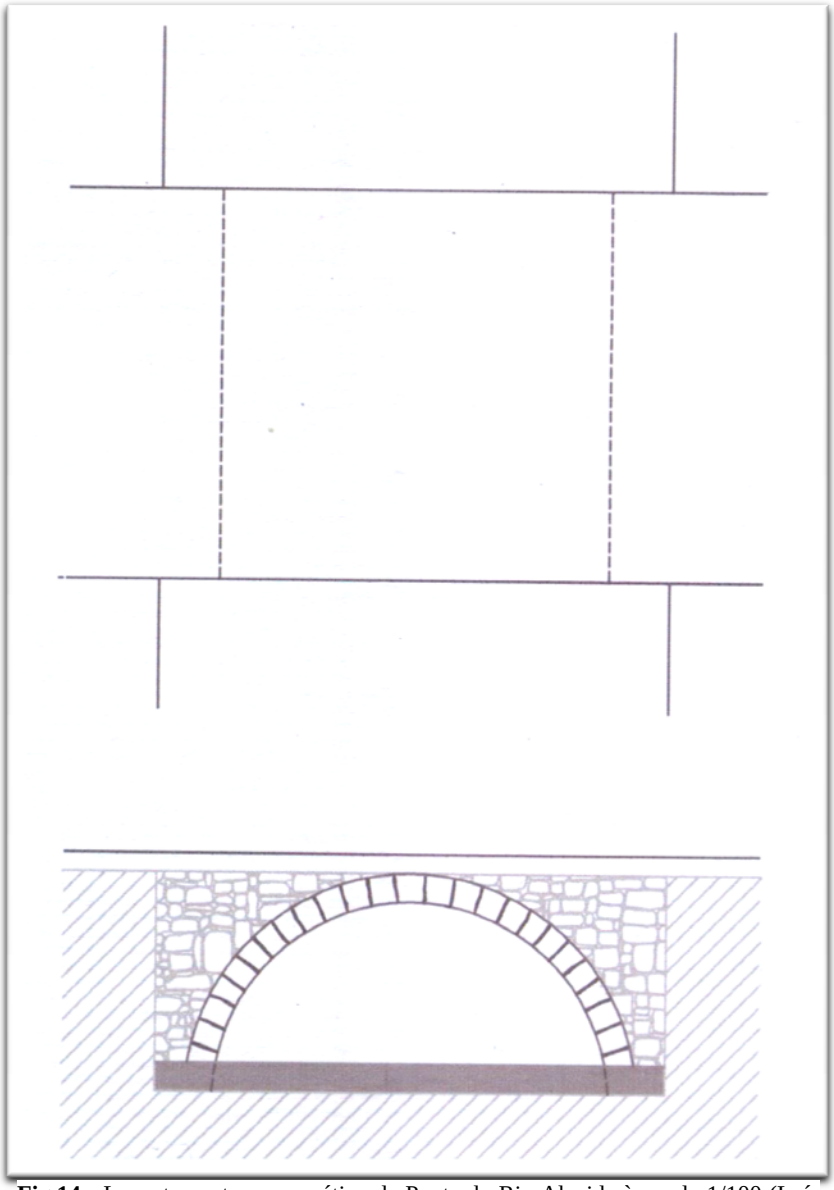


Fig.14 - Levantamento esquemático da Ponte do Rio Alcaide à escala 1/100 (Luís Mendes).

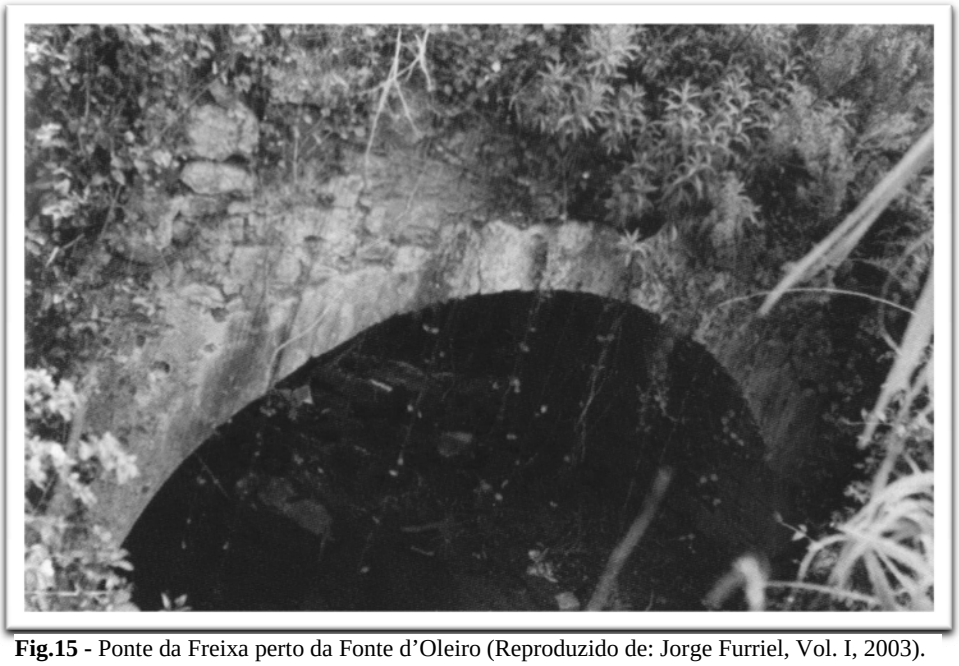


Fig.15 - Ponte da Freixa perto da Fonte d'Oleiro (Reproduzido de: Jorge Furriel, Vol. I, 2003).

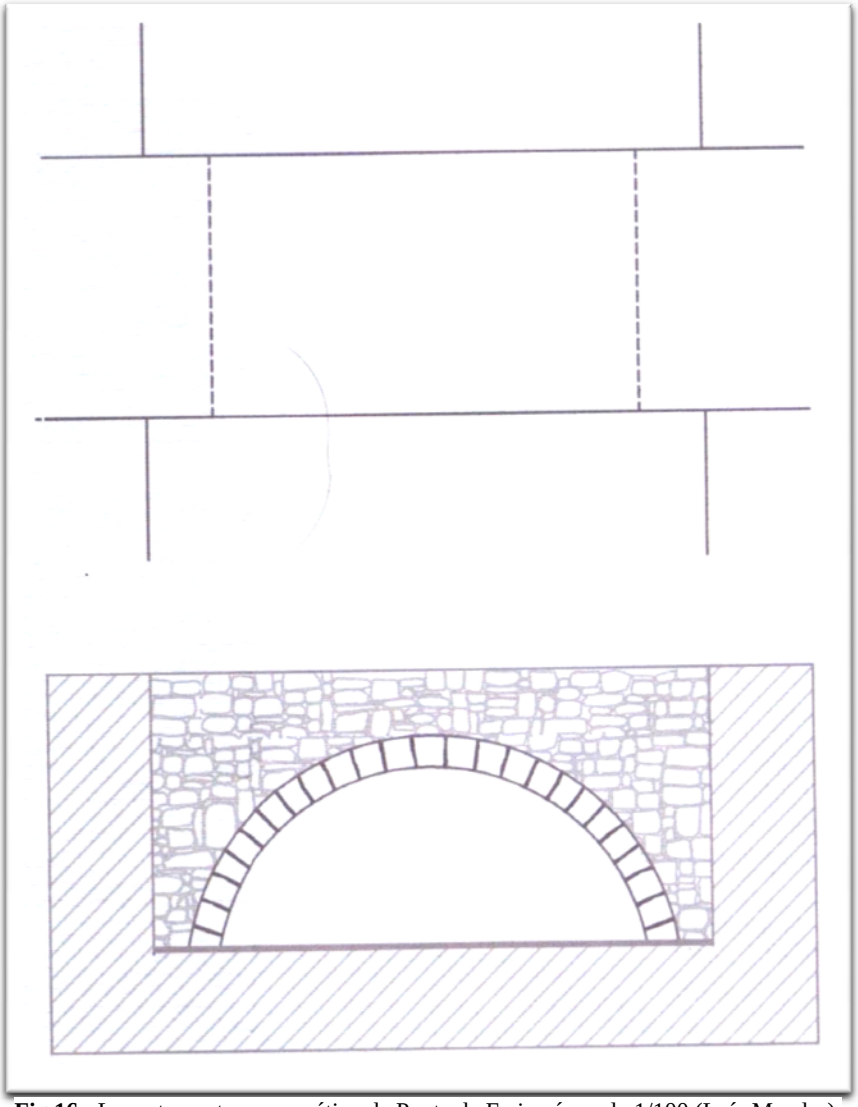


Fig.16 - Levantamento esquemático da Ponte da Freixa á escala 1/100 (Luís Mendes)

Fig.17 - Ponte da Laje perto de Alcanadas (Reproduzido de: Jorge Furriel, Vol. I, 2003).

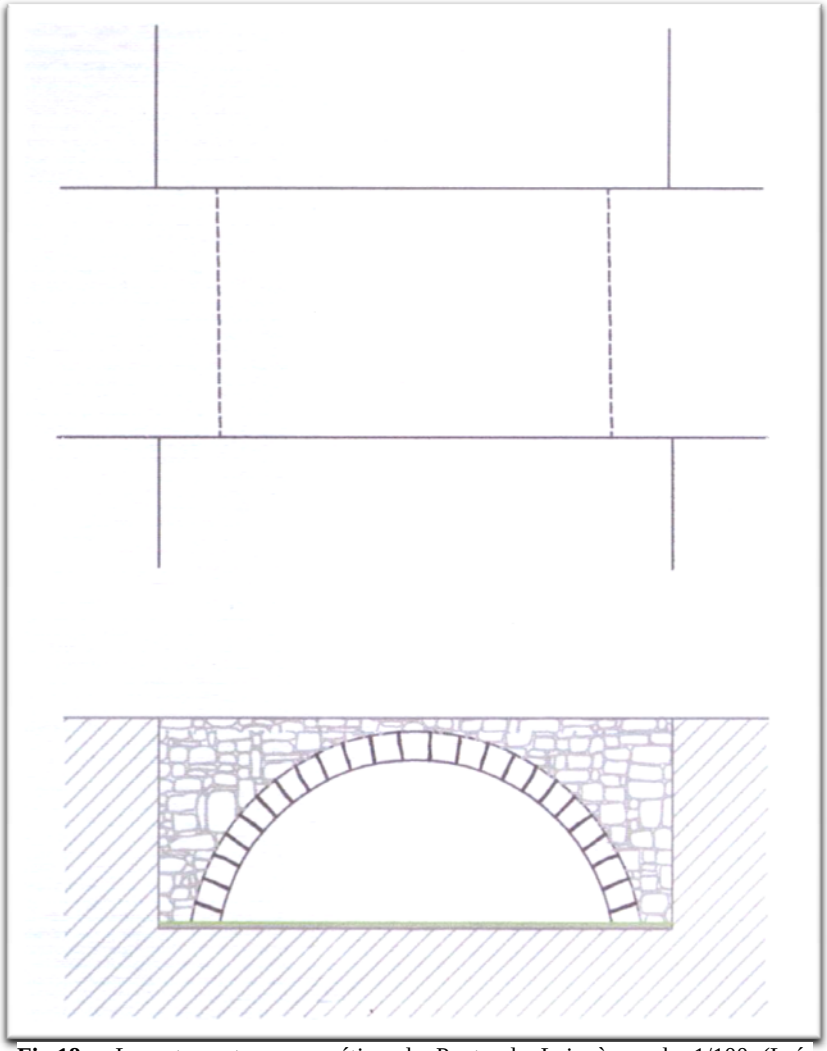


Fig.18 - Levantamento esquemático da Ponte da Laje à escala 1/100 (Luís Mendes)

Sobre as características físicas das estruturas das vias pouco se sabe. Muitas seriam constituídas por pavimentos de terra batida[107] e outras lajeadas por *"grandes blocos de forma rectangular aproximada"*, sem valetas ou piso de forma abaulada e cobrindo apenas a área necessária[108]. Nesta região, tendo em conta os vestígios ainda hoje existentes, o uso da pedra, sobretudo o calcário, devido ao seu fácil acesso, foi amplamente utilizado na construção das infra-estruturas e provavelmente das vias que percorriam este termo.

Na "região" de Porto de Mós são ainda hoje visíveis, apesar de muito maltratados pela passagem do tempo, pelas intempéries e pelo Homem, alguns vestígios de vias datáveis de época romana que terão sido continuamente usadas e remodeladas na Idade Média e nos séculos posteriores.

Em primeiro lugar, referimos a estrada romana de Alqueidão da Serra que seguia pela Carreirancha, Bouceiros e Boi Galego[109]. Alguns autores[110] defendem a ligação desta via a *Collipo* (Leiria) a *Scallabis* (Santarém), derivando para *Sellium* (Tomar), porto de Paredes de Vitória (Alcobaça) e *Conímbriga* (Coimbra). Pode-se ainda acrescentar, apesar de ainda não dispor de provas concretas para tal afirmação, a sua ligação a Ourém[111], que, se não terá existido em época romana, certamente, lhe terá sido "acrescentada", pelo menos, no século XV por D. Afonso, 4º Conde de Ourém, pois esta era uma das melhores formas de transposição da serra para Oeste,

São ainda hoje visíveis os parcos vestígios de uma via romana na estrada da Cal que seguiria em direcção ao Livramento, Zambujal da Alcaria[112] e daí possivelmente para Santarém, e os vestígios de uma via romana, com possível reaproveitamento medieval, na Mandanha, que depois de passar a ponte da Anaia *"saía de Porto de Mós para a Nazaré (Pederneira) "*[113]

Em jeito de síntese pode-se dizer que Porto de Mós, apesar de ser uma pequena vila estremenha encravada entre serras, seria uma vila muito movimentada onde deviam chegar e partir grande número de viajantes e que terá desempenhado um importante papel no contexto da rede de circulação da região de Leiria e Santarém.

---

[107] Baquero Moreno, 1976, p.31.
[108] Carlos F. Almeida, 1968, pp.121-126.
[109] *"Transpondo a serra para o Vale do Tejo, são ainda visíveis troços de vias romanas: à saída de Alqueidão da Serra para o lado de Bouceiros e no Boi Galego"*. Martins Cacela, 1977, p.16.
[110] Cf. Jorge Alarcão, 1990; António Figueiredo, 1998.
[111] *"Corredores de transposição da serra, relativamente fáceis: Alqueidão, Bouceiros, Ourém*". Martins Cacela, 1977, p.15.
[112] "Na Cal e no Zambujal da Alcaria". Martins Cacela, 1977, p.16.
[113] Jorge Furriel, 2003, pp.113-114.

Em suma, as características apresentadas, de certo modo intuem uma área geográfica ideal para a fixação humana e para a "*implantação de centros humanos segundo um conjunto de relações que de um modo geral envolvem um rio (e diríamos, de preferência uma foz), uma montanha, a posição elevada que permite o controlo de uma paisagem natural*"[114]. Um local que foi sabiamente aproveitado pelo Homem e que lhe permitiu ter um estreito contacto entre a montanha e a planície e sobretudo entre a terra e a água, aproveitando de forma eficaz todas as benesses que desta união advinham.

[114] Maria Luísa Blot, 2003, p.84.

2.4. O Castelo e a sua envolvente territorial

Porto de Mós é considerado uma das mais antigas vilas integradas na zona de influência de Leiria, cuja fundação se integra no quadro geral da Reconquista e na manutenção dos novos territórios. Os avanços da Reconquista cristã para Sul no século XII foram acompanhados de um esforço de construção e reconstrução de estruturas defensivas (castelos e torres) que garantissem a protecção e defesa eficazes das populações e dos territórios recém conquistados. Após a tomada de Leiria em 1135, a estratégia militar consolidou-se, transformando Leiria numa *"marca nuclear para a defesa activa do território recuperado"*, através da procura e articulação de apoios para a sua missão, que encontrou nos castelos de Ourém, Porto de Mós e de Pombal[115].

Leiria, Ourém e Porto de Mós terão formado uma espécie de *"trilogia unitária"* [116], sendo estas duas últimas, numa primeira fase, constituídas por simples atalaias, destinadas a funcionar em articulação territorial e como meio de melhorar a defesa do povoamento e do território de Leiria. A localização de charneira assumida pelo Médio Tejo, entre o Norte e o Sul, o Litoral e o Interior, fez com que este território adquirisse no contexto do reino de Portugal uma grande importância estratégica[117]. É neste contexto que terá surgido a primeira edificação de uma fortificação cristã em Porto de Mós.

O actual castelo[118] ergue-se no alto de num pequeno cômoro de 176 m de altura retirando o "*máximo proveito da topografia do terreno*"[119]. Quando subimos às suas torres temos oportunidade de observar uma paisagem natural que nos permite uma leitura bélica da zona envolvente, acidentes de relevo e vias de comunicação, elementos importantes para a estratégia que terão estado na base da sua construção.

A fundação inicial deste sistema defensivo como atalaia na defesa de Leiria poderá explicar o local escolhido para a sua implantação e o facto de ter apenas contacto visual directo com o castelo daquela localidade. A visibilidade a partir desta fortificação é ampla a Norte, área correspondente ao vale do Lena, mas relativamente reduzida nos restantes pontos cardeais devido a uma muralha natural constituída pelas elevadas montanhas que o circundam e que constituem um franco impedimento visual.

[115] Saul Gomes, 1995. pp.65-77.
[116] Saul Gomes, 1995, pp.45.
[117] Manuel Conde, 1997, pp.14-38.
[118] Localizado às coordenadas N39º 35.944' W8º 53.982'.
[119] Mário Barroca, 2003, p.175.

Paralelamente, erguiam-se como um obstáculo que dificultaria a progressão de hostes inimigas vindas do Sul.

Esta impossibilidade visual a Sul, Este e Oeste, provavelmente depois da edificação do primeiro castelo de Porto de Mós, terá sido colmatada através da construção de pequenas torres atalaia que facultariam o contacto visual desta fortificação com os castelos vizinhos de Alcobaça, Ourém e Alcanede e com a totalidade do seu território[120], uma vez que *"os castelos surgem num contexto de uma paisagem dominada por um povoamento disperso, disseminado por vales agrícolas, onde a defesa do habitat já não pode passar pela usual fortificação do seu espaço"*[121].

A existência e localização destas estruturas é hoje desconhecida, mas sugerem-se alguns locais que poderiam ter recebido estas torres, devido ao seu posicionamento na paisagem e ao bom contacto visual com o castelo de Porto de Mós. No entanto, existem outros indicadores que poderão levar à sua localização, tal como é o caso da existência dos topónimos; *pena, atalaia, castelejo*, entre outros, se bem que a sua datação nem sempre possa ser atribuída, com rigor aos tempos medievais. A resolução cabal desta questão passaria pela prospecção intensiva do território, um trabalho arqueológico que já terá sido efectuado mas que ainda não foi publicado.

Propõe-se a localização de uma torre atalaia na crista da montanha dos Malhadais, junto ao Serro Ventoso, um sítio com tal importância estratégica que possibilitaria o contacto visual do castelo de Porto de Mós com os castelos de Alcobaça e Alcanede. Já em relação ao castelo de Ourém, uma torre atalaia poderia localizar-se numa elevação de 495 metros localizada junto ao Chão Falcão, já no vale de Ourém.

A inexistência destas estruturas no momento que se seguiu à conquista da fortificação traria grandes dificuldades à comunicação e defesa do território[122].

O castelo de Porto de Mós, como grande parte das fortificações, tem um enorme impacto visual na paisagem, uma vez que é visível de diferentes áreas e distâncias do seu "território". Este facto deveria ter um importante impacto nas populações locais, uma vez que a visualização do castelo a partir da vila e dos campos transmitiria um

---

[120] Veja-se o grande número de atalaias representadas no livro de Duarte de Armas, como forma de complemento da defesa.

[121] Mário Barroca, 2003, p.175.

[122] Veja-se a passagem relatada nas crónicas que referem que durante um ataque muçulmano, D. Fuas teve de abandonar o comando do castelo em busca de auxílio: *"Saido elle meteo-se em cima da Serra, que chamam Amendiga, da parte donde nace o roio de Porto de Mós, fazendo esConder os seus, mandou logo a gram pressa a Alcaneide, e Santarém fazendo saber a vinda daquelles Mouros, que lhe enviassem gente, porque com a ajuda de Dees esperava que havia haver honra, e vencimento"*. Duarte Galvão, 1948, p.70.

sentimento de protecção a estas gentes durante o seu dia-a-dia, pois saberiam que em caso de ataque se poderiam recolher no seu interior, levando consigo *"os gados e outros bens mais facilmente transportáveis"*[123]. A guarnição aquartelada na fortificação permitia ainda controlar *"todas as terras circunvizinhas"*, pois o *"raio de acção do castelo corresponde [também] ao raio de acção do cavalo e do seu cavaleiro armado"*[124]. Por outro lado, esta fortaleza teria certamente um forte impacto simbólico, visto funcionar como uma marca importante do poder militar e jurídico-administrativo do rei[125] e na organização do quotidiano, uma vez que a sua visualização permitiria controlar as distâncias percorridas.

Porto de Mós ganha autonomia jurídico-administrativa em relação a Leiria através da formação do seu concelho, por volta do século XIII[126], adquirindo então um território "político" que vai além das questões defensivas[127]. O termo contornava a vila num raio de alguns quilómetros e permitia-lhe adquirir uma base fiscal, humana e territorial[128]. Os seus limites devem ter sofrido várias alterações durante a Idade Média, tal como acontecia com a maioria dos concelhos medievais portugueses. Deste modo, dada a imprecisão das fontes, torna-se difícil a sua delimitação, sobretudo para a centúria de Trezentos.

Nos séculos XV e XVI, os limites de Porto de Mós passariam: a Norte, pelas aldeias do Picamilho, do Andainho, da Calvaria, da Quinta do Pinheiro[129] e de Alqueidão da Serra; a Oeste, pelas aldeias do Juncal, da Comeira e da Ataija de Cima em direcção ao Arrimal; a Este, apesar do menor número de referência, o limite do termo passaria ao largo da aldeia do Zambujal, da Alcaria de Alvados e de Minde; a Sul, a delimitação mostra-se mais nebulosa e os seus limites passariam pela aldeia do Arrimal, pela Giesteira, passando provavelmente pela serra de Santo António, em direcção a Minde. Confinava a Norte, com o termo de Leiria, a Oeste, com Alcobaça, a Este, com Ourém, a Sudeste, com Tomar e finalmente a Sul com Santarém.

---

[123] Joel Serrão, 1963, p.9.
[124] Henry Loyn, 1997, p.80.
[125] Em Portugal o poder do rei tem uma relação estreita com a construção dos castelos, pois a sua edificação é uma política da casa régia e é através deles que o monarca mantém a sua soberania. João Monteiro, 1999, p.29.
[126] Porto de Mós já tinha selo em 1274 segundo Saul Gomes, 1985, p.17.
[127] O foral é dado por D. Dinis no ano de 1305. TT – Chancelaria de D. Dinis, Lv. 3, fls. 45-46v. Saul Gomes, 2005, pp.212-225.
[128] Oliveira Marques, 1987, p.190.
[129] Localidade que terá oscilado em determinados períodos entre o concelho de Leiria e o de Porto de Mós.

2.5. Dos primeiros sinais de ocupação ao castelo medieval

Sobre uma ocupação da povoação anterior ao século XII pouco se sabe. Alguns autores, como João de Almeida, recuam a sua história até uma ocupação proto-histórica, com a existência de um povoado fortificado no local do actual castelo[130]. Outros ainda, como Rafael Calado ou Jorge Furriel afirmam ter ali existido durante o domínio romano um *oppidum* ou fortaleza que dominava a região e as suas riquezas[131]. Carlos Alberto Ferreira de Almeida assinala, porém, que este tipo de conjecturas bastante difundidas poderá explicar-se, em parte, pelo facto da documentação medieval ter mantido para as novas edificações militares o nome de *castrum* e por, efectivamente, surgirem muitos casos em que os castelos foram edificados em locais com ocupações anteriores[132].

Para o caso de Porto de Mós esta situação não se verifica. As escavações arqueológicas efectuadas na década de 90 e estudadas no âmbito deste trabalho permitem afirmar com alguma segurança que o morro onde se localiza actualmente a fortaleza não teve ocupação anterior ao período medieval. Por sua vez, no que diz também respeito a uma ocupação muçulmana do território portomosense pouco se sabe, sendo apenas conhecidas possíveis influências deixadas na toponímia do concelho – Alvados, Alcaria, Alqueidão – e da região circunvizinha – Alcobaça, Aljubarrota, Alpedriz, Almofala.

A data exacta da tomada do castelo de Porto de Mós por D. Afonso Henriques é ainda hoje desconhecida, apontando uns o próprio ano da tomada de Santarém e Lisboa, ao passo que outros, apoiados na crónica de Duarte Galvão ou de Frei António Brandão, apontam o ano seguinte, de 1148[133]. Refere-se, também, que após a conquista da fortaleza o rei terá deixado no seu comando como alcaide-mor, a mítica figura de D. Fuas Roupinho[134], que nos anos subsequentes continuaria a travar batalhas com as forças muçulmanas que assediavam este castelo. Exemplos disso são as duas investidas almóadas sobre Porto Mós, documentadas: a primeira realizada em 1178, debelada com a ajuda das guarnições de Alcanede e Santarém e a segunda em 1180, chefiada pelo emir de Mérida, que aproveitou a ausência das hostes régias em conquistas no Alentejo,

[130] Cf. João de Almeida, 1946.
[131] Cf. Rafael Calado, 1931; Jorge Furriel, 2003.
[132] Carlos F. Almeida, 1992, p.38.
[133] Cf. Pinho Leal, 1876; Rafael Calado, 1931; Jorge Larcher, 1933-35; João Almeida, 1946.
[134] Cf. Duarte Galvão, 1948 e Luciano Ramos, 1971.

sendo o assalto travado com o auxílio dos cavaleiros da Ordem de Avis. *"Estas são as notícias seguras que temos a testemunharem o papel defensivo do castelo de Porto de Mós e da sua posição de «choque» contra surtos invasores que pretendessem atingir centros como Leiria e Coimbra"*[135].

O próprio topónimo Porto de Mós[136] traduz o que resta da sua memória fundacional. *A apropriação de todo o território da Alta-Estremadura e a sua defesa pelos cavaleiros cristãos permitiu um acentuado crescimento da população e sustentaram uma paulatina intensificação da circulação de gentes e de produtos"*[137].

Segundo Rafael Calado[138] em 1182, após a morte de D. Fuas Roupinho, as tropas muçulmanas teriam feito nova investida em Porto de Mós, destruindo a povoação, que só viria a ser reconstruída e repovoada por volta de 1200, por ordem de D. Sancho I[139]. Tal facto é para Luciano Ramos perfeitamente plausível, tendo em atenção o testamento daquele rei, datado de 1210, no qual deixa 100 morabitinos à albergaria de Mendiga. *"Após esta fase militar, que corresponde ao tempo de instalação e do lançamento ou da estruturação do sistema económico e social da época, no espaço agrário e politico que é Porto de Mós, vem uma fase de maturação desses fundamentos, já não provisória, de maior estabilidade que principiará nos primeiros lustros do século XIII"*[140].

Neste contexto, surge a atribuição e definição de propriedades a importantes instituições – rei, mosteiros, ordens militares, nobres – que levam em 1230 a Ordem do Hospital a ceder ao Mosteiro de Alcobaça *"importantes bens rústicos e urbanos que aí possuía, em troca do quinhão do mosteiro na herdade régia de Miranda, que D. Afonso II partilhara entre os Hospitalários e os Conventos de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra"*[141]. Estes acontecimentos inserem-se numa política de reordenamento da propriedade por parte das instituições interessadas, vendo-se o mosteiro de Alcobaça alargar as suas terras e os seus bens em Porto de Mós. Ainda neste contexto D. Sancho

---

[135] Saul Gomes, 1985, p.13.
[136] *"Porto significa, no léxico mediévico português, ponto de passagem, embarcadouro fluvial, ponto viário de afluência de trilhos diversos"*. Saul Gomes, 2005, p.24.
[137] Saul Gomes, 2005, p.24.
[138] Rafael Calado, 1931, pp.12-13.
[139] *"Povoou também muitos outros lugares, que estão ainda na posse do Rei de Portugal: Cave a Juliana, que vulgarmente se chama Covilhã, Guarda, Monte Sacro, Pôrto-de-Mós, Tôrres-Novas, e muitos outros com que Portugal mais dilatado ficou"*. Luciano Ramos, 1971, p.30.
[140] Saul Gomes, 1985, p.15.
[141] Luciano Ramos, 1971, p.33.

II doaria em 1248 este castelo ao dito mosteiro de Alcobaça. No entanto, tal acção nunca se efectivou, uma vez que Afonso III nunca a terá confirmado[142].

Em 1269 D. Afonso III arrenda aos juízes eleitos pelos homens bons de Porto de Mós os seus direitos na vila e no termo por novecentas libras[143]. Certa de cinco anos mais tarde, em 1274, é efectuada uma alteração ao documento, no qual a vila já é mencionada na documentação como concelho, como se pode ver numa carta de compromisso entre o concelho e D. Afonso III, aumentando a quantia a pagar pelos ditos direitos reais. A formulação deste acordo demonstra que já nesta data, Porto de Mós dispunha de selo[144] e que há uma clara e progressiva afirmação do poder municipal, através da presença de uma *"monetarização da economia local"*[145].

Após a morte de D. Afonso III, o seu filho D. Dinis doa Porto de Mós, a 24 de Abril de 1281, à sua esposa D. Isabel de Aragão, juntamente com outras importantes vilas, como Sintra, Óbidos e Abrantes, cedendo-lhe, numa primeira fase, apenas os direitos reais, mantendo a seu cargo a nomeação dos alcaides-mores e dos beneficiados nas igrejas. Este acto testemunha o progresso que a vila de Porto de Mós atingira, de tal modo que se torna um centro digno de fazer parte do dote da nubente real, junto de outras importantes vilas do reino. Três anos mais tarde o rei amplia o património da Casa da Rainha, alargando a sua primeira doação com a entrega em pleno dos poderes de jurisdição da vila. A povoação manter-se-ia até data da morte da rainha, 1336, sob alçada do seu poder[146]. A este monarca atribui-se, embora sem grande sustentação documental, obra de construção de muralhas na vila, cerca de 1300, não se registando qualquer testemunho material[147]. Recebeu foral a 24 de Junho de 1305, o primeiro que se conhece[148].

Após a morte da rainha, a vila ou os seus direitos reais regressaram à Coroa, sendo doados a diferentes membros da família real ou a importantes figuras do Reino[149]. Já com D. Pedro I, Porto de Mós volta a ser objecto de doação episódica a um membro feminino da Casa Real, em Junho de 1357, beneficiando neste caso a mãe do monarca, D. Beatriz, que recebeu também Abrantes, Torres Novas e Leiria, conservadas

---

[142] Saul Gomes, 1985, p.16.
[143] Substitui-se o tradicional pagamento em géneros por dinheiro. Saul Gomes, 1985, p.117.
[144] Luciano Ramos, 1971, pp.34-35.
[145] Saul Gomes, 1985, pp.17-19.
[146] Saul Gomes, 1985, p.19; Saul Gomes, 2005, pp.41-42.
[147] Alexandra Barradas, 2005, p.255.
[148] José M. Pizarro, 2005, p.172.
[149] Luciano Ramos, 1971, p.41.

até à sua morte em 1359. A 28 de Abril de 1361, D. Pedro I voltaria a doar esta vila, desta vez ao seu filho ilegítimo D. João, resultado da ligação com D. Inês de Castro[150].

Com a morte de D. Pedro I sucede-lhe o seu filho D. Fernando, que segundo Fernão Lopes, após as exéquias fúnebres do pai, retira-se para o castelo de Porto de Mós, onde toma as suas primeiras decisões[151]. Os anos de instabilidade político-social que caracterizaram a vida do Reino no governo do *Formoso*, terão certamente atingido também a pequena vila estremenha, à semelhança, por exemplo, do que aconteceu com Leiria. No entanto, é mal conhecida a situação da vila nesta política[152].

Durante a disputa e o período de regência de D. Leonor Teles, o governo de Porto de Mós encontrava-se nas mãos de D. João Fernandes Andeiro, cujo título de Conde de Ourém lhe havia sido atribuído pela rainha. Tal honra haveria de lhe ser retirada em 15 de Abril de 1384 pelo Mestre de Avis e entregue a Fernão Vasquez da Rochela[153]. Como sintoma da grave crise política e de grande instabilidade que se vivia, a vila é doada num curto espaço de tempo a três fidalgos. Seria entregue, a 5 de Maio de 1384, a Rui Vasquez Micham, que foge para Castela. A 10 de Junho de 1384 foi concedida a Garcia Rodrigues Taborda, alcaide-mor de Leiria[154], que também haveria de tomar o partido de D. Beatriz e morreria na batalha de 1385 lutando contra as hostes portuguesas[155].

A vila manter-se-ia fiel ao Mestre de Avis, de tal modo que D. Nuno Álvares Pereira, parte de Ourém em direcção a Porto de Mós onde, no sábado que antecedeu a batalha de Aljubarrota e aí descansou com as suas tropas[156]. Após a vitória e como forma de agradecimento, D. João I faz uma carta de doação ao Condestável D. Nuno Álvares Pereira, a 20 de Agosto de 1385, atribuindo-lhe entre outras vilas o condado de Ourém e Porto de Mós[157]. O senhorio desta última manter-se-ia na esfera real, como prova a documentação posterior, que consagrava apenas a dádiva *"de certos direitos e proventos e não a jurisdição da vila*[158]*"*. No entanto, *"a integração institucional do*

---

[150] Saul Gomes, 1985, p.28; Saul Gomes, 2005, pp.41-42.
[151] Diz Fernão Lopes, que *"veio-se a um castelo que chamam Porto de Mós (…) onde esteve alguns dias*". Cf. Gomes, 2005, pp.35-41.
[152] Saul Gomes, 1985, p.30.
[153] Saul Gomes, 2005, p.42.
[154] Saul Gomes, 1985, p.30.
[155] Saul Gomes, 2005, p.45.
[156] J.P. Martins, 2004, p.107-125.
[157] Saul Gomes, 2005, p.45.
[158] Exemplo disso é a confirmação de privilégios aos albergueiros da Mendiga, Serro Ventoso e Minde dada pelo rei em 1390. Saul Gomes, 1985, p.31.

concelho no património condal oureense torna-se um dado estrutural, inaugurando um novo longo ciclo na história portomosense"[159].

A vila manter-se-ia sob o poder de D. Nuno Álvares Pereira até 1422. Nesse mesmo ano, com confirmação real em 1433, entrega o condado de Ourém e de Porto de Mós ao seu neto D. Afonso. Foi sob o domínio do cosmopolita do 4º Conde de Ourém, que a vila ficaria a par das "modas da Europa", através da intensa remodelação que é efectuada ao castelo e de certo modo, à vila. O Conde de Ourém transformaria em 1449[160] esta antiga fortaleza num magnífico palácio.

Porto de Mós manteve-se na Casa de Ourém até à morte de D. Afonso, em 1483. Não havendo descendência directa, a vila passa depois para D. Fernando, neto de D. João I, 2º Duque de Bragança e, posteriormente, para D. Fernando II, Duque de Bragança e Guimarães e 6º Conde de Ourém[161], que o perderia para a Casa Real, na sequência da sua Condenação à morte por traição. Assim, após anos de um "afastamento controlado", Porto de Mós voltaria no reinado de D. João II para as mãos da Coroa. Durante o governo do *Príncipe Perfeito*, a vila aparece referida com lugar em Cortes, *"atrás de Ourém, mas à frente de Pombal, Santiago do Cacém, Vila Nova de Cerveira, Viana a par de Alvito, Atouguia, em banco deslocado do corpo geral dos procuradores concelhios, posto mais próximo do estrado real"*[162].

Em 4 de Junho de 1489, D. João II doaria a vila, a D. Manuel, Duque de Beja que a manteria pelo menos até 1493 passando-a em 1510 para D. Jaime, Duque de Bragança e de Guimarães, como 9º Conde de Ourém. Seria também por D. Manuel I que o concelho receberia um novo foral a 18 de Fevereiro de 1515. Após a morte de D. Jaime, em 1532, Porto de Mós continuaria sob o governo da Casa de Bragança, que continuou a nomear os seus alcaides, até nova integração na Coroa, após a Restauração[163].

A estrutura do castelo, que há muito havia perdido a sua imagem dos anos de glória, depois do terramoto de 1755 e dos abalos posteriores, de 1770 e 1909, torna-se num amontoado de pedras, sobranceiro à paisagem. As memórias paroquiais dão dele a seguinte nota: *"O Castello junto a esta parrochial igreja (…) Consta sinco torres. Huã destas por estar muito a superfície do monte e com a continuação das agoas lhe fugio o*

[159] Saul Gomes, 1985, p.25
[160] Cf. Custódio V. Silva, 2002.
[161] Saul Gomes, 2005, p.50.
[162] Saul Gomes, 2005, pp.51-52.
[163] Saul Gomes, 2005, pp.51-58.

chão e há mais de vinte annos que a mâyor parte desta se arruinou. As quatro que estavão com toda a segurança se abrirão com o Terramoto do primeiro dia de Novembro. Duas// [Fl.2] duas quazi the alicerce. E não cedendo os met[er]iais de cal e areia, estalavão as pedras mármores pello meyo, mas se tornarão a reunir. De duas cahirão os coruxeos de todo, sendo de abobada de tejolo e das outras duas, parte e muita pedraria lavrada que vestia, estalou e veyo abaixo"[164].

Esta situação terá permanecido até 1936, aquando das primeiras obras de restauro, que durariam de forma faseada até 1999. Com estas obras foram consolidadas as estruturas sobreviventes e toda a fortificação reconstruída, segundo aquilo que se achava ter sido a sua traça original (Fig. 19).

Fig.19 – Aspecto actual do Castelo de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da Biblioteca Municipal de Porto de Mós)

[164] TT – Ministério do Reino, N.º638, Mº7, nº51. Saul Gomes, 2005, p.881-884.

CAPÍTULO III: Arquitectura

3.1. Descrição do Castelo

A planta do castelo de Porto de Mós giza a forma de um pentágono irregular, defendido em cada um dos seus ângulos por uma torre altaneira. A descrição do dispositivo defensivo será efectuada a partir da porta principal do recinto, seguindo o sentido dos ponteiros do relógio e começando do exterior para o interior. Note-se que os restauros da D.G.E.M.N. mascararam boa parte dos paramentos, mas é ainda perceptível que a grande maioria dos compartimentos seriam revestidos por uma espessa argamassa, visível em muitas das fotografias anteriores àquelas obras. No presente texto será efectuada uma discrição e análise do edificado existente e de como seria originalmente, antes das intervenções da D.G.E.M.N.

Ressalve-se, ainda, que no exterior do castelo e ao longo da fachada Sul existia, aquando daquelas obras de restauro, uma estrutura murária distante do paramento alguns metros. Apesar do seu estado ruinoso ainda sobrevivia um troço seguindo desde a porta principal até ao vértice Sudoeste da torre E. Esta estrutura encontra-se hoje parcialmente conservada no muro de contenção de terras que foi erguido nesta área.

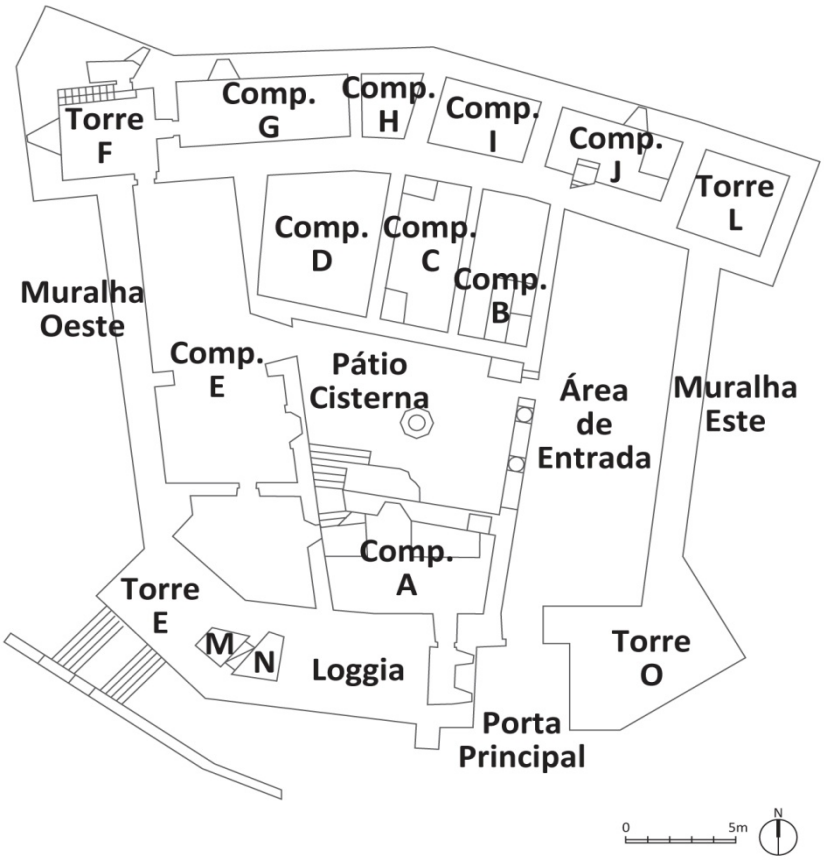


Fig.20 - Planta do Castelo de Porto de Mós com identificação das respectivas áreas

3.1.1. Porta principal e *loggia* Sul

Na fachada Sul, voltada à vila, abre-se a porta principal do castelo, delimitada por um arco quebrado de pedra calcária bem aparelhada com aresta chanfrada. O acesso localiza-se no fundo de uma "antecâmara", culminada por abóbada de berço, que ostenta no vértice dois mata-cães circulares equidistantes entre si. Na parede lateral Oeste da "antecâmara" foram rasgadas duas troneiras de forma circular. A defesa da entrada era completada, para além da porta de duplo volante, por um rastrilho (grades de grande descida vertical) localizado ao fundo de um arco de volta perfeita, restando a calha de encaixe bem talhado em pedra calcária que selaria o interior da porta.

A poente da parede lateral da entrada encontra-se um pequeno compartimento rectangular, com 2,72m por 1,18m. Esta divisão, à qual se acede por uma porta de arco quebrado a partir do compartimento A, ostenta duas troneiras distintas na parede Este de tendência cónica. A primeira, localizada junto à porta de entrada, é de maior dimensão, medindo 0,63cm de abertura máxima interior e 0,26cm de abertura mínima exterior, registando 0,66cm de profundidade e 0,57cm de altura. A segunda, junto à parede Sul, mede 0,60cm de abertura máxima interior, 0,30cm de abertura mínima exterior, 0,59cm de profundidade e 0,59cm de altura. Serra Frazão nas suas memórias regista a existência de um compartimento semelhante na parede Este da "antecâmara" da entrada que reforçaria a defesa nesta área com mais duas bocas-de-fogo[165].

A partir deste compartimento desenvolve-se uma estrutura de construção maciça no sentido Este-Oeste, tendo término na parede do compartimento N, já descrito a propósito da intervenção arqueológica. Sob ela abre-se no primeiro piso uma *loggia* coberta por abóbadas em ogiva, suportadas por mísulas piramidais com decoração vegetalista e fechadas por chaves de abóbadas com diferentes decorações heráldicas, entre as quais o emblema do 4º Conde de Ourém, com os seus guindastes afrontados. A *loggia* abria-se para o lado da vila em quatro vãos, dos quais apenas dois são originais, com arcos contra-curvados suportados por colunas oitavadas com capitéis de decoração vegetalista[166]. Estava segmentada em duas divisões, cada uma com dois vãos, separadas por uma parede, que se prolongava para o exterior como contraforte[167]. Este tinha forma paralelepipédica e era espessado na base, cortando verticalmente e de forma quase simétrica a fachada principal. No piso da divisão a Este, abrem-se os referidos mata-

[165] Cf. Serra Frazão, 1982.
[166] Custódio Vieira da Silva, 2002, p.154.
[167] Visível na gravura efectuada por José Moreira de Carvalho em 1755.

cães que defendiam a porta principal. A ladear a *loggia* situam-se dois balcões: o de Oeste está assente sobre 6 modilhões escalonados, ao passo que o de Este assenta sobre 4; sobre ambos rasga-se o acesso em arco quebrado, com aresta exterior chanfrada.

Observam-se actualmente quatro portas de acesso à *loggia*, duas junto ao canto Noroeste e duas ao Nordeste, embora estas últimas não existissem ao tempo das primeiras obras de D.G.E.M.N., resultando por isso de um programa de simetrização do conjunto. Entre as primeiras, uma tinha arco quebrado e descia através de pequena escadaria na parede Norte até às estruturas contíguas no pátio central (topo do compartimento A), ao passo que outra, de arco abatido e rasgada na parede Oeste, comunicaria com a sala e torre anexa (torre E), estando actualmente entaipada. Já entre as segundas, uma abre-se em arco quebrado na parede Norte, comunicando com o interior da torre a Oeste (torre O), ao passo que outra, em arco abatido, está entaipada.

3.1.2. Torre E e pano de muralha Oeste

A Oeste da *loggia* Sul do castelo ergue-se uma torre de planta quadrangular, ocupando o vértice Sudoeste da muralha e defendendo os panos Sul e Oeste. Tem três pisos acima do solo, sendo coroada por mísulas de forma piramidal e corochéus de telha vidrada a verde. A torre foi parcialmente restaurada, mantendo-se apenas no lado Sul e Este uma porção da construção original.

Ao primeiro piso, que se localizava sensivelmente ao nível da *loggia*, acedia-se através de uma porta em arco quebrado, localizada na parede Norte da torre, que comunicava com as estruturas contíguas no pátio central (topo do compartimento E). Este piso da torre apresentava um pavimento em alvenaria e uma cobertura em madeira. Na parede Este ostentava uma porta em arco quebrado com aresta chanfrada, que dava acesso ao já citado pequeno compartimento N, de forma subtriângular; este era iluminado e arejado por uma pequena fresta de arco quebrado. No vértice da parede Oeste surgem duas aberturas circulares equidistantes entre si, correspondentes a troneiras. O acesso aos pisos de sobrado[168] seria efectuado através de uma escada de pedra, da qual restavam os sulcos de suporte da estrutura e os vão superiores de cantaria bem talhada.

No segundo piso não existem hoje vestígios de aberturas para iluminação e arejamento. No entanto, no levantamento efectuado por Ernesto Korrodi é visível uma

[168] Visíveis através dos sulcos de travejamento existentes nas paredes da torre.

pequena janela de forma rectangular localizada na parede Norte e semelhante às existentes nos compartimentos A, B, C, D e torre L. Na parede Sudeste desta divisão abre-se um arco batido com aresta chanfrada, ligando a um pequeno compartimento de forma subtriangular, "antecâmara" da porta de acesso ao já mencionado balcão que ladeava a *loggia*; nesta estreita divisão subsiste uma estrutura paralelepipédica oca, embutida na parede Norte, que continha um orifício subcircular com 0,10 cm de diâmetro na laje Oeste, que ligava a uma bica do compartimento N.

Por fim, refira-se o terceiro piso, ao qual possivelmente se acedia por uma porta localizada na parede Sudoeste, tendo em conta o prolongamento da escada. Na mesma parede existe uma porta de arco quebrado com aresta chanfrada, que dava acesso ao terraço que cobria a *loggia*. A forma de iluminação e arejamento desta divisão é hoje desconhecida, mas à semelhança das suas homónimas, e atendendo ao grande rasgo visível na parede Norte antes das obras de restauro, seria efectuada através pelo menos de uma grande janela[169], possivelmente com conversadeiras internas. Durante a reconstrução foi acrescentada uma grande janela com estas características na parte Oeste da divisão.

Entre esta torre E e outra existente no vértice a Noroeste (torre F), desenvolve-se um pano de muralha com 18m de comprimento, 1,65m de largura mínima (lado Sul) e 1,80m de largura máxima (lado Norte)[170]. Neste troço existia junto ao solo, a pouca distância do vértice Noroeste da torre E, uma porta em arco quebrado de acesso ao exterior do castelo. Sensivelmente a meio deste pano de muralha, ao nível do primeiro piso, existe uma grande janela em arco quebrado com aresta exterior chanfrada e duas conversadeiras internas voltadas para o pátio central. Todo este pano de muralha e a respectiva janela foram destruídos aquando das obras da D.G.E.M.N. e reconstruídos a partir das fundações, anulando-se durante este processo a porta anteriormente descrita.

3.1.3. Torre F

A torre F situa-se no ângulo Noroeste do recinto. Apresenta uma forma irregular, semelhante a junção de um quadrado com um triângulo. Trata-se de uma construção muito elevada, com quatro pisos. Foi parcialmente restaurada pela D.G.E.M.N., visto que apenas se mantinham da construção original as paredes Norte e Oeste.

---

[169] Visível na gravura efectuada por José Moreira de Carvalho em 1755.

[170] Corresponde sensivelmente ao valor da braça, 1,82 metros, que servia muitas vezes de bitola. Mário Barroca, 2003, p.106.

Ao primeiro piso acedia-se através de uma porta localizada na parede Sul, a partir das estruturas contíguas no pátio central (compartimento E). Era iluminado e arejado por uma longa fresta em arco de volta perfeita virada a Oeste. Existia ainda uma pequena janela voltada a Norte, que não sabemos se iluminaria também este compartimento ou, como se verifica actualmente, uma pequena divisão contígua. O acesso aos pisos de sobrado seria efectuado através de uma escada de pedra, da qual restavam antes das obras da D.G.E.M.N. os sulcos de suporte da respectiva estrutura e os vãos superiores em cantaria calcária bem talhada.

O segundo piso seria iluminado e arejado por uma fresta localizada na parede Noroeste. Seria através dele, à semelhança do que sucede na torre E, que se efectuaria a ligação com a *loggia* Norte, adiante descrita, mas que estava ligeiramente sobrelevada face a esta divisão. Na parede Norte deste compartimento surge um arco de descarga que poderá ter pertencido a uma antiga abertura para o exterior. Num pequeno compartimento a que se acede a partir da parede Norte deste piso surgem duas aberturas circulares equidistantes entre si, referentes a troneiras.

No piso seguinte não existem vestígios das estruturas de iluminação e arejamento. No entanto, sabemos que, ao contrário dos pisos anteriores e do superior, não se efectuaria nas paredes voltadas Norte e Oeste, preservadas aquando das obras de restauro. No vértice destes troços conserva-se, aliás, uma lareira, emoldurada por arco abatido de silhares com aresta chanfrada, sendo a larga chaminé aparelhada em tijolo.

Por fim, o quarto e último piso, teria entrada por uma porta localizada a Este e seria iluminado por duas grandes janelas de arco quebrado com aresta exterior chanfrada e duas conversadeiras internas voltadas a Norte e a Noroeste.

3.1.4. Compartimentos G, H, I e J

A descrição deste complexo de compartimentos, localizados a Norte da fortificação entre as torres Noroeste (torre F) e Nordeste (torre L), levanta problemas relacionados com o seu estado de conservação, uma vez que chegaram às primeiras décadas do século XX em estado ruinoso. Em nenhum caso, restaram deles pouco mais que o piso térreo, sendo extremamente difícil reconstituir a *loggia* que os encimava, uma vez que da sua existência apenas restou dois capitéis de decoração vegetalista localizados na parede Este da torre F. O levantamento fotográfico efectuado pela D.G.E.M.N. foi insuficiente para hoje percebermos com clareza a sua morfologia.

O compartimento G localiza-se a Oeste da torre F, acedendo-se a ele actualmente através do piso térreo desta, por uma porta de arco quebrado. Esta divisão de planta quadrangular é iluminada por uma janela em arco de volta perfeita localizada na parede Norte. A sua cobertura é composta por uma sucessão de três arcos paralelos construídos em tijolo e suportados por mísulas piramidais.

O compartimento H tem planta subquadrangular, tendo um vão correspondente a dois pisos; era iluminado por uma pequena janela em arco quebrado localizada na parede Norte ao nível do andar superior. Acede-se hoje a ele através de uma porta, manifestamente erguida durante o restauro, que comunica com o compartimento a Este (compartimento I) do primeiro piso.

Já o compartimento I foi construído com uma planta quadrangular, tendo dois pisos. O térreo não apresenta hoje qualquer tipo de abertura, a não ser uma violação da parede a Este. Na parede Sul ainda é visível um arranque de arco da cobertura que permite perceber que a cobertura se encontraria a um nível mais baixo que a actual. O piso superior comunica a Oeste com o compartimento H, a Este com o compartimento J (que lhe está sobrelevado) e a Sul com as estruturas contíguas existentes no pátio central, todas através de portas claramente concebidas no século XX.

O compartimento J apresenta uma planta rectangular e dois pisos. O inferior é iluminado por uma pequena janela em arco quebrado localizada na parede Norte, sendo coberto por três arcarias de tijolo suportadas por pequenas mísulas. Acede-se a ele por uma porta localizada na parede Sul, através de uma pequena escadaria ascendente para um passadiço metálico ao nível da entrada para a torre a Este (torre L). Quanto ao piso superior comunica apenas com o segundo piso do compartimento I.

3.1.5. Torres L, O e pano de muralha Este

A torre L, localizada no vértice Noroeste do castelo, apresenta uma planta quadrangular. Tem três pisos, sendo coroada por mísulas de forma piramidal. Também sofreu um profundo restauro por parte da D.G.E.M.N., dado que apenas se mantinham da construção original as paredes voltadas a Este e a Sul.

O nível térreo não tinha acessos exteriores, pelo que serviria provavelmente como armazém. Ao primeiro piso acedia-se através de uma porta de arco quebrado, localizada a Sul e sobrelevada face ao pátio central. Esta divisão era iluminada e arejada por uma grande fresta em arco quebrado, localizada na parede Este. O acesso aos restantes pisos efectuar-se-ia, provavelmente, através de uma escada construída em

madeira e todos teriam uma cobertura em abóbada sexpartida de tijolo, suportada por pequenas mísulas piramidais e um pavimento em alvenaria.

O segundo piso tinha, voltado a Este, uma porta em arco quebrado com aresta chanfrada no interior, que dava acesso a um balcão de mata-cães que protegia o ângulo Nordeste da fortificação. Este seria coberto por uma abóbada de tijolo e suportado por dois pequenos modilhões escalonados, que sustinham uma plataforma com abertura circular para arremesso de projécteis.

No último piso rasgava-se, a Este, uma grande janela de arco quebrado com duas conversadeiras internas, estrutura que, à semelhança das restantes torres, deveria ter uma homónima na parede Norte. De facto, as janelas de conversadeiras parecem ter um ritmo semelhante em todas as torres, pelo menos duas que se viram sempre para o exterior do edifício.

Na parede Sul da torre, ao nível do terceiro e quarto piso, observava-se antes da operação de restauro o arranque de uma janela quadrangular encimada por modilhões, cuja funcionalidade se desconhece. Este elemento foi parcialmente reconstruído e transposto para a torre F, sob a forma de um pequeno balcão.

Entre esta torre e a que se implanta a Sudeste do castelo (torre O) desenvolve-se um pano de muralha com 16,28m de comprimento e 1,89m de largura.

A torre O chegou infelizmente aos inícios do século XX num estado ruinoso, de tal modo que quase não existia aquando da intervenção da D.G.E.M.N., restando menos que o piso térreo.

Da reconstrução surgiu uma estrutura que espelha a torre E, com planta quadrangular muito elevada, três pisos, coroamento em mísulas de forma piramidal e um corochéu revestido por telha de escama vidrada a verde.

3.1.6. Pátio da cisterna e área de entrada

No centro do castelo existe um pátio de forma subrectangular que organizava a circulação no recinto, permitindo o acesso à área de entrada, aos pisos térreos dos diferentes compartimentos que o ladeavam (A, B, C, D, E), possibilitando também a comunicação através de uma escada aos pisos superiores destas divisões e, através delas, à muralha externa e às torres. No seu centro sobressai a boca da cisterna de forma octogonal, com uma moldura na base e outra na extremidade do bocal, toda construída em pedra calcária.

No lado Este, o pátio da cisterna é delimitado da área de entrada por pequeno muro que suporta hoje quatro colunas, das quais apenas três serão originais. As duas laterais estão inseridas na parede dos compartimentos A e B, ostentando: capitéis com ábaco em tábua/canelado e equino ornado por volutas e motivos vegetalistas, fuste com quatro caneluras verticais que se iniciam junto do capitel e, a mais de meio do fuste, desdobram-se em oito linhas incisas, criando caneluras mais ténues que terminam junto da base. A coluna central apresenta uma decoração semelhante à anterior: ostenta um capitel com ábaco em tábua/canelado e equino ornado por volutas e motivos vegetalistas, um fuste cilíndrico com uma série de caneluras verticais que a envolvem, iniciando-se junto ao capitel, e a mais de meio do fuste desdobram-se linhas incisas criando caneluras mais ténues, que terminam junto à base.

Quanto à área da entrada consistia num amplo pátio de forma subquadrangular, sem vestígios de cobertura em toda a área, dando acesso à referida porta principal do castelo. No extremo Noroeste observa-se, porém, um arranque de abóbada, eventualmente pertencente a um compartimento que aqui se implantava.

3.1.7. Compartimentos A, E, D, C e B

O compartimento A é rectângulo irregular com cobertura em abóbada de cruzaria sexpartida, suportada por pequenas mísulas piramidais. A iluminação era feita através de uma pequena janela, localizada no topo da parede Norte e de uma porta de acesso quadrangular a partir do pátio, com ombreiras de vergas denticuladas. No lado Oeste existe um arco de descarga que suporta a parede neste flanco, permitindo hoje o acesso à sala a Oeste (compartimento E), após a intervenção da D.G.E.M.N. Esta divisão tem ligação com um pequeno compartimento localizado na parede Sul, que dá acesso através de uma porta de arco quebrado às troneiras da porta principal, atrás mencionadas.

O compartimento E localizava-se a Sudoeste do castelo, dividindo-se em duas secções por uma parede, fazendo-se a comunicação através de uma porta de arco quebrado, claramente recente. A parte Sul é iluminada por uma pequena janela localizada na parede Este, que tem um arco de descarga para suporte da torre E, elementos que nos parecem originais. A parte Norte subdivide-se num compartimento a Sul de forma subquadrangular, iluminado por uma janela na parede Este e coberto por três arcos em tijolo suportados por pequenas mísulas e num compartimento a Norte, que teria um tecto abobadado suportado por pequenas mísulas piramidais e cuja entrada se

faria também através de uma porta em arco abatido localizada na parede Este, ligando-o ao pátio central; a Norte este compartimento permitia o acesso à entrada térrea da torre F, como ainda se verifica.

Os compartimentos D, C e B apresentam características e formas decorativas semelhantes. A iluminação é feita através de pequenas janelas na parede Sul e pelas portas rectangulares de moldura denticulada que dão acesso ao pátio da cisterna. O compartimento B e C apresentam uma forma rectangular e o D subquadrangular, sendo todos cobertos por abóbada suportada por pequenas mísulas piramidais.

3.2. A evolução arquitectónica: de castelo a paço

Como já tivemos oportunidade de abordar anteriormente, as crónicas relatam a conquista de Porto de Mós em 1147-48, por parte das tropas de D. Afonso Henriques, sem contudo darem grandes informações sobre a estrutura militar aí existente. No entanto, a crónica de Duarte Galvão regista que, aquando da investida almóada de 1178[171], Porto de Mós era um "*Castello tão pequeno, fazendo conta que ligeiramente o tomaria*"[172]. Sabemos pelo mesmo tipo de fontes que a fortificação se encontrava arruinada e viria a ser reconstruída por D. Sancho I cerca de 1200[173].

As referências a obras em Porto de Mós no reinado de D. Dinis, época em que se concretizou o "*mais ambicioso programa de reforma das estruturas defensivas que o reino até então conheceu*"[174], são também lacónicas. Em todo o caso, tudo sugere que foi nos inícios de trezentos que o castelo adquiriu a sua forma primordial, reaproveitando possivelmente estruturas edificadas nos reinados anteriores.

A planta inicial do castelo adaptar-se-ia à sua situação geográfica, isto é, a reduzida dimensão do cômoro onde se insere não lhe permitiria abarcar uma grande área, levando-o a confinar-se a um pequeno pentágono irregular. Como era comum, delimitava-o um pátio de reduzidas dimensões que lhe permitia albergar uma pequena guarnição militar, algumas infra-estruturas de apoio e optimizar a defesa da fortificação[175]. Esta estrutura implantava-se solidamente na rocha através de fundações escavadas no substrato geológico, sendo construída com silhares a delimitar os paramentos e interior preenchido em *blocage*[176].

Os seus limites compreenderiam os actuais panos de muralha Este e Oeste, um pano que corresponde à parede Norte dos compartimentos E, D, C, B e área da porta e, por fim, à parede Sul do compartimento A. Esta interpretação advêm do estudo métrico das muralhas: aquele troço a Norte tem sensivelmente a mesma dimensão que os panos Este e Oeste, parecendo que o mesmo se pode dizer em relação à parede Sul do compartimento A, embora aqui as dimensões sejam difíceis de apurar com rigor. Além disso, as referidas muralhas têm espessuras bastante idênticas, o mesmo se podendo

[171] Saul Gomes, 2005, p.29.
[172] Duarte Galvão, 1906, pp.156.
[173] Luciano Ramos, 1971, p.29.
[174] Mário Barroca, 2003, p.177.
[175] Mário Barroca, 2003, p.112.
[176] "*Cascalho ou pedra miúda, saibro, restos de construção etc.*". Mário Barroca, 2003, p.108.

observar na parede da porta principal. Outro elemento semelhante é o tipo de técnica construtiva identificada nos quatro panos de muralha, ambos utilizando um aparelho pseudo-isódomo com pedra de média dimensão disposta em fiadas regulares. Tratava-se, pois, de uma fortificação subquadrangular com uma regularidade assinalável, parecendo legítimo considerar que todas estas estruturas foram levantadas em época idêntica. O castelo seria então defendido por quatro torres bem esquadrinhadas, implantadas nos quatro cantos do recinto[177], avançadas em relação aos panos de muralha e que permitiam do topo de uma torre defender a base da que se segue[178].

A torre L individualiza-se por apresentar elementos arquitectónicos que diferem das restantes. Foi construída em silhares bem talhados e regulares em pedra calcária, sobretudo nos cunhais, reaproveitando elementos arquitectónicos de época romana. O restante corpo da torre foi alteado nos primeiros 1,60m com silhares de média dimensão organizados de forma regular a que se segue uma fiada de pedras de grande dimensão que divide este aparelho do seguinte, que se caracteriza por *"silhares alternados, de testa e de peito, que permitem obter uma maior solidariedade dos seus componentes"* e com *"pedras de perpianho, ou seja, silhares estreitos e compridos que atravessavam o muro de uma face à outra, consolidando-o ainda mais"*[179].

Por fim, denota-se a existência de *machicoulis*[180] ou mata-cães (Fig.21) no vértice Sudeste desta torre que se encontra ligeiramente desviado da porta de acesso, defendendo uma zona mais vulnerável do cômoro, que apresenta aqui curvas de nível mais ténues (Fig.22). Esta realidade só se verifica em Portugal a partir do reinado de D. Dinis e sempre aplicada às torres de menagem[181]. Presume-se pois, que esta torre L terá desempenhado esta função no castelo trecentista, tal como já foi sugerido[182], justificando-se a sua posição no canto mais problemático da estrutura pela evolução então verificada no conceito de defesa dos castelos, *"com a passagem de uma defesa passiva* a *defesa activa*"[183]. Esta é também a torre que apresenta um interior mais sólido

[177] Veja-se a título de exemplo o caso do castelo de Amieira do Tejo (Tânia Falcão; Heloísa Santos, 2007, pp.148-154) e Nisa (Duarte de Armas, 2006, fl.125v).
[178] Mário Barroca, 2003, pp.177-179.
[179] Mário Barroca, 2003, p.108.
[180] "É a designação consagrada pelos estudos franceses de castelologia para as galerias que, suportadas por modilhões ou cachorros, coroavam as torres e apresentavam o chão perfurado, permitindo tiro vertical sobre zona de alicerces" Mário Barroca, 2003, p.120.
[181] Mário Barroca, 2003, p.120.
[182] Saul Gomes, 1995, p.48.
[183] Mário Barroca, 2003, p.119.

e cuidado com coberturas em abóbada de tijolo provavelmente aludindo a sua função anterior e mantendo o seu aspecto simbólico.

A datação da construção das restantes torres é desconhecida, mas poderá ser coeva da edificação da torre de menagem. Possivelmente estas obras terão sido efectuadas após a doação de Porto de Mós por D. Dinis à rainha D. Isabel de Aragão, de modo a dotar a fortaleza de melhores comodidades para o seu novo estatuto. As torres edificadas, duas de forma quadrangular (F e L) e duas de forma rectangular (E e O) foram adossadas às muralhas pelo lado exterior, possibilitando a utilização de tiro flanqueado, mais eficaz na defesa da base das muralhas e no combate aos escalonamentos[184]. Estas estruturas permitiam suprimir as fragilidades do relevo do cômoro, protegendo as áreas de menor inclinação; talvez por isso se explique que as duas torres voltadas a Sul se encontrem adossadas transversalmente ao pano de muralha[185].

Para esta grande empreitada contribuiu a definição da fronteira portuguesa, após a assinatura do Tratado de Alcanises em 1297, levando os monarcas a empenharam-se no restauro dos castelos fronteiriços, mas também todos os que se encontrassem próximos de vias fluviais ou terrestres e que permitissem o acesso de exércitos inimigos a importantes cidades do Reino[186]. Será neste último caso que pode enquadrar Porto de Mós que, como foi oportunamente abordado, se localizava junto de vias que ligavam a Leiria a Santarém.

Nos anos subsequentes, mais uma vez nos deparamos com um hiato informativo sobre a arquitectura deste castelo, voltando a ter notícias já no reinado de D. Fernando I. Este, segundo Fernão Lopes, após as exéquias fúnebres de seu pai, D. Pedro I, retira-se para o castelo de Porto de Mós e aí toma as suas primeiras decisões enquanto rei[187], entre as quais se destaca um importante programa de reconstrução das fortificações portuguesas. Esta referência é importante, pois permite perceber que o castelo de Porto de Mós já possuía no século XIV condições físicas que possibilitavam receber a estância de um monarca. Não será por isso de estranhar que em 1387, seja citado como *"Paaços do Senhoryo"*[188]

---

[184] Mário Barroca, 2003, p.109.
[185] Veja-se a título de exemplo os castelos de Almeida, Noudar, Juromenha e Campo Maior. Duarte de Armas, 2006, fl.128v, 122, 123v, 124.
[186] João G. Monteiro, 2003, p.164.
[187] Saul Gomes, 2005, p.42.
[188] Saul Gomes, 2005, p.42.

Pode ter-se em conta a análise estrutural do edifício que tenha sido no âmbito destas medidas que se constrói a torre central do pano de muralha Norte que anularia a fragilidade da muralha ai existente, o vértice do pentágono. Hipótese facultada pelo contexto político-social, mas também pela análise do referido pano murário, que parece mostrar um pequeno rompimento para receber a nova construção. Em todo o caso, apesar desta hipótese, todos os elementos arquitectónicos descritos devem enquadrar-se no mesmo paradigma construtivo do *"castelo gótico"*[189].

Após estas obras e ainda durante o reinado do *Formoso,* o edifício terá sofrido *"vários estragos nos prélios com Castela"*[190] e durante a crise de 1383-1385, tendo *"chegado ao século XV com alguns danos que certamente, só foram reparados quando o 4.º Conde de Ourém decidiu intervir na velha estrutura defensiva"*[191]. O início desta grande empreitada não é conhecido; no entanto as obras de remodelação do castelo serão possivelmente posteriores às do paço de Ourém[192], tendo início depois da batalha de Alfarrobeira em 1449, prolongando-se pelas décadas seguintes[193]. D. Afonso viaja para Itália em finais de 1451 onde terá permanecido até à primeira metade de 1452, tendo possivelmente grande parte dos trabalhos se realizado depois do seu retorno[194].

Neste castelo, ao contrário do que sucedeu em Ourém, D. Afonso não efectuou a construção de um novo paço, mas apenas promoveu uma profunda alteração no edifício existente. Esta decisão poderá estar motivada pelo facto da área disponível, ao contrário de Ourém, não lhe permitir efectuar uma nova construção. As obras aqui implementadas por D. Afonso foram profundas, alterando a fisionomia do recinto de modo a conseguir dar à antiga fortificação uma função residencial. Tal como já foi afirmado, a *"acção construtiva nele levada a cabo soube, a partir da pré-existência, acrescentar-lhe organização, proporção e equilíbrio, num projecto bastante engenhoso que mais não fez do que, interiormente, preencher e reorganizar o espaço livre e, exteriormente, compor as fachadas"*[195].

A vila de Porto de Mós ao longo do século XV já não devia sofrer nenhuma ameaça militar efectiva. No entanto, continuaria a ser um marco importante na paisagem e o símbolo de um poder "senhorial" emergente e dominante. Esta pode considerar-se

[189] Custódio Vieira da Silva, 1989, p.55.
[190] Gustavo Sequeira, 1955, p.117.
[191] Alexandra Barradas, 2006, p.274.
[192] Custódio Vieira da Silva, 2002, p.154
[193] Custódio Vieira da Silva, 2002, p.275.
[194] Alexandra Barradas, 2006, p.279.
[195] Custódio Vieira da Silva, 2002, p.276.

como o local que deu origem ao nascimento da Casa de Ourém, pois foi neste castelo que as tropas de D. Nuno Álvares Pereira estanciaram antes da batalha de 1385 e será após a vitória obtida nos campos de S. Jorge, sítio localizado a pouca distância desta fortificação, que o Condestável foi agraciado com inúmeras terras, entre elas, Porto de Mós. Assim, este local não tinha só uma forte componente simbólica, que seria certamente sentida por D. Afonso, mas também um importante elemento de fausto, estatuto e afirmação sociopolítico por parte da nova Casa de Ourém, cujo titular tinha pretensões a ser considerado o Condestável do reino e obter "visibilidade" nos círculos reais. Deste modo, se poderá explica que a função militar tenha sido secundarizada, embora não descurada. Sintomático deste facto é o episódio de intriga com D. Pedro no qual o Conde de Ourém sente necessidade de mandar *"velar os castelos de Porto de Mós e Ourém contra D. Pedro, na sua retirada para as terras ducais coimbrãs"*[196].

As obras de meados de quatrocentos incorporaram nas estruturas preexistentes, alguns elementos de inovação da arquitectura militar deste período, embora com um carácter experimental. Manteve-se o largo adarve em todas as torres e muros, que era sustentado por um conjunto de mísulas piramidais muito alongadas[197] e adoptou-se um novo sistema defensivo apropriado à porta de entrada, protegida superiormente por dois mata-cães e lateralmente por duas troneiras de forma muito elementar[198], *"simples aberturas cónicas sem qualquer ponto de mira"* que receberiam peças de artilharia[199] (Fig. 23). A introdução de troneiras repete-se também nos vértices Nordeste da torre E e F, neste caso protegendo a face do castelo voltada ao rio, de onde se tinha efectuado alguns dos combates de assalto a esta fortificação, nomeadamente na primeira conquista, e cujo relevo apresentava linhas de inclinação mais ténues, permitindo um mais fácil escalonamento. A torre F apresenta também uma fiada escalonada de grandes pedras bem talhadas, que permite consolidar a estrutura e reduzir os riscos de sapa e minagem.

Quanto às portas da fortificação como já foi referido, Porto de Mós tinha uma porta principal voltada à vila. Esta era protegida, no período de trezentos, apenas por

---

[196] Roberto Carneiro, 2006, p.68.
[197] Alexandra Barradas, 2006, p.277.
[198] *"Estamos convictos de que só numa cronologia próxima dos finais do terceiro quartel de Quatrocentos os castelos portugueses terão começado a exibir os primeiros sinais objectivos de adaptação às novas armas; foram eles, antes de mais, o rasgar de troneiras (orifícios circulares adaptados às bocas de trons ou bombardas) nos panos das muralhas e das torres das velhas fortalezas, em cuja capacidade de resistência aos ataques dos sitiadores se continuou, portanto, a acreditar até muito tarde"*. Mário Barroca, 2003, p.120.
[199] Mário Barroca, 2003, p.97.

duas torres que a enquadravam e posteriormente por diferentes mecanismos, nomeadamente através da sua forma de cerrar, feita por duas trancas de madeira a meia altura da mesma e por uma grade vertical que segue a porta fechando-a pelo interior. Esta estrutura terá possivelmente sido refeita por D. Afonso como mostram as marcas de canteiro[200]. Porém, Serra Frazão refere a existência de uma pequena porta escondida, que se localizava a Norte da fortificação identificando-a como a porta da traição. Esta abertura, localizada no lado oposto à porta principal, era característica no castelo românico e assim continuará a verificar-se nas construções góticas. Sobre esta porta não existem mais informações ou vestígios. Sabe-se, como já foi referido, que na muralha Oeste existia também uma porta, se aceitarmos a hipótese de Serra Frazão poderia tratar-se não da porta da traição, mas de uma porta falsa, que permitiria dividir o ataque das forças inimigas[201]. Este facto é perfeitamente plausível, tendo em conta a reduzida dimensão do castelo, dado que manobras de diversão seriam um elemento importante na sua defesa.

Como referido, no exterior da fortificação conservava-se ainda no século XX um pequeno troço de *barbacã*[202]. Esta estrutura e a respectiva liça[203], como primeiros obstáculos para o inimigo, surge em Portugal a partir de meados do século XIV, generalizando-se a sua aplicação na segunda metade desta centúria e ao longo de todo o século XV, como parece ter acontecido em Porto de Mós sob a égide de D. Afonso. A solução mais adoptada foi a de *barbacã* extensa, isto é, que rodeava na sua totalidade a fortaleza[204], facto que não se pode confirmar neste caso (Fig.24).

As obras realizadas comportaram, pois, uma forte consolidação da estrutura pré-existente, visto que praticamente todas as torres sofreram um reforço dos seus vértices através da colocação de cunhais bem talhados em pedra calcária o que poderá ter significado a reconstrução de parte das torres neste período. Este elemento é visível também na localização e dispersão das marcas de canteiro. Foram detectadas 39 marcas de canteiro na sua maioria atribuíveis às obras de D. Afonso, aparecendo dispersas por

---

[200] As marcas de canteiro identificadas foram atribuídas a D. Afonso pois surgem em locais cujas obras são com alguma certeza imputadas a este senhor, nomeadamente a fachada Sul.
[201] Cf. João G. Monteiro, 2003, p.82-86.
[202] Aparecimento desta estrutura constituída por "*muros mais baixos que a curta distância do pano de muralha, ou da cerca da vila, ofereciam um primeiro obstáculo ao inimigo, dificultando ou impedindo sua progressão*". Mário Barroca, 2003, p.166.
[203] *"Designação que recebe o espaço livre compreendido entre o muro da barbacã e a muralha do castelo"*. Mário Barroca, 2003, p.120.
[204] Mário Barroca, 2003, p.120.

toda a fortificação. Provavelmente a torre I será a que manterá as características mais antigas, uma vez que apenas terá sido integrada na nova estrutura.

As modificações ao recinto preexistente foram, porém, bastante mais latas. Destaca-se naturalmente o acrescento de duas grandes estruturas, uma na fachada Sul, entre as torres E e O, e outra na fachada Norte, entre as torres F e I e I a L, que aumentaram a área disponível para melhorar o carácter residencial da fortificação. Em cada uma destas áreas foram construídas *loggias* e criados novos compartimentos. Neste âmbito foi também acrescentado um novo corpo à torre F, criando-lhe um vértice acusado de forma triangular, sendo esta forma repetida nas torres E e O, encontrando-se aqui absorvida pela *loggia* Sul. Este cria uma "métrica" ou padrão construtivo que se repete em toda a construção e na forma de organização do espaço interno das torres.

O interior do edifício foi também subdividido e bastante alterado, através da manutenção de uma zona de *estacionamento*[205] e da construção de novos compartimentos (A, B, C, D e E) que se dispunham em torno do pátio[206] que, à semelhança do modelo clássico, organizava a circulação, possibilitando o acesso às novas dependências dos pisos térreos e superiores[207]. Para se aceder a estes últimos existiria, possivelmente, uma escada, localizada sensivelmente no local da actual, que começava junto da porta do compartimento A, onde existe um bloco maciço de pedra e que inflectia para Sul separando o compartimento A do E. Esta estrutura seria suportada pelo arco de descarga visível no interior destes compartimentos. Contudo, esta área central não seria livre de construções, dado que no seu interior durante as centúrias antecedentes deveriam existir compartimentos, alguns terão sido destruídos e integrados nas novas estruturas.

Os recintos dos pisos superiores são hoje desconhecidos. No entanto, sabemos que estas áreas mais nobres eram sobrelevadas em relação a alguns pisos das torres, situação que se verifica para as *loggias* e para a janela da muralha Oeste. Por outro lado, todos estes edifícios, em consonância com a decoração clássica do pátio, ostentariam diferentes elementos arquitectónicos que os decorariam. Sintomático desta afirmação são os fragmentos de friso detectados durante as obras de restauro da D.G.E.M.N. e na posterior intervenção arqueológica (Fig.25).

---

[205] Alexandra Barradas, 2006, p.296.

[206] *"Elemento que confirma estarmos na presença de uma habitação e não de uma estrutura castrense"* Alexandra Barradas, 2006, p.278.

[207] Para se aceder a parte destes pisos existiria, possivelmente uma escada localizada sensivelmente no local da actual que se iniciaria junto da porta do compartimento A, onde existe um bloco maciço de pedra, e inflectia para sul separando o compartimento A do E por um arco de descarga que suportaria a escada.

Estes compartimentos poderão ser contemporâneos das obras do Conde de Ourém, não só pelas características arquitectónicas que os uniformizam, os tectos em abóbadas suportados por mísulas, as portas de vergas denticuladas, iguais às registadas no paço de Ourém, mas também porque apresentam fundações pouco profundas, paredes pouco espessas e sobretudo devido à detecção de um silo no interior do compartimento B, que terá sido cortado aquando destas obras. A definição dada por Manuel Conde é de todo enquadrável no paço de Porto de Mós, uma vez que *"as soluções encontradas neste compromisso entre a defesa e o conforto [eram] diversas e, normalmente, o paço extravasava a torre de menagem, sendo compostos por vários edifícios de diversas funções"*[208]. Os dados obtidos não permitem definir com certeza a funcionalidade dos diferentes compartimentos do castelo e a sua forma definitiva antes das intervenções da D.G.E.M.N. Porém a documentação permite saber através das cartas de perdão que a prisão se localizava no interior do castelo. Este documento confirma, tendo contudo em conta o seu carácter padrão a presença de uma torre ainda considerada de menagem[209].

Esta dignificação da função residencial lê-se também na introdução de novos elementos mais preocupados com o conforto e a habitabilidade do espaço[210]. Em Porto de Mós, para além das *loggias*, foram rasgadas grandes janelas de cariz nobre, com suas conversadeiras afrontadas que, ao estarem viradas para o exterior do edifício, permitiam desfrutar da paisagem, assim como arejar a divisão. Nestas remodelações de D. Afonso, tal aconteceu na muralha Oeste e no último piso de cada torre, onde surgem grandes janelas voltadas para o exterior organizadas de uma forma ritmada e harmoniosa. Outro importante elemento presente neste castelo e que nos remete mais uma vez para esta noção de comodidade é a existência de uma chaminé e respectiva lareira no terceiro piso da torre F, que permitia aquecer a divisão e, assim, proporcionando-lhe maior conforto.

Interessante elemento desta obra quatrocentista refere-se às coberturas exteriores do castelo. Toda a estrutura seria coberta por diferentes tipos de telhado. As torres seriam possivelmente cobertas por corochéus revestidos por telhas de escama vidradas a verde, como podemos ver hoje nas torres a Sudoeste e Sudeste, tom que representa a Casa de Ourém[211]. A forma destas estruturas não é conhecida, mas através de paralelos

---

[208] Manuel Conde e Maria Vieira, 2005, p.88.
[209] *"e elle nom rompeo parede nem saltou per cima de muro, torre, nem castello de menajem"* TT – Chancelaria de Afonso V, Livro 31, fl.5. Gomes, 2003, p.475.
[210] Manuel Conde e Maria Vieira, 2005, p.91.
[211] Alexandra Barradas, 2006, p.296.

portugueses e estrangeiros, nomeadamente franceses[212], concluímos que poderia ser cónicos[213] ou quadrangulares[214] (Fig.26).

Outro elemento surpreendente nesta fortificação é o sistema de abastecimento e distribuição de águas. Quanto às infra-estruturas de abastecimento *"desde meados do século XI, quando começam a triunfar as grandes operações de cerco, dá-se especial atenção ao aprovisionamento de água"*[215], abrindo-se poços nos pátios dos castelos. Porto de Mós foi dotado de um poço cisterna, que lhe permitia garantir de forma autónoma o seu abastecimento de água.

Como bem explora Alexandra Barradas, o castelo de Porto de Mós no final da obra quatrocentista rivalizaria com o que de mais avançado se faria na Europa, através do uso das novidades técnicas do campo militar e de um gosto *italianizante*, resultante das muitas viagens do Conde D. Afonso[216], nomeadamente a utilização do pátio na organização do espaço, as vergas denticuladas das portas[217], as colunas e pilastras, e os *machicoulis* que coroam as torres e as muralhas (Fig.27). No entanto, pode-se considerar que estes elementos nunca terão suportado os peculiares arquilhos de tijolo que se vêem em Ourém. Esta afirmação prende-se com o facto de nos registos gráficos e fotográficos não haver qualquer evidência deste feito e nas escavações arqueológicas o número de materiais associados a este tipo de construção não ser significativo, estando certamente ligado a outras estruturas.

Quanto ao pátio da cisterna e depois de analisar o trabalho pétreo efectuado e as suas características formais e decorativas, parece tem fundamento a hipótese avançada por Rafael Moreira, que defende que o 4º Conde de Ourém terá contratado um artificie italiano – *scalpellino* ou *marmorano* - para as realizar. Este gosto exógeno foi sabiamente conjugado com as formas do gótico final e as características de cunho marcadamente "nacional", de que são exemplo os castelos de Leiria e Convento de Tomar e o Mosteiro da Batalha. Como este último edifício, terá havido para além das inegáveis influências estilísticas, possivelmente uma partilha de artificies; isto é, Porto

[212] Alexandra Barradas, 2006, p.296.
[213] À semelhança do castelo de Santa Maria da Feira.
[214] Veja-se as inúmeras representações de telhados quadrangulares e até mesmo hexagonal, Olivença, efectuadas por Duarte de Armas.
[215] Mário Barroca, 2003, p.112
[216] D. Afonso visitou diversos lugares da Europa: Londres, Flandres (Bruges, Gant), Borgonha, Reinos Ibéricos (Toledo, Valência, Barcelona), Itália (Pisa, Florença, Bolonha, Milão, Siena, Roma), Basileia, Estrasburgo, Bona e Colónia; Próximo Oriente (Jerusalém, Cairo e Damasco), Norte de África, entre outros. Alexandra Barradas, 2006, pp.133-134, 139-140.
[217] Iguais às existentes no paço de Ourém.

de Mós poderá ter tido nos *"seu(s) estaleiro(s), oficiais e artificies que trabalhavam na Batalha"*[218].

Para reforçar esta hipótese referira-se que foram detectadas neste estudo marcas de canteiro que são semelhantes nos dois edifícios[219] (CPM.M1; CPM.M3; CPM.M6; CPM.M9; CPM.M12; CPM.M15; CPM.M22; CPM.M24; CPM.M26; CPM.M27; COM.M31; CPM.M34; CPM.M37). Outro elemento em comum seria o abastecimento de pedra, *"pois sabemos que as pedreiras de Porto de Mós forneceram o estaleiro do Mosteiro da Batalha. D. Afonso senhor da região, decerto assegurou para a sua obra, matéria-prima igual à que abastecia a empresa régia"*[220].

D. Afonso durante a construção do seu paço efectuou também a construção de infra-estruturas de suporte à fortificação e à vila. São atribuíveis a esta empreitada a construção da fonte localizada na várzea a Norte do castelo, mas sobre a qual nada se pode adiantar para o comprovar. Por outro lado, a reconstrução do tabuleiro da ponte do rio Cavaleiro, que terá sido efectuada pelo Conde D. Afonso, uma vez que para além das marcas de posicionamento existentes no exterior do arco a Sul, existem marcas de canteiro no arco a Norte semelhantes às detectadas na cantaria do castelo (CPM.M1; CPM.M27). Este acontecimento dá à vila um requintado toque urbano que certamente se destacaria e marcaria a ampla paisagem rural que a circundava.

[218] Alexandra Barradas, 2006, p.280.
[219] Cf. Saul Gomes, 1997, pp.142-145.
[220] Alexandra Barradas, 2006, p.281.

Fig.21 - Mata-cães da torre L (Arquivo da D.G.E.M.N.).

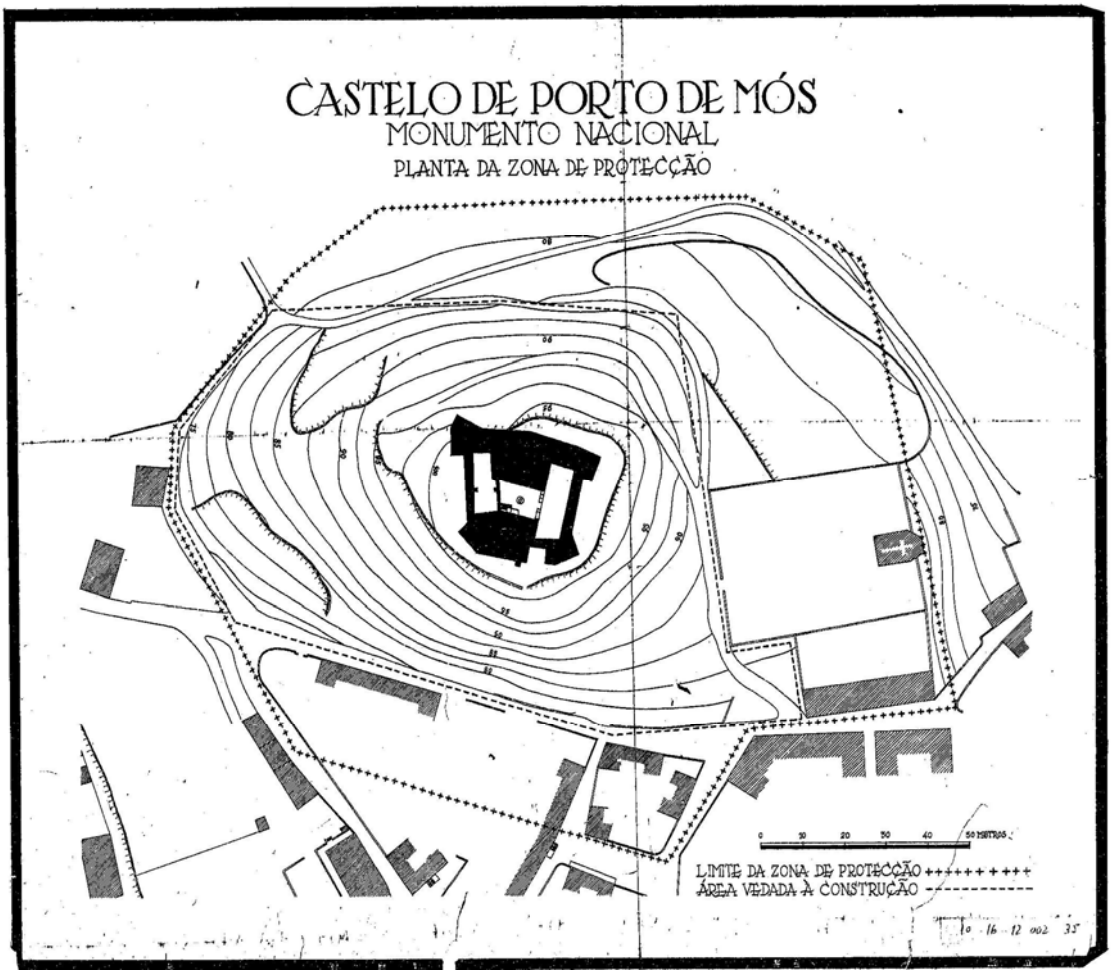


Fig.22 - Levantamento do Castelo de Porto de Mós (Arquivo da D.G.E.M.N.).

Fig.23 - Troneiras da porta principal e da torre E (Foto de Luís Serrão Gil).

Fig.24 - Vista do castelo de Porto de Mós onde são visíveis os vestígios da *barbacã* (Arquivo da D.G.E.M.N.).

Fig.25 - Frisos decorados com padrões geométricos (Foto de Luís Serrão Gil.).

Fig.26 - Coberturas dos castelos de Olivença e Alandroal (Retirado de Duarte de Armas)

Fig.27 - Alguns elementos de feição *italianizante* (Foto de Luís Serrão Gil)

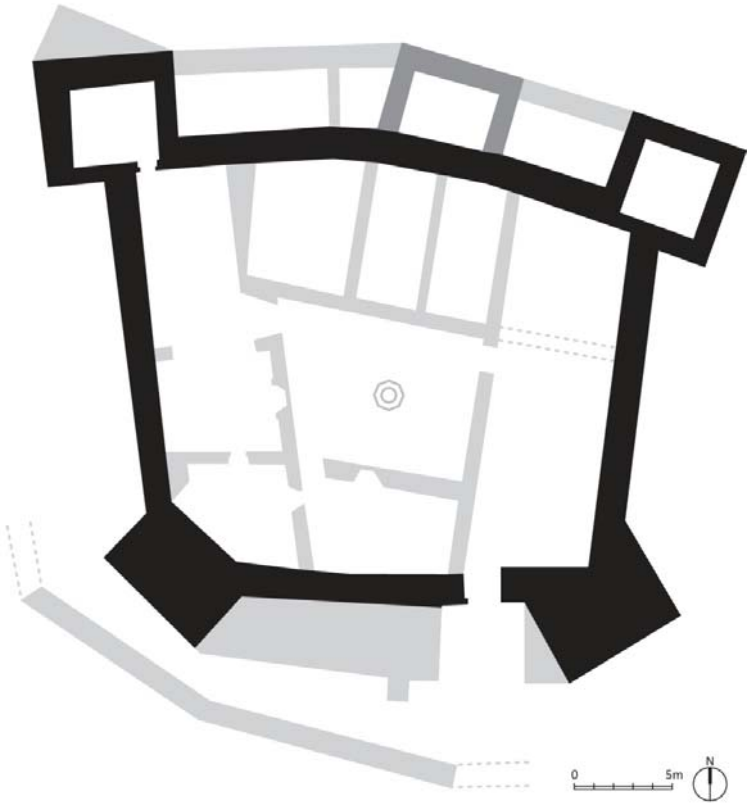


Fig.28 – Evolução Arquitectónica do Castelo de Porto de Mós

Obras atribuídas a D. Dinis

Obras atribuídas a D. Fernando

Obrais atribuídas a D. Afonso, 4º Conde de Ourém

CAPÍTULO IV: Arqueologia

4.1. A escavação arqueológica: estruturas e estratigrafia

A área intervencionada nesta fortificação durante a escavação arqueológica efectuada em 1991-92 abarcou vários dos compartimentos que constituem o complexo palatino.

Foi neste âmbito intervencionado o pátio da cisterna, com especial ênfase para o conhecimento desta estrutura de abastecimento e dos compartimentos que se organizam em seu redor. A Sul o compartimento A, a Este a área de entrada, a Oeste o compartimento E e por fim a Norte o compartimento B, C e D. Procedeu-se também á escavação dos pisos térreos de cada uma das torres, compartimentos F, I e H e compartimentos anexos G, H e J, todos localizados a Norte do castelo.

Fig.29 - Malha criada para a intervenção arqueológica e respectivos compartimentos intervencionados.

4.1.1. Pátio da cisterna e zona da entrada

Na área localizada no pátio da cisterna foram efectuadas sete sondagens, correspondentes às quadrículas 38, 39, 44, 45, 55, 59 e 65, do sector XV, procedendo-se igualmente ao desentulhamento e limpeza do extra-dorso da abóbada pétrea da cisterna.

Durante a intervenção foram detectadas três estruturas abobadadas em tijoleira (1m de largura por 1,90m de altura), que se localizavam em três dos vértices da cisterna (NO, NE e SE), assentando directamente sobre as suas paredes e extra-dorso da abóbada. As estruturas de tijolo tinham na sua base duas gárgulas cerâmicas para escoamento de águas (Fig.30 e 31).

No canto Oeste da quadrícula 39 detectou-se uma estrutura pétrea (1,20m de largura por 1,30m de altura) assente numa camada grossa de argamassa de areia (Fig.32).

Nas sondagens aqui realizadas surgiu uma sequência estratigráfica constituída por dezassete camadas cujas primeiras se encontravam na sua maioria muito perturbadas, possivelmente resultado das intervenções de restauro efectuadas pela D.G.E.M.N. Deste elevado número de camadas apenas cinco de características heterogéneas continham materiais arqueológicos associados. Os fragmentos em estudo foram exumados, na sua grande maioria, da camada 4 das quadrículas 38, 44 e 45. Surge também espólio arqueológico na camada 5 da quadrícula 55, na camada 6 da quadrícula 59, nas camadas 8 e 10 da quadrícula 39 e na camada 11 da quadrícula 38, situada na parede Oeste da estrutura de tijoleira.

Na zona da entrada apenas se realizou uma pequena sondagem ao longo da colunata que precedia a zona da cisterna (quadrícula 43), surgindo o substrato rochoso a 10-15cm de profundidade. Não se detectou espólio relevante.

Fig.30 - Estrutura abobada de tijoleira e gárgulas cerâmicas no seu interior (Foto de António Marques).

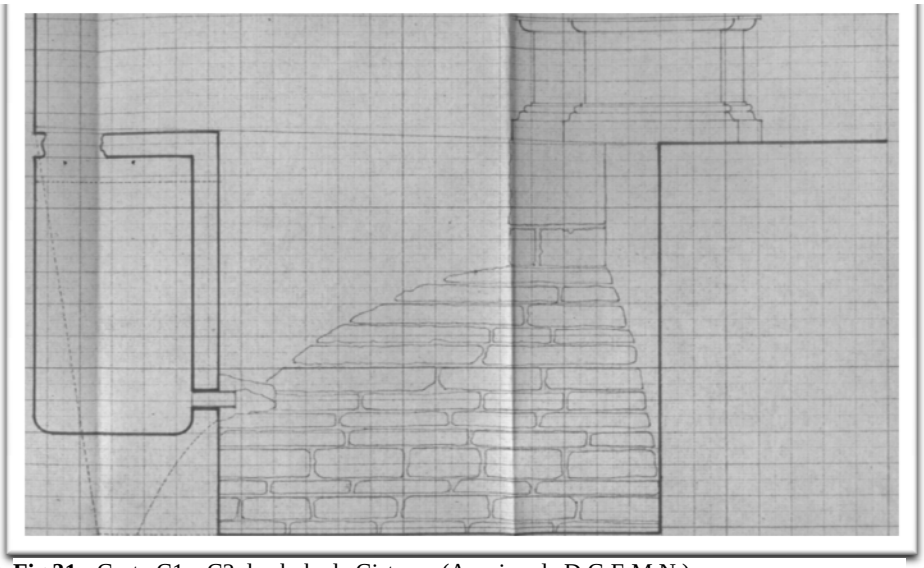


Fig.31 - Corte C1 e C2 da abobada Cisterna (Arquivo da D.G.E.M.N.)

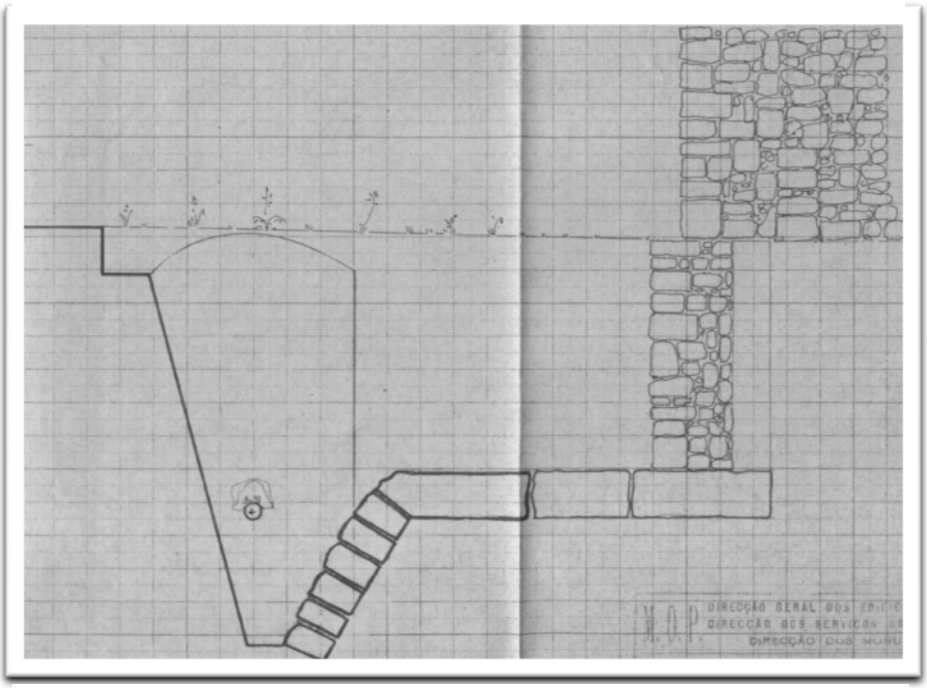


Fig.32 - Corte C3 e C4 da abobada Cisterna (Arquivo da D.G.E.M.N.)

4.1.2. Compartimento A

No interior do compartimento A foram efectuadas três sondagens, correspondentes às quadrículas 32, 33, 35 do sector XV. A intervenção aqui efectuada teve como objectivo inicial detectar uma possível ligação desta sala com a estrutura abobadada do canto SE da cisterna. Contudo, esta hipótese não se veio a confirmar, uma vez que o substrato rochoso surgiu a uma profundidade de 20-30cm, com entulhos muito revolvidos e vestígios de pisos em argamassa.

No que diz respeito às estruturas identificadas aquando da abertura da quadrícula 33, foi possível detectar o embasamento da parede Sul. Este assentava sobre o substrato rochoso, através da abertura de uma vala de fundação com perfil em V, semelhante à detectada na quadrícula 39 do sector XV.

Na quadrícula 32 surgiu a sapata da parede Norte e detectou-se ainda, uma passagem semicircular ligando o compartimento ao exterior, que se tratava de um pequeno "nicho".

O espólio que adveio deste compartimento era bastante reduzido e, como tal, apenas foi considerado um fragmento proveniente da camada 3 da quadrícula 33.

4.1.3. Compartimento B

No interior do compartimento B foram efectuadas 4 sondagens, correspondentes à quadrícula 73 e às letras B1, B2 e B3, do sector XV.

Foi durante a intervenção neste compartimento que se detectou uma estrutura de armazenamento escavada no substrato rochoso. Tratava-se de um silo de forma ovóide, cujo gargalo foi destruído, medindo o subsistente 1,46m de profundidade e 2,30m de largura. No seu interior foi detectada apenas uma camada (Camada 9) de onde foram exumados os materiais cerâmicos mais significativos deste estudo (Fig.33 e 34).

No resto da divisão intervencionada notou-se a existência de uma vala de fundação marcada na rocha, que atravessava o compartimento no sentido Norte-Sul, no alinhamento da estrutura abobadada do canto NE da cisterna, passando sobre o silo.

Na quadrícula 73 foram detectadas 8 camadas: as três primeiras de constituição muito heterogénea e integrando alguns materiais contemporâneos; seguida de uma camada contendo espólio arqueológico (Camada 4) e de um pavimento de argamassa junto da parede Este (Camada 5) que parecia assentar directamente sobre o substrato rochoso. Por sua vez, a vala de fundação da parede Este foi escavada no substrato rochoso (Camada 7) e colmatada com argamassa e pedra (Camada 8).

Do espólio exumado neste compartimento foram inventariados vários fragmentos cerâmicos que provêem na sua maioria da camada 9, do interior do silo e da camada 4 (sondagens B1 e B2).

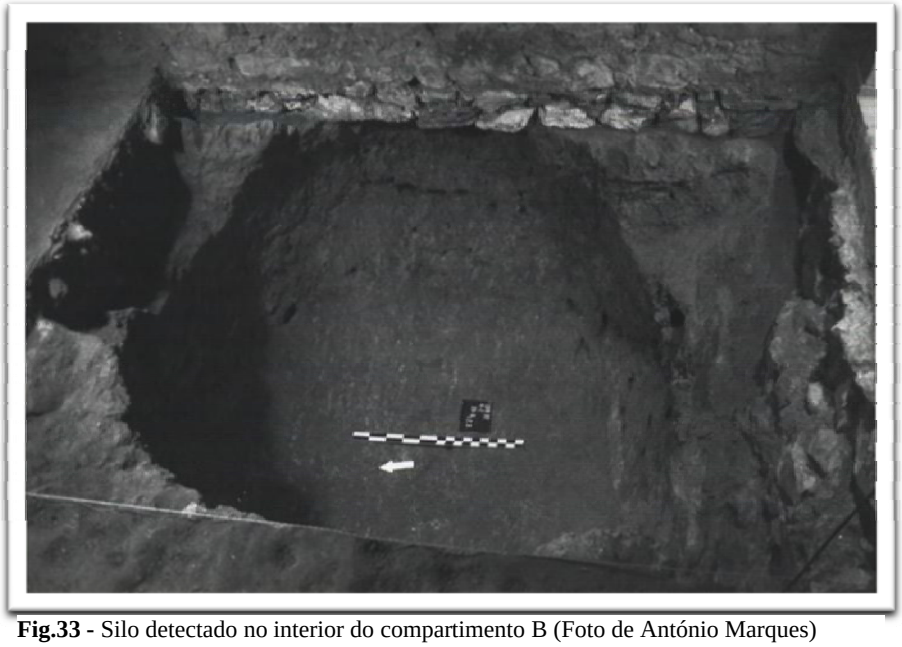


Fig.33 - Silo detectado no interior do compartimento B (Foto de António Marques)

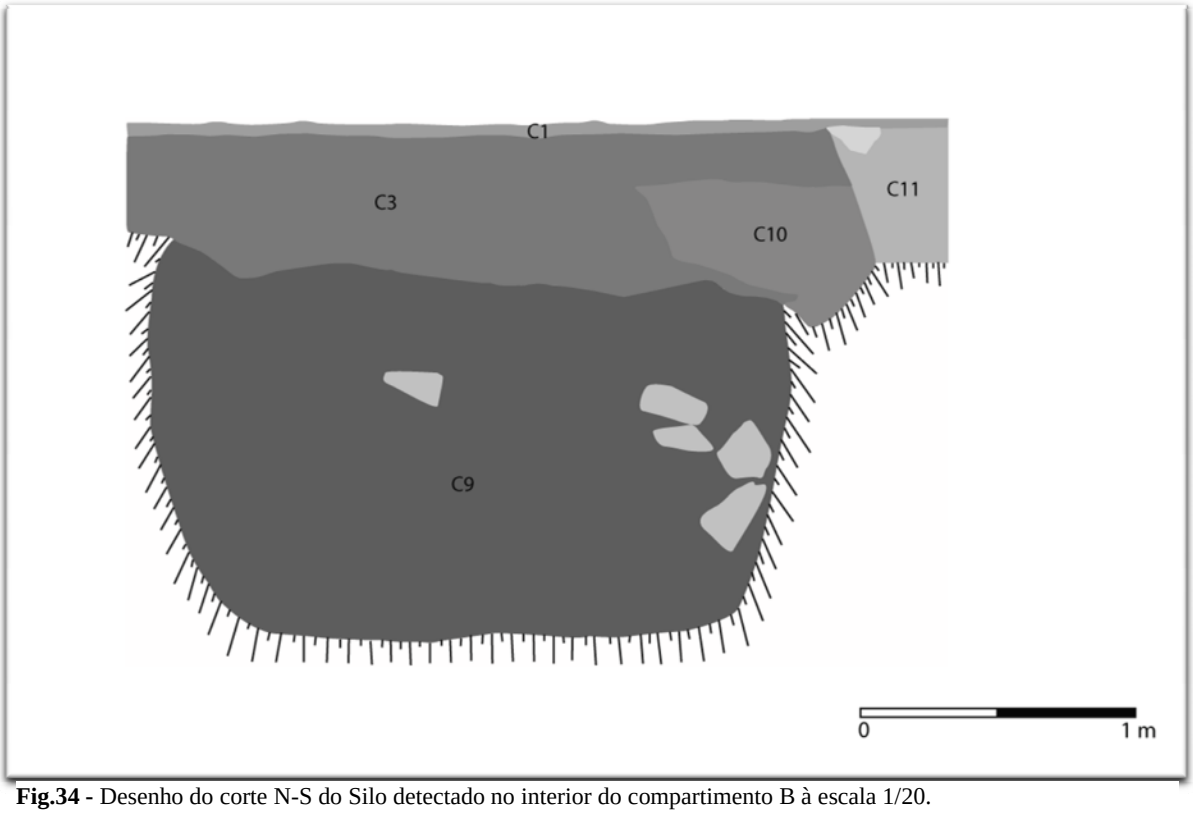


Fig.34 - Desenho do corte N-S do Silo detectado no interior do compartimento B à escala 1/20.

4.1.4. Compartimento C

Neste compartimento efectuaram-se duas sondagens no sector XV com objectivos bem definidos: na sondagem C1, para perceber a implantação das paredes Sul e Oeste e na C2, para localizar a abertura do caneiro já identificada no compartimento H.

Na primeira sondagem, efectuada no canto Sudoeste e ao longo da parede Oeste, verificou-se que as paredes assentavam sobre uma camada de terra castanha e areia solta e não sobre o substrato rochoso. Tratar-se-ia de uma vala correspondente à fundação de uma parede mestra de uma construção anterior e que terá parte dela sido reutilizada nesta nova construção.

A sondagem C2 permitiu detectar na parede Norte a ligação do compartimento C com o H, estando esta obstruída por pedras e argamassa. Sobre esta "estrutura" encontrava-se a já referida ligação para o compartimento H (Fig.35). No canto Noroeste do compartimento surgiu ainda uma abertura vinda do piso superior, cujo material de fabrico, devido ao avançado estado de destruição, não foi identificado; pese embora as diligências efectuadas, não foi possível detectá-la no piso superior. Registou-se igualmente a sapata da parede Oeste construída em pedra.

Ainda no compartimento C o substrato rochoso encontrava-se com uma escassa profundidade e os sedimentos continham raros materiais arqueológicos contemporâneos. Deste compartimento houve acesso a um reduzido número de materiais que se mostravam muito descaracterizados pelo que não foram incluídos neste estudo.

Fig.35 - Canalização detectada no interior do compartimento C (Foto de António Marques).

4.1.5. Compartimento D

No interior do compartimento D foram efectuadas quatro sondagens, correspondentes às quadrículas 65 e 72 do sector XV e 67, 67-61 do sector XVI. Verificou-se uma complexa sequência estratigráfica, com o aparecimento de uma sucessão de vestígios de pisos em argamassa (Camada 3, Camada 4, Camada 11, Camada 20, Camada 22, Camada 24, Camada 27) (Fig.36).

Junto da parede Sul colocou-se a descoberto uma abertura rectangular de perfil semicircular, preenchido com entulhos recentes. Também neste compartimento se tentou perceber a ligação entre a abóbada de tijoleira do canto Noroeste da cisterna e o interior do compartimento, busca que se revelou infrutífera. Todavia, como em B, detectou-se a existência de uma vala, sobre a qual foi construída a parede Este.

Na quadrícula 72 surgiram duas valas, uma delas escavada até ao substrato rochoso, registando-se no seu interior vestígios de madeira e pregos. Foram colocadas a descoberto as fundações da parede Oeste do compartimento, que se revelaram bastante superficiais, embora largas (Fig.37). Ainda nesta sondagem surgiram seis pedras de grande dimensão, niveladas.

Nas quadrículas 67-61, situadas junto da parede Oeste e Sul, foram detectadas as suas fundações, que se revelaram também muito superficiais e pouco cimentadas por sapatas.

Na parede Sul foi detectada a boca de uma canalização interior e as fundações da parede Este, que não assentavam no substrato, mas antes numa camada de enchimento solto (Camada 29).

Neste compartimento foram inventariados e estudados os materiais exumados nas camadas 2, 6, 9 e 18 da quadrícula 72 e os das camadas 3, 6 e 9 da quadrícula 78. As camadas detectadas apresentavam-se muito heterogéneas ao nível da sua constituição.

Fig.36 - Vestígio de piso em argamassa detectados no interior do compartimento C (Foto de António Marques).

Fig.37 - Valas detectadas no interior do compartimento C (Foto de António Marques).

4.1.6. Compartimento E

No interior deste compartimento foram efectuadas oito sondagens, correspondentes às quadrículas 44, 50, 56, 62, 63, 68, 69 e 75 do sector XVI. Na área correspondente à divisão situada entre o compartimento E e F o substrato rochoso encontrava-se praticamente à superfície. Na metade Sul foram detectados vestígios de um piso de argamassa e na metade Norte colocou-se a descoberto uma cavidade escavada no substrato rochoso de forma muito tosca, com 2,85m de profundidade, podendo tratar-se de um silo. Do seu enchimento apenas se retiraram fragmentos de cerâmica de construção.

4.1.7. Compartimento F

No interior do compartimento F foram efectuadas 2 sondagens, correspondentes às letras F1 e F2 do sector XVI. O espaço estava bastante entulhado, escavando-se entre as cotas 100,06m e 96,81m, ambas medidas no canto Noroeste. A realização da sondagem F2 veio colocar a descoberto uma estrutura de pedras e argamassa que atravessava o compartimento no sentido Sudeste-Noroeste, de funcionalidade desconhecida (Fig.38). No entanto, foram poucos os materiais exumados, sendo na sua grande maioria fragmentos de cerâmica de construção.

No canto Noroeste da sondagem F1 surgiu uma abertura rectangular e mais abaixo uma saliência em pedra afeiçoada junto da qual se identificaram fragmentos cerâmicos de manilha. Nas paredes Este e Norte apareceram estruturas salientes, que poderão tratar-se de sapatas (Fig.39). Na camada 8 da metade Oeste surgiram pedras bem imbricadas interligadas por uma espécie de argamassa castanha clara muito dura e sobre a qual assentavam. No quadrante Sudeste da sondagem F2 surgiu uma estrutura de pedra e argamassa bem consolidada, e um possível piso de terra batida.

Na sondagem F1 detectou-se uma estratigrafia muito diversa constituída por 9 camadas e na sondagem F2 por 11 camadas. As primeiras quatro camadas apresentavam uma composição heterogénea de materiais e algum revolvimento, mais uma vez atribuído às obras de restauro, sendo a camada 5 constituída por materiais arqueológicos. As camadas subsequentes apresentavam-se mais homogéneas (Camada 7 e 9) e com uma estrutura de pedra argamassada (Camada 8) terminando no substrato rochoso (Camda11). Deste compartimento foram apenas tratados os materiais da camada 5 da sondagem F1 e F2.

Fig.38 - Estrutura detectada no interior do compartimento F (Foto de António Marques).

Fig.39 - Estrutura detectada no interior do compartimento F (Foto de António Marques).

4.1.8. Compartimento G

No interior do compartimento G foi efectuada uma sondagem, correspondente à quadrícula 91 do sector XVI. Esta divisão, à semelhança da anterior, encontrava-se igualmente muito entulhada, começando-se a intervenção à cota de 101,11m e escavando-se até ao substrato rochoso à cota de 98,43m.

Aos 98,71m registou-se uma mancha de argamassa, o que poderá corresponder a um antigo piso (Camada 12). Os entulhos recolhidos eram, sobretudo, constituídos por elementos pétreos e fragmentos de cerâmica de construção. Este compartimento revelou-se muito revolvido possivelmente devido às obras de restauro levadas a cabo pela D.G.E.M.N. Foram detectadas catorze camadas estratigráficas: as primeiras nove oscilavam entre camadas de constituição heterogénea (Camadas 1, 2, 7, 8 e 9) e homogénea (Camadas 3, 4, 5 e 6), mas apresentando na sua maioria elementos datáveis de época contemporânea.

Deste compartimento foi tratado um número reduzido de espólio arqueológico, fragmentos cerâmicos exumados nas camadas 10, 12a e 13 da quadrícula 91.

4.1.9. Compartimento H

No interior do compartimento H foram efectuadas duas sondagens, correspondentes às letras H1 e H2 do sector XV. Procedeu-se ao desentulhamento completo do espaço, colocando-se a descoberto uma conduta construída em grandes lajes de pedra, que conduziria as águas e os detritos do interior para o exterior do castelo

(Fig.40). Os entulhos removidos continham apenas materiais contemporâneos e fragmentos de pedra calcária.

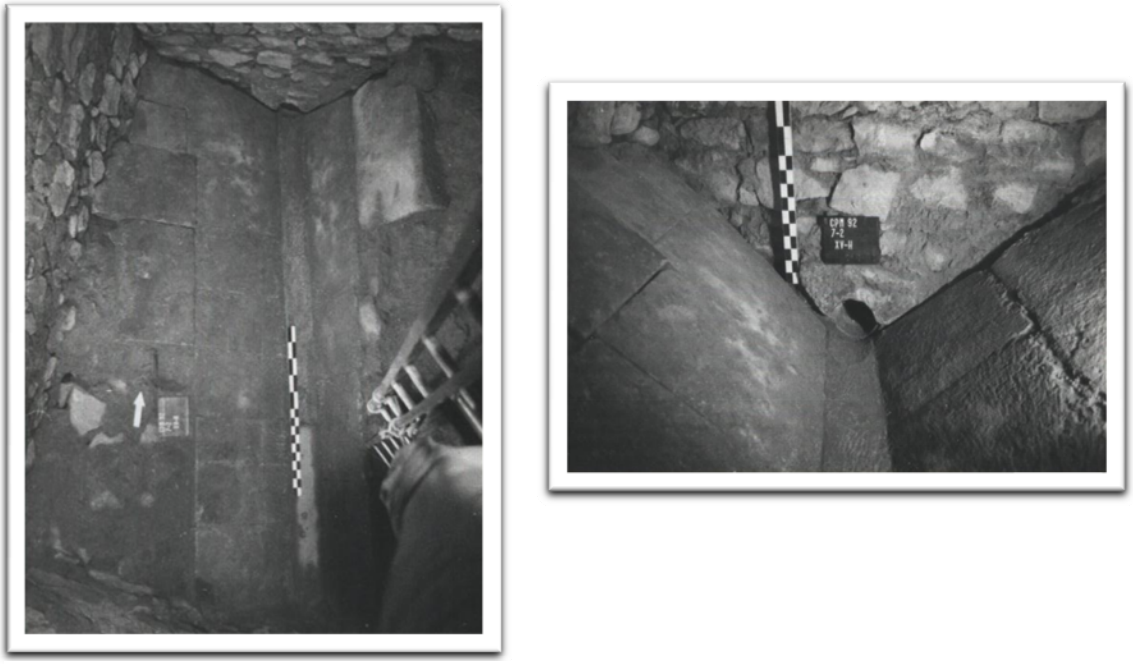


Fig.40 - Caneiro detectado no interior do compartimento H (Foto de António Marques).

4.1.10. Compartimento I

No compartimento I foram inventariados materiais das camadas 3, 6 e 7 da quadrícula I1, não tendo sido possível aceder à respectiva informação estratigráfica. No entanto, devido à relevância de algum do espólio arqueológico detectado, considerou-se importantes inclui-lo no presente estudo.

4.1.11. Compartimento J

No interior do compartimento J foi efectuada uma sondagem, correspondente à letra J1 do sector XIV. Encontrava-se também bastante entulhado, iniciando-se a intervenção a uma cota de 102,49m e atingindo-se o substrato rochoso à cota de 99,55m. Os entulhos removidos continham abundantes fragmentos de pedras e cerâmica, na sua maioria de construção (Fig.41).

Na sondagem J1 surgiram 8 camadas: as três primeiras muito heterogéneas e revolvidas a que se seguia uma camada irregular de argamassa (Camada 4); a camada 5 constituída por pedras de grande e pequena dimensão, que resultariam do derrube da parede do compartimento e na camada 6, uma grande quantidade de fragmentos de

telha. Neste compartimento os materiais exumados surgem sobretudo na camada 6 da quadrícula J1.

Na parede Este colocou-se a descoberto a respectiva sapata, que era mais larga a Norte que a Sul, cuja vala de fundação foi escavada no substrato rochoso e colmatada na metade Norte com sedimento (Camada 7). No canto Sudoeste detectou-se a existência de um silo, em cujo interior não se exumou espólio arqueológico.

Fig.41 - Derrube detectado no interior do compartimento J (Foto de António Marques).

4.1.12. Compartimento L

No interior do compartimento L foi efectuada uma sondagem, correspondente à letra L1 do sector XIV. Após escavada uma camada de entulhos, constituídos por lascas de pedra calcária, colocou-se a descoberto uma camada de pedras argamassadas. Esta corresponderia provavelmente ao enchimento da base da torre. Surgiu igualmente na parede Oeste a respectiva sapata. Neste compartimento não foi inventariado qualquer espólio arqueológico.

4.1.13. Compartimentos M/N

Quando se começou a intervenção apenas se tinha conhecimento do compartimento M, mas iniciada a sua limpeza superficial revelou-se uma passagem para outro espaço, denominado compartimento N, fazendo-se daí em diante a intervenção em simultâneo. Tratavam-se de dois vazadouros, interligados por um amplo canal abobadado em pedra, que fazia o escoamento das águas para o exterior. Situada a Norte do compartimento, a saída far-se-ia através de um cano direccionado para a encosta Sul do cômoro do castelo.

A divisão M tem na parte superior da parede uma bica em pedra através da qual escoa água para o interior do compartimento. Esta provém do segundo andar da torre, de uma estrutura paralelepipédica oca embutida na parede Norte (Fig.42).

Na zona de passagem do compartimento M para N pôs-se a descoberto um pavimento de tijoleira vermelha. Registaram-se ainda na parede Este: uma manilha de secção subcircular (M); uma possível canalização de esgoto de secção rectangular em tijolo (M); duas canalizações de esgoto na parede Oeste (N); um piso em tijoleira (Camada 3) e o substrato rochoso (Camada 4) (N) (Fig.43). A intervenção realizada nestes dois compartimentos não revelou materiais arqueológicos associados

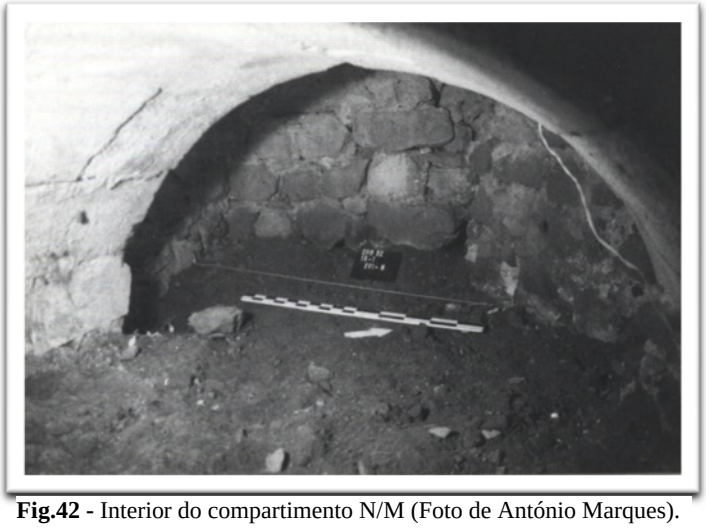


Fig.42 - Interior do compartimento N/M (Foto de António Marques).

Fig.43 - Boca de manilha no interior do compartimento N/M (Foto de António Marques).

4.2. As cerâmicas

Neste subcapítulo iremos proceder à análise da cerâmica exumada na escavação arqueológica efectuada no castelo, assunto que já tivemos oportunidade de abordar anteriormente.

Os fragmentos cerâmicos seleccionados foram organizados segundo o seu modo de fabrico, através da referência á composição, características da pasta e respectiva cozedura, identificando-se no interior de cada grupo as formas reconhecidas. Tal como acima referido, estas foram agrupadas em quatro grupos (louça de mesa, louça de cozinha, louça de armazenamento e cerâmica de construção), descritas segundo as suas características formais e morfológicas, assim como pelas decorações detectadas e o local onde foram recolhidas.

4.2.1. Cerâmicas com pasta de cor cinzenta

Do universo de cerâmica seleccionado para o presente estudo, este é o grupo claramente predominante. Por norma, as pastas caracterizam-se por ter tonalidades que oscilam entre o cinzento claro e o cinzento-escuro. Apresentam textura homogénea e consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quartzosos e calcários de grão fino a médio, embora surjam em número residual pastas de textura granular, vacular e de consistência média (CPM92.35).

A cozedura predominante foi efectuada em ambiente redutor, embora surjam algumas peças que apresentem o núcleo cinzento e as superfícies avermelhadas, devido a uma cozedura redutora com arrefecimento oxidante (CPM91.04-CPM92.238, CPM92.38, CPM92.174, CPM92.178, CPM92.199, CPM92.225, CPM92.230, CPM92.233).

Nas cerâmicas enquadráveis neste conjunto foram detectadas oito formas: jarro, panela, tacho, testo, cântaro, alguidar, pote e talha.

De louça de mesa apenas foi identificada uma forma - o jarro - que apresenta um bordo de forma trilobada, ligeiramente introvertido, com lábio espessado no exterior e de secção subtriangular.

A louça de cozinha é o conjunto mais numeroso, identificando-se cinco formas distintas. As panelas caracterizam-se na sua grande maioria por apresentarem um bordo extrovertido, espessado exteriormente e com lábio de secção semi-triangular. No entanto, quinze dos fragmentos apresentam um aplanamento do bordo na sua superfície

superior; doze apresentam biselamento do bordo e cinco o seu espessamento externo. Surgem também cinco casos de panelas com lábio de secção semi-circular. Esta forma oferece, de um modo geral, o colo estrangulado e o corpo globular ou troncocónico. O estado de fragmentação destes recipientes não permitiu apurar com certeza o tipo de fundo; contudo, tendo em conta a análise total dos fragmentos, este seria provavelmente plano. O conjunto de panelas estudado revelou diferentes dimensões do bordo, que variam entre os 10 e os 18cm do diâmetro, sendo predominantes as panelas com 15cm.

Os tachos, apesar do seu reduzido número, apresentam uma grande uniformidade morfológica. Caracterizam-se por ter o bordo ligeiramente introvertido, com lábio plano superiormente e de secção semi-circular na face externa e corpo com carena pouco acusada.

O testo servia como peça complementar às outras formas, uma vez que era utilizado para tapar recipientes, certamente as panelas e os cântaros, entre outras. Com este intuito o testo apresenta uma forma universal de bordo extrovertido e espessado com ressalto interno, fundo de dimensões reduzidas e um corpo de paredes bem oblíquas de modo a tapar sem fugas as outras as peças.

Os cântaros caracterizam-se por ter o bordo ligeiramente extrovertido, espessado e com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. No geral apresentam um diâmetro de bordo com cerca de 12cm.

Os alguidares, apesar do reduzido número de exemplares, apresentam uma grande diversidade morfológica, fazendo jus às suas múltiplas utilizações. Os bordos podem ser ligeiramente extrovertidos, espessados com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular; ou extrovertidos com lábios superiormente aplanados de secção semi-quadrangular. No entanto, o corpo mostra-se uniforme, geralmente troncocónico com paredes oblíquas de elevado espessamento, que oscila entre e 0,7 e o 1,4 cm.

Por fim, a louça de armazenamento, da qual foram identificadas duas formas: os potes, que apresentam um bordo direito com lábio superiormente aplanado de secção quadrangular e cerca de 10 cm de diâmetro, apresentando corpo ovóide; e as talhas que, apesar de estarem representadas por três fragmentos, não dispõem do respectivo bordo, sendo as paredes fabricadas com pastas grosseiras e robustas de espessura variável entre o 1 e os 2,1 cm.

As três primeiras formas: jarro, panela, tacho, foram exumadas no interior do compartimento B; o testo na área correspondente ao pátio da cisterna e no

compartimento J; as talhas no compartimento I e J; os cântaros no interior do compartimento D e F e os alguidares no compartimento F e J.

Aparecem associados a este grupo de fabrico revestimentos de aguada negra (CPM92.124, CPM91.166-CPM91.167). Entre as decorações destacam-se o ressalto sob o bordo e, em menor número, as linhas incisas dispostas de forma paralela (CPM92.24) ou ondulante (CPM92.101, CPM92.23, CPM92.100, CPM92.106, CPM92.107), as caneluras (CPM92.124), as incisões, as linhas brunidas (CPM92.148) e os cordões plásticos (CPM92.221), por vezes digitados (CPM92.23, CPM92.100, CPM92.106, CPM92.107, CPM92.233).

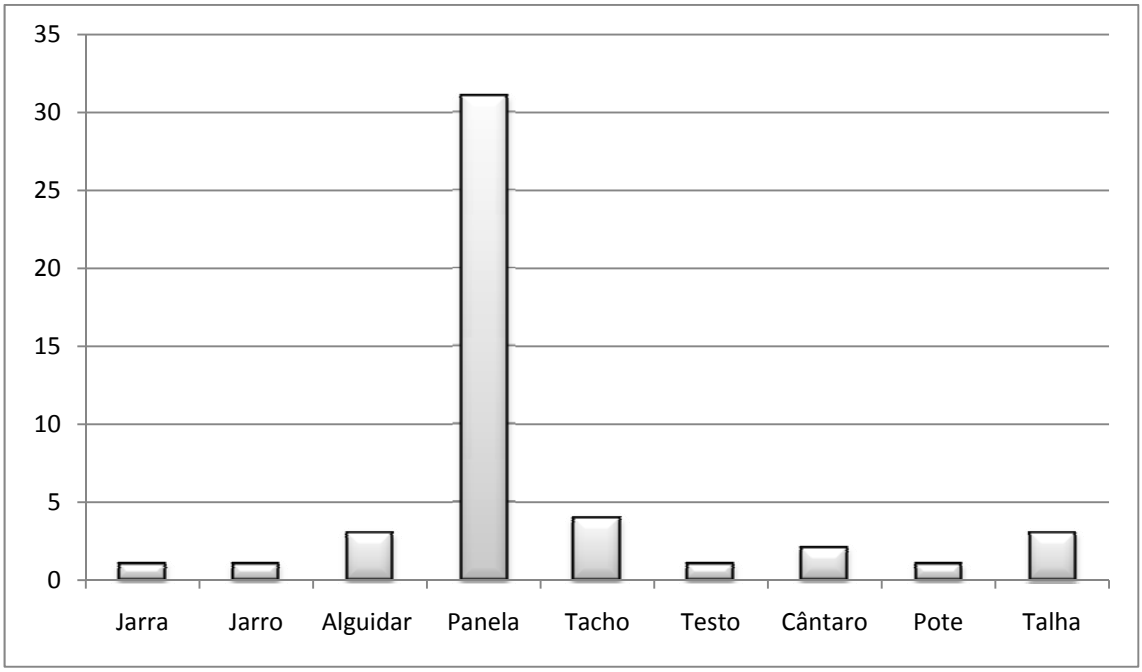


Gráfico V - Cerâmica com pasta de cor cinzenta – Formas

4.2.2. Cerâmicas com pasta de cor bege, rosa ou castanha

Neste grupo de cerâmica enquadram-se todos os fragmentos que apresentam pastas de tom bege, rosa e castanho. Por norma, apresentam pastas de consistência compacta, textura homogénea e elementos não plásticos micáceos, quatzosos, calcários de grão fino a médio, embora surjam casos de pastas de textura granular, vacular e de consistência média (CPM92.56, CPM92.53-CPM92.55, CPM92.54). Foram na generalidade sujeitas a uma cozedura em ambiente oxidante.

Nas cerâmicas enquadráveis neste conjunto foram detectadas as seguintes formas:

Entre a louça de mesa exumou-se um púcaro com fundo em botão com 2,5 cm diâmetro e o corpo ligeiramente globular.

Da louça de cozinha fazem parte as panelas, que apresentam um bordo extrovertido ou direito (CPM92.59), espessado exteriormente e com lábio de secção subtriangular ou em bisel; alguns exemplares apresentam asa vertical em fita (CPM92.59).

Os cântaros caracterizam-se por um bordo extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. Contudo, surgem duas peças com bordo extrovertido, espessado exteriormente e de lábio em bisel interno e apenas um com secção circular ou semicircular. O conjunto estudado revelou diferentes dimensões do bordo, que variam entre os 9 e os 13cm de diâmetro, sendo predominantes as peças com 12cm.

Os alguidares são de bordo extrovertido, lábio pendente, com cerca de 62 cm de diâmetro e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

Finalmente, a louça de armazenamento é representada por um pote com bordo extrovertido de 23 cm de diâmetro, lábio de secção semicircular ligeiramente aplanada e corpo de tendência globular.

O púcaro foi recolhido no interior do compartimento I.

A panela advém do pátio da cisterna e do compartimento B, de onde também surgiu um pote e um alguidar.

O cântaro foi exumado no pátio da cisterna e nos compartimentos B, D, G e I.

Aparecem associadas a este grupo peças com as superfícies alisadas (CPM92.215) ou brunidas (CPM91.17 e CPM91.18) e com diferentes tipos de revestimento: aguada de tom rosado (CPM91.152), cinzento (CPM91.14), branco (CPM91.15) e vidrado a verde (CPM92.147). Foram também detectadas diferentes

decorações, como: ressalto sob o bordo (CPM91.156, CPM92.201-CPM92.203), caneluras (CPM91.02), linhas verticais brunidas (CPM92.215) e uma decoração composta por pequenos apontamentos de pressão horizontal concêntricos (CPM92.37).

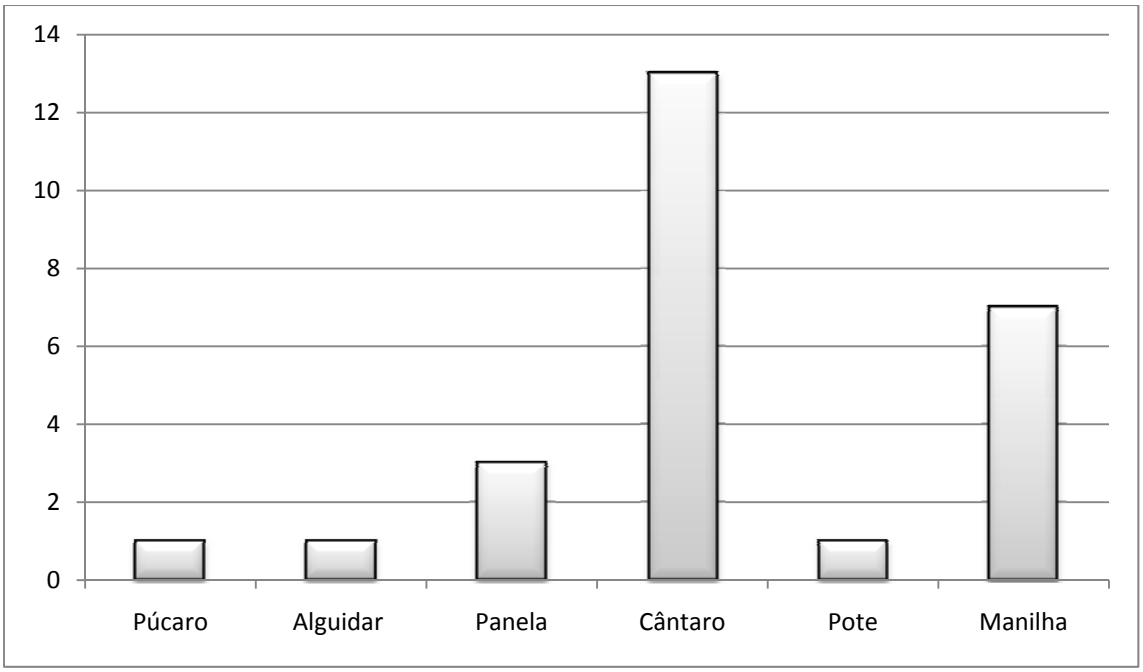


Gráfico VI - Cerâmica com pasta de bege, rosa ou castanha – Formas

4.2.3. Cerâmicas com pasta de cor laranja

O grupo das cerâmicas de tom alaranjado caracteriza-se por ter pastas de textura homogénea e consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quartzosos e calcários de grão fino a médio. Todas as cerâmicas estudadas apresentam uma cozedura em ambiente oxidante, havendo algumas gradações na cor, ocasionadas quer pelo próprio processo de cozedura, quer pelos fenómenos pós-deposicionais.

Nas cerâmicas enquadráveis neste conjunto foram detectadas sete formas: jarro, púcaro, panela, cântaro, alguidar, pote e talha.

O jarro tem um bordo ligeiramente extrovertido, lábio arredondado com face externa de secção semi-circular.

Um dos dois púcaros existentes evidencia o bordo direito, com lábio de secção circular e asa vertical de rolo. O outro corresponde a porção de fundo em botão com um diâmetro de 4,2 cm.

A panela exibe um bordo ligeiramente introvertido com lábio ligeiramente espessado de secção semicircular, ou bordo ligeiramente extrovertido com lábio em bisel externo de secção subtriangular. O diâmetro do bordo varia entre os 12cm e os 15cm.

O cântaro caracteriza-se por ter um bordo extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular, com um diâmetro de 13cm e um fundo plano com 18cm de diâmetro.

O alguidar tem o bordo ligeiramente extrovertido com lábio em bisel externo de secção subtriangular, com 35,5 cm de diâmetro.

O pote apresenta um bordo ligeiramente extrovertido e espessado com 7 cm de diâmetro e lábio de secção semicircular, tendo o corpo tendência ovóide.

A talha mostra um bordo extrovertido aplanado superiormente com lábio de secção semi-circular. Os restantes fragmentos são constituídos por paredes fabricadas com pastas grosseiras mas robustas com cerca de 1 cm de espessura.

O jarro e a panela foram exumados no interior do silo do compartimento B, sendo esta última forma também detectada no compartimento G. O pote foi detectado no compartimento D, os alguidares e as talhas no compartimento G e J e os cântaros no compartimento B e I.

Aparece associado a este grupo de fabrico peças com alisamento (CPM91.163) e revestimento de aguada (CPM92.232). Das decorações verificadas destacam-se o

ressalto e as incisões oblíquas sob o bordo, as linhas verticais brunidas (CPM92.181, CPM92.232), os cordões plásticos digitados (CPM92.232) e as pinturas (CPM92.117).

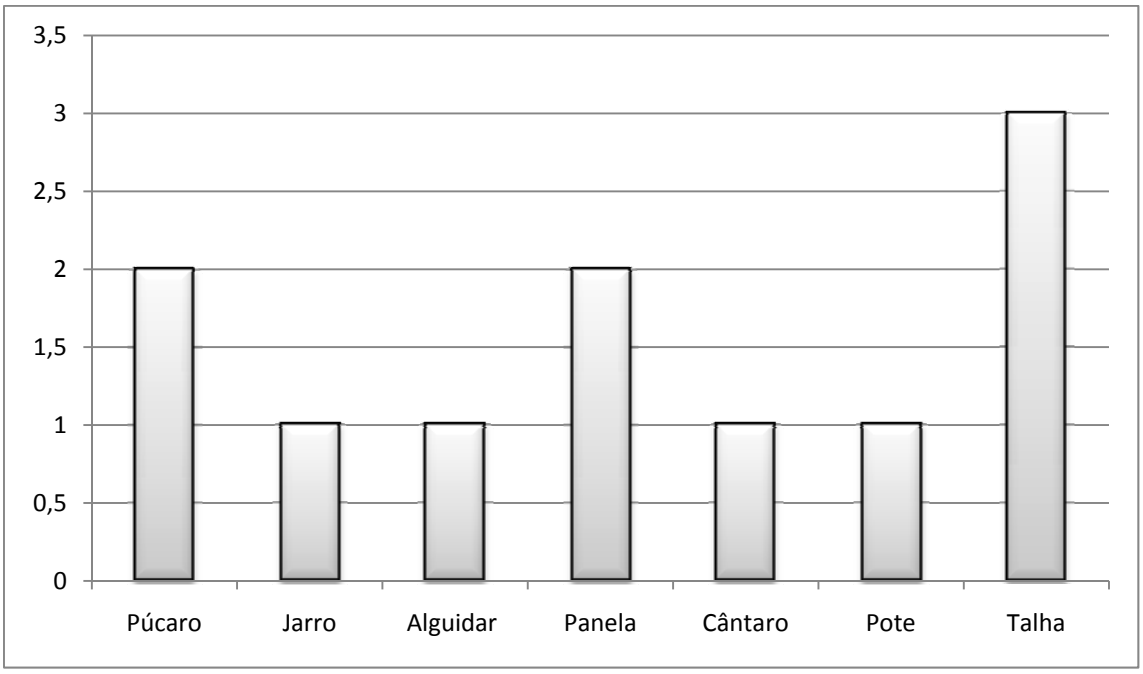


Gráfico VIII - Cerâmica com pasta de cor laranja – Formas

4.2.4. Faianças

O grupo das faianças caracteriza-se por apresentar o mesmo tipo de pasta: textura homogénea, com fraca presença de elementos não plásticos visíveis (destaca-se o calcário e a cerâmica moída) e alguns vácuos; a sua consistência é friável e a cozedura oxidante, apresentando um tom bege. O seu revestimento é feito através da aplicação de um primeiro esmalte branco que, depois de cozido, recebe um esmalte em tons de azul-cobalto.

Este conjunto integra cinco fragmentos: três deles são partes da curvatura da caldeira de um prato e os outros dois são fundos com pé destacado, provavelmente também de pratos. Pela análise macroscópica da sua decoração, colocamos como hipótese a possibilidade destes cinco fragmentos fazerem parte de apenas duas peças (CPM91.08, CPM91.11, CPM91.06 e CPM91.12; CPM91.07).

Todos os fragmentos foram exumados na camada 4 da quadrícula 44 localizada no pátio da Cisterna.

Este grupo de peças apresenta diferentes e complexas decorações. Os fragmentos CPM91.08-CPM91.12[221] e CPM91.06 têm o mesmo padrão decorativo que se caracteriza por intercalar linhas ligeiramente oblíquas de cerca de 5 mm de largura, com outras de 1 mm destacadamente ondulantes. O CPM91.11 anuncia um desenho com elementos vegetalistas na base do prato[222], delimitado por três linhas paralelas em azul-cobalto que distam entre si 2 e 7 mm; depois desta última linha surge o arranque para a caldeira, com a mesma decoração do fragmento CPM91.08-CPM91.12.

Por fim, a peça CPM91.07 tem uma complexa decoração vegetalista, à semelhança das anteriores, ostentando o desenho de uma "folha", que pode ser identificada ora como parte integrante de uma representação de *pêssegos*[223], ora como de uma representação de *boninas*[224].

[221] Tânia Casimiro, 2008, p.3; M. A. Ferreira, 1995, pp.129-132; C. Carreira, 2005, p.5
[222] João Monteiro e Alexandre Pais, 2003, p.45.
[223]. João Monteiro e Alexandre Pais, 2003, p.81.
[224] Tânia Casimiro, 2008, p.6.

4.2.5. Paralelos, cronologia e integração cultural

Durante o período da Reconquista deu-se um incremento no fabrico de cerâmicas redutoras, facto que vai marcar quase toda a Idade Média, havendo também uma continuação de características morfológicas mais recuadas[225]. Considerando estes factores, foram encontrados paralelos para as cerâmicas em estudo fabricadas com pastas de tons cinzentos: as panelas CPM92.99 e CPM92.148 encontram paralelo em peças semelhantes que foram exumadas num silo medieval em Évora[226], cujo conteúdo foi datado do reinado de Sancho II (1233-1248); já as peças CPM92-105 e CPM92-104 que correspondem a duas asas com puncionamentos oblongos encontram paralelo no castelo de Arouca, também atribuíveis ao século XII[227]. A panela CPM92.59 de pasta bege e exumada neste contexto encontra paralelo na Casa da Torre[228], em Belmonte, com exemplar semelhante atribuído ao século XII-XIII.

Todas estas peças de Porto de Mós provêm da camada 9 do compartimento B, correspondente ao enchimento do silo aqui detectado, datando a sua colmatação. Esta terá sido possivelmente motivada pelas obras levadas a cabo por D. Dinis.

Os tachos CPM92.23, CPM92.100, CPM92.106 e CPM92.107 têm exemplares semelhantes em Santa Cruz da Vilariça[229], em Moncorvo, com uma cronologia idêntica à referida, dos séculos XII-XIII.

Todos estes exemplares provêm do compartimento B do castelo de Porto de Mós, embora o primeiro da camada 4 e os restantes da camada 9, esta referente à colmatação do citado silo. Refira-se que, com grande probabilidade, o primeiro exemplar também terá feito parte do enchimento desta estrutura negativa, resultando a sua posição estratigráfica de revolvimentos subsequentes à destruição da parte superior do silo.

Tendo em conta o local onde foram exumados ter sido fechado e as semelhanças técnicas, formais e morfológicas do espólio exumado nestas estrutura e numa mesma camada, pode-se colocar a hipótese de que todas as peças aqui detectadas tenham uma datação compreendida entre os séculos XII-XIII.

As estruturas subterrâneas construídas para armazenar cereais são frequentes em contextos medievais urbanos e rurais portugueses; apresentam normalmente características semelhantes e constituem equipamento fundamental para o

[225] Mário Barroca, 1987, pp.33-55.
[226] Ana Gonçalves, Th. Schierl, F. Teichner, p.247, Fig. A, Type C, Peça FC820.
[227] António Silva e Manuela Ribeiro, 2007, Fig.8.
[228] Elisabete Robalo, 2006, p.204, Estampa II.
[229] Miguel Rodrigues, Nelson Rebanda, p.112, Peça SCV/A1-005-2048.

funcionamento de uma fortificação ciclicamente sujeita a ataques inimigos, sendo fundamental assegurar a sua auto-suficiência alimentar, guardada sobretudo nestas estruturas. Entre os castelos onde tal se verifica citem-se os casos de Belmonte[230], Palmela[231] e Óbidos. A presença de um conjunto significativo de fragmentos cerâmicos no seu interior é também frequente, pois estas estruturas deixam muitas vezes de ser utilizadas e são entulhadas. No caso de Porto de Mós poderá terá sido ou a ausência de ameaças militares ou a necessidade de efectuar obras no interior da fortificação que terão levado ao seu abandono.

Na Idade Média para além de uma preferência pelo fabrico de peças de tom cinzento verifica-se um incremento efectivo de determinadas técnicas decorativas, como o uso de cordões plásticos digitados, elemento de carácter arcaico[232], linhas incisas onduladas (CPM92.101) e asas puncionadas (CPM92.105, CPM92.104, CPM92.143, CPM92.145, CPM92.229). Espólio com estas características foi recuperado em diversas escavações efectuadas no Norte do país[233] aos quais foi atribuída um cronologia compreendida entre o século XII e XIV[234].

A fraca produção de trabalhos arqueológicos para a cronologia medieval na região centro da Estremadura não nos permite identificar o local de produção destas cerâmicas. No entanto, tendo em contas as suas características, podemos propor que se tratariam de produções locais ou regionais, mas de forte influência da região norte do país. Tal facto, não seria de estranhar, uma vez que as datações obtidas através da análise de paralelos nos indicam tal proveniência. Recorde-se que a época em que se parecem filiar a maioria das cerâmicas descritas é marcada pelos sucessivos avanços das hostes cristãs para Sul até à linha do Tejo, no qual se inclui a conquista do castelo de Porto de Mós. Este movimento é seguido de deslocação populacional, com a necessidade de povoar as áreas anexadas, trazendo uma nova população, inovações e mudanças nos hábitos instituídos[235]. As panelas surgem como a forma predominante num resultado de uma mudança dos hábitos alimentares onde estes objectos muitas

[230] António Marques, 2000, pp.153-185.
[231] Isabel Fernandes, 2004, pp.71-292.
[232] Miguel Rodrigues, 1994, pp.75-82.
[233] Cf. Brandão, 1973; Freitas, 1977, 1980, Almeida, 1981, 1982; Júnior, 1985; Soeiro 1986, Barroca, 1986.
[234] Miguel Rodrigues, 1994, pp.9-13.
[235] Cf. José Mattoso, 1992; Oliveira Marques, 1996.

vezes denominados de *"potes de cozer"* serviam *"para cozinhar lentamente os legumes ou sopas"* [236].

Quanto ao alguidar CPM92.147, com pasta de cor bege e superfície revestida com vidrado verde, destaque-se o paralelo com peça exumada nas escavações arqueológicas de Palmela, datada do século XV. Foi recolhido no compartimento B, mas desconhece-se a sua proveniência estratigráfica, pelo que é impossível fazer uma relação com o silo mencionado.

As cerâmicas com pasta de cor laranja, de morfologia distinta, parecem corresponder a alterações de gosto e quotidiano, sinónimo dos alvores da modernidade[237]. O cântaro CPM92.71 encontra paralelo em peça semelhante descoberta nas escavações arqueológicas de Castelo Novo[238], no Fundão, datada da segunda metade do século XIV. Os CPM91.15 e CPM92.215 são idênticos a peça exumada nos contextos dos inícios do século XVI de Vila Franca de Xira[239]. Já o púcaro CPM92.210 é idêntico a um exemplar recolhido nas escavações da Rua dos Correeiros[240], em Lisboa, sendo aí datado do século XIII a meados do XIV; o mesmo se poderá dizer em relação a objectos reconhecidos na alcáçova do castelo de S. Jorge[241].

Finalmente, refiram-se as faianças, um grupo de peças que reporta a uma nova vivência quotidiana que em nada se compara às restantes identificadas. O pequeno conjunto identificado foi datado através da sua decoração do século XVII. O fragmento CPM91.07 encontra paralelo em Bristol datado do século XVII[242]; o fragmento CPM91.08-CPM91.12 encontra paralelo em peça com decoração semelhante exumada no bairro dos mercadores de Plymouth, em Londres[243], datado da segunda metade do século XVII, e o fragmento CPM91.11 em peça existente no acervo da Fundação Carmona e Costa[244] e datado do terceiro quartel do século XVII.

---

[236] Françoise Piponnier, 2001, p.125.
[237] Miguel Rodrigues, 1994, pp.12-13.
[238] Silvina Silvério, Luís Barros, 2005, p.163, Fig.57.
[239] Henrique Mendes, João Pimenta, 2007, p.79, Fig.80.
[240] Alexandra Gaspar, Clementino Amaro, 1997, pp. 340-341, Fig.9.
[241] Ana Gomes, 2005, pp.221-236, Fig.12.
[242] Tânia Casimiro, 2008, pp.1-7.
[243] Tânia Casimiro, 2008, p.5, Fig.5.
[244] A. Pais e P. Monteiro, 2003, pp.81-45, nº de inventário CER 25.

4.3. Os dados arqueológicos: processo construtivo, estruturas negativas e sistema hidráulico.

A arqueologia para além do espólio cerâmico em estudo permitiu detectar alguns vestígios murários dos quais referiremos os mais "significativos". No entanto, por motivos diversos, nem sempre se conseguiu atribuir a estas estruturas uma funcionalidade.

Ao longo da intervenção arqueológica foi possível perceber alguns dos métodos construtivos utilizados, sobretudo no que diz respeito às fundações da fortificação. Sabemos que na sua maioria as valas de fundação são directas e foram rasgadas no substrato rochoso e que para a construção do edifício se procedeu ao seu nivelamento, criando uma base quase plana. As fundações dos edifícios localizados no interior da fortificação apresenta-se menos profundas mas de dimensões variáveis, muitas delas apresentando valas de perfil em V. Foram também detectadas várias sapatas construídas em pedra e argamassa com uma largura menor que o dobro da parede que lhe assenta, largura necessária para suportar as elevadas paredes. Algumas torres como a L apresentam uma estrutura de *podium* que a suporta.

Foram ainda detectadas três estruturas de armazenamento escavadas no substrato rochoso identificadas como silos que surgiram em três distintas áreas do edifício: no compartimento B, E e J. Estas estruturas pela sua localização, no caso do silo do compartimento B pelo espólio associado, terão sido possivelmente construídas em período anterior ao século XV.

Como já tivemos oportunidade de referir, tendo em conta a forma uniforme de colmatação do silo, as semelhanças técnicas, formais, morfológicas do espólio detectado no seu interior e os paralelos, encontrados pode-se concluir que as peças exumadas apresentam uma datação compreendida entre XII-XIII o abandono da estrutura ter-se-á dado na centúria seguinte possivelmente durante as supostas obras de D. Dinis e terá sido parcialmente destruído no XV aquando das obras do Conde de Ourém.

A Arqueologia permitiu ainda detectar no compartimento D alguns vestígios que poderão ter pertencido a estas edificações anteriores e que foram integrados na parede Este desta divisão aquando das obras de D. Afonso, assim como uma estrutura murária detectada na torre F e que parece tratar-se do embasamento de uma antiga escada.

Durante os trabalhos arqueológicos foi possível efectuar o levantamento da cisterna e perceber a sua fisionomia. Trata-se de uma estrutura quadrangular, construída em abóbada sem suportes internos e com silhares de pedra bem esquadrinhados, sendo cerca de metade da parede interna revestida por uma argamassa que impermeabilizaria o espaço, evitando fugas de água. A cisterna é datada, devido às suas características arquitectónicas, do século XV[245], possivelmente mais uma obra "introduzida" pelo Conde de Ourém. Este facto não será de estranhar se lhe adicionarmos o importante e requintado sistema de canalizações que se espraia por todo o edifício e se interliga com as novas construções.

Neste castelo encontramos, como já referimos, uma cisterna, um caneiro e dois compartimentos que se poderão considerar vazadores ou locais de evacuação (M/N). A cisterna, apesar de ter acesso a um pequeno lençol freático que inunda parte do seu interior, tinha possivelmente um sistema de adução pluvial. Este seria constituído por quatro estruturas de forma quadrangular, cobertas por abóbada de berço e construídas em tijolo. O seu interior era revestido por argamassa e mostrava no fundo três orifícios. Os dados arqueológicos obtidos acerca deste sistema foram muito parcelares, mas permitem avançar uma proposta de funcionamento. As quatro estruturas de tijolo funcionariam como colectores de águas pluviais: estas seriam encaminhadas a partir das coberturas do castelo para gárgulas ou canos, que as levariam para o interior destas estruturas através de manilhas cerâmicas[246]. No seu interior a água era filtrada pela colocação de uma tampa que diminuía o diâmetro, permitindo retirar algumas impurezas antes de o líquido atingir a cisterna ou seguir para outros compartimentos. Seguindo o cano detectado no compartimento C chegaríamos ao caneiro do compartimento H, que receberia os excedentes de água pluvial e permitiria controlar o nível de água da cisterna; isto é, caso a cisterna tivesse atingido o seu volume máximo a água, em vez de sair pelo bocal, localizado no pátio, era drenada através do caneiro para as gárgulas localizadas junto da base da muralha exterior do castelo.

Por fim, os possíveis vazadores existentes a Sul e denominados de compartimento M/N. Estas duas estruturas recebiam possivelmente os resíduos de diferentes áreas do castelo, visíveis através de diferentes bocas de manilha existentes no

---

[245] *Como se fazem as cisternas em Itália sem abobeda In Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte /Livro da Cartuxa), Edição diplomática, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1982, p.155.*Alexandra Barradas, 2006, p.284.

[246] A título de exemplo refira-se a manilha descoberta no compartimento C e que vinha dos pisos superiores.

seu interior, nomeadamente os do segundo e terceiro pisos da torre E. Estes seriam canalizados pela gravidade para lá da barbacã voltada a Sul, área com relevo mais acentuado. Estes compartimentos correspondem a vazadores, não só pela sua estrutura e dimensão, como pelo facto do N ser uma estrutura aberta com acesso directo através do interior do primeiro piso do compartimento E e porque, ao contrário das outras gárgulas, esta é a única que poderia expelir o conteúdo para a área mais distante do castelo, uma vez que não há uma linha de água corrente que o pudesse fazer. O sistema de adução e condução de água seria muito mais complexo. No entanto, e como já referimos, não temos toda a informação necessária para o compreender. Foram detectados fragmentos de manilhas, algumas quase completas, no interior dos compartimentos F, G e I, possivelmente relacionadas com as gárgulas existentes no exterior do castelo.

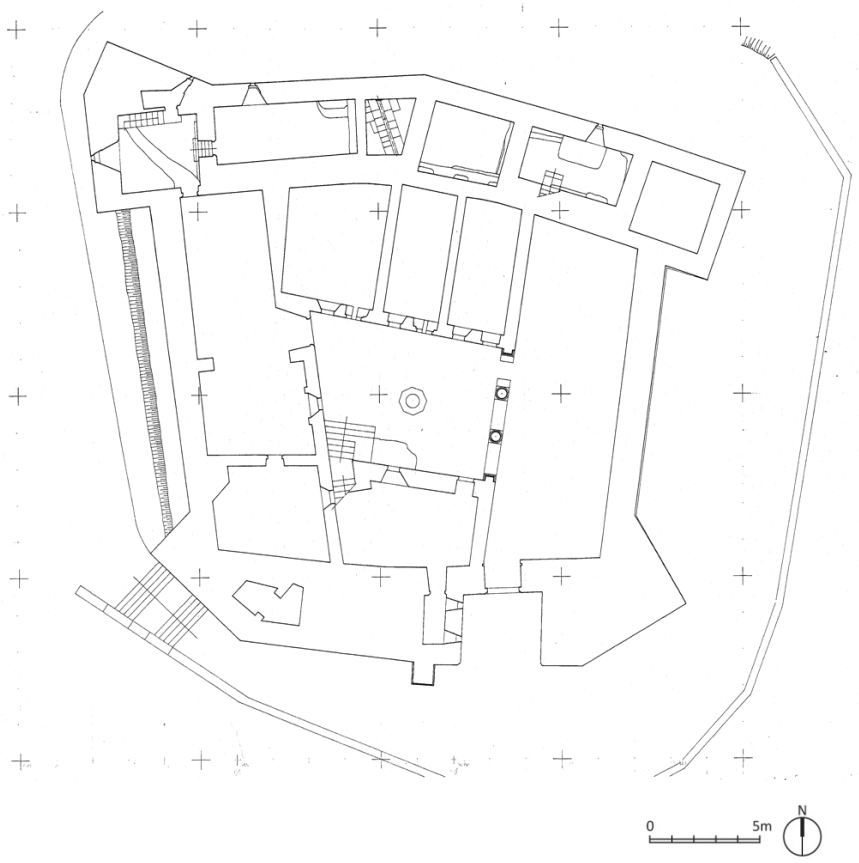


Fig.42 - O Castelo de Porto de Mós e algumas das estruturas detectadas durante a intervenção arqueológicas (Arquivo da D.G.E.M.N.).

CONCLUSÃO

O "território" de Porto de Mós situa-se numa região que integra um relevo contrastante que oscila entre as terras altas salpicadas de montanhas e as zonas planas com vastas áreas de várzea. Estas zonas detinham uma importante riqueza hídrica e uma diversificada fauna e flora que se dispersava por todo o seu termo e que criava condições naturais propícias à fixação humana. O homem medieval soube aproveitar em Porto de Mós as frondosas e bem irrigadas várzeas para os seus cultivos e as zonas elevadas, quando não permitiam uma produção agrícola, para apascentar o seu gado.

Em Porto de Mós a realidade agrícola não se diferencia da registada para os termos vizinhos de Alcobaça, Tomar ou Leiria onde o cereal e a vinha tinham um lugar de destaque na alimentação e na economia local, sendo complementados com os bens obtidos através da floresta e da riqueza hídrica. Destaque-se neste domínio a proximidade deste termo ao mar que permitiria um contacto mais regular com as restantes áreas do reino, estimulando uma troca de produtos propiciadora de riqueza cultural e económica.

A estes elementos de carácter natural acrescenta-se a localização estratégica do ponto de vista militar, que propiciou inicialmente a construção de pequena atalaia, em conjunto com outras fortificações, nomeadamente Ourém, Pombal, efectuar uma protecção eficaz a Leiria e Coimbra através da criação de uma primeira linha de defesa. Este aspecto poderá ser corroborado, não só pela sua localização geográfica, mas também pela precoce utilização da via que ligava a região a Norte e a Sul deste território, através da passagem das serras de Aire e Candeeiros, que necessitavam de um controlo apertado de modo a detectar e travar invasões inimigas.

Este facto é bem documentado nas fontes utilizadas uma vez que a via mais referida ao longo do século XIII tinha como ponto de destino Santarém e Torres Novas, sendo depois visível a sua dispersão ao longo dos séculos pelo resto do concelho e abrangendo praticamente toda a região.

Assim, esta área era uma importante zona de passagem e a única forma de ultrapassar a serra e contornar os coutos de Alcobaça tornando o caminho mais rápido e directo para as terras de Leiria e além[247].

[247] Este facto é reforçado pelas informações toponímicas, uma vez que o topónimo Portela e suas derivações surgem em abundância ao longo de todo o termo de Porto de Mó e encontram-se localizados

Sintomático deste facto é a precoce criação de albergarias nestes corredores serranos. De facto, no século XII são dados privilégios a três albergarias: Mendiga, Serro Ventoso e Minde, que facilitavam e tornavam mais cómoda a travessia da serra. Este facto poder-nos-á indiciar que antes do reinado de D. Sancho II este caminho já era de tal modo importante e necessário que se justificava a criação destes locais de descanso e os seus privilégios. Assim como a passagem e estadias de alguns reis portugueses em terras portomosenses, visível através dos itinerários régios.

Foi a conjugação destes elementos que permitiu a Porto de Mós adquirir a sua importância económica e a vitalidade da vila. No local de relevância para este estudo, a área onde se localiza o castelo, terá sido ocupada apenas em época medieval.

Como já foi referido, as crónicas relatam-nos a conquista de Porto de Mós em 1147-48, por D. Afonso Henriques, sem contudo darem grandes informações sobre a estrutura militar aí existente. No entanto, sabe-se que aquando do ataque almóada de 1178[248], Porto de Mós era uma fortificação de reduzidas dimensões. Pelo menos até inícios do século XIV pouco podemos avançar sobre a evolução arquitectónica do castelo, uma vez que as escavações arqueológicas foram inconclusivas e as fontes medievais omissas quanto a este assunto. As primeiras comprovaram uma ocupação dos séculos XI-XIII, patente nos materiais arqueológicos exumados no interior do silo do compartimento B. As segundas testemunham apenas que a fortificação se encontra muito destruída nos finais de duzentos e viria a ser reedificada a mando de D. Sancho I.

Apesar das lacunas históricas terá sido na centúria de trezentos durante o reinado de D. Dinis que se viria a definir definitivamente o perímetro muralhado do castelo e a sua estrutura seria munida de mecanismo de defesa *activa* que lhe permitisse defender a vila de forma eficaz. Com D. Fernando ainda num mesmo princípio de arte da guerra, uma vez que o castelo de Porto de Mós continuava sobranceiro a uma importante via que ligava Leiria a Santarém, este monarca poderá ter mandado reforçar as suas defesas através da construção de uma quinta torre.

A Arqueologia foi pouco conclusiva, mas permitiu detectar a presença de espólio cuja datação é enquadrável neste período cronológico. Em todo o caso, a introdução de uma porta enquadrada por duas torres o aumento do seu de número permitia do topo de uma defender a base da seguinte de planta esquadrinhada assim

---

na entrada dos vales que atravessam as regiões montanhosas, na fronteira entre o vale e a serra e em convivência com muitas das vias detectadas.

[248] Saul Gomes, 2005, p.29.

como mudança da torre de menagem do centro para junto do pano de muralha numa zona de defesa mais sensível permitiu o aparecimento de novos mecanismos de tiro vertical (os *machicoulis* ou mata-cães). Todos estes elementos arquitectónicos descritos devem enquadrar-se no mesmo paradigma construtivo do *"castelo gótico"*[249].

Outras obras são atribuídas aos monarcas portugueses como é o caso da cisterna cuja construção devido aos métodos empregues se atribui a D. Duarte. A Arqueologia permitiu identificar um complexo sistema de canalizações interligadas com esta estrutura e com os dois vazadores detectados nos compartimentos H, N/M. Estas estruturas terão sido adaptados posteriormente á fortificação.

O último grande momento de reestruturação do espaço seria efectuado por D. Afonso, 4º Conde de Ourém que lhe daria o aspecto actual, transformando a antiga construção militar num emblemático paço. As obras por ele realizadas mostraram-se muito profundas, de tal modo que alteraram radicalmente a fisionomia da fortificação. Durante esta empreitada novas áreas foram edificadas, destruídas, reconstruídas ou simplesmente se reaproveitaram estruturas mais antigas. A Arqueologia permitiu detectar no compartimento D algumas estruturas que poderão ter pertencido a estas edificações mais antigas, anteriores a D. Afonso, e que foram integradas na parede Este desta divisão, assim como uma estrutura detectada na torre F e que parece tratar-se do embasamento de uma antiga escada.

O castelo foi dotado de novos sistemas defensivos, mas também de elementos que aumentavam o conforto e o luxo que o edifício residencial necessitava para albergar o seu senhor. O seu aspecto seria muito elegante, através do trabalho da pedra que se via nas *loggias* e nos arranjos internos, mas sobretudo imponente, destacando-se da paisagem através das sumptuosas coberturas de corochéus de telha vidrada a verde.

Na intervenção arqueológica foram recolhidos três tipos diferentes de telhas vidradas a verde, umas com características técnicas, que atribuímos às obras de D. Afonso, outras de restauros posteriores, nomeadamente das obras da D.G.E.M.N. Vejam-se os pequenos arcos existentes nos quatro vértices de cada torre, que provavelmente seriam utilizados para suportar este tipo de cobertura.

Para esta obra D. Afonso trouxe o conhecimento que a sua vida cosmopolita e as suas longas estadas nos reinos europeus, sobretudo em Itália, lhe permitiram adquirir e

[249] Custódio Vieira da Silva, 1989, p.55.

que ele sabiamente conjugou com o que de melhor se fazia em Portugal, nomeadamente em Leiria e no estaleiro da Batalha.

Nos anos subsequentes o castelo de Porto de Mós manteria a sua vitalidade pelo menos até ao século XVII, cronologia atribuível através das faianças exumadas. No entanto, em meados do século XVIII esta fortaleza estaria devoluta e muito arruinada, sendo reabilitada só no século XIX com as obras da DGEMN.

A intervenção arqueológica realizada em 1991-92 no interior da fortificação, permitiu um melhor conhecimento da sua estrutura militar e palatina, dos seus equipamentos e do quotidiano dos seus ocupantes. No entanto, o seu contributo não foi mais significativo para este estudo devido a alguns dos problemas anteriormente explicitados e tendo em conta a afectação das obras de restauro implementadas pela D.G.E.M.N. ao longo de 70 anos que alteraram profundamente a estratigrafia e as estruturas existentes.

No entanto a detecção de um silo no interior do compartimento B permitiu-nos verificar que os materiais mais antigos exumados datavam para primeira ocupação cristã do castelo, nomeadamente da cronologia que compreende o período de Reconquista e estabilização político-social do reino, assim como aprofundar o conhecimento dos métodos de construção, de criação das fundações do edifício, seus equipamentos de armazenamento de víveres e de adução, armazenamento e condução de águas.

As cerâmicas mais significativas foram as exumadas no interior do silo do compartimento B. Estas apresentam características semelhantes aos espólios detectados em contextos do Norte de Portugal, e datados do período correspondente à Reconquista e às centúrias seguintes. Tratam-se de cerâmicas maioritariamente cinzentas ou negras que foram submetidas a uma cozedura redutora. A grande mudança acontece, de facto, ao nível da cozedura, que a partir do século XI, e até finais da Idade Média, é sobretudo redutora, o que pode ser um indício para a datação do espólio em estudo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas e colectâneas documentais

ARMAS, Duarte de (2006) – *Livro das Fortalezas*, introd. de Manuel da Silva Catelo Branco. Lisboa: INAPA.

COSTA, Avelino (1940) – Documentos medievais portugueses, vol. III. Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 307.

GALVÃO, Duarte (1906) **–** *Crónica de D. Afonso Henriques*. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses.

GOMES, Saul António (1985) **–** *Porto de Mós Medieval (breves subsídios documentais para o seu conhecimento).* Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós.

GOMES, Saul António (2002) – *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (séculos XIV a XVII)*. Lisboa: IPPAR

GOMES, Saul António (2005) **–** *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental, séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós.

LOPES, Fernão (1975) – *Crónica de D. Fernando I*, edição crítica por Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Obras gerais e dicionários

AAVV (2006) – Plano Director Municipal de Porto de Mós, Câmara Municipal de Porto de Mós.

ALARCÃO, J. **(**1973) **–** *Domínio Romano em Portugal*, Lisboa: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, J. (1983) **–** *Portugal Romano*, Lisboa: Editorial Verbo.

ALARCÃO, Jorge (1946) – *Nova História de Portugal. O Reordenamento Territorial Portugal das origens à romanização*, vol. I. Lisboa: Editorial Presença.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1989) – «Castelos e Cercas Medievais. Séculos X a XIII», *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Edições Alfa, pp. 38-54.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira; BARROCA, Mário Jorge (2002) – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença.

ALMEIDA, Fortunato de (1967) – *História da Igreja em Portugal*, vol. I. Porto: Portucalense Editora

ALMEIDA, João de (1946) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. Distrito de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém*, vol. II. Lisboa: s.n.

ALMEIDA, José António Ferreira (1976) – *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa: Selecções do Reader's Digest.

ALMEIDA, P. Carlos A. Ferreira de (1968) – *Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de licenciatura.

ALMEIDA, P. Carlos A. Ferreira de (1973) – «Caminhos de assistência no Norte de Portugal», In *Actas das 1as Jornadas Luso-espanholas de História Medieval. A Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, tm. 1. Lisboa: Instituto de Artes da Alta Cultura, pp. 39-58.

AMARO, Clementino (1992) – «Silos medievais no Palácio Nacional de Sintra», In *Arqueologia Medieval*, nº 1. Porto: Edições Afrontamento, pp. 111-123.

ANDRADE, Amélia Aguiar (1994) – *Vilas, poder régio e fronteira, o exemplo do Entre Lima e Minho na Idade Média*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de doutoramento, Texto policopiado.

ANDRADE, Amélia Aguiar (2001) – *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte.

ANDRADE, Amélia Aguiar (2003) – *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizonte.

BARRADAS, Alexandra Alves (2005) – *Ourém e Porto de Mós. A obra mecenática de D. Afonso, 4.º conde de Ourém*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado, Texto policopiado.

BARRADAS, Alexandra Alves (2006) – *Ourém e Porto de Mós. A obra mecenática de D. Afonso, 4.º conde de Ourém*. Lisboa: Edições Colibri.

BARREIRA, Paula; DÓRDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1995) – «200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII», In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-182.

BARROCA, Mário (1987) – Cerâmica Medieval no Noroeste de Portugal (séculos XI a XV), Texto policopiado.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – «Contributo para uma Bibliografia dos Estudos de Castelologia Medieval Portuguesa», In *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 7. Porto: ADECAP, pp. 79-88.

BARROCA, Mário Jorge (2003) **–** «Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495–1521)», In *Portugália*, Nova Série, vol. XXIV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 95-112.

BARROCA, Mário Jorge (2003) – «Uma Paisagem com Castelos», In *Arquitectando Espaços: Da Metapolis*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 174-181.

BARROS, Luís; HENRIQUES, Fernando (1997) – «Rua da Judiaria: um celeiro nos arrabaldes da vila», In *Actas das 3.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 135-144.

BERNARDES, João Pedro (2006) – «Existem pontes romanas no Algarve? », In *Actas das I Jornadas – As vias do Algarve.* Alportel. Câmara Municipal de Alportel, pp.14-19.

BLOT, Maria Luísa Pinheiro (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Trabalhos de Arqueologia, nº 28. Lisboa: IPA.

BRANCO, Maria João Violante (2005) **–** *Reis de Portugal. D. Sancho I*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.

CACELA, António Martins (1977) – *Porto de Mós e seu Termo*. Torres Novas: s.n.

CAIAZZO, Cinzia (2006) – A Grande História de Arte. Dicionário de Termos Artísticos e Arquitectónicos. Lisboa: Público.

CALADO, Rafael (1931) – *Porto de Mós*, União Nacional (Jornal Semanário de Leiria), Ano III n.º135 e 136 de 20 de Março de 1931.

CALADO, Rafael (1993), «A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa do século XVII», In *Oceanos*, nº 14, pp.76-83.

CARDOSO, G; RODRIGUES, S. (1999) – «Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais». In *Arqueologia Medieval*, nº 6. Porto: Edições Afrontamento, pp. 111-123.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, A. Severino (2002) – «Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais», In

Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana. Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 269-288.

CARMONA, Rosalina (2005) – *Olaria da mata da Machada: cerâmicas dos séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal.

CARNEIRO, Roberto (2006) – D. Afonso V, In colecção os reis de Portugal, Lisboa, Circulo de Leitores, p.68.

CARREIRA, C. (2005) – *Cerâmicas Modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*. Colecção Estudos e documentos. Edição Câmara Municipal de Torres Novas.

CARVALHO, A. Rafael; FERNANDES, Isabel Cristina (1997) – «Abordagem arqueológica da Palmela Medieval Cristã», In *Arqueologia Medieval*, nº 5. Porto: Edições Afrontamento, pp.221-241.

CARVALHO, A. Rafael; FERNANDES, Isabel Cristina (1997) – «Intervenção arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela)», In *Setúbal Arqueologia*, vols. 11-12. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal, pp.279-295.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2008) – «A faiança portuguesa nas Ilhas Britânicas: um projecto de investigação», In *Al-madan*, IIª série, nº 16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 1-7.

CATARINO, Helena (1992) – «Cerâmicas Tardo-medievais/modernas do Alto Alentejo; a escavação de um silo na vila do Crato», In *Actas das 1.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 129-136.

CATARINO, Helena (2008) – «O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica», In *Arqueologia Medieval*, nº 3. Porto: Edições Afrontamento, pp. 73-87.

COELHO, M. H. C.; HOMEM, A. L. de C. (1996) – *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras. Do condado portucalense à crise do século XIV*, vol. III. Lisboa: Editorial Presença.

COELHO, M. Helena da Cruz (2006) – «O Foral de Porto de Mós e a política Dionisina de desenvolvimento concelhio», In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 6. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, pp. 31-50.

COELHO, M. Helena da Cruz; RILEY, Carlos G. (1988) – «Sobre a caça medieval», In *Revista de Estudos Medievais*, nº 9. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura. Delegação regional do Norte, pp. 241-262.

CONDE, Manuel Silvério Alves (2000) **–** *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média,* vols. I e II. Cascais: Patrimonia.

CORTAZAR, Jose Angel Garcia de (1993) – *História Medieval Rural*. Lisboa: Editorial Estampa.

COSTA, Augusto; CORREIA, Luís Miguel (1999) – «O Castelo de Porto de Mós», In *Monumentos*, nº 11. Lisboa: DGEMN, pp. 90-95.

COSTA, Joaquim Botelho da (2001) – *Estudo e classificação das Rochas por exame macroscópico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COSTA, Paula Pinto (2004) – «As adaptações das Ordens Militares aos desafios da "crise" tardo-medieval», In *Revista da Faculdade de Letras*, III série, vol. 5. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 143-154.

COSTA, Teresa; COSTA, Cláudia; LOPES, Gonçalo; RODRIGUES, Filipa (2007) – «Intervenção arqueológica no nº21 da Rua Carlos Reis (Torres Novas)», In *Nova Augusta. Revista de Cultura*, nº19. Torres Novas: Município de Torres Novas, 2007, pp. 287-330.

DEVY-VARETA, Nicole (1985) – «Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do renascimento (séc. XV e XVI)», In *Revista da Faculdade de Letras- Geografia*, I série, vol 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 46-67

DEVY-VARETA, Nicole (1985) – «Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As Matas medievais e a "coutada velha" do rei», In *Revista da Faculdade de Letras- Geografia*, I série, vol 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 5-37

DIAS, João Alves (1986) **– «**Itinerários de D. Afonso II», In *Estudos Medievais*, nº 7. Porto: s.n.

DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura (2000) – "Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correiros, Lisboa" In *Revista Portuguesa de Arqueologia* vol. 3, n.º 2. Lisboa Instituto Português de Arqueologia, pp. 201-235.

DURAND, Robert (1972) – «La vigne et le vin dans le Bassin du Mondego au Moyen Âge (XIIe-XIIIe siècles).», In *Arquivos co Centro Cultural Português*, vol. V. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 13-33.

FABIÃO, Carlos (1995) – História da Arte Portuguesa. O Passado Proto-Histórico e Romano, Lisboa: Círculo de Leitores.

FALCÃO, Tânia Maria; SANTOS, Heloísa Valente dos (2007) – «Castelo de Amieira: diálogos entre a arqueologia, a arquitectura e uma certa *arqueologia sentimental*», In *Património. Estudos*, nº 10. Lisboa: IPPAR, pp. 148-154

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004) – *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri.

FERNANDES, Isabel Maria (1998) – «Do uso das peças: diversa utilização da louça de barro», In *Actas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.

FERNANDES, Lídia, MARQUES, António e TORRES, Andreia (2008) – «Ocupação baixo medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas», In *Arqueologia Medieval*, 10. Porto: Edições Afrontamento, pp.159-183.

FERNANDES, Teresa Matos (1996) – «Os sistemas hidráulicos do Mosteiro da Flor da Rosa (Crato), In *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 209-320.

FERREIRA, Alves; MORAIS, Custódio de; SILVEIRA, Joaquim de; GIRÃO, Amorim (1957) **–** *O mais antigo mapa de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra.

FERREIRA, M.A., 1995, "Vidro e Cerâmica da Idade Moderna no Convento de Cristo", in *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 117-199.

FERREIRA, Maria Mulize Neves (1998) – «As cerâmicas medievais/modernas do Abrigo da Pena d'Água», In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.1, nº2, pp. 97-106.

FERRO, João Pedro (1996) – Arqueologia dos Hábitos Alimentares, Lisboa, Publicações D. Quixote.

FIGUEIREDO, António J. F. (1998) – *Padrões de povoamento na Alta Estremadura – da Idade do Ferro à Romanização*. Porto.

FURRIEL, Francisco Jorge (2003) – *Da Pré-História à Actualidade. Monografia de Porto de Mós*, vol. I-III. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós.

GALEGO, Júlia; GARCIA, João Carlos; ALEGRIA, Maria Fernanda (1988) **–** *Os itinerários de D. Dinis, D. Pedro e D. Fernando: interpretação gráfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do Inst. Nac. de Investigação Científica.

GAMA BARROS, Henrique da (1885) – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional

GASPAR, A; CLEMENTINO, A. (1997) – Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa, in *La céramique médiéval en Mediterranée. Actes du VI Congrès de L'AIECM 2*, Aix-en-Provence: CNRS, pp. 337-345.

GIL, Carlos; RODRIGUES, João (1990) – *Pelos caminhos de Santiago itinerários portugueses de Compostela.* Lisboa: Publicações D. Quixote.

GIL, Júlio; CABRITA, Augusto (1998) **–** *Os mais Belos Castelos de Portugal*. Lisboa: Verbo.

GOMES, Ana et al. (2005) – «Cerâmicas Medievais de Lisboa – continuidades e rupturas», In *Actas do Seminário Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*. Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 221-236.

GOMES, Rosa Varela (2002) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al–Andalus: território e cultura.* Trabalhos de Arqueologia, nº 23. Lisboa: IPA.

GOMES, Rosa Varela (2003) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al–Andalus: a Alcáçova.* Trabalhos de Arqueologia, nº 35. Lisboa: IPA.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1996) – «Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do Poço-Cisterna de Silves», In *Xelb*, nº 3. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves, pp. 143-205.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1996) – «Faianças do tipo "Santo Domingo Blue on White" do Funchal e de Silves», In *Xelb*, nº 3. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves, pp. 269-284.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; CARDOSO, João Luís (1996) – «Aspectos do Quotidiano numa Casa de Silves, durante o século XV», In *Xelb*, nº 3. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves, pp. 33-78.

GOMES, Saul António (1990) – *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV.* Coimbra: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Coimbra.

GOMES, Saúl António (1995) – «A População e o Povoamento de Leiria do século XII ao XVI.», In *Leiria-Fátima: Órgão Oficial da Diocese*, Ano III, nº8, número especial. Leiria: s.n., pp. 225-317

GOMES, Saúl António (1995) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

GOMES, Saul António (1997) **–** *Vésperas Batalhinas: estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno.

GOMES, Saul António (2006) – «Porto de Mós em tempos medievais», In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 6. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, pp. 9-29.

GOMES, Saúl António (2006) – *A região de Leiria: património, identidade e história*. Leiria: CEPAE, Editora Folheto

GONÇALVES, Ana; SCHIERL, Th.; TEICHNER, F. (2003) – «A change of pottery style under Dom Sancho II? A coin-dated pottery sequence from a medieval silo excavated in the cloister of the City Museum of Évora (Alentejo, Portugal)», In *Arqueologia Medieval*, nº 8. Porto: Edições Afrontamento, pp. 237-252.

GONÇALVES, Iria (1967) **–** «Privilégios de estalajadeiros portugueses». Sep. de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III Série, nº 11. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 143-158.

GONÇALVES, Iria (1980) – «Viajar na Idade Média: através da Península em meados do século XIV», In *Arquipélago*, Série Ciências Humanas, nº 2. Açores: Intituto Universitário dos Açores, 119-142.

GONÇALVES, Iria (1988) – «Viajar na Idade Média: através da Península em meados do século XIV», In *Imagens do mundo medieval*, Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 201-217

GONÇALVES, Iria (1989) **–** *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GONÇALVES, Iria (1996), *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia.

GONÇALVES, João Ludgero Marques (1990) – «Escavação arqueológica no Salvador (Sobral de Monte Agraço) – campanha de 1987», In *Revista de Arqueologia*, nº1. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa pp. 77-88.

LARCHER, Jorge (1933-35) **–** *Castelos de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LEAL, Pinho (1876) **–** *Portugal Antigo e Moderno. Diccionário: Geographico, Estatistico, Chorographico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográphico e Etymológico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*. vol. VII. Lisboa: Liv. Ed. de Mattos Moreira.

LOURENÇO, Sandra (2007) – *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Trabalhos de Arqueologia, nº 50. Lisboa: IPA.

LOYN, Henry R. (1997) Dicionário da Idade Média, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LUNA, Isabel e CARDOSO, Guilherme (2006) – «Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras», In *Actas do III Seminário do Património da Região Oeste*; Câmara Municipal do Cadaval, Associação Património Histórico, Cadaval, pp. 99-112.

MANTAS, Vasco Gil (1990) – «A rede viária romana do território português», In *História de Portugal*, coordenação de João Medina, vol. I. Amadora: Ediclube, pp. 438-452.

MANTAS, Vasco Gil (2002) – «A Rede Viária de Scallabis», In *De Scallabis a Santarém*, Lisboa: MNA, pp. 107-116.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1981), *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa

MARQUES, A. H. de Oliveira (1982), *Cidades medievais portuguesas: algumas bases metodológicas gerais*, s.l., s.n.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) – *Nova História de Portugal. Portugal na crise do século XIV e XV*, vol. IV. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1993) – *Nova História de Portugal. Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, vol. II. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira, GONÇALVES, Iria e ANDRADE, Amélia Aguiar (1990), *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

MARQUES, José (1997) **–** «Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI», In *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 14. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 91-122.

MARTINS, Alfredo Fernandes (1949) – *O Maciço Calcário Estremenho – contributos para um estudo da geografia física*. Coimbra: s. n.

MARTINS, J.P. Oliveira (2004) – *D. Nuno Alvares Pereira*, In Biografias da História de Portugal:, vol. 24, Matosinhos, QUIPNOBI, pp.107-125.

MATOS, Alfredo (1956) – A comarca de Porto de Mós. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós

MATTOSO, José (1987) – «A Cidade de Leiria na História medieval de Portugal», In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 95-111

MATTOSO, José (1992) – *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores.

MATTOSO, José (1993) – «A consolidação da monarquia e a unidade política», In *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 269-296.

MATTOSO, José (1993) – «Dois Séculos de vicissitudes políticas», In *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 23-163.

MATTOSO, José (1993) – «Mutações», In *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 243-267.

MATTOSO, José (1993) – «Os concelhos», In *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 205-241.

MATTOSO, José (2001) – *Identificação de um País. Oposição*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia, (1986) – «Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias», In *Paços de Ferreira. Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, pp. 171-243.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia, (1989) *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa.

MENDES, H.; PIMENTA, J.; VALONGO, A. (2002) – «Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira nº 21. Centro Histórico de Santarém.», In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.5, nº 1, pp.259-276.

MENDES, Henrique; PIMENTA, João (2007) – *Contexto quinhentista das escavações do Museu do Neo-Realismo*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

MOITEIRO, Gilberto Coralejo (2005) – «Paisagens históricas: a flora e a fauna na toponímia meridional beirã de Quinhentos», In *Actas das Primeiras Jornadas de História sobre Paisagens Rurais e Urbanas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp. 25-53.

MONTEIRO, João Gouveia (1999) **–** *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri.

MONTEIRO, João Gouveia; PONTES, Maria Leonor; PEREIRA, Paulo (2002) – *Castelos Portugueses. Guias Temáticos*. Lisboa: IPPAR.

MONTEIRO, João Pedro e PAIS, Alexandre Nobre (2003), *Faiança Portuguesa da Fundação Carmona e Costa*, Lisboa, Assírio & Alvim.

MOREIRA, Refael (1989) – «A época manuelina», *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Edições Alfa, pp. 91-142.

MORENO, H. Baquero (1976) – *Itinerários de El-rei Dom Duarte: 1433-1438*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

MORENO, H. Baquero (1986) **– «**Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média», In *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 3. Porto: Faculdade de Letras de Universidade do Porto, pp. 77-90.

MORENO, H. Baquero (1988) **–** *Os itinerários de El-rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

NAZZARO, Barbara; VILLA, Guglielmo (2004) – *Francesco Di Giorgio Martini: Rocche, Città, Paesaggi*. Roma: Edizion Kappa.

NETO, Margarida Sobral (2006) – «O Foral Manuelino de Porto de Mós: processo de elaboração, conteúdo e aplicação», In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 6. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, pp. 155-176.

NEVES, C. M. Baeta *(*1983) – *História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de documentos da Torre do Tombo, Chancelarias reais*, vol. IV. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas.

PEREIRA, Mário (1990*) – Santa Maria da Feira: O Castelo. Guias.* Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

PEREIRA, Paulo; LEITE, Ana (1993) – Hospital Real de Todos-os-Santos: séculos XV a XVIII. Catálogo. Lisboa: Câmara Municipal.

PIEL, J. M. (1947) – «Nomes de lugares referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo», In *Revista Portuguesa de Filologia*, I, pp. 153-198

PIPONNIER, Françoise (2001) - **«**Do lume à mesa: Arqueologia do equipamento alimentar no fim da Idade Média», *In História da Alimentação 2. Da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa, pp.122-133.

PIZARRO, Jose Mayor (2005) – D. Dinis, In colecção os reis de Portugal, Lisboa, Circulo de Leitores, p.172.

PROENÇA, Raúl (1927) – *Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

QUEIRÓS, José (2002), *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, Lisboa, Editorial Presença.

RIBEIRO, João Henriques (1987) – «Cerâmica medieval das escavações da zona do Castelo de Castelo Branco (Portugal)», In *II Coloquio Internacional de Cerámica Medieval del Mediterraneo Occidental*. Toledo: Ministerio de Cultura, Subdirección General de Arqueología y Etnología, pp. 277-281.

RIBEIRO, João P. Cunha; SILVA, Manuela S. (2005) – «Aglomerados populacionais na paisagem rural: Aldeias da Estremadura Litoral (séculos XII a XVI)», In *Actas das Primeiras Jornadas de História sobre Paisagens Rurais e Urbanas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp. 153-167.

RIBEIRO, Manuel C. S.; SILVA, António Manuel S. P. (2006-2007) – «Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica.», In

Portugalia, Nova série, vol. XXVII-XXVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 69-88.

RIBEIRO, Margarida (1984) – *Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI*. Montemor-o-Novo: Grupo dos Amigos de Montemor

RIBEIRO, Orlando (1955) – *Geografía de España y Portugal*, tm. V. Barcelona: Montaner y Simón

RIBEIRO, Orlando (1991) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. Lisboa: Sá da Costa

RIBEIRO, Orlando (1995) – *Opúsculos Geográficos*, vol. VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

ROBALO, Elisabete Martins (2008) – «Escavações arqueológicas na Casa da Torre (Caria-Belmonte). Resultados Preliminares», In *Actas das I Jornadas de Belmonte*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte, pp. 188-215.

RODRIGUES, Dalila (2009) – Arte Portuguesa da Pré-história ao século XX. Arte Gótica, Lisboa: Fubu Editores.

RODRIGUES, Maria Teresa (1978) – «Itinerário de D. Fernando I 1367-1383», sep. de *Bracara Augusta*, vol. 32, nº 73-74. Braga: Of. Gráf. Livr. Cruz, pp. 147-176.

RODRIGUES, Miguel Carlos L. B. Areosa (1994) – *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo: sécs. XII-XIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson (1992) – «Centros oleiros do distrito de Bragança: olarias de Felgor e Larinho (Moncorvo)», In *Actas das 1.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 51-66.

RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson (1995) – «Cerâmicas medievais do Povoado desertificado de Santa Cruz da Vilariça», In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 101-126.

SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor (1993) – «Cerâmica Comum de Silos Medievais: Rua Henriques Nogueira, Almada», In *Al-Madan*. IIª Série, nº 2 Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 116-122.

SEQUEIRA, Gustavo Matos (1955) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Leiria*. vol. V. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

SERRA, Susana (2008) – Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1962) **–** *Itinerário de El-rei D. Sebastião*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1974) – «Os caminhos portugueses de Santiago - séculos XII-XVI», sep. do *Arquivo Centro Cultural Português*, nº7. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1-15.

SERRÃO, Joel (1984) – Dicionário de História de Portugal, vol I. Porto: Livraria Figueirinhas.

SILVA, José Custódio Vieira da (1991) – «A Arquitectura Efémera» In *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. 8. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 265-274.

SILVA, José Custódio Vieira da (2002) – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR.

SILVA, Manuel Santos (1996) – *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento.

SILVA, Maria Antónia (2008) – «Torre do Castelo de Aguiar de Sousa: resultados preliminares de uma sondagem arqueológica», In *Oppidum*, número especial, pp. 117-130

SILVA, Raquel Henriques da, FERNANDES, Isabel Maria; SILVA, Rodrigo Banha (2003), *Olaria portuguesa: do fazer ao usar.*, Lisboa, Assírio & Alvim.

SILVÉRIO, Silvina (2008) – «Resultados das escavações nos Castelos de Castelo Novo e Penamacor (Concelhos do Fundão e Penamacor).», In *Actas das I Jornadas de Belmonte*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte, pp. 216-240.

SILVÉRIO, Silvina; BARROS, Luís (2005) – *Arqueologia no castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo (2002-2004): resultados preliminares*. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.

SOUSA, Armindo de (1993) – «1325-1480. Condicionamentos Básicos», In *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 313-389.

SOUSA, Cristina, Maria; GOMES, Saul António (1998) **–** *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno.

SOUSA, J.-M. Cordeiro de (1928) – «Marcas de Canteiro», sep. do *Archeologo Português*, vol. XXVII. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 3-9

TENTE, Catarina (2007) – *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela.* Trabalhos de Arqueologia, nº 47. Lisboa: IPA.

TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias (1997) – «Cerâmicas de um silo da Alcáçova de Santarém», In *Actas das 3.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-150.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de (1957) – *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*. Lisboa: Ocidente

VEIGA, A. Botelho da Costa (1943) – *Algumas estradas romanas e medievais. Notas do Atlas do volume I dos Estudos de História Militar Portuguesa*. Lisboa: s.n.

VIANA, Mário (1998) **–** *Os Vinhedos Medievais de Santarém.* Cascais: Patrimónia.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1965) **–** *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, vol. I. Porto: Civilização.

ZBYSZEWSKI, G.; MANUPPELLA, G.; VEIGA FERREIRA, O.; MOUTERDe, R.; RUGET-PERROT, C.; TORRE ASSUNÇÃO, C. (2000) – Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 27-A. Vila Nova de Ourém. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.

Sites:

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez & Latino*… [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2009]. Disponível em http://www.ieb.usp.br/online/index.asp.

Instituto Geográfico do Exército – *IGeoE-SIG* [Em linha]. [Consult. 20 Mai. 2009]. Disponível em http://www.igeoe.pt/.

Enciclopédia das Localidades Portuguesas – [Em linha]. [Consult. 15 Mai. 2009]. Disponível em http://www.mapadeportugal.net/

Léxico de termos geológico – *e-Geo. Sistema Nacional de Informação Geocientífica* [Em linha]. [Consult. 14 Nov. 2010]. Disponível em http://e-geo.ineti.pt/bds/lexico_geologico/default.aspx

Jardim Botânico da UTAD – [Em linha]. [Consult. 30 Jun. 2009]. Disponível em http://www.jb.utad.pt/pt/redejbnorte/Moimenta/PDFDocuments/PASTAGENS.pdf.

MOURA, A. Casal (coordenação) – *Rochas Ornamentais Portuguesas* [Em linha]. [Consult. 6 Ago. 2010]. Disponível em http://rop.ineti.pt/rop/index.php

Cartografia:

CUNHA, Lourenço Homem da – *Carta Militar das principais estradas de Portugal*. Lisboa: s.n., 1808. 1 mapa: preto; 1380 x 768 mm.

FURTADO, Luiz C. C. Pinheiro; NIEMEYER, Henrique e AMARANTE, Carlos L. F. da Cruz – *Mapa Topográfico para servir de delineamento da estrada desde a Serra de Rio Maior até Leiria…de 1791*. Condexa: s.n., 1793. 1 mapa

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 308, Porto de Mós, escala 1:25 000 [Série M888, Edição 2 – S.C.E.P., 1941–44].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 308, Porto de Mós, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 1968].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 317, Alcobaça, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 1968].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 318, Mira de Aire – Porto de Mós, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 1968].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 319, Minde, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 1968].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 327, Turquel – Alcobaça, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 1968].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 328, Alcanena – Santarém, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 1968].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 308, Porto de Mós, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 2004].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 317, Alcobaça, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 2004].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 318, Mira de Aire – Porto de Mós, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 2004].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 319, Minde, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 2004].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 327, Turquel – Alcobaça, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 2004].

Carta Militar Portuguesa, Folha n.º 328, Alcanena – Santarém, escala 1:25 000 [Série M783, Edição 2 – S.C.E.P., 2004].

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Castelo de Porto de Mós em 1755 (Reproduzido de: Luciano Justo Ramos, O Castelo de Porto Mós, 1971)…….5

Figura 2: Desenho de João Pereira Mouzinho com vista de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da D.G.E.M.N.)……..5

Figura 3: Fig.3 - Postal com vista do Castelo de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da Biblioteca Municipal de Porto de Mós)…….6

Figura 4: Postais com vistas de Porto de Mós e dos seus edifícios emblemáticos (Arquivo fotográfico da Biblioteca Municipal de Porto de Mós)……...…..6

Figura 5: Fachada Sul do Castelo de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da D.G.E.M.N.)…..……....7

Figura 6: Vista Sudeste do Castelo de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da D.G.E.M.N.)……..7

Figura 7: Vista do lado Sul e Oeste do Castelo de Porto de Mós (Arquivo da D.G.E.M.N.)…….…7

Figura 8: Vista do lado Norte e Este do Castelo de Porto de Mós (Arquivo da D.G.E.M.N.)……...……...7

Figura 9: Vista da destruição da torre F e L do Castelo de Porto de Mós (Arquivo da D.G.E.M.N.)……...……...9

Figura 10: Ponte do rio Cavaleiro em Porto de Mós (Foto de Luís Serrão Gil)……...……32

Figura 11: Ponte do rio Cavaleiro em Porto de Mós (Reproduzido de: Jorge Furriel, Vol.I,2003)……..…….32

Figura 12: Levantamento esquemático da Ponte da Laje à escala 1/100 (Luís Mendes)……...33

Figura 13: Ponte do Rio Alcaide em Porto de Mós (Foto de Luís Serrão Gil)……..34

Figura 14: Levantamento esquemático da Ponte do Rio Alcaide à escala 1/100 (Luís Mendes)……...34

Figura 15: Ponte da Freixa perto da Fonte d'Oleiro (Reproduzido de: Jorge Furriel, Vol. I, 2003)…….35

Figura 16: Levantamento esquemático da Ponte da Freixa á escala 1/100 (Luís Mendes)……...…35

Figura 17: Ponte da Laje perto de Alcanadas (Reproduzido de: Jorge Furriel, Vol. I, 2003)……....36
Figura 18: Levantamento esquemático da Ponte da Laje à escala 1/100 (Luís Mendes)……...36
Figura 19: Aspecto actual do Castelo de Porto de Mós (Arquivo fotográfico da Biblioteca Municipal de Porto de Mós)…….……..47
Figura 20: Planta do Castelo de Porto de Mós com identificação das respectivas áreas…….48
Figura 21: Mata-cães da torre L (Arquivo da D.G.E.M.N.)……...67
Figura 22: Levantamento do Castelo de Porto de Mós (Arquivo da D.G.E.M.N.)……67
Figura 23: Troneiras da porta principal e da torre E (Foto de Luís Serrão Gil)…….68
Figura 24: Vista do castelo de Porto de Mós onde são visíveis os vestígios da *barbacã* (Arquivo da D.G.E.M.N.)……68
Figura 25: Frisos decorados com padrões geométricos (Foto de Luís Serrão Gil.)…...68
Figura 26: Coberturas dos castelos de Olivença e Alandroal (Retirado de Duarte de Armas)…….68
Figura 27: Alguns elementos de feição *italianizante* (Foto de Luís Serrão Gil)……69
Figura 28: Evolução Arquitectónica do Castelo de Porto de Mós…….69
Figura 29: Malha criada para a intervenção arqueológica e respectivos compartimentos intervencionados……..70
Figura 30: Estrutura abobada de tijoleira e gárgulas cerâmicas no seu interior (Foto de António Marques)……72
Figura 31: Corte C1 e C2 da abobada Cisterna (Arquivo da D.G.E.M.N.)……...72
Figura 32: Corte C3 e C4 da abobada Cisterna (Arquivo da D.G.E.M.N.)……...72
Figura 33: Silo detectado no interior do compartimento B (Foto de António Marques)……..74
Figura 34: Desenho do corte N-S do Silo detectado no interior do compartimento B à escala 1/20……...74
Figura 35: Canalização detectada no interior do compartimento C (Foto de António Marques)……..75
Figura 36: Vestígio de piso em argamassa detectados no interior do compartimento C (Foto de António Marques)…….77
Figura 37: Valas detectadas no interior do compartimento C (Foto de António Marques)……..77

Figura 38: Estrutura detectada no interior do compartimento F (Foto de António Marques)…….…….78
Figura 39: Estrutura detectada no interior do compartimento F (Foto de António Marques)……..…….79
Figura 40: Caneiro detectado no interior do compartimento H (Foto de António Marques)……..80
Figura 41: Derrube detectado no interior do compartimento J (Foto de António Marques)……..81
Figura 42: Interior do compartimento N/M (Foto de António Marques)……...82
Figura 43: Boca de manilha no interior do compartimento N/M (Foto de António Marques)……..82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Realizado a partir da informação disponível na documentação medieval….26

Gráfico II: Realizado a partir da informação toponímica na documentação medieval..26

Gráfico III: Realizado a partir da união da informação do gráfico 1 e 2……...26

Gráfico IV: Realizado a partir da informação toponímica contemporânea……26

Gráfico V: Cerâmica com pasta de cor cinzenta – Formas……85

Gráfico VI: Cerâmica com pasta de bege, rosa ou castanha – Formas……...…...87

Gráfico VII: Cerâmica com pasta de cor laranja – Formas……89

APÊNDICE A

CATÁLOGO

Cerâmica de pasta de cor cinzenta

CPM91.01

Fragmento contendo porção de fundo e parede. O fundo é plano e as paredes quase direitas, denotando-se uma ligeira inclinação exteriormente. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade alaranjada e cinzenta no cerne, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O exterior do fragmento apresenta uma decoração brunida composta por linhas verticais uniforme que criam um padrão semelhante ao escorrimento. A base apresenta um diâmetro de 17 cm e uma espessura de 0,5 cm, sendo a espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM91.04- CPM92.238

Testo. Fragmento contendo porção de bordo, corpo e fundo. O bordo é extrovertido, ligeiramente aplanado com lábio de secção semicircular apresentando pequeno ressalto interno. Apresenta uma forma troncocónica e base plana. A pasta é compacta, homogénea, contendo elementos não plásticos micáceos, calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior varia entre os tons de castanho e cinza e no interior apresenta-se alaranjada, tendo sido efectuada uma cozedura redutora com arrefecimento oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm e uma espessura de 0,6 cm, sendo a espessura média das paredes 0,7 cm.

CPM91.21

Fragmento contendo porção de fundo e parede. O fundo é plano e as paredes quase direitas, denotando-se uma ligeira inclinação exteriormente. A pasta é de textura homogénea, consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areais quatzosas de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade alaranjada e o interior acinzentado tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. A base apresenta um diâmetro de 16 cm e uma espessura de 1 cm, sendo a espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.23

Tacho. Fragmento de forma aberta contendo a porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente introvertido com carena pouco acusada. O lábio mostra a parte superior plana e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta e interior cinzento claro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo uma decoração em linhas ondulantes incisas e paralelamente uma aplicação de cordão digitado. O bordo apresenta um diâmetro de 24 cm e a espessura média das paredes é de 0,9 cm.

CPM92.24

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo. O bordo é extrovertido e espessado no exterior. O lábio mostra a parte superior plana e uma secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta e interior cinzento claro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo duas linhas paralelas incisas. O bordo apresenta um diâmetro de 16 cm e uma espessura média das paredes de 0,9 cm.

CPM92.25

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo. O bordo é extrovertido e espessado no exterior. O lábio mostra a parte superior plana e uma secção triangular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior apresentam uma tonalidade cinzento claro e interior cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta ressalto sob o bordo. Aparenta ter sido efectuada a torno rápido, característica bem marcada no exterior e interior da peça. O bordo apresenta um diâmetro de 15, cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM92.26

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo. O bordo é extrovertido e espessado no exterior. O lábio mostra a parte superior ligeiramente plana

e uma secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta clara e o interior cinzento, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM91.27

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido e ligeiramente espessado no exterior. O lábio mostra a parte superior ligeiramente plana e uma secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade variante entre cinzenta clara e a cinza escuro e o interior cinzento, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta um pequeno ressalto na zona mesial do colo. Aparenta ter sido efectuada a torno rápido, característica bem marcada no exterior e interior da peça. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.32

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido e ligeiramente espessado. O lábio em bisel interno de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade castannha clara e o interior varia entre o castanho claro e o cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo um ligeiro ressalto. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.33

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido e com lábio em bisel interno de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta e o interior varia entre o castanho claro e o cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo um ligeiro ressalto

com incisão. O bordo apresenta um diâmetro de 10 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.34

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido e com lábio redondo de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta escura e o interior varia entre o cinzento-claro e o cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta umas ténues incisões sob bordo e várias impressões digitadas dispostas de forma irregular no interior da parede da peça. O bordo apresenta um diâmetro de 14 cm e uma espessura média das paredes de 0,8 cm.

CPM92.35

Fragmento contendo porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente extrovertido e com lábio em bisel de secção semi-circular. A pasta é de textura granular, vacular e de consistência média, contendo elementos não plásticos micáceos e calcários de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta escura e o interior cinzento, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante com arrefecimento redutor. Aparenta ter sido efectuada de forma modelada e uma espessura média das paredes de 1,5 cm.

CPM92.38

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo ligeiramente extrovertido com lábio em bisel duplo de secção triangular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade castanha melada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta um pequeno ressalto sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm e uma espessura média das paredes de 0,9 cm.

CPM92.40

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo ligeiramente extrovertido com lábio em bisel duplo de secção triangular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta escura, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O fragmento apresenta um ligeiro ressalto sob o bordo. O fragmento apresenta uma e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM92.45

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes ligeiramente convexas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos e grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta escura e interior rosada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante com arrefecimento redutor. O fragmento apresenta uma e uma espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.47

Pote. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo. O bordo direito com lábio aplanado na parte superior, de secção quadrangular e corpo ovóide. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade acastanhada e o interior uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 10 cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM92.48

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido e com lábio redondo de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior e interior apresenta uma tonalidade cinzenta escura, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta um pequeno ressalto sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 14 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.49

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido com lábio ligeiramente aplanado na parte superior e de secção triangular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresenta uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta um pequeno ressalto sob o bordo. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.60

Jarra. Fragmento de forma contendo porção do bordo, gargalo e corpo. O bordo é ligeiramente introvertido com lábio biselado de secção semicircular, o gargalo alto e o corpo de tendência globular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. Apresenta uma tonalidade exterior castanha e interior negra, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. A superfície exterior encontra-se decorada com linhas incisas horizontais, com 0,2 cm de separação, formando canelado. A base apresenta um diâmetro de 15 cm e uma espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.61

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo ligeiramente extrovertido com lábio em bisel duplo de secção triangular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O fragmento apresenta um ligeiro ressalto sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 14 cm e uma espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.74

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo ligeiramente extrovertido com lábio em bisel duplo de secção triangular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta escura, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. Sob o bordo é visível o local de fixação

de uma asa vertical. O bordo apresenta um diâmetro de 17 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.75

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo ligeiramente extrovertido. O lábio mostra a parte superior ligeiramente plana e uma secção semicircular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta escura, e interior cizenta escura, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O fragmento apresenta um ligeiro ressalto externo sob bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM92.76

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo ligeiramente extrovertido. O lábio mostra a parte superior ligeiramente plana e uma secção semicircular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta clara, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm e uma espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.77

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo ligeiramente extrovertido. O lábio mostra a parte superior ligeiramente plana e uma secção semicircular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.78

Panela. Fragmento contendo porção de bordo e corpo. O bordo ligeiramente extrovertido. O lábio mostra a parte superior ligeiramente plana e uma secção semicircular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma

tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 11 cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM92.81

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes ligeiramente oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura redutora. A base apresenta um diâmetro de 13 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.83

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes ligeiramente oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino a médio. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta clara, tendo sido efectuada uma cozedura redutora. A base apresenta um diâmetro de 13 cm e uma espessura média das paredes de 0,8 cm.

CPM92.84

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes ligeiramente oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta clara, e interior cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura redutora. A base apresenta um diâmetro de 14 cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM92.92

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes ligeiramente oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta escura e o interior cinzento claro, tendo sido efectuada uma cozedura redutora. A base apresenta um diâmetro de 19 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm

CPM92.99

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente introvertido com lábio em bisel duplo de secção sub-triangular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta clara (M), tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo uma linha incisa com ressalto externo. O bordo apresenta um diâmetro de 14 cm e a espessura média das paredes é de 0,6 cm.

CPM92.100

Tacho. Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente introvertido com carena pouco acusada. O lábio mostra a parte superior plana e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta clara (M), tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo uma decoração em linhas ondulantes incisas e a aplicação de um cordão digitado. O bordo apresenta um diâmetro de 24 cm e a espessura média das paredes é de 0,6 cm.

CPM92.101

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente introvertido com lábio em bisel de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino a médio. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta escura, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo uma decoração em linhas ondulantes incisas. O fragmento apresenta e uma espessura média das paredes é de 0,8 cm.

CPM92.103

Fragmento contendo porção de bordo e corpo. O bordo extrovertido com lábio em bisel duplo de secção semi-circular. A pasta é de textura granular, vacular e de consistência média, contendo elementos não plásticos micáceos e calcários de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta escura e o interior varia entre o cinzento-claro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante com

arrefecimento redutor. Aparenta ter sido efectuada de forma manual, sendo bem visíveis depressões digitadas. A espessura média das paredes é de 1,5 cm.

CPM92.106

Tacho Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente introvertido com carena pouco acusada. O lábio mostra a parte superior plana e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta clara, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo uma decoração em linhas ondulantes incisas e a aplicação de um cordão digitado. O bordo apresenta um diâmetro de 26 cm e a espessura média das paredes é de 0,8 cm.

CPM92.107

Tacho. Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente introvertido com carena pouco acusada. O lábio mostra a parte superior plana e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta clara, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta sob o bordo uma decoração em linhas ondulantes incisas e a aplicação de um cordão digitado. O bordo apresenta um diâmetro de 23 cm e a espessura média das paredes é de 0,7 cm.

CPM92.108

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é introvertido e ligeiramente espessado. O lábio mostra a parte superior plana e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quartzosos e calcários de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta acastanhada e interior tendo um tom cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 14 cm e a espessura média das paredes é de 0,5 cm.

CPM92.109

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente introvertido com lábio em bisel externo de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta clara e interior cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm e a espessura média das paredes é de 0,6 cm.

CPM92.111

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes l oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quatzosos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura redutora. No interior da peça são visíveis diversas depressões digitadas. A base apresenta um diâmetro de 14 cm e uma espessura média das paredes de 0,8 cm.

CPM92.118

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido com lábio em bisel duplo de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento apresenta ressalto sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm e a espessura média das paredes é de 0,6 cm.

CPM92.119

Fragmento contendo porção de parede de forma não identificada. Pasta homogénea, compacta, com elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior é castanha clara e o interior cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O exterior do fragmento é alisado e apresenta dois cordões digitados paralelos colocados horizontalmente. Apresenta no interior marcas digitadas da pressão efectuada pelo oleiro colocação dos cordões. A espessura média das paredes é de 0,9 cm.

CPM92.121

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido. O lábio mostra a parte superior ligeiramente plana e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta acastanhada e interior tendo um tom cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. Apresenta ressalto externo sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 14 cm e a espessura média das paredes é de 0,6 cm.

CPM92.122

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido. O lábio mostra a parte superior plana e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta clara e interior tendo um tom cinzento-escuro, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. Apresenta ressalto externo sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 14 cm e a espessura média das paredes é de 0,7 cm.

CPM92.124

Jarro. Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido. O lábio e arredondado e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta escura, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. Apresenta ténues caneluras horizontais sob o bordo. O fragmento apresenta um revestimento de aguada negra. O fragmento apresenta e a espessura média das paredes é de 0,5 cm.

CPM92.129

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido com lábio em bisel duplo de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de

grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O fragmento apresenta uma incisão horizontal sob bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 14 cm e a espessura média das paredes é de 0,6 cm.

CPM92.130

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido com lábio de bisel interno de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta avermelhada e a interior cinzenta acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta um ligeiro ressalto externo sob o bordo. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes é de 0,6 cm.

CPM92.132

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido. O lábio mostra a parte superior plana e a face externa de secção semi-circular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. Aparenta ter sido efectuado a torno rápido, característica bem marcada no exterior e interior da peça. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm e a espessura média das paredes é de 0,5 cm.

CPM92.134

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes ligeiramente oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência granular, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade acinzenta escura e interior cinzento-clara, tendo sido efectuada uma cozedura redutora. A base apresenta um diâmetro de 14 cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm

CPM92.143

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo, colo e asa. O bordo é ligeiramente extrovertido. O lábio mostra a parte superior plana e a face externa de secção sub-triângular e a asa horizontal em fita com incisões oblíquas sob bordo. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 16 cm a espessura média das paredes é de 0,5 cm.

CPM92.145

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo, colo e asa. O bordo é ligeiramente extrovertido. O lábio mostra a parte interna em bisel de secção semi-circular e a asa horizontal em fita com 3 incisões oblíquas sob bordo e uma mais a baixo. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm e a espessura média das paredes é de 0,8 cm.

CPM92.148

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo, colo e asa. O bordo é ligeiramente extrovertido e com lábio de bisel externo de secção sub-triângular. A asa disposta horizontalmente em fita que apresenta três incisões verticais sob bordo e 5 oblíquas ao centro da asa e em todo o seu cumprimento formando um alinhamento. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade cinzenta, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. Apresenta um ligeiro ressalto externo sob o bordo e linhas brunidas disposta horizontalmente de forma paralela. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm e a espessura média das paredes é de 0,5 cm.

CPM91.166-CPM91.167

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos

micáceos e quatzosos de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior rosado e interior cinzento, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta um revestimento de aguada negra. O exterior do fragmento apresenta um ligeiro ressalto sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 12 cm, o fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.174

Cântaro. Fragmento contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior é castanha e interior rosada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 12 cm, o fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

CPM92.178

Alguidar. Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior alaranjada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 27,5 cm, o fragmento apresenta 0,8 cm de espessura média das paredes.

CPM92.199

Talha. Fragmento de forma fechada contendo porção de parede. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. O exterior apresentam uma tonalidade alaranjada e o interior um tom cinzento, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta um revestimento externo e interno em engobe de tom castanho e duas caneluras. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 1,7 cm.

CPM92.206

Talha. Fragmento contendo porção de parede. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. O exterior e interior apresentam uma tonalidade acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. Apresenta um cordão plástico digitado. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 1,3 cm.

CPM92.221

Talha. Fragmento de forma fechada contendo porção de parede. A pasta textura granular e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino, médio e grosso. O exterior apresentam uma tonalidade acastanhada e interior acinzentado, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta um revestimento de aguada negra e um cordão plástico disposto horizontalmente. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 2 cm**.**

CPM92.222

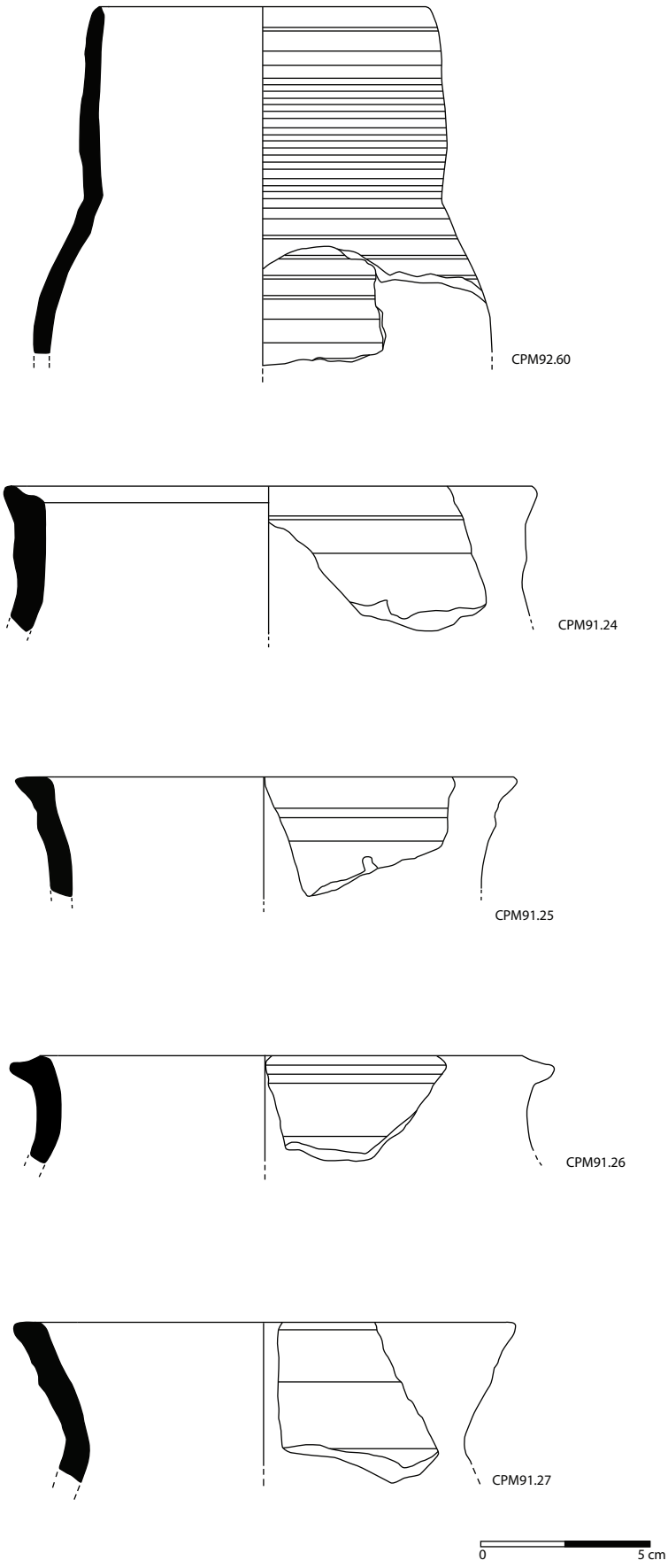
Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido e espessado exteriormente com lábio secção semi-circular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 18 cm, o fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

CPM92.225

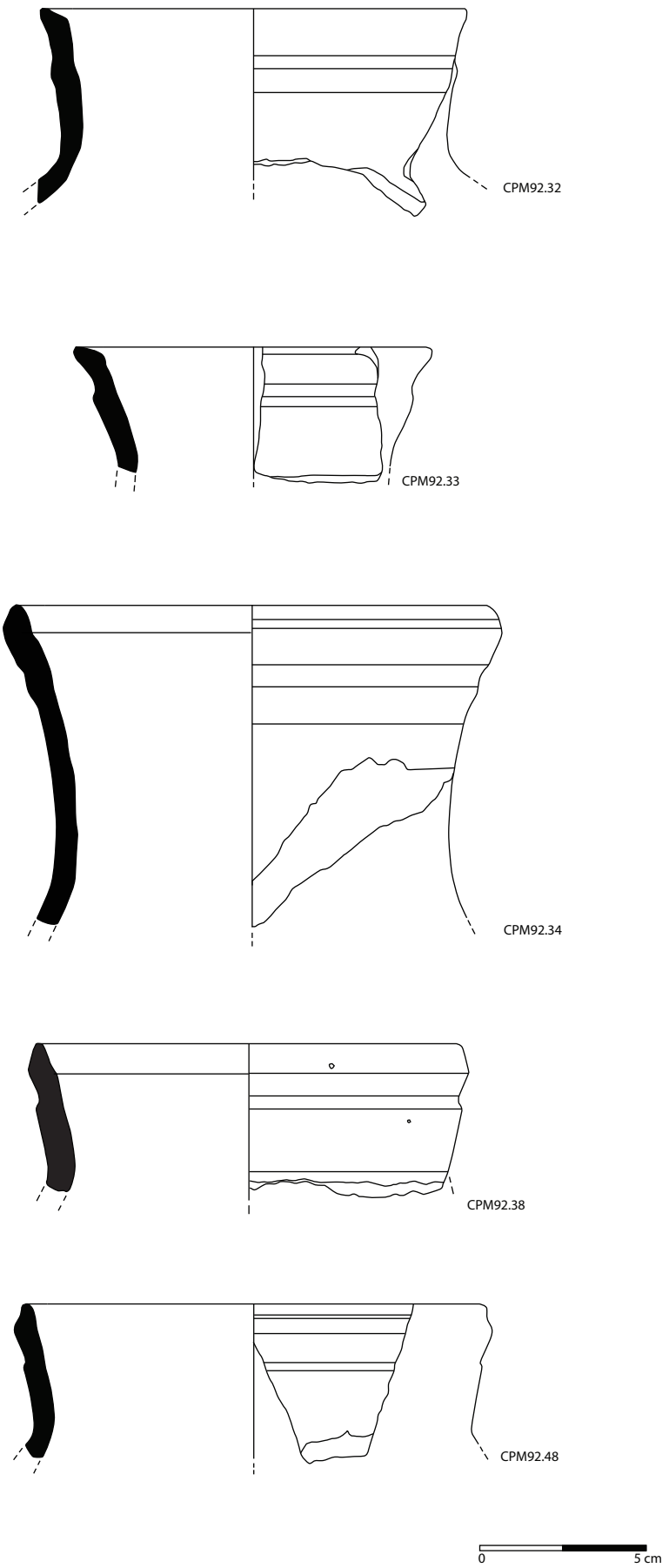
Alguidar. Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e corpo. O bordo extrovertido com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular e o corpo de tendência troncocónica. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior alaranjada e no interior cinzenta tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 33 cm, o fragmento apresenta 1 cm de espessura média das paredes.

CPM92.230

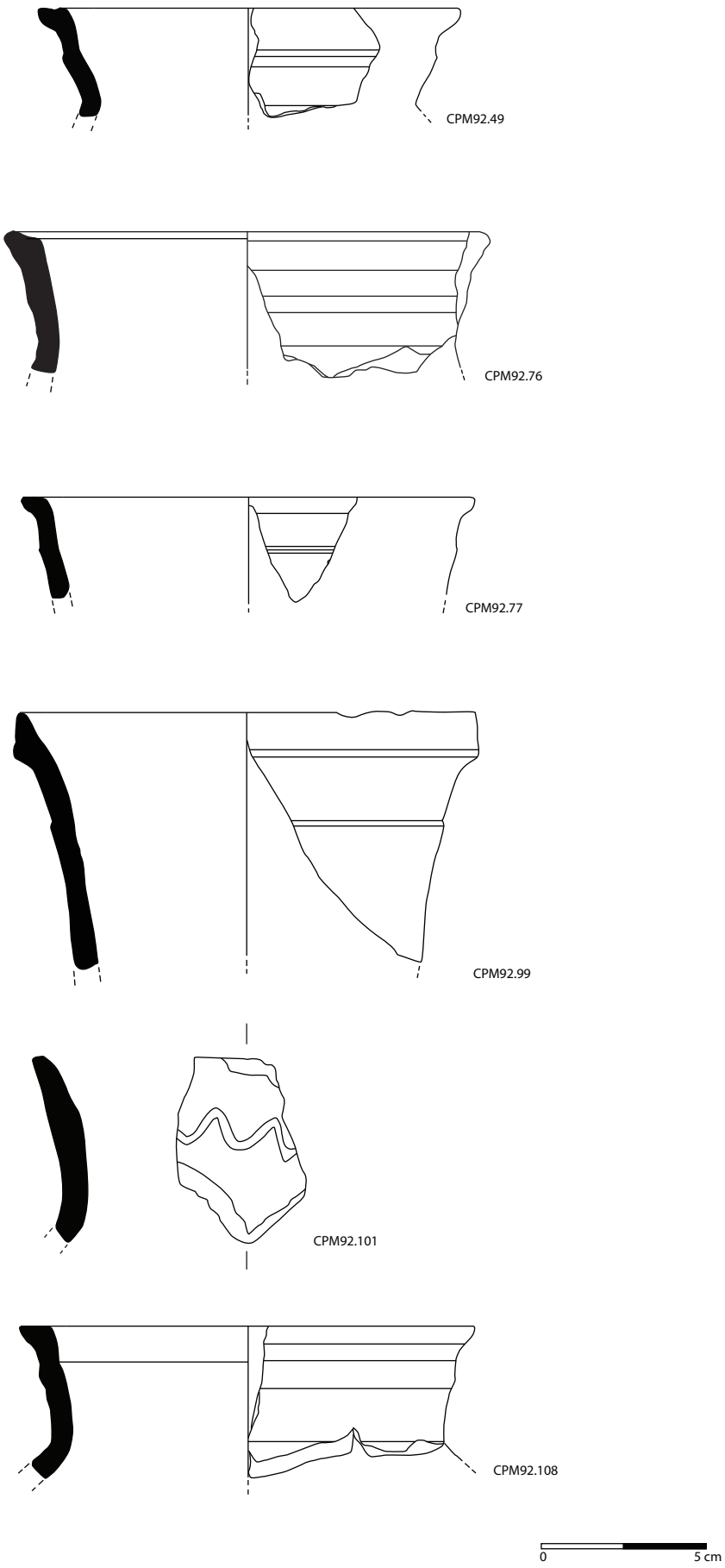
Alguidar. Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e corpo. O bordo extrovertido com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular e o corpo de tendência troncocónica. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quatzosos de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior alaranjada e o interior cinzento tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 32cm, o fragmento apresenta 0,7 cm de espessura média das paredes.



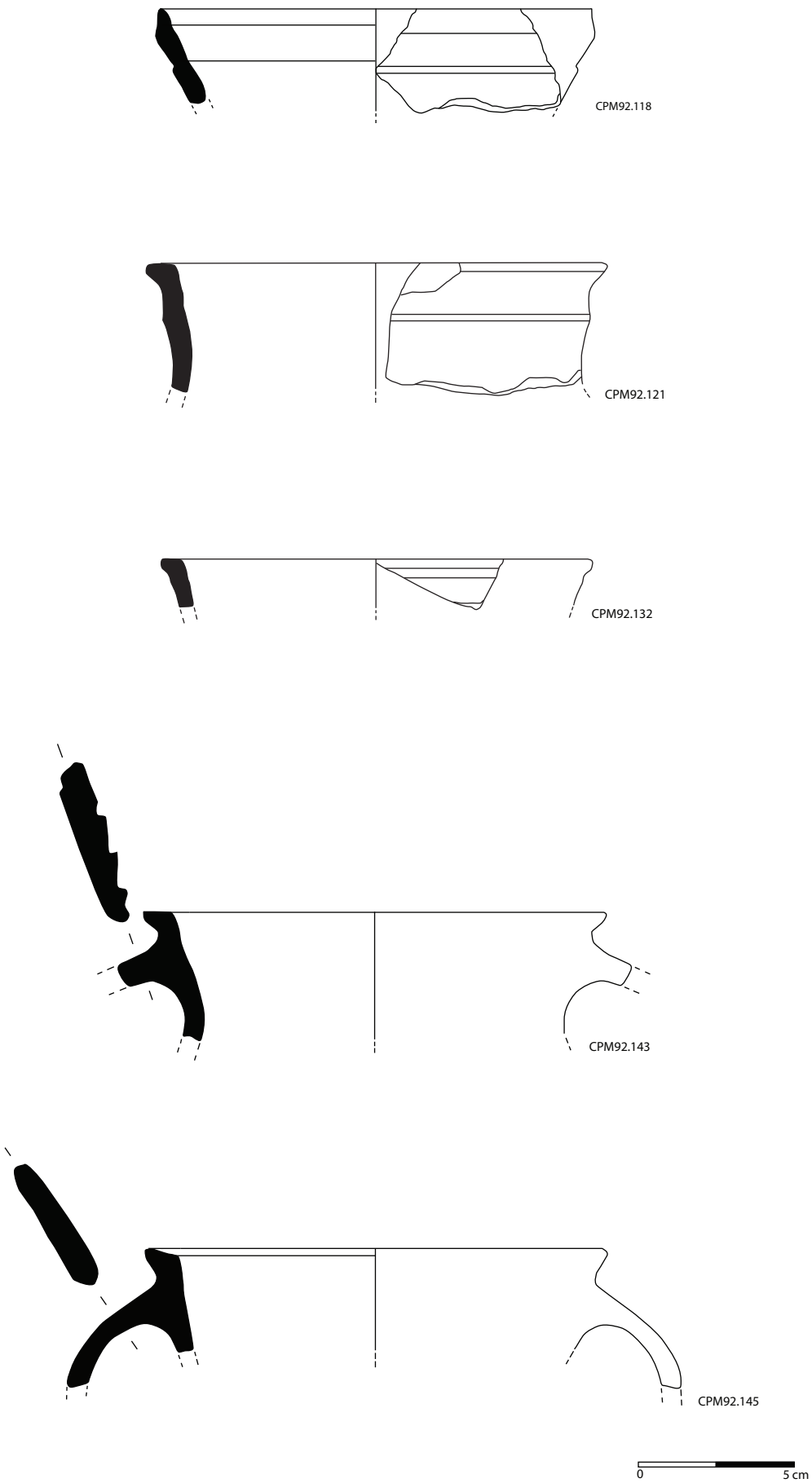
Estampa I - Cerâmica com pasta de cor cinzenta.



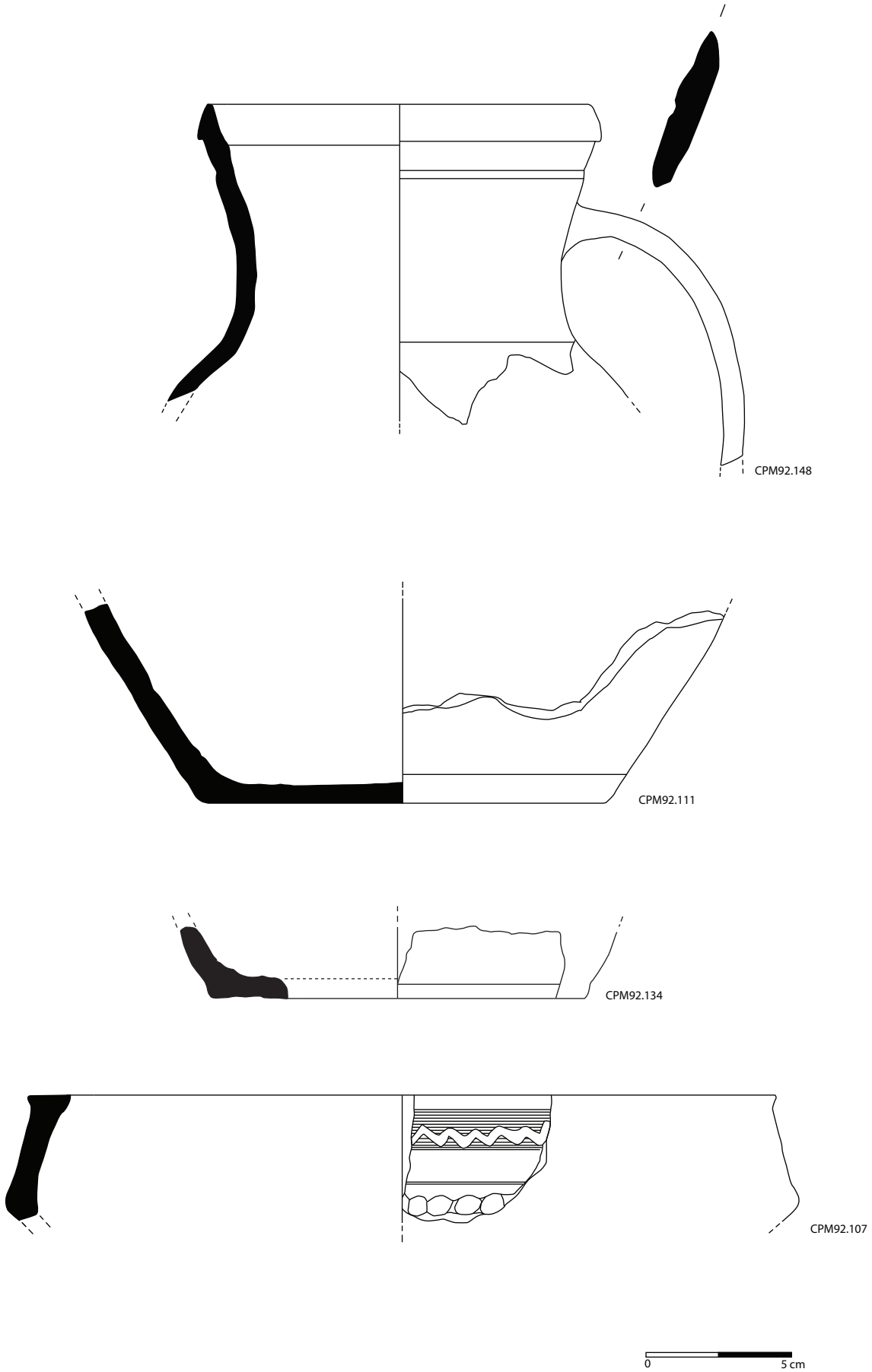
Estampa II - Cerâmica com pasta de cor cinzenta.



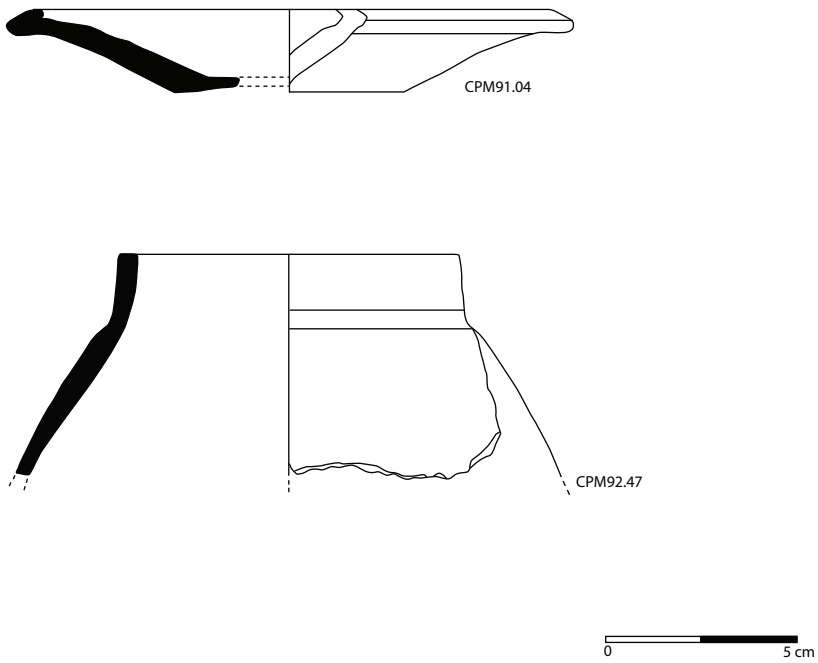
Estampa III - Cerâmica com pasta de cor cinzenta.



Estampa IV - Cerâmica com pasta de cor cinzenta.



Estampa V - Cerâmica com pasta de cor cinzenta.



Estampa VI - Cerâmica com pasta de cor cinzenta.

Cerâmica de pasta de cor bege, rosa ou castanha

CPM91.02

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e gargalo. O bordo é extrovertido, aplanado superiormente e com lábio de secção semicircular, gargalo com paredes quase direitas denotando-se uma ligeira inclinação exterior na zona final. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior é rosada, tendo sido efectuada uma cozedura oxidante. O exterior do fragmento apresenta paralelo ao bordo duas caneluras horizontais. O bordo apresenta um diâmetro de 9 cm e uma espessura média das paredes 0,5 cm.

CPM91.09

Fragmento contendo porção de fundo e parede. O fundo é plano e as paredes de acentuada inclinação exterior. A pasta é de textura homogénea, consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quartzosos e calcários de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade rosada e salmão no interior, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. A base apresenta um diâmetro de 11 cm e uma espessura de 0,5 cm, sendo a espessura média das paredes de 1 cm.

CPM91.14

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido ligeiramente aplanado superiormente com lábio de secção rectangular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade castanha rosada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O exterior e interior do fragmento apresentam um revestimento cinzento em aguada. O bordo apresenta um diâmetro de 12 cm e uma espessura de 1,2 cm, sendo a espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM91.15

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido aplanado superiormente com lábio de secção rectangular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos

micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior e interior apresenta uma tonalidade rosada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O exterior e interior do fragmento apresentam um revestimento branco em aguada. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm e uma espessura de 1,5 cm, sendo a espessura média das paredes de 0,4 cm.

CPM91.17 e CPM91.18

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido espessado exteriormente com lábio de secção sub-triângular. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade castanha, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O interior do fragmento apresenta ligeiramente brunido. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm, sendo a espessura média das paredes de 0,4 cm.

CPM92.37

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo extrovertido e espessado no exterior. O lábio em bisel interno de secção quadrangular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quartzosos e calcários de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade rosada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O bordo apresenta uma decoração composta pequenos apontamentos de pressão que criam zonas de depressão e entre elas uma forma oval repetindo-se em padrão e uma elevação de ressalto de forma triangular na zona final do colo. Aparenta ter sido efectuada a torno rápido, característica bem marcada no exterior e interior da peça. O bordo apresenta um diâmetro de 11 cm, 4,5 de altura total e uma espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.39

Panela. Fragmento de forma fechada correspondendo a porção de bordo e corpo. O bordo ligeiramente extrovertido com lábio em bisel duplo de secção triangular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade castanha clara, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O

fragmento apresenta um pequeno ressalto sob o bordo. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM92.53, CPM92.54 e CPM92.55

Fragmento de forma aberta contendo perfil completo. O bordo simples e lábio de perfil semicircular e as paredes e o fundo plano. A pasta de cor castanha de textura arenosa e consistência friável contendo abundantes elementos não plásticos constituídos por óxidos de ferrosos de cor metálica, calcários de grão médio e vácuma uos. O exterior e o interior apresentam uma tonalidade castanha, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor. A superfície externa foi rudemente alisada. O fragmento apresenta espessura média das paredes de 2,8cm.

CPM92.59

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo com arranque de asa. O bordo é direito com lábio de bisel duplo com secção sub-triângular e uma asa vertical em fita. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade castanha clara (M) e interior bege, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. A base apresenta um diâmetro de 15 cm e uma espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.72-CPM92.73

Pote Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo. O bordo extrovertido, o lábio mostra a parte superior ligeiramente plana de secção semicircular e o corpo de tendência globular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino a médio. O exterior e interior apresentam uma tonalidade castanha clara, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 23 cm e uma espessura média das paredes de 0,9 cm.

CPM92.126

Fragmento contendo porção de parede de forma indefinida. Pasta homogénea, compacta, com elementos não plásticos micáceos, quartzosos e calcários de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e o interior castanha clara, tendo sido efectuada uma

cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O exterior do fragmento é alisado e apresenta linhas paralelas incisas, uma linha de pequenas incisões semi-circulares e um triângulo inciso preenchido por pontos incisos e inicio de um segundo. A espessura média das paredes é de 0,7 cm.

CPM92.147

Alguidar. Fragmento contendo porção de bordo e corpo. O bordo é extrovertido e com lábio pendente. A pasta é de textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade bege clara e o interior rosado, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O exterior do fragmento apresenta um revestimento de vidrado verde muito brilhante. O bordo apresenta um diâmetro de 62 cm e a espessura média das paredes é de 0,6 cm.

CPM91.152

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido, aplanado superiormente e com lábio de secção sub-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior é rosada, tendo sido efectuada uma cozedura oxidante. O fragmento apresenta um revestimento de aguada rosado mais escuro que a pasta. O bordo apresenta um diâmetro de 12 cm, sendo a espessura média das paredes 0,4 cm.

CPM91.153

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade alaranjada e interior rosada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. A base apresenta um diâmetro de 11 cm e uma espessura média das paredes de 0,8 cm

CPM91.156

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido, aplanado superiormente e com lábio de secção sub-quadrangular. A pasta

é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior é acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. Apresenta um ligeiro ressalto externo sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 12 cm, sendo a espessura média das paredes 0,4 cm.

CPM91.157

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porçãode bordo e colo. O bordo é extrovertido, aplanado superiormente e com lábio de secção sub-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior é acastanhada , tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 12 cm, sendo a espessura média das paredes 0,5 cm.

CPM91.158

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo. O bordo é extrovertido, aplanado superiormente e com lábio de secção sub-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior é acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta 0,6 cm de espessura média das paredes.

CPM91.159

Fragmento de bordo. O bordo é extrovertido ligeiramente espessado exteriormente com lábio de secção circular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior é acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta 0,9 cm de espessura média das paredes.

CPM91.161

Cântaro. Fragmento de bordo. O bordo é extrovertido e espessado exteriormente. O lábio de secção quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior é acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente

oxidante. Decoração do bordo apertada. O bordo apresenta um diâmetro de 10 cm, sendo a espessura média das paredes 0,4 cm.

CPM91.162

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. O exterior e interior apresentam uma tonalidade acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. A base apresenta um diâmetro de 10 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm

CPM91.164

Fragmento contendo porção de bordo. O bordo é ligeiramente extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semiquadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior é acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. Decoração sob o bordo de linhas brunidas dispostas verticais paralelas. O bordo apresenta um diâmetro de 11 cm, o fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

CPM91.165

Fragmento contendo porção de bordo. O bordo é ligeiramente introvertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semiquadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior é castanha, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. Decoração sob o bordo de linhas brunidas dispostas verticais paralelas. O fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

CPM92.169

Manilha. Fragmento correspondendo a porção e corpo cilíndrico com rebordo em aba. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento

apresenta um revestimento de aguada negra. O fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.171-CPM92.172

Manilha. Fragmento contendo porção de bordo e corpo cilíndrico. O bordo é direito e ligeiramente espessado com lábio de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta duas bandas de caneluras sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 4 cm, o fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.173

Manilha. Fragmento contendo porção de corpo cilíndrico com rebordo externo em aba. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um revestimento de aguada negra. O fragmento apresenta 0,7 cm de espessura média das paredes.

CPM92.175

Manilha. Fragmento contendo porção de corpo cilíndrico com rebordo externo em aba. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta 0,8 cm de espessura média das paredes.

CPM92.187

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo. O bordo é extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior alaranjada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O

exterior do fragmento apresenta ressalto sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm, o fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.188

Cântaro. Fragmento contendo porção de bordo. O bordo é extrovertido e espessado com de secção circular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior alaranjada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.189

Manilha. Fragmento contendo porção de corpo cilíndrico com rebordo exterior em aba. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta 0,7 cm de espessura média das paredes.

CPM92.192

Manilha. Fragmento contendo porção de bordo e corpo cilíndrico. O bordo é direito com lábio de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior castanha acinzentada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante com arrefecimento redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 8 cm, o fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.194

Manilha. Fragmento contendo porção de bordo e corpo cilíndrico de perfil quase completo. O bordo é direito com lábio de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior castanha acinzentada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante com arrefecimento redutor. O bordo apresenta um diâmetro de 8,5 cm, o fragmento apresenta 0,7 cm de espessura média das paredes

CPM92.201-CPM92.203

Cântaro. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior rosada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um ligeiro ressalto externo sob bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 12 cm, o fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.202

Cântaro. Fragmento de bordo e colo. O bordo é extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior rosada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm, o fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.205

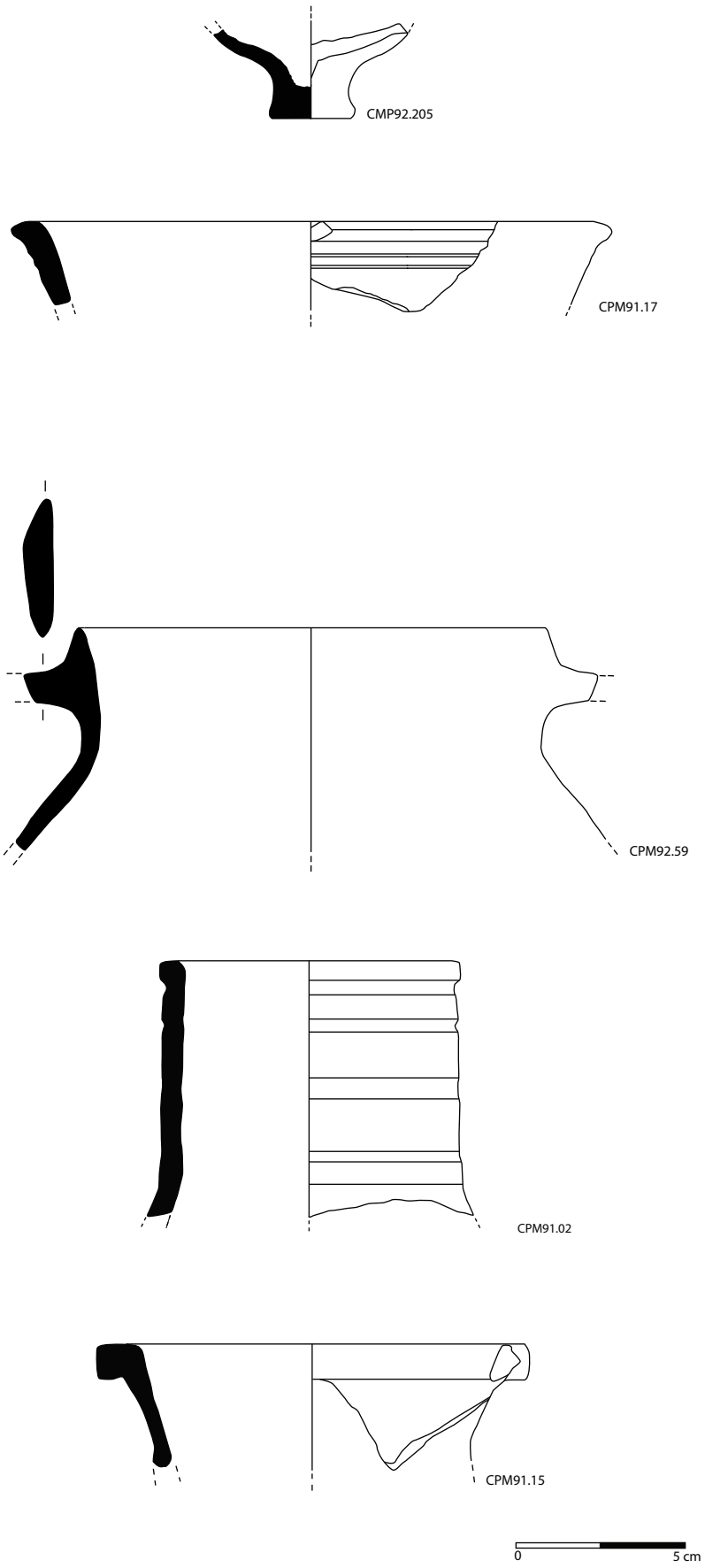
Púcaro. Fragmento de forma aberta contendo porção de fundo e corpo. O fundo é botão e o corpo ligeiramente globular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. O exterior e interior apresentam uma tonalidade rosada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. A base apresenta um diâmetro de 2,5 cm e uma espessura média das paredes de 0,4 cm.

CPM92.218

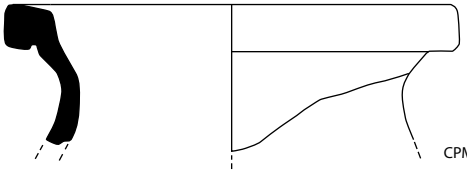
Fragmento contendo porção de bordo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido e espessado exteriormente com lábio secção semi-circular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta as superfícies externas cobertas por aguada castanha. O bordo apresenta um diâmetro de 9 cm, o fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

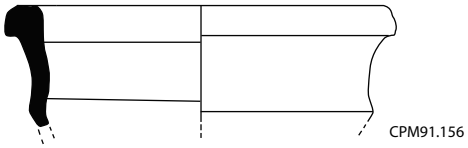
CPM92.220

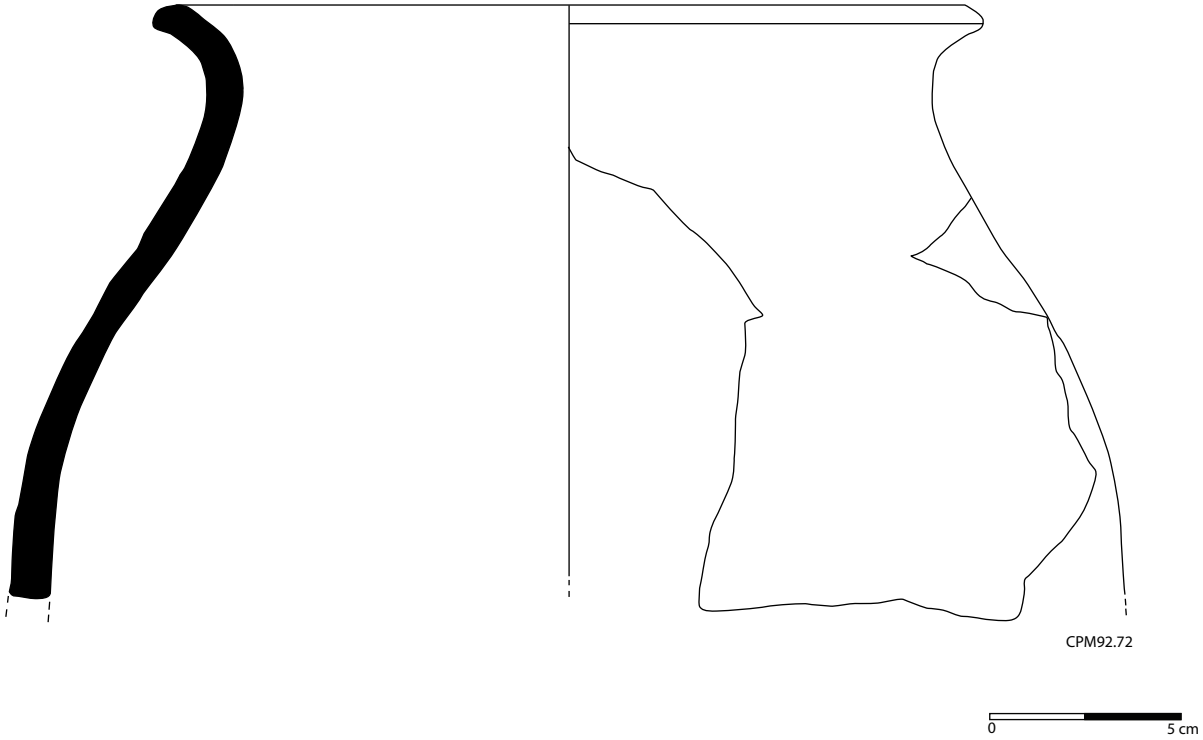
Fragmento contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido com lábio secção semi-circular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta no exterior, linhas verticais brunidas sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 8 cm, o fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

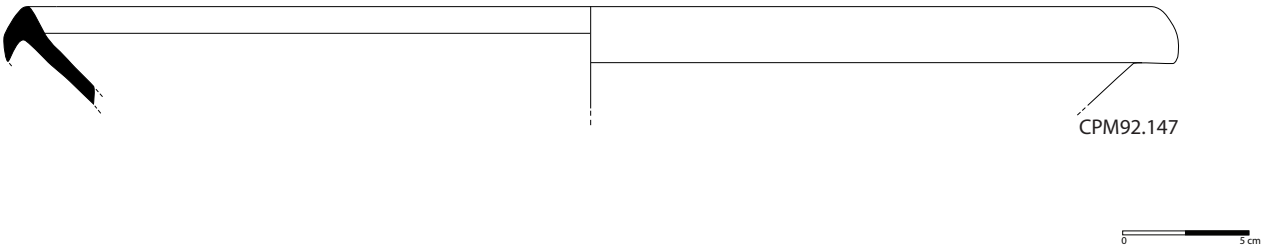


Estampa VII - Cerâmica com pasta de cor bege, rosa ou castanha.

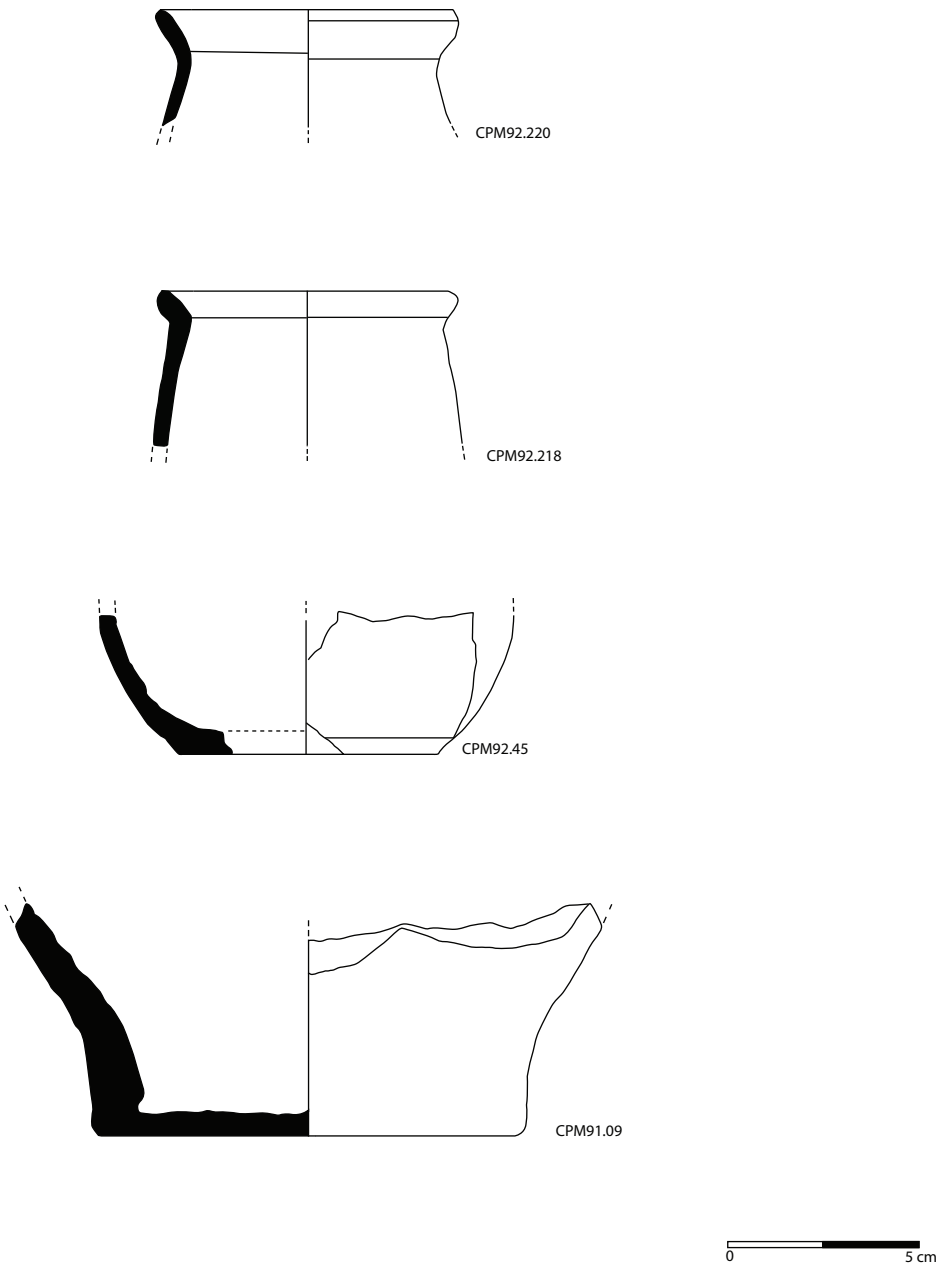




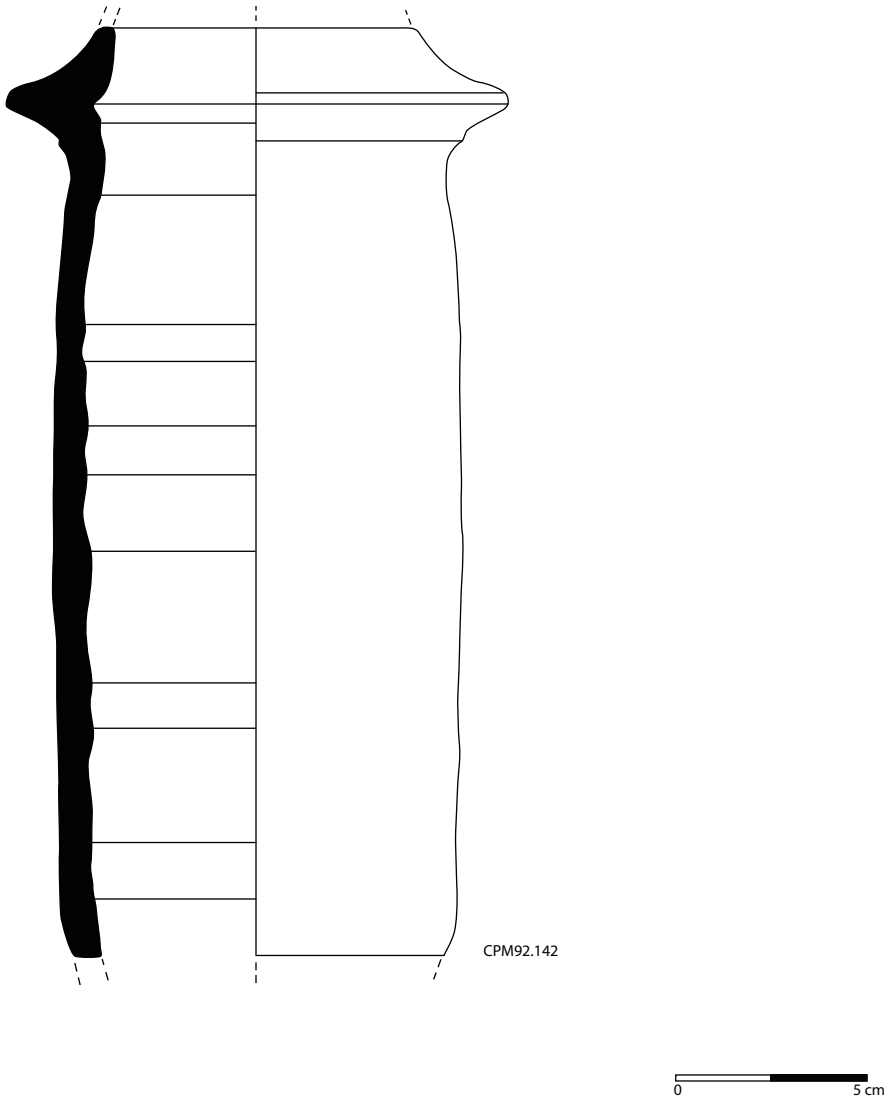




Estampa VIII - Cerâmica com pasta de cor bege, rosa ou castanha.



Estampa IX - Cerâmica com pasta de cor bege, rosa ou castanha.



Estampa X - Cerâmica com pasta de cor bege, rosa ou castanha.

Cerâmica de pasta de cor laranja

CPM92.62

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e colo. O bordo ligeiramente introvertido com lábio ligeiramente espessado de secção semicircular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e calcários de grão fino a médio. O exterior e interior apresentam uma tonalidade alaranjada (M), tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um ligeiro ressalto sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 12 cm e uma espessura média das paredes de 0,7 cm.

CPM92.69

Jarro. Fragmento de forma fechada correspondendo a porção de bordo e corpo. O bordo ligeiramente introvertido com lábio ligeiramente espessado no exterior de secção sub-triângular. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quartzosas de grão fino. O exterior apresenta uma tonalidade castanha e o interior alaranjado (M), tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um ligeiro ressalto sob o bordo. O fragmento apresenta e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM92.71

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes ligeiramente oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino a médio. O exterior e interior apresentam uma tonalidade laranja, tendo sido efectuada uma cozedura oxidante. O fragmento apresenta uma decoração na zona mesial do corpo composta por duas linhas incisas paralelas que no interior ostentam duas linhas ondulantes incisas que se entrecruzam. A base apresenta um diâmetro de 15,5 cm e uma espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.117

Fragmento contendo porção de parede de forma indefinida. Pasta homogénea, compacta, com elementos não plásticos micáceos e quartzosos de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior é castanha clara e o interior alaranjado, tendo sido

efectuada uma cozedura redutora com arrefecimento oxidante. O exterior do fragmento é alisado e apresenta uma pintura a negra representando uma cruz com um ponto lateral. Apresenta uma espessura média das paredes com 0,6 cm.

CPM91.163

Pote. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente extrovertido e espessado com lábio de secção semicircular e corpo de tendência ovóide. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior é alaranjada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O exterior do fragmento foi alisado. O bordo apresenta um diâmetro de 7 cm, o fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

CPM92.177

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino a médio. O exterior apresenta uma tonalidade cinzenta e a interior alaranjdo, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. Apresenta um revestimento de aguada negra. A base apresenta um diâmetro de 12 cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm

CPM92.181

Alguidar. Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e corpo. O bordo é ligeiramente extrovertido com lábio em bisel externo de secção sub-triângular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior alaranjada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta dois tipos de decoração distinta na parte superior do bordo incisões oblíquas e sob o mesmo, linhas verticais brunidas paralelas entre si. O bordo apresenta um diâmetro de 35,5 cm, o fragmento apresenta 1,4 cm de espessura média das paredes.

CPM92.182

Panela. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo e asa. O bordo é ligeiramente extrovertido com lábio em bisel externo de secção sub-triângular e a asa horizontal. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior laranja clara tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O bordo apresenta um diâmetro de 15 cm, o fragmento apresenta 0,5 cm de espessura média das paredes.

CPM92.186

Talha. Fragmento de forma fechada contendo porção de bordo. O bordo extrovertido aplanado superiormente com lábio secção semi-circular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. A tonalidade da pasta no exterior e interior laranja clara tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O bordo apresenta 2,1 cm de espessura média das paredes.

CPM92.197

Fragmento contendo porção de parede de forma globular de forma indefinida. Pasta homogénea, compacta, com elementos não plásticos micáceos, quartzosos e calcários de grão fino. A tonalidade da no exterior e interior tem uma tonalidade acastanhada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O exterior do fragmento é alisado, e apresenta uma decoração constituída por uma banda de linhas ondulantes incisas. Aparenta ter sido elaborada a torno rápido e a espessura média das paredes de 0,5 cm.

CPM92.196

Púcaro. Fragmento de forma aberta contendo porção de bordo e asa. O bordo é direito com lábio de secção circular e a asa vertical de rolo. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior alaranjada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

CPM92.210

Púcaro. Fragmento de forma aberta correspondendo a porção de fundo em botão. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior alaranjada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. A base apresenta um diâmetro de 4,2 cm fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

CPM92.211

Fragmento contendo porção de fundo e corpo. O fundo é plano e as paredes ligeiramente oblíquas. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, areias quatzosas e calcários de grão fino. O exterior e interior apresentam uma tonalidade alaranjada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. Apresenta o exterior brunido. A base apresenta um diâmetro de 9 cm e uma espessura média das paredes de 0,4 cm

CPM92.215

Cântaro. Fragmento contendo porção de bordo e colo. O bordo é extrovertido e espessado com lábio superiormente aplanado de secção semi-quadrangular. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e areias quatzosas de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior acastanhada tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta as superfícies alisadas e um conjunto de linhas verticais brunidas sob o bordo. O bordo apresenta um diâmetro de 13 cm, o fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

CPM92.224

Fragmento contendo porção de bordo e asa. O bordo é direito e a asa vertical de fita. A pasta é homogénea, compacta, contendo elementos não plásticos micáceos e quatzosos de grão fino. A tonalidade da pasta no exterior e interior alaranja tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta 0,4 cm de espessura média das paredes.

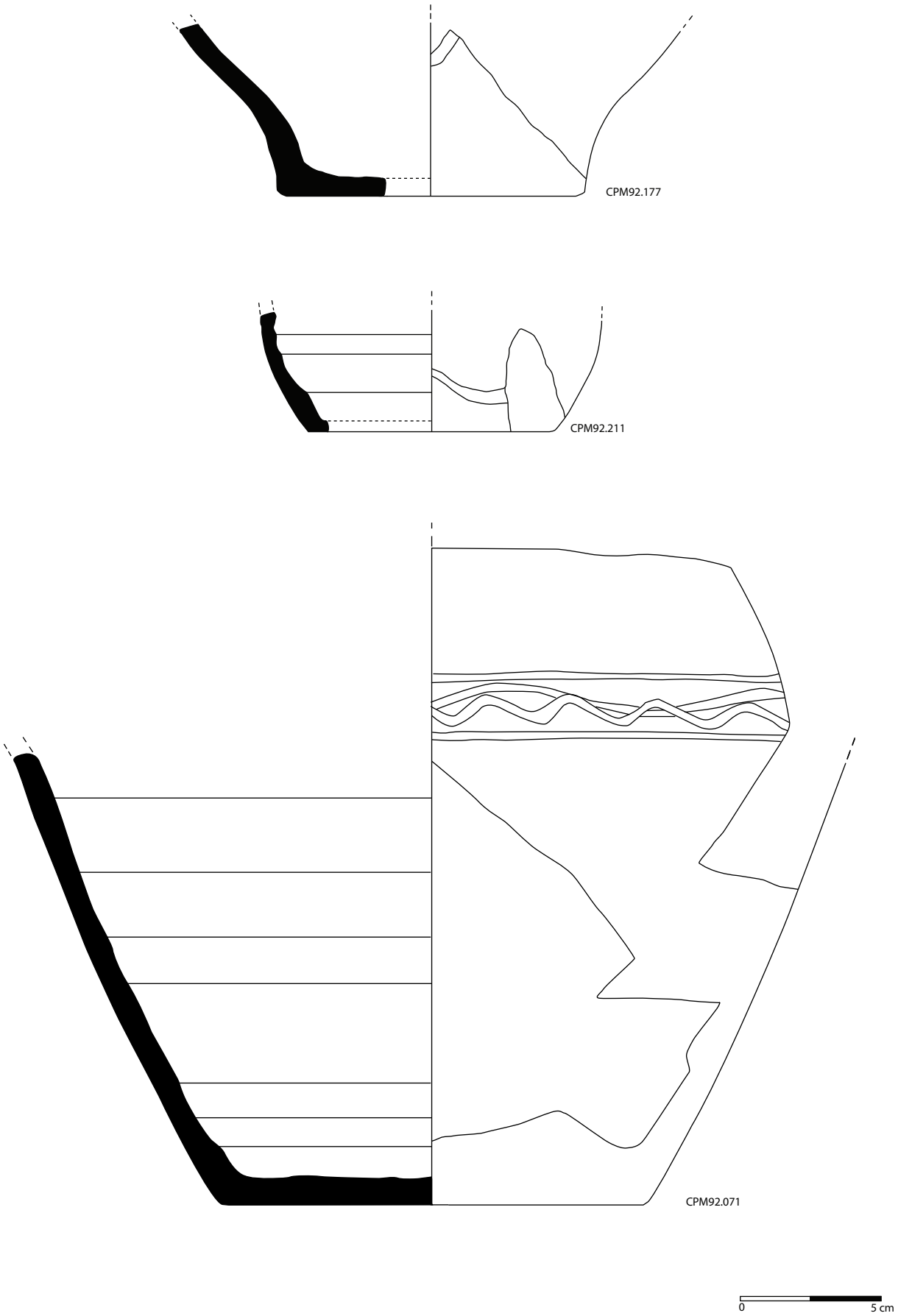
CPM92.232

Talha. Fragmento de forma fechada contendo porção de parede. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos,

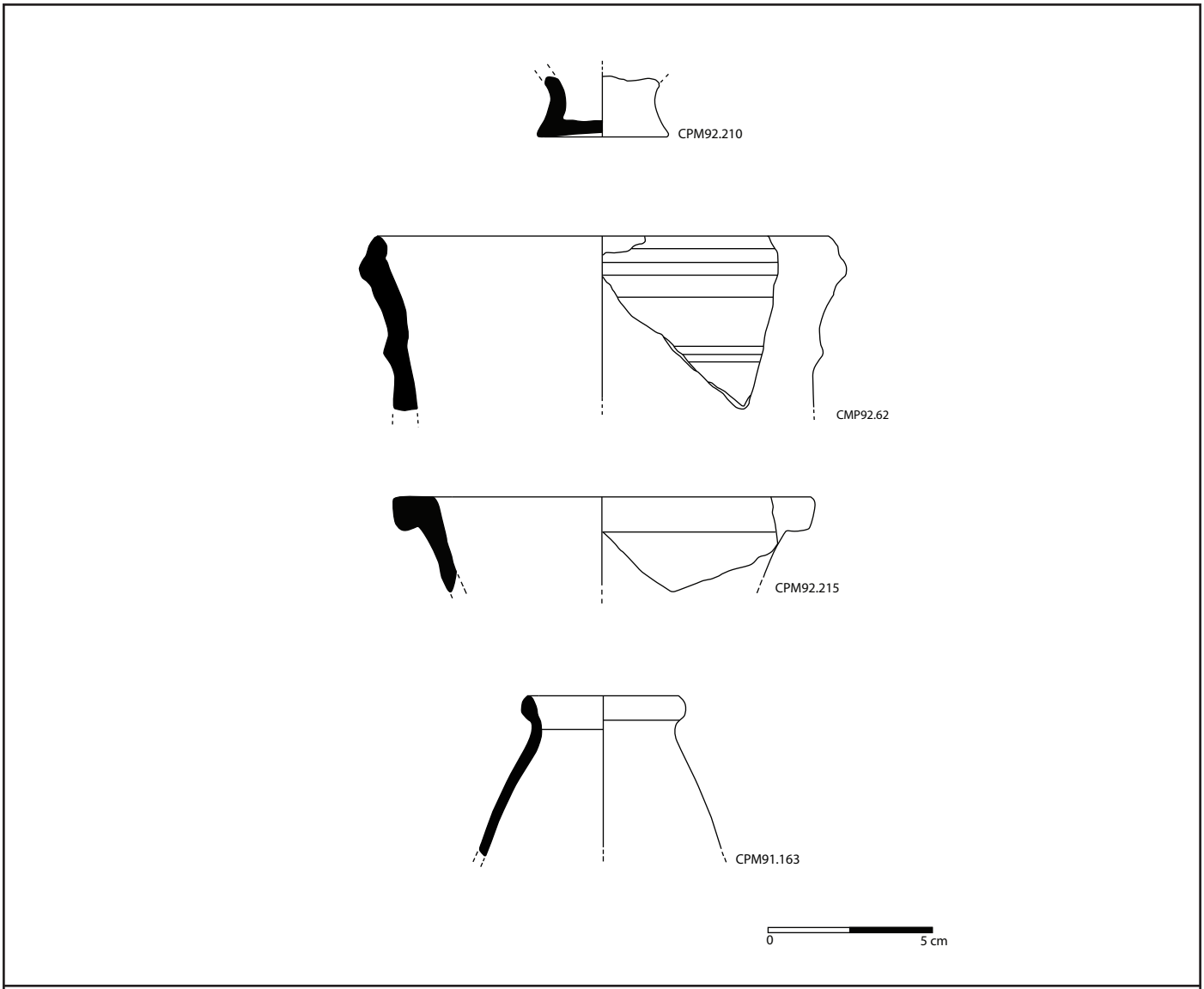
quatzosos e calcários de grão fino. O interior apresenta uma tonalidade alaranjada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um revestimento de aguada negra e um cordão plástico digitado e linhas brunidas que criam um padrão triangular. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 1 cm.

CPM92.233

Talha. Fragmento contendo porção de parede. A pasta textura homogénea e de consistência compacta, contendo elementos não plásticos micáceos, quatzosos e calcários de grão fino a médio. O interior apresenta uma tonalidade acinzentada e a exterior alaranjada, tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente redutor com arrefecimento oxidante. O fragmento apresenta um revestimento de aguada castanha e um cordão plástico digitado. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 1,2 cm.



Estampa XI - Cerâmica com pasta de cor laranja.



Estampa XII - Cerâmica com pasta de cor laranja.

Faianças

CPM91.06

Prato. Fragmento de forma aberta contendo porção de parede. A pasta de textura homogénea e de consistência é friável contendo elementos não plásticos visíveis calcários, cerâmica moída e alguns vácuos. Apresenta uma tonalidade bege tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um revestimento feito através da aplicação de um primeiro esmalte branco que, depois de cozido, recebe um esmalte em tons de azul-cobalto e uma decoração que se caracteriza por intercalar linhas ligeiramente oblíquas de cerca de 5 mm de largura, com outras de 1 mm destacadamente ondulantes. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM91.07

Prato. Fragmento de forma aberta contendo porção de parede. A pasta de textura homogénea e de consistência é friável contendo elementos não plásticos visíveis calcários, cerâmica moída e alguns vácuos. Apresenta uma tonalidade bege tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um revestimento feito através da aplicação de um primeiro esmalte branco que, depois de cozido, recebe um esmalte em tons de azul-cobalto e uma decoração que se caracteriza cartela cujo interior apresenta a representação de *bonina*. O fragmento apresenta uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

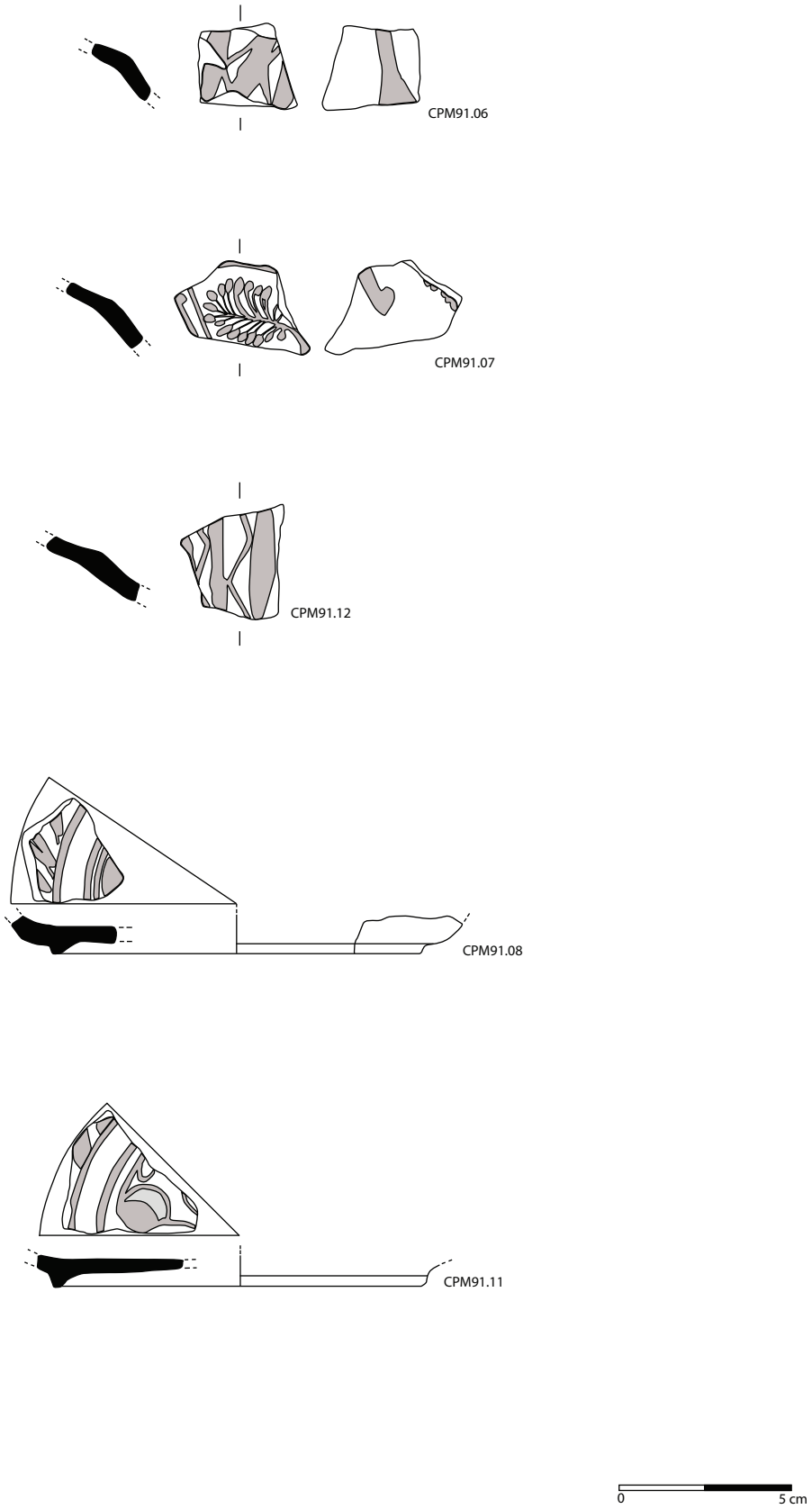
CPM91.08-CPM91.12

Prato. Fragmento de forma aberta contendo porção de fundo, caldeira e aba. A pasta de textura homogénea e de consistência é friável contendo elementos não plásticos visíveis calcários, cerâmica moída e alguns vácuos. Apresenta uma tonalidade bege tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um revestimento feito através da aplicação de um primeiro esmalte branco que, depois de cozido, recebe um esmalte em tons de azul-cobalto. Apresenta um padrão decorativo que se caracteriza por intercalar linhas ligeiramente oblíquas de cerca de 5 mm de largura, com outras de 1 mm destacadamente ondulantes e uma decoração vegetalista, ostentando o desenho de uma “folha”, que pode ser identificada ora como parte

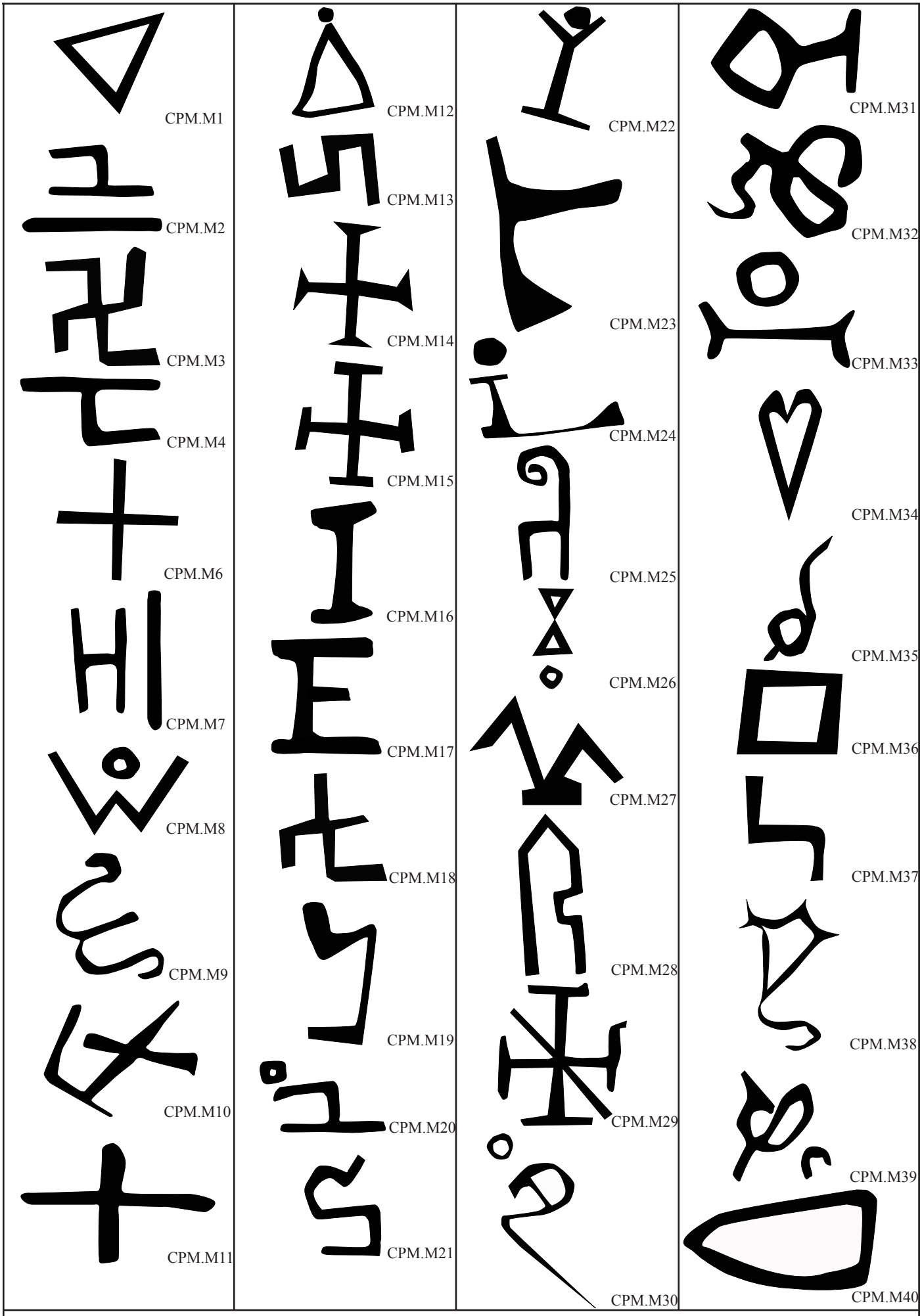
integrante de uma representação de *pêssegos.* O fragmento apresenta um diâmetro da base de 12cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

CPM91.11

Prato. Fragmento de forma aberta contendo porção de fundo de pé destacado. A pasta de textura homogénea e de consistência é friável contendo elementos não plásticos visíveis calcários, cerâmica moída e alguns vácuos. Apresenta uma tonalidade bege tendo sido efectuada uma cozedura em ambiente oxidante. O fragmento apresenta um revestimento feito através da aplicação de um primeiro esmalte branco que, depois de cozido, recebe um esmalte em tons de azul-cobalto. Apresenta uma decoração vegetalista, à semelhança da anterior, ostentando o desenho de uma "folha", que pode ser identificada ora como parte integrante de uma representação de *pêssegos.* O fragmento apresenta um diâmetro da base de 12cm e uma espessura média das paredes de 0,6 cm.

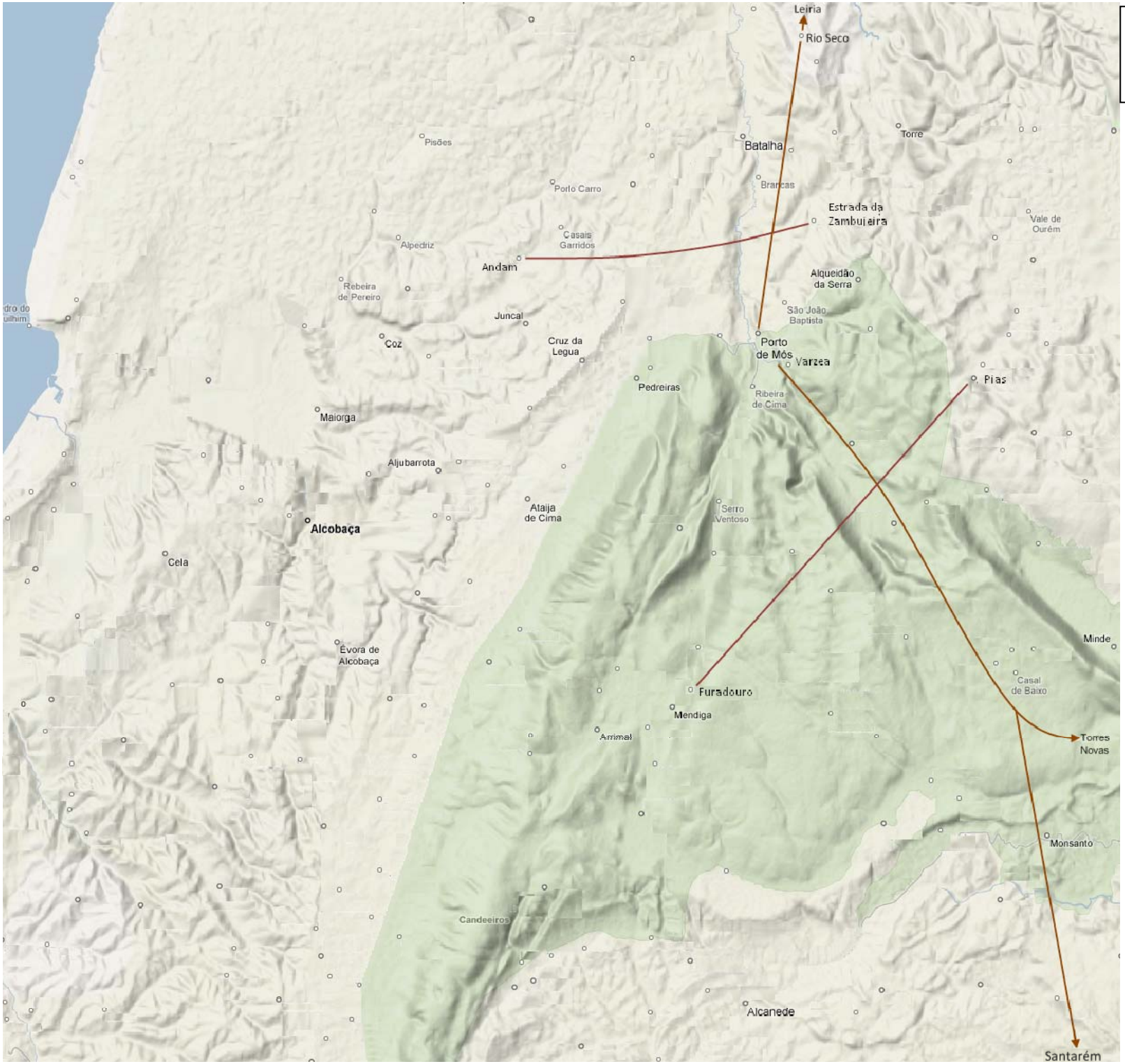


Estampa XIII - Faiança.



Estampa XIV - Marcas de Canteiro.

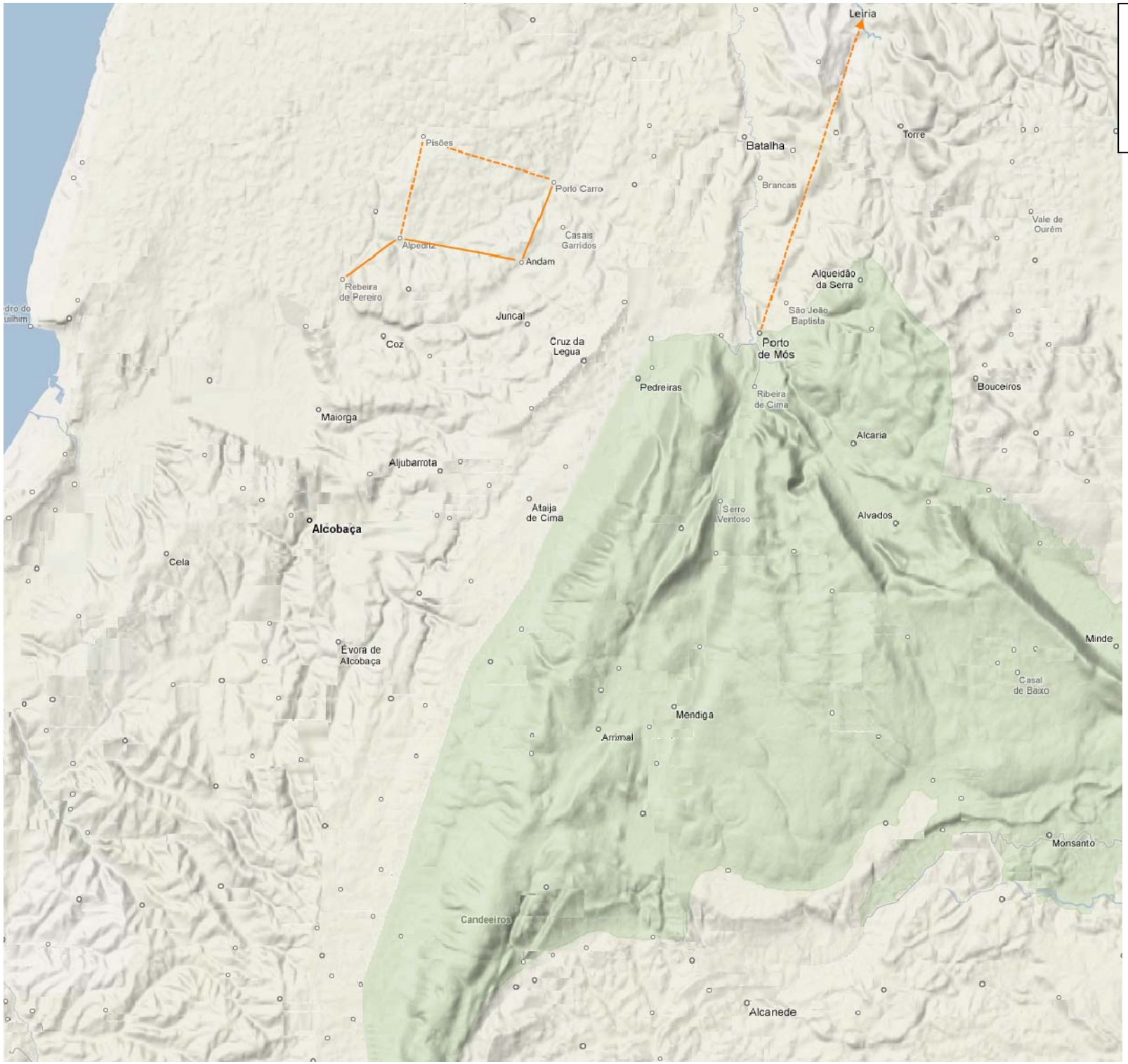
APÊNDICE B



Legenda:

Caminhos do século XIII

Adaptado a partir de: www.googlemaps.com

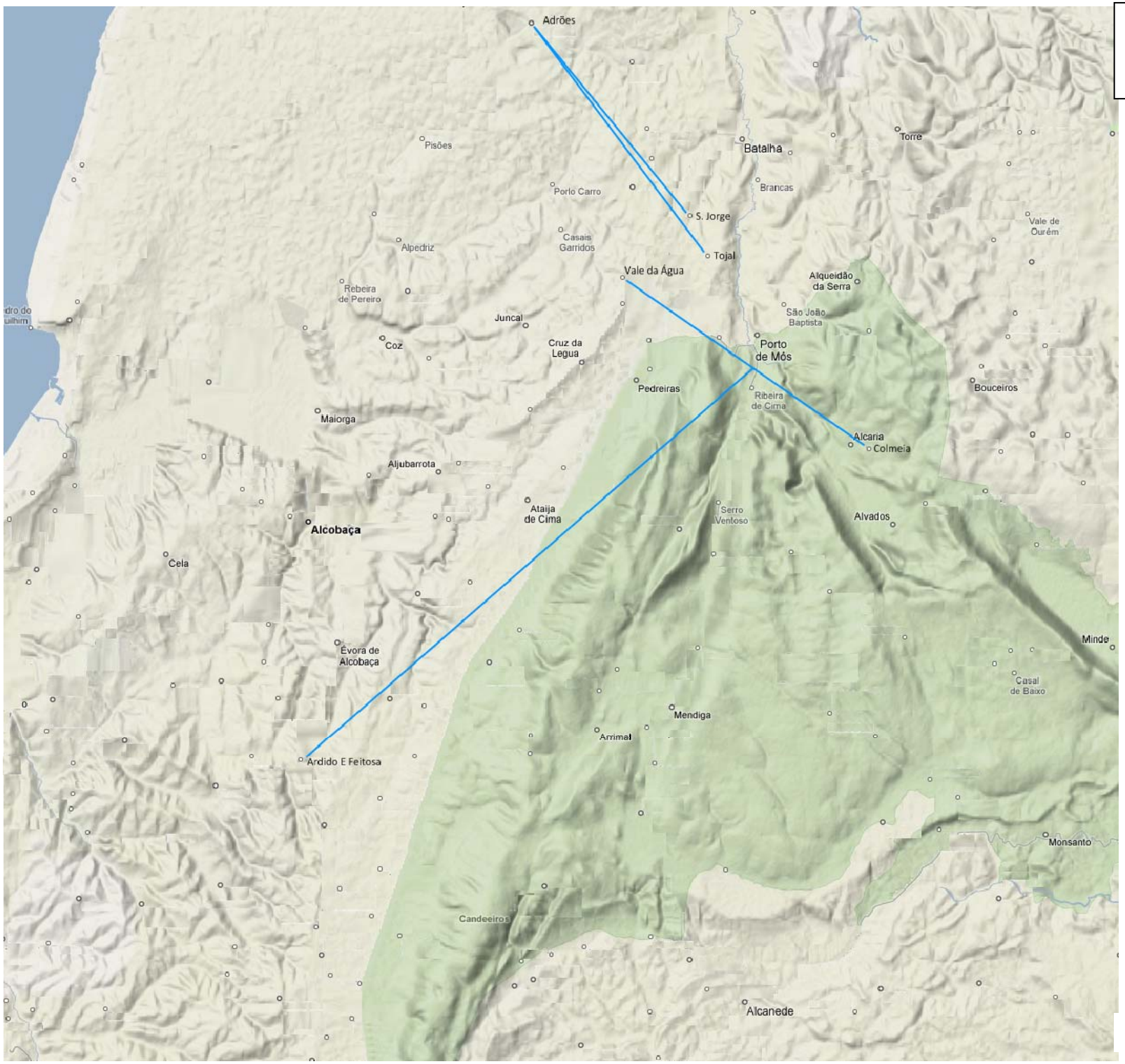


Legenda:

Caminhos do século XIV

Caminho hipotético

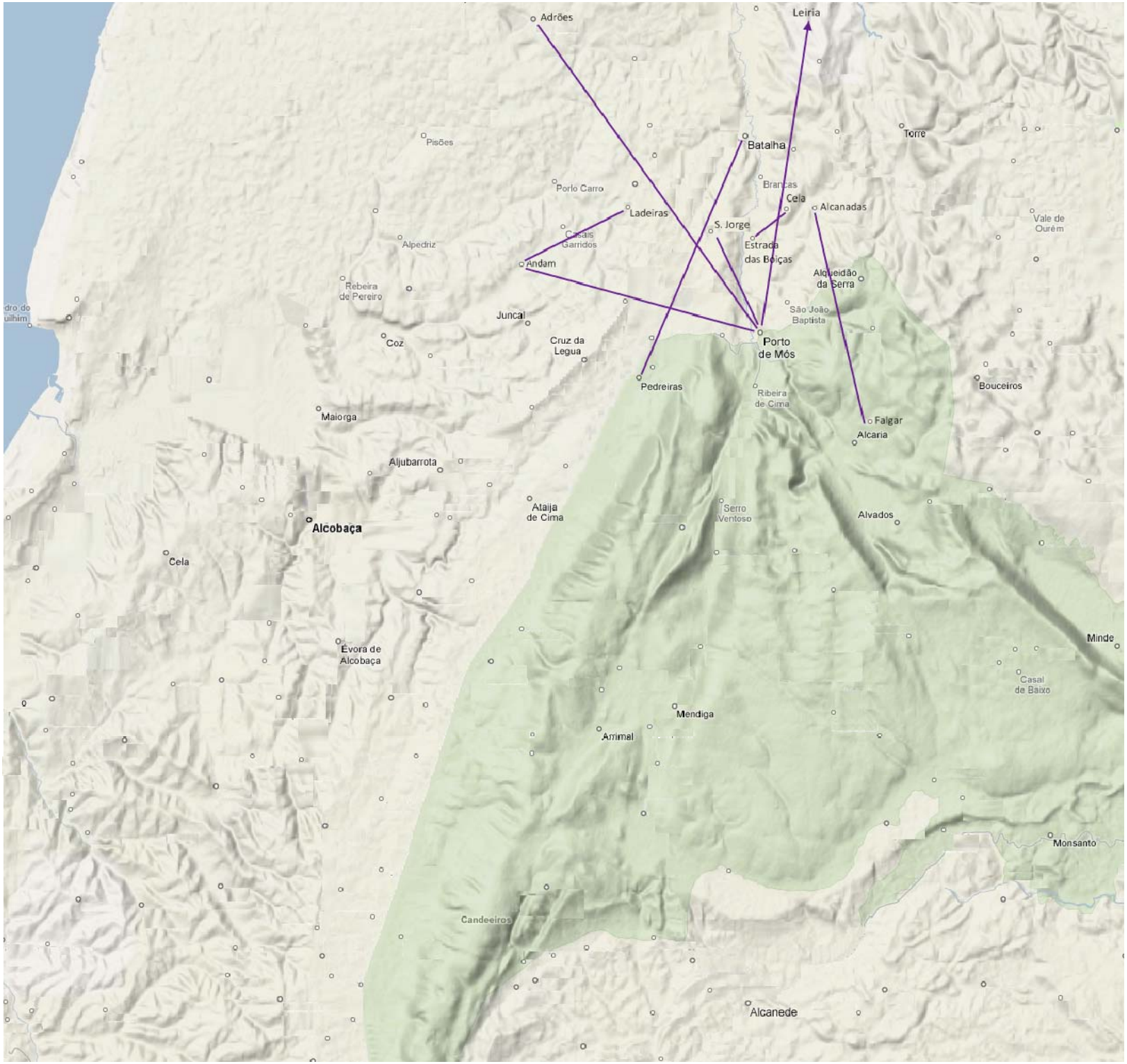
Adaptado a partir de: www.googlemaps.com



Legenda:

Caminhos do século XV

Adaptado a partir de: www.googlemaps.com



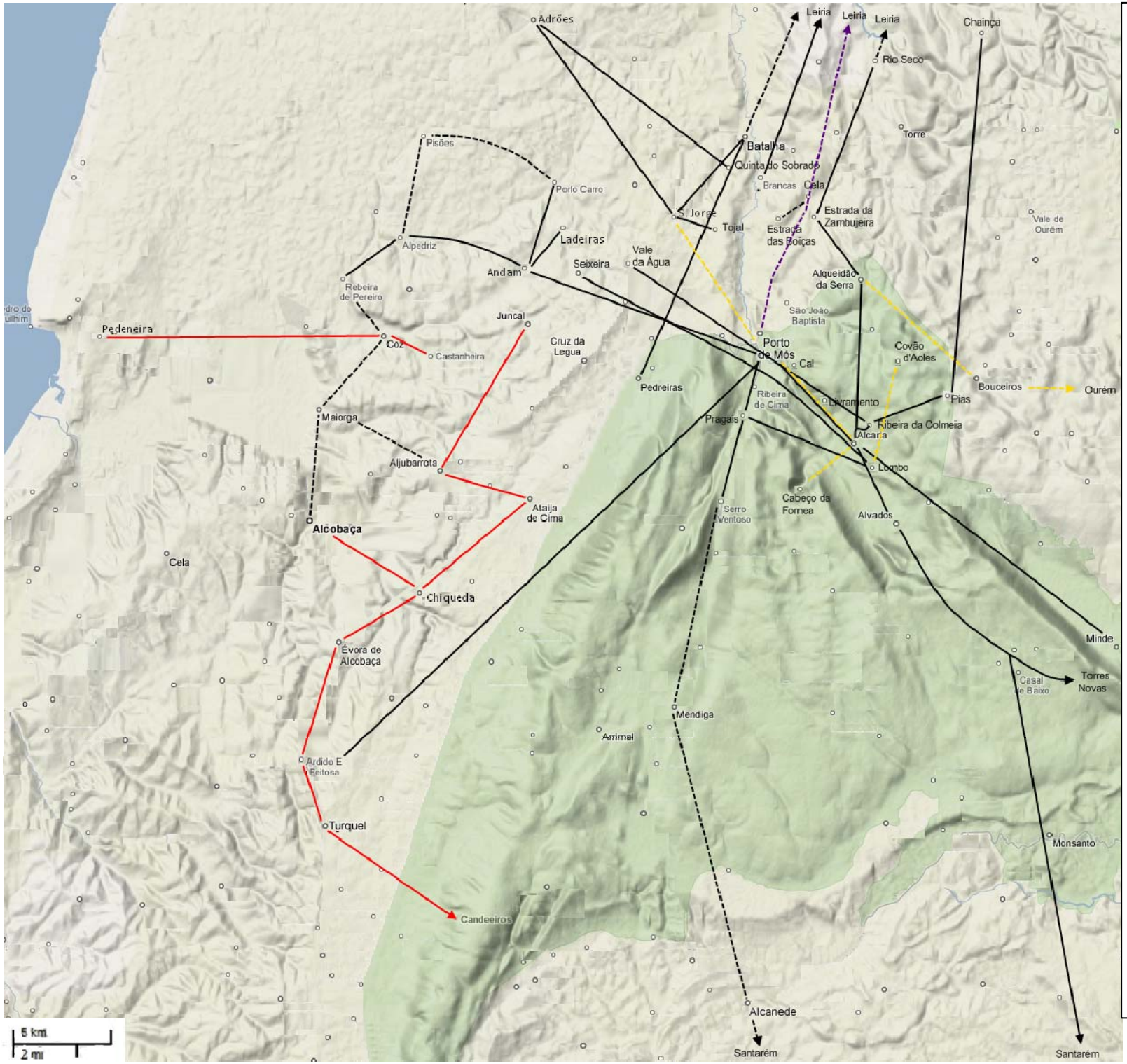
Legenda:

Caminhos do século XVI

Adaptado a partir de: www.googlemaps.com

Vias de Porto de Mós do século XIII a XVI	
Norte	
	Para Norte, a estrada que saindo por detrás do Castelo seguia em direcção a Leiria[1], ou com o mesmo destino a partir do Rio Seco[2]; da Várzea da Portela[3]; acima das Brancas[4]; de *Concavell*[5]; do *Pinheiro Mollar*[6]*;* da Eira da Quinta"[7]; do Casal da Porteira[8] ou da Quinta do Pinheiro[9]. De Alqueidão da Serra[10] partia para Norte uma via em direcção a Alcanadas[11] e para Sul uma via que seguia para o Falgar[12]
Noroeste	
	Para Noroeste, partindo da Ribeira[13] poder-se-ia tomar o caminho do Andam[14], de onde se seguia para Norte pelo caminho de Porto dos Carros[15], que seguia para a *Jelffa*[16] e para Pisões[17]. Mantendo-se para Noroeste passava, certamente, pela Quinta Nova de onde se alcançava Alpedriz[18] e daí se prosseguia para a Ribeira de Pereiro[19] e possivelmente para Cós, Maiorga, Alcobaça ou Aljubarrota. Ainda seguindo este ponto cardeal, seguia-se o caminho de Adrões[20] para S. Jorge[21] e para o Tojal[22] ou para a Quinta do Sobrado[23], assim como da estrada das Boiças[24] para a Cela[25] e do caminho do Andam[26] para as Ladeiras[27]. Para Oeste, o caminho do Andam[28] ligava com a carreira da Zambujeira[29] e para Sudeste também a partir do Andam[30] seguia uma via em direcção à vila de Porto de Mós[31].
Sul	
	Para Sul, partia a estrada que do Mosteiro[32] seguia para as Pedreiras[33] e para Sudeste, a estrada que saindo de Porto de Mós pela Várzea[34] seguia para Canada de Alvardos[35] para o Zambujal[36] e que continuava até Santarém[37], inflectindo a Este, possivelmente perto do Casal de Baixo com a estrada que ligava a Torres Novas[38]. Outra via que se iniciava a Sul e rasgava o termo para Norte era a chamada "estrada dos sardinheiros" (…) ligando Torres Novas a Porto de Mós e daí à Pederneira" chegando finalmente à orla marítima[39]

Sudoeste	
	Para Sudoeste, havia a estrada que partindo da *Feytosa*[40] seguia em direcção a Porto de Mós[41] e para Sudeste a estrada que ia dos Pragais[42] para o Lombo[43] e do Lombo para a Seixeira.
Outras Direcções	
	Além destes, outros caminhos que estabeleciam e engrossavam as comunicações entre lugares foram também documentados[44]: a estrada que saindo de trás do Castelo se ligava ao caminho da Cianchã[45]; o caminho que passava no Arrimal[46] e seguia pela carreira da Lagoa[47]; o caminho que partia de *Pinheiro Mollar*[48] seguia para a Cela[49] e daí para a Azenha[50], mas também para Porto Largo[51], com ligação à Estrada Real[52] e caminho de *hereos*[53]; o caminho que ia do lugar da Ribeira da Colmeia[54] em direcção ao Vale da Água[55] pelo caminho do concelho; a via da *Sovereyra Guorda*[56] que ingressava na Estrada Real com o caminho que vinha das Pedreiras; a Quinta do Pinheiro[57] que ligava à Estrada Real assim como o Porto de Cela; a Ponte do Couto[58] a partir da qual seguia a estrada para Porto de Mós; o caminho que seguia do Furadouro[59] para as Pias[60] e com a carreira de *Paay Maneira*[61] que seguia em direcção à Fornia[62]; o caminho que ia da *Furna do Arrezaio*[63] em direcção a Alpedriz[64]; o caminho que seguia do *Soveral*[65] em direcção a Porto de Mós; o caminho do lugar de Antas[66] que seguia, para Norte, em direcção ao caminho de Minde[67] e para Sudeste para o *Carvalhar*[68]; do Campo do Carvalho[69] seguia o caminho que ia para a Azenha do *Rio Muu*[70]; o caminho que ia da Regueira Salgada[71], para a Ribeira[72] e para a Cardosa[73].



Legenda:

Caminhos detectados a partir da documentação de Porto de Mós.

Percursos Hipotéticos

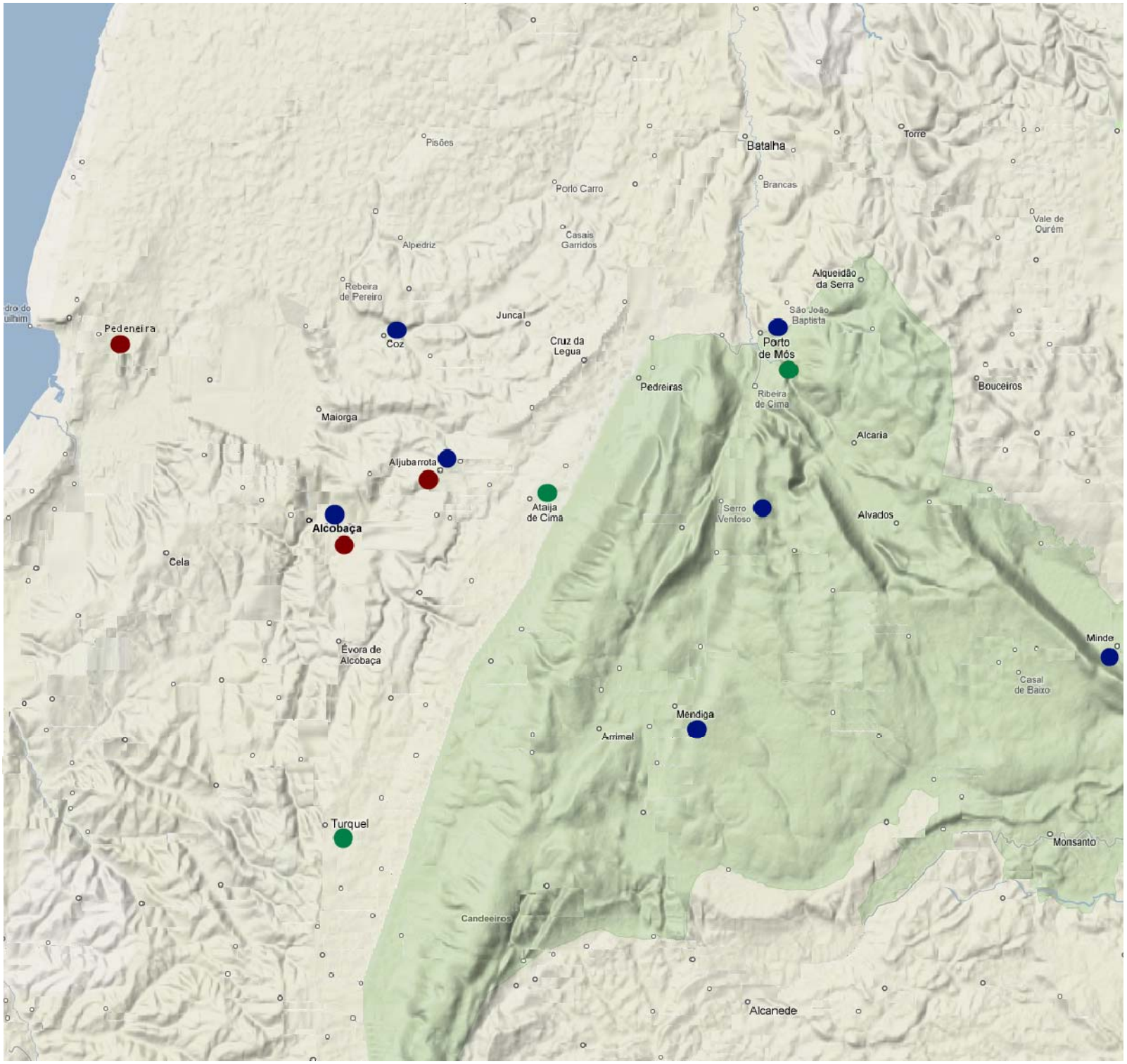
Caminhos detectados por Iria Gonçalves na documentação do Mosteiro de Alcobaça[1].

Vestígios Arqueológicos de *Caminhos* e possíveis traçados.

Caminho hipotético que ligaria as Pontes Medievais (Freixa e Lage)

[1] GONÇALVES, Iria (1989) - *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa

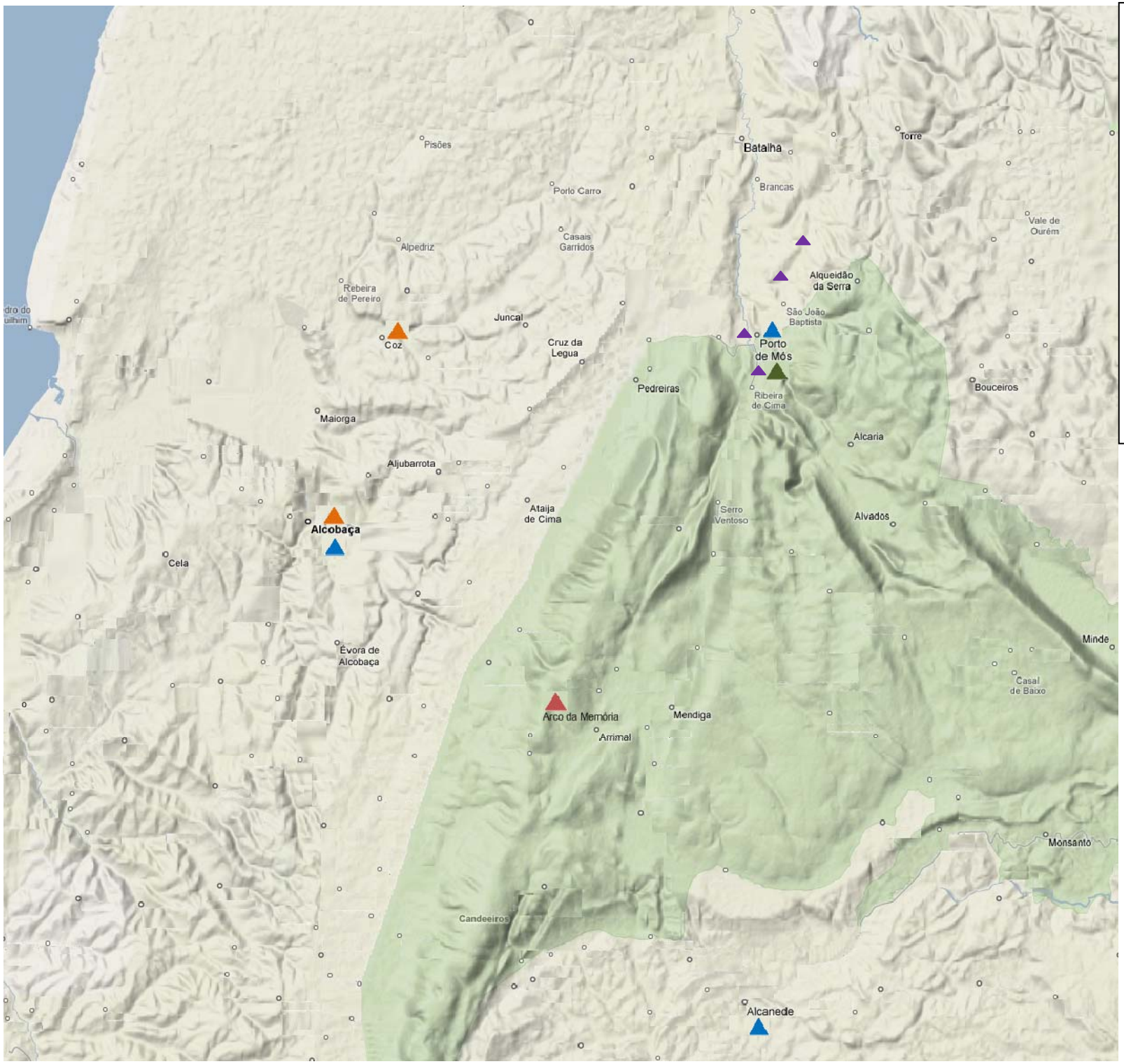
Adaptado a partir de: www.googlemaps.com



Legenda:

- Albergaria
- Gafaria
- Hospital

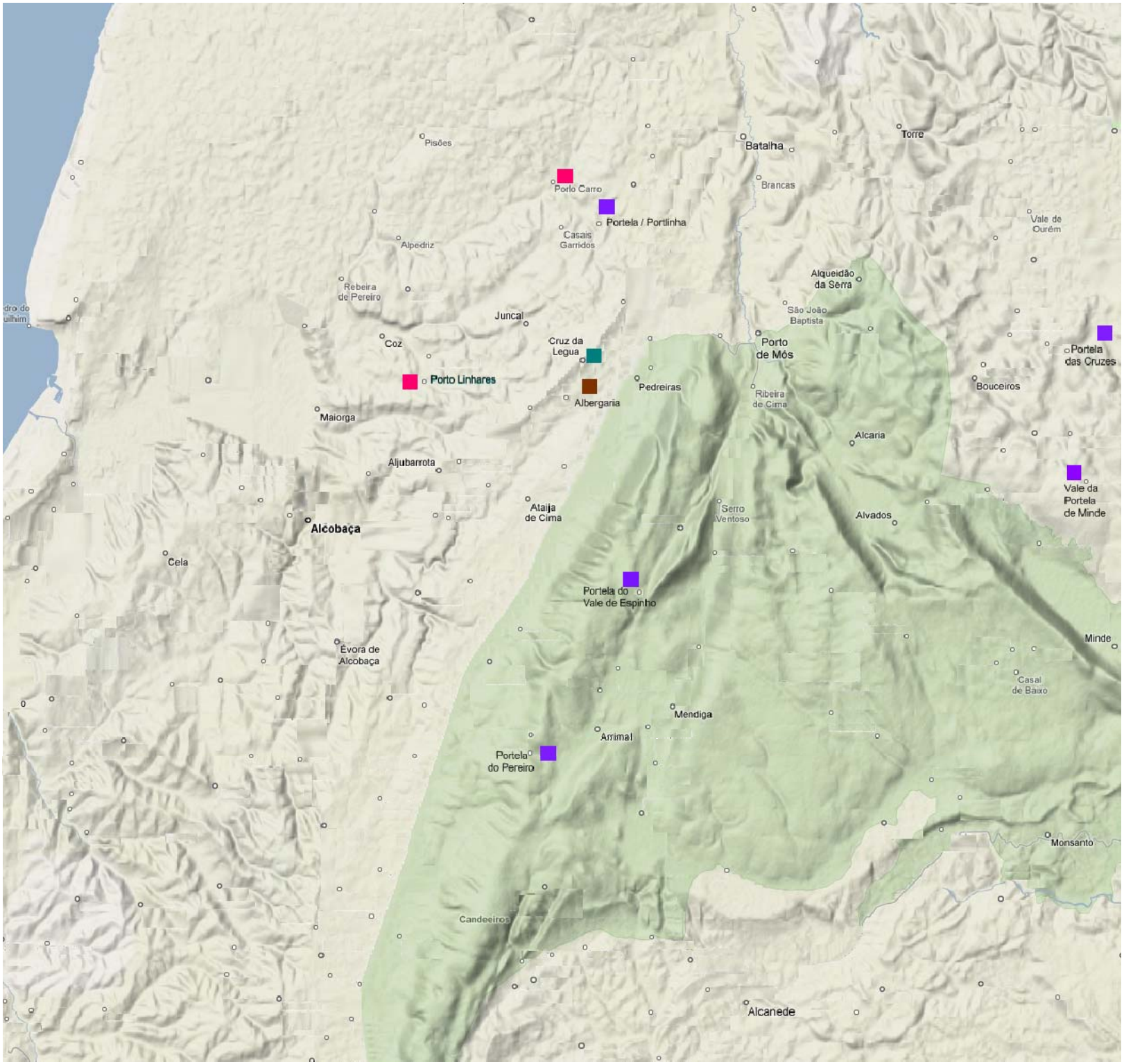
Adaptado a partir de: www.googlemaps.com



Legenda:

- Castelos
- Forca
- Mosteiros
- Arco da Memória
- Pontes

Adaptado a partir de: www.googlemaps.com



Legenda:

- Portela
- Porto
- Cruz da Légua
- Albergaria

Adaptado a partir de: www.googlemaps.com

Vegetação, fauna e recursos do subsolo na toponímia portomosense		
Topónimos	Medievais do Século XII a XV	Actuais
Vegetação cultivada (Plantas Alimentares)		
CEREAL	Ribeira de Picamilho	Chão Milheiro
		Covão de Milho
		Milheiriças (2)[1]
		Soija do Milho
		Terra do Trigo
		Vale das Aveias
VINHA	*Cheyra Vinum*	Azinhaga da Vinha
	Vinhas de Mongibel	Casais das Vinhas
		Figueira das Vinhas
		Mato da Vinha
		Parreira
		Vale de Vinhos
		Vinhas (2)
FRUTÍCOLAS	A das Pereiras	Algar das Figueiras
	Cerejeiras	Alto da Cerejeira
	Figueiras	Alto do Pessegueiro (2)
	Marmeleira	Cabeceiros dos Pereiros
	Pereira	Cereijal (2)
	Ribeira de Maceira	Chicas d'Oliveiras
	Rigueira da Pereira	Cova do Pereiro
	Vale de São Miguel do Peral	Figueira da Pedra
		Figueira da Relva
		Figueira das Vinhas
		Figueira do Branco
		Figueira Ribeira
		Figueira Torta
		Figueira Turca
		Figueirinhas (2)
		Fragas do Pexigueiro
		Lagoa das Maceiras
		Lapa da Figueira
		Marmeleiro
		Olivais
		Oliveira Benta
		Oliveirinhas
		Pereiras
		Pereiro (4)
		Pomar
		Ponte Figueira
		Quatro Oliveiras
		Serra da Figueira
		Soija da Pereira

[1] Este número significa o número de topónimos iguais identificados.

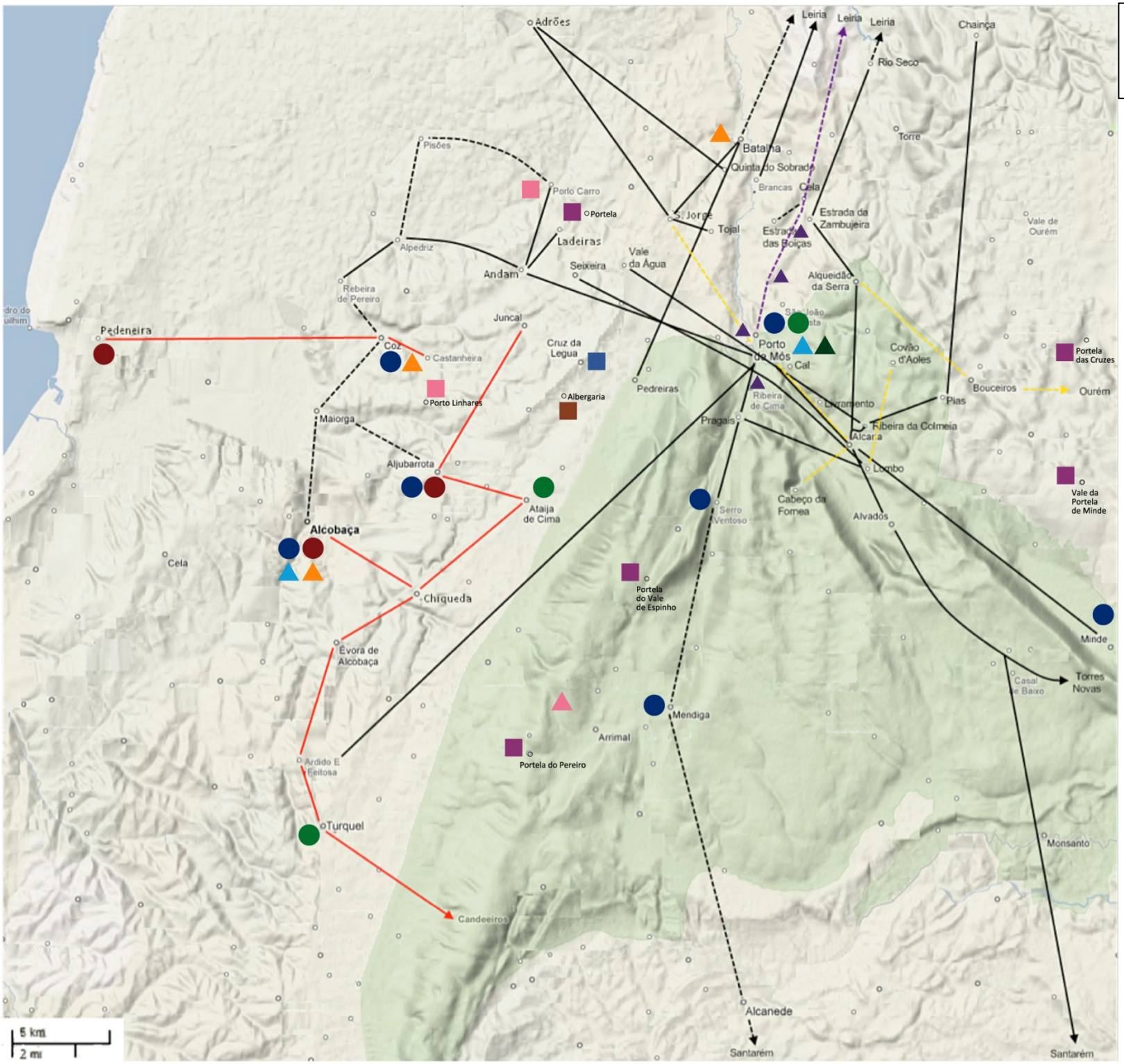
		Soija das Figueiras
		Vale da Oliveira
Hortícolas	*Almuniam*	Almoinha
	Almoinha de São Pedro	Almoinhas
	Almoinhas	Covão da Ervilha
	Almonian	Horta da Barreira Alta
	Almoinhas da *Camarinhã*	Horta do Brás
		Hortas (3)
		Hortinhas
		Pena do Cabeço do Alho
Vegetação espontânea e subespontânea		
MATAS	A dos Pardieiros do Azambujal	Abrunheira
	Azambugeyram	Cabeço do Pinhal
	Azambujal	Cabeço dos Carvalhos (2)
	Azambujeiro	Canto das Nogueiras
	Baroca d'Azanbujeyrra	Carvalhada
	Campo do Carvalho	Carvalhais (2)
	Carvalhais	Carvalhão
	Carvalhal de *Alvardos*	Carvalheiro
	Carvalho do Bairro	Carvalho
	Castanheira	Carvalho Alto
	Pinheiro *Mollar*	Carvalho de Dois Pés
	Ulmar	Carvalhos Derreados
	Ulmeiro	Casal da Nogueira
	Várzea da Abrunheira	Castanhais
		Castanhal
		Castanheiros
		Chão dos Pinhos
		Chão Nogueira
		Chou Carvalho
		Chou Nogueira
		Cova da Azinheira
		Covão da Azinheira
		Covas da Cortiça
		Lombo Zambujinho
		Mata (3)
		Mata da Loba
		Nogueira
		Oiteiro do Pinhal
		Outeiro dos Pinheiros
		Pinhal Branco
		Pinhal Cano
		Pinhal da Crespa
		Pinhal da Fábrica
		Pinhal Montês
		Pinhal Verde
		Pinheirinho
		Pinheiro

		Portela do Zambujal
		Salgueirinho
		Sobral (3)
		Soijo dos Carvalhos
		Vale da Azinheira
		Vale da Carrasqueira
		Vale da Carvalha
		Vale das Sobreiras (2)
		Vale de Pinhel
		Vale Madeiros
		Vale Sobreiro (2)
		Vale Zambujinho
		Zambujal (2)
		Zambujeiro (3)
		Zambujeiros Juntos
MATOS	*Antr'as Matas*	Abrunheiras
	Barradas do Tojal	Algar da Silva
	Carrascal	Algar do Mato Velho
	Charneca de Juncal	Cabeça da Giesta
	Costa do Tojal	Cabeça Giesteira
	Fonte Silveira	Carrascais
	Juncal (3)	Carrascal (2)
	Silva	Carrasco
	Tojal	Carrascosa
	Tojeira porto de Carro	Carrasqueira
		Carrasqueiras
		Casa dos Matos
		Casal de Matos de Baixo
		Casal de Matos de Cima
		Casal Mato
		Castanhal
		Chão Carrasqueiro
		Chou do Silva
		Covão da Carrasqueira
		Covão da Espinheira
		Covão do Tojo
		Charneca (7)
		Espinhal
		Espinheira
		Lado das Tojeiras
		Lapa do Vale d'Heras
		Matas (2)
		Mato
		Mato da Sombra
		Mato da Vinha
		Mato de Pataias
		Mato Pragalinho
		Matões
		Matos

		Matos da Cabeça
		Matos da Feteira
		Moitas
		Moitas de Vento
		Murteira (2)
		Murteiras
		Outeiro dos Tojos
		Pena da Hera
		Pena da Manga da Gesta
		Pragais (3)
		Pragal (2)
		Pragalinhos
		Senhora da Tojeirinha
		Silva
		Silveiras
		Silveiro (2)
		Terra da Nogueira
		Terras do Mato
		Tojeira (6)
		Tojeiras
		Vale da Carrasca (2)
		Vale da Espinheira
		Vale da Mata
		Vale da Silva
		Vale das Matas
		Vale das Silvas
		Vale de Espinho
		Vale de Heras
Pastagens	Cômoro da Panasqueira	Bezarril
	Cordeiro	Bezerril
	Lameira Brava	Boi Galego
	Lameira da Ordem	Cabeça da Vaca
	Lameira das Várzeas	Cabeço do Boi
	Lameira das Várzeas	Cabroeiro
	Pena dos Cabrins	Cerrada
		Cerrado do Gado
		Chão Carneiro
		Chão Cavalo
		Corno-Cabrão
		Cova d'Euga
		Cova da Porca
		Cova da Vaca
		Covão do Cavaleiro
		Covão do Cavalo
		Covão do porco
		Currais (6)
		Curral Cevado
		Curral das Éguas
		Curral do Padre

		Estrumeira
		Fonte da Cabra
		Lameira (2)
		Lameirão (2)
		Lameiras
		Lameiros
		Moita das Porcas
		Panascas
		Pena Burra
		Rasteira
		Relva das Pousias
		Relva do Palheiro
		Relvas
		Relveirinho
		Relvinha (3)
		Soijo dos Currais
		Vale da Bezerra (2)
		Vale da Égua
		Vale da Vaca
Caça e Pesca		Cabeço das Perdizes
		Cabeço Raposeiro
		Carreiro da Lebre
		Casais Coelhos
		Casal dos Coelhos
		Cega da Raposa
		Chão do Lobo
		Chou Coelho
		Cova da Raposa (2)
		Covão do Coelho
		Covão do Passarinho
		Covão do Veado
		Raposo
		Sardinha
		Terra de Pombal
		Vale do Urso
Recursos do Subsolo		
Minas		A do Ferreiro
		Escoiral
		Ferrarias (3)
Pedreiras e Barreiros	Barro da Parada	Algar do vale da Pedreira
	Pedregais	Bairrada
	Velha Pederneira	Barreira (2)
	Barro	Barreira da Calçada
	Barradas do Tojal	Barreira do Cume
		Barreiras Pequenas
		Barreirinhas
		Barreirinho

		Barreirinhos
		Barreiro (2)
		Barreiro de Barro
		Barreiro Velho
		Barreiros
		Barrinhos
		Bárrios
		Barro
		Barroa
		Barros (2)
		Barros da Costa
		Cabeço da Barreira
		Cal (2)
		Chão da Barreira
		Chou Barreiro (2)
		Chou da Barreira
		Chou das Barreiras
		Cova da Barreira (2)
		Curral da Barreira
		Forno da Cal (4)
		Oleira
		Pedreiras
		Soija da Barreira
		Vale de Barreiro do Vale
		Vale do Barreiro
		Voltas da Cal



Legenda:

Mapa Síntese

Adaptado a partir de: www.googlemaps.com